

# REFORMA POLÍTICA URGENTE



Manifesto Por uma Democracia de Qualidade

Sopa de  
Letras

# **Reforma Política Urgente**

## **Manifesto Por uma Democracia de Qualidade**

**Reformas prioritárias do sistema político em Portugal**

## **Título**

*Reforma Política Urgente*  
*Manifesto Por uma Democracia de Qualidade*  
*– Reformas prioritárias do sistema político em Portugal*

## **Autores**

António Pinho Cardão; Clemente Pedro Nunes; Fernando Teixeira Mendes;  
Henrique Neto; João Luís Mota Campos; José António Girão;  
José Ribeiro e Castro; Luís Campos e Cunha; Luís Mira Amaral

## **Coordenação**

APDQ – Associação Por uma Democracia de Qualidade

## **Edição e copyright**

Sopa de Letras, Cascais  
1.ª edição – Novembro de 2017  
© Príncipia Editora, Lda.

**Design da capa** Marketividade – Marketing, Comunicação e Vendas, Lda.

**Execução gráfica** [www.artipol.net](http://www.artipol.net) • **Depósito legal** 433861/17

---

## **Sopa de Letras**

Rua Vasco da Gama, 60-C – 2775-297 Parede – Portugal  
Tel.: +351 214 678 710 • Fax: +351 214 678 719 • [principia@principia.pt](mailto:principia@principia.pt) • [www.principia.pt](http://www.principia.pt)



APDQ – Associação Por uma Democracia de Qualidade

# **Reforma Política Urgente**

## **Manifesto Por uma Democracia de Qualidade**

**Reformas prioritárias do sistema político em Portugal**



A publicação nas edições de 4.ª feira dos textos assinados pelos diferentes subscritores, só foi possível com o apoio da direção do JORNAL T', à qual manifestamos o nosso sincero agradecimento.



## PREFÁCIO

Em 24 de setembro passado, a Alemanha teve eleições para eleger o 19.º *Bundestag* da democracia do pós-guerra. Grande momento. A democracia a funcionar verdadeiramente. Uma democracia de qualidade.

Os eleitores alemães têm a possibilidade de escolher não só o seu partido, mas também de eleger, individualmente, o seu deputado. Em cada boletim de voto, assinalam o partido da sua preferência e indicam o deputado que querem. Podem escolher o deputado do partido da sua cor – como a maioria, naturalmente, faz – ou outro qualquer de que gostem mais. E, no rescaldo desta votação, o Parlamento alemão, o *Bundestag*, resulta composto de forma rigorosamente proporcional, representando com justiça os cidadãos, o território e as diferentes correntes políticas com expressão e representatividade.

Antes deste novo ciclo na Alemanha, fui comparar as penúltimas eleições portuguesas e alemãs, a fim de aferir o respetivo grau de proporcionalidade parlamentar. A verificação é a de que a representação proporcional personalizada da Alemanha é mais justa do que a representação proporcional pelo método de Hondt de Portugal. Em 2009, a CDU-CSU alemã teve 33,8% dos votos e 38,4% dos assentos, enquanto, em Portugal, em 2011, o PSD teve 38,7% dos votos e 47,0% dos lugares. Indo aos partidos seguintes, a evidência é mais flagrante (indicando, primeiro, a percentagem de votação e, a seguir, a de deputados). Na Alemanha 2009: SPD – 23,0%/23,5%; FDP – 14,6%/15,0%;

*Die Linke* – 11,9%/12,2%; Verdes – 10,7%/10,9%. Em Portugal 2011: PS – 28,1%/32,2%; CDS – 11,7%/10,4%, CDU – 7,9%/7,0%; e BE – 5,2%/3,5%.

A verdade objetiva é esta. E, com ligeira variação, porque nenhuma eleição é igual a outra, a verificação é sempre a mesma: o sistema alemão é mais proporcional do que o nosso.

Cai, assim, fragorosamente por terra o argumento habitualmente usado, por desconhecimento ou má fé, de que a introdução de círculos uninominais, neste tipo de sistema misto, resulta em benefício dos grandes partidos e distorce a proporcionalidade. Não é assim. Uma coisa são os mitos e as fantasias, outra a realidade.

Também cai por terra o mito dos «limianos», a ideia mais estúpida – e injusta, aliás – que se sentou no cadeirão do debate político em Portugal. A ideia de que os candidatos uninominais seriam irresponsáveis populistas ou caciques desqualificados não resiste a um exame breve.

Vamos ver alguns «limianos» que estiveram nestas eleições alemãs: na Pomerânia, a Chanceler Angela Merkel, candidata por *Vorpommern-Rügen-Vorpommern-Greifswald I*; na Renânia do Norte, o líder liberal Christian Lindner, candidato pelo *Rheinisch-Bergischer Kreis*, ou a cabeça de cartaz do *Die Linke*, Sahra Wagenknecht, por *Düsseldorf II*; na Turíngia, a colíder dos Verdes, Katrin Göring-Eckardt, candidata por *Erfurt-Weimar-Weimarer Land II*; em Baden-Württemberg, o outro colíder dos Verdes, Cem Özdemir, candidato por *Stuttgart I*, a cabeça de cartaz do AfD, Alice Weidel, por *Bodensee*, e o nosso bem conhecido Wolfgang Schäubel, por *Offenburg (Ortenaukreis)*. Grandes «limianos»...

A prática de muitos candidatos, com destaque para as maiores figuras da política alemã, se apresentarem simultaneamente em círculos uninominais e nas listas plurinominais é comum e frequente. Como é evidente, não são eleitos pelos dois lados. Se, no provimento dos lugares a que cada partido tem proporcionalmente direito, um deputado já conquistou o assento uninominal, que tem prioridade no preenchimento, o seu lugar na lista passa para o seguinte. Mas esta prática consolida, por um lado, a coesão e, por outro, a prevalência de uma cultura cidadã na formação do conjunto das candidaturas: só são candidatos aqueles que têm prestígio, trabalho, serviço, repu-

tação, reconhecida capacidade – em suma, capital próprio. O exercício de seleção dos uninominais contagia toda a construção das candidaturas tanto através dos que também estão nas listas, como por aqueles que, estando apenas nestas, são escolhidos na mesma maré, no mesmo espírito, na mesma cultura de consistência, substância, personalidade.

É também um sistema completamente aberto, com ampla flexibilidade para corresponder à liberdade da cidadania: não é obrigatório os partidos concorrerem em todos os círculos uninominais num dado espaço territorial, nem sequer apresentarem listas completas para todos os lugares teoricamente a eleger; e podem concorrer candidatos independentes aos círculos uninominais, assim como federarem-se entre si para uma lista estadual (os *Freie Wähler*).

Os factos matam o argumento da fragmentação do Parlamento. Como desmentem o argumento (inverso) da concentração em dois partidos. A história eleitoral da Alemanha mostra o contrário. Em 1949, o *Bundestag* teve 10 partidos ou coligações e, ainda, deputados independentes. A seguir, a sedimentação partidária e a cláusula-barreira de 5%\* reduziram, em 1953, esse número para 6 partidos ou coligações e, desde 1961, para os três que dominaram largamente a política alemã: CDU-CSU, SPD, FDP. A partir de 1983, emergiu um quarto partido parlamentar: os Verdes. E, desde a reunificação em 1990, têm emergido novos partidos que chegam ao *Bundestag*: primeiro, o PDS/*Die Linke*; mais recentemente, o AfD. Ou seja, o sistema alemão tem a plasticidade adequada à evolução da opinião pública e da estrutura política da sociedade. Em Portugal, começámos por quatro partidos históricos, passámos a uma fase de dois partidos dominantes e estamos, hoje, num quadro de «pentapartido» – não é muito diferente. Em Portugal, não temos – e bem – a cláusula-barreira de 5%, que surgiu na Alemanha, na ressaca do nazismo, para dificultar a afirmação de minorias extremistas. Mas temos uma barreira matemática implícita: em Portalegre, é preciso 30% para sonhar eleger um deputado; e são vários os círculos em que só com mais de 10%, ou 15% ou 20%. O nosso sistema é capaz de ser pior.

---

\* Na Alemanha, só podem eleger deputados para o *Bundestag* os partidos que obtenham 5% dos votos a nível nacional ou um mínimo de 3 deputados uninominais.



Caem também por terra os argumentos da ingovernabilidade e da instabilidade. Só uma vez houve maioria monocolor no *Bundestag*: a CDU-CSU, em 1957, com Adenauer. No mais, têm-se formado coligações variadas com consistência: CDU-CSU/outros centro-direita, CDU-CSU/FDP (a mais frequente), CDU-CSU/SPD (como até às últimas eleições), SPD/FDP e SPD/Verdes. O sistema garante a estabilidade, assegura a governabilidade e gera uma cultura de cooperação e concertação superior à que conhecemos, com a vantagem de que é profundamente enraizada na sociedade, dadas as características do sistema eleitoral: as coligações ou se fazem, ou não se fazem; mas, se se fazem, tendem a durar. Só houve três dissoluções do *Bundestag* em quase 70 anos: 1972, 1983 e 2005 – não conto a eleição antecipada de 1990, que se deveu à reunificação. Em Portugal, como sabemos, houve sete dissoluções em 40 anos: 1979, 1983, 1985, 1987, 2001, 2005 e 2011.

Os alemães alcançam mais sucessos do que nós, em boa medida porque agem de modo diferente, melhor do que nós. Este é um exemplo flagrante: a sua política tem mais qualidade e consistência porque o sistema de representação parlamentar é melhor. Por isso, os alemães gostam de votar: até à reunificação (1949/90), a abstenção nunca chegou aos 16%; e, depois, apesar do peso de novos Estados sem tradição democrática, a abstenção nunca ultrapassou os 30%. Nós vamos em 45% de abstenção nas legislativas.

O mais deplorável é que, em 1997, revimos a Constituição (vale a pena ler e reler o artigo 149.<sup>o</sup>) para permitir a introdução deste sistema. Há 20 anos que o egoísmo possessivo de diretórios partidários com vistas curtas sabota a introdução desta reforma fundamental para a cidadania e a qualidade da democracia.

Olhemos bem este 24 de setembro alemão, para nos roermos de inveja saudável. Tomemos plena consciência de como é um sistema decente, sólido, participado, plural, realmente representativo a funcionar. E façamo-nos estas perguntas:

- Por que podem os alemães escolher livremente os seus deputados e o partido que preferem e nós não?
- Por que é que temos menos direitos do que os alemães?
- Por que é que temos de ser atrasados?

Ao longo destes três anos de trabalho pelo *Manifesto Por uma Democracia de Qualidade*, fomos focando crescentemente na opção por este tipo de sistema da representação proporcional personalizada, adaptando-o às nossas características e necessidades: por um lado, sem qualquer cláusula barreira; por outro, com um círculo nacional de compensação que complete a justiça proporcional do sistema e seja garantia de pluralidade. Fomos por aí por três razões simples:

- Primeira: ser a opção que melhor corresponde ao preceito constitucional definidor, o artigo 149.º.
- Segunda: ser um modelo já testado e bem experimentado numa das grandes e sólidas democracias europeias.
- Terceira: ser o sistema que constitui a melhor evolução do nosso sistema proporcional atual, dotando-o da vitamina e da cidadania que lhe está a fazer muita falta.

Os partidos ainda o impedem. É algo que temos de mudar, a partir das bases e da sociedade civil, a fim de construirmos, como na Alemanha, uma Democracia de Qualidade.

Lisboa, 30 de setembro de 2017

*José Ribeiro e Castro*



## PREFÁCIO DA 1.<sup>a</sup> EDIÇÃO

Uma das piores experiências pessoais que tive como deputado foi o episódio recente da lei que proibiu os reformados de trabalhar, ainda que de graça. Repito: mesmo de graça, sem qualquer remuneração. Por certo todos recordam esse episódio. Eu nunca o esquecerei.

Em julho de 2014, no espaço de comentário semanal, na SIC Notícias, Bagão Félix denunciou a situação, denominando-a de «eutanásia social» – uma condenação dura, mas acertada. Fiquei incomodado. Se era uma lei da maioria (e era...), eu provavelmente tê-la-ia também votado a favor.

Achei que seria certamente engano, ou exagero. Podia lá ser!... E, pela *internet*, fui consultar a Lei n.º 11/2014, que Bagão Félix expunha e denunciava como o «cúmulo da estupidez legislativa».

Era mesmo assim como ele dizia: a Lei n.º 11/2014, de 6 de março, que mexia no Estatuto de Aposentação, alterava o seu artigo 78.º, cujo n.º 1 passava a dispor: «Os aposentados, reformados, reservistas fora de efetividade e equiparados não podem exercer funções públicas para quaisquer serviços da administração central, regional e autárquica, empresas públicas, entidades públicas empresariais, entidades que integram o setor empresarial regional e municipal e demais pessoas coletivas públicas, exceto quando haja lei especial que o permita ou quando, por razões de interesse público excecional, sejam autorizados pelos membros *do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.*» A seguir, o artigo 79.º passava a co-

minar no n.º 1: «No período que durar o exercício das funções públicas autorizadas os aposentados, reformados, reservistas fora de efetividade e equiparados não recebem *pensão ou remuneração de reserva ou equiparada*.» E o n.º 2 concluía, logo depois: «Cessado o exercício de funções públicas, o pagamento da pensão ou da remuneração de reserva *ou equiparada, com valor atualizado nos termos gerais, é retomado*.»

A alteração relativamente ao quadro anterior da lei era precisamente proibir as atividades não remuneradas, pois as atividades remuneradas já tinham sido proibidas em 2010, assim pondo termo a situações de abuso e acumulação de pensão e vencimento que se tinham vulgarizado.

Ou seja, os aposentados e reformados passavam a estar absolutamente proibidos de trabalhar e de colaborar em quaisquer entidades públicas, mesmo sem remuneração. Se «prevaricassem», eram punidos com a suspensão da respetiva pensão. E, se não «prevaricassem», eram punidos também: a lei era escrupulosa a esclarecer que o reformado ficava igualmente sem pensão, enquanto durasse o exercício que fosse devidamente autorizado, mesmo de funções não remuneradas...

O alarme fora dado, ao que parece, por estabelecimentos do ensino superior, onde era prática habitual que professores jubilados mantivessem uma colaboração *pro bono* em várias atividades académicas. Mas o regime aplicava-se a quaisquer outras situações de colaboração graciosa de aposentados com quaisquer entidades públicas: membros de júris, órgãos de consulta, grupos de trabalho de reflexão, ciclos de palestras ou colóquios, etc. Proibido!

Eu também tinha votado este «cúmulo de estupidez legislativa». Não tinha a mais leve consciência de o ter feito; mas, na verdade, essa enormidade também levava o meu carimbo. O sistema fizera-me também incompetente.

Pouco depois, o Governo daria a saber, por porta-vozes anónimos, que a coisa iria ser corrigida e que estava a ser preparada «uma clarificação da lei». Isto poderia ter sido feito logo, pois a Assembleia da República estava em funcionamento e a correção parecia simples: bastava ripristinar o regime de 2010. Mas a correção ainda levou alguns meses: só seria feita com a Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, que aprovou um Orçamento retificativo.

Fiquei maçadíssimo, muito incomodado mesmo, com a minha participação inconsciente nessa «eutanásia social» e fui tentar averiguar o que se passara. A coisa tinha sido ainda mais estranha – e, por isso, mais grave, no tocante ao funcionamento do nosso sistema parlamentar.

Essa norma constava já da redação inicial da Proposta de Lei n.º 171/XII, sobre a chamada «convergência dos regimes de pensões», que dera entrada na Assembleia da República em setembro de 2013. Depois de aprovado este diploma em novembro, o Presidente da República remeteu-o para o Tribunal Constitucional, que o chumbaria nalgumas normas. Vetado por inconstitucionalidades, voltou tudo à Assembleia em janeiro de 2014. E é assim que chegamos, finalmente, em janeiro, à Lei n.º 11/2014, publicada em março e, quanto àquele ponto, objeto de denúncia e exposição pública apenas em julho. Mas o mal estava lá, pelo menos, desde setembro de 2013, sem que – aparentemente – quem quer que fosse se desse conta. Extraordinário, não?

Não vou curar de apontar o dedo a outras responsabilidades. Não vou querer saber se houve erro ou se a alteração era deliberada, por alguma intencionalidade difícil de decifrar. Ninguém apareceu a dar a cara para explicar o que se pretendia, nem a pedir desculpa pelo lapso; e custa entender por que se foi mexer neste artigo, quando a proibição de funções remuneradas já estava estabelecida desde 2010. Não vou procurar saber como é que, a montante, esta coisa teria talvez passado despercebida a todos os ministros, que aprovaram a Proposta de Lei em Conselho de Ministros, assim como, anteriormente, também a todos os secretários de Estado que a apreciaram em Conselho preparatório e, bem assim, a todos os respetivos técnicos e assessores nos gabinetes.

Vou assumir somente a minha própria responsabilidade, enquanto deputado: eu não devia ter deixado. E aponto, assim, o dedo a mim próprio e aos meus pares: nós não devíamos ter deixado. Como é que possível que, entre setembro de 2013 e janeiro de 2014, ao longo de quatro meses de trabalhos parlamentares em duas rondas, eu não tivesse sabido, nem dado nota de uma norma deste calibre? Como é possível que, nesses quatro meses, nem em plenário, nem nas comissões parlamentares, o problema tivesse sido suscitado por quem quer que fosse? Como é possível que nenhum dos 230 de-

putados levantasse uma voz crítica? As oposições, é certo, votaram contra o diploma da «convergência», nas duas vezes – mas por outras razões que não esta. E não terão sido, assim, só os deputados da maioria a carimbarem sem ver; os das oposições porventura também não terão notado. Pior era impossível. Uma «eutanásia social», mais um ataque geracional, uma agressão inominável aos velhos, e ninguém se dá conta.

Senti-me envergonhado, muito envergonhado. E se não peço desculpa, nem é tanto por a falha não ser só minha; mas sobretudo por estar em crer que o caso não tem desculpa possível. A única «desculpa» aceitável será tornar impossível a repetição destes casos, isto é, reformar o sistema.

O sistema foi progressivamente escancarando a porta a estes erros – ou manipulações. Os deputados tornaram-se, por regra e prática estabelecida, elementos servis de dinâmicas políticas, peças oleadas de uma engrenagem. A sua capacidade crítica foi reduzida ao mínimo – e, por conseguinte, a sua responsabilidade também.

São às dúzias as matérias que são votadas sem se ter plena e absoluta consciência do que se está a fazer. A análise dos diplomas é segmentada por comissões e o trabalho coletivo horizontal é escasso, quando não nulo. Na prática que conheço, raramente discutimos ou analisamos um diploma – e, quando o fazemos, é apenas sobre um determinado tópico que suscitou especial controvérsia ou mereceu a atenção específica de alguém. Tudo o mais, ou seja, quase tudo, passa sem a mais leve apresentação analítica ou aturado debate crítico em grupo parlamentar. E creio que a prática generalizada nos diferentes grupos, nomeadamente nos partidos que têm governado, não anda longe disto. Penso que esta banalização é que explica que, das várias vezes que tenho repontado contra esta forma de funcionamento, me parece ser olhado como um extraterrestre. A generalidade acha que assim é que está bem, ou conforma-se. É o «sistema».

Os regulamentos dos grupos parlamentares, que conheço, não dispõem assim. Obviamente. E porventura os partidos teriam até vergonha e embaraço em reverem a redação dos regulamentos dos seus grupos parlamentares por forma a espelharem a prática efetiva instalada. Mas é assim que as coisas funcionam. É o «sistema».

O Parlamento Europeu, que não é bom exemplo em muita coisa, dá, todavia, 10 a 0 à Assembleia da República neste campo. Em Bruxelas e Estrasburgo, por cada semana de sessão plenária, os grupos têm pelo menos três reuniões de debate e apreciação da agenda. Uma, na semana anterior, de preparação e revisão geral; e mais duas, no decurso da semana em que decorrem os últimos debates em plenário e as votações. O sentido de voto é sempre decidido em coletivo, assim como as dissensões. E toda a gente é informada por toda a gente. Por cada matéria em debate, há uma nota técnica de informação, onde são assinaladas as questões mais relevantes ou aquelas de decisão mais difícil ou dividida; e cada uma dispõe também, no grupo, de um deputado-relator ou relator-sombra, pronto a informar os seus pares sobre as novidades e os problemas que estão em causa. Praticase um sistema de responsabilidade entre pares. Nada é escondido. E nada é confinado somente aos corredores e aos conciliábulos. Depois, há outros problemas; mas o da democracia interna não, de todo.

Na Assembleia da República, os deputados, em geral, deixaram de representar quem os elegeu para representarem quem os pôs nas listas. E o sistema foi decaindo, em evolução negativa para um quadro cada vez mais funcionalizado, com muito escasso poder dos deputados e muito reduzida capacidade crítica, individual e coletiva.

O caso escandaloso da «eutanásia social» – efetivamente tentada ou erro inadvertido – é apenas um de muitos que poderiam citar-se. Todas as semanas se poderá encontrar mais um. E alguns são também muito graves. Como pensam que foi possível o deboche das PPP? Como pensam que, desde há décadas, tem sido possível o declínio contínuo do interior? Como pensam que se acumulam sucessivos fracassos na descentralização? Como pensam que tem sido possível tanta sucessão de disparates nos modelos e escolhas feitas no abandono das financeiramente onerosas SCUT? Como pensam que foi possível caminhar para a ruína financeira até chegarmos onde chegámos? Como pensam que foi possível ir cavando a insustentabilidade ou crise aguda de sistemas sociais fundamentais? Deputados sem autonomia, deputados sem autoridade, deputados em proclamação ordenada.



Alguém nos invadiu? Não. Alguém nos ocupou? Não. Alguém nos submeteu? Não. Fomos nós mesmos. Temos sido só nós os culpados, com um sistema errado, cuja disfuncionalidade foi crescendo até ao absurdo.

Esse é, por conseguinte, o imperativo prioritário da reforma política: restituir a democracia à democracia; ou, por outras palavras, restituir os deputados aos deputados e, portanto, aos seus eleitores. Esse é o caminho: construir uma democracia de responsabilidade.

Como? Tornando o deputado mais senhor do seu próprio mandato, mais dependente dos eleitores do que dos «chefes», mais soberano do que criado. Ou não é o Parlamento um órgão de soberania? Ou não deve a Assembleia da República representar o povo eleitor e, portanto, responder em primeira linha perante a cidadania?

É nisto que este pequeno livro reflete. Somos um grupo de cidadãos com sensibilidades políticas diferentes, alguns com escolha partidária, mas todos com espírito democrático, livre e independente, e unidos num comum propósito: POR UMA DEMOCRACIA DE QUALIDADE.

Lisboa, 30 de março de 2015

*José Ribeiro e Castro*



**MANIFESTO**  
POR UMA DEMOCRACIA DE QUALIDADE

Mais informações sobre o Manifesto «Por uma Democracia de Qualidade», subscrição, contactos e outras perguntas podem ser feitas através do endereço de *email* [porumademocraciadequalidade@gmail.com](mailto:porumademocraciadequalidade@gmail.com) ou, ainda, visitando a página de *facebook* [www.facebook.com/DemocraciaQualidade](http://www.facebook.com/DemocraciaQualidade).

# **Reformas prioritárias do sistema político em Portugal\***

## **1. Alteração do sistema eleitoral para a Assembleia da República**

O sistema eleitoral é um pilar fundamental do regime democrático. Desde há longos anos que o sistema eleitoral português se ressentite do facto de ter sido sequestrado pelos diretórios de partidos políticos. Como os próprios partidos têm vindo a tornar-se em centros políticos fechados ao exterior e dominados por aparelhos profissionais, os cidadãos constataam cada vez mais que acaba por ser o grupo dominante dentro de cada partido a determinar o perfil e os nomes dos deputados a eleger.

Este facto tem levado a que os grandes partidos do sistema tenham, as mais das vezes, deixado de apresentar ao eleitorado opções políticas reais e mobilizadoras. Pior: tem conduzido à degradação contínua da qualidade da política.

---

\* A lista dos Subscritores deste Manifesto consta na página 359.

Não pode haver a mais pequena dúvida de que existe um fosso crescente entre as aspirações dos cidadãos e as propostas dos partidos, com uma quebra de confiança que os números da abstenção amplamente demonstram. Esse fosso é mortal para o regular funcionamento da democracia.

O que se pode dizer hoje sobre o mero rotativismo, quantas vezes vazio de alternativas de substância, que infeta o sistema político português é que são as mesmas manifestações de arteriosclerose da política que se verificavam há cem anos: uma completa alienação dos cidadãos em relação à chamada «classe política» e um completo domínio da oferta política por fações partidárias que só respondem perante os seus próprios aparelhos e se desenvolvem em redes clientelares.

Há, no entanto, soluções que permitiriam reduzir este fenómeno que tem corroído a nossa democracia representativa, manter as regras democráticas que visam a estabilidade e dar uma voz mais ativa aos cidadãos empenhados no fenómeno político, mas cuja esfera de atividade se desenvolve fora dos partidos. Em suma, há soluções que não só não põem em causa o fenómeno essencial da representação política, nem a estabilidade governativa e dos ciclos políticos, como sobretudo darão real significado à estabilidade e darão vida à representação política em sentido próprio.

Nos 40 anos do 25 de Abril, entendemos que é tempo de abrir esta discussão de forma séria e determinada, informada e propositiva, visando uma alteração desta vertente do sistema político sem a qual o sistema representativo terá dificuldades em sobreviver.

O consenso a que chegámos tem por base um amplo debate prévio de muita gente interessada e independente e tem em vista:

- por um lado, quanto aos partidos políticos, **assegurar que os eleitores têm também efetivamente uma palavra decisiva na escolha dos deputados eleitos**, em vez de estes serem exclusivamente escolhidos pelos diretórios partidários e respetivas redes de clientelas; e
- por outro lado, **permitir o acesso ao sufrágio para a Assembleia da República de cidadãos independentes** que tenham vontade e interesse em disputar eleições, mas não estejam dispostos a sujeitar-se a disciplinas partidárias.

Ora, com exceção da apresentação, direta e autónoma, de candidatos independentes à Assembleia da República (que ainda é impedida pelo artigo 151.º da Constituição), tudo o mais pode ser feito com a maior amplitude e imaginação.

Tudo pode ser feito com a garantia – como é indispensável – da rigorosa representatividade parlamentar das diferentes correntes de opi-

nião existentes na sociedade portuguesa. E tudo pode, e deve, ser feito em moldes que impeçam – como é também indispensável – que a reforma eleitoral seja aproveitada de modo oportunista para fazer concentrar artificialmente toda a representação em dois ou três partidos, que dela se apropriariam de modo ilegítimo.

A Constituição e o pluralismo existente dão suficientes garantias de seriedade e decência na reforma das leis eleitorais. E o número de deputados da Assembleia da República, matéria que a Constituição também abriu há largos anos, só deverá ser fixado no quadro de uma reforma qualitativa do sistema eleitoral, por forma a assegurar, dentro dos limites quantitativos da Constituição, a justa e impecável representação proporcional dos cidadãos, do território e das correntes políticas – pode até haver um número variável de deputados, de eleição para eleição, como acontece no sistema misto alemão pelo efeito dos chamados *Überhangmandaten* (em inglês, «*overhang seats*», isto é, assentos excedentários ou «sobressalientes»). Uma reforma meramente quantitativa da composição da Assembleia da República, como frequentemente se ouve, pode corresponder a impulsos de pura demagogia e não resolveria os problemas de fundo do sistema, podendo facilmente ser instrumentalizada para reduzir, em vez de melhorar, a representatividade parlamentar e para fortalecer, em vez de diminuir e limitar, o poder impositivo dos diretórios.

O escândalo da manutenção do impasse em que se arrasta – e afunda – o nosso sistema político é, na verdade, tal que já a revisão constitucional de 1997 veio permitir amplas reformas do regime eleitoral para a Assembleia da República, sem que nada acontecesse. Há dezasseis anos, portanto, que, sem mais desculpas ou limitações, a ausência da ansiada (e, algumas vezes, badalada) reforma do sistema eleitoral no sentido acima referido se deve unicamente à inércia e ao bloqueio imposto pelas lideranças e pelos diretórios dos partidos dominantes. Falam, falam, falam... e nada fazem.

A revisão constitucional de 1989 já havia permitido a instituição de um círculo nacional, complementar dos círculos distritais/regionais, permitindo uma reconstrução global dos círculos eleitorais por forma a aproximar os deputados dos eleitores sem afetar – e antes podendo melhorar – a proporcionalidade global da representação. E há vinte e cinco anos que nada é feito.

A revisão constitucional de 1997 veio permitir que, ao lado das listas de candidatos em círculos plurinominais como atualmente, o sistema eleitoral possa conter também círculos uninominais onde se apresentam candidatos individualmente. Assim, a possibilidade de introdução de círculos uninominais, desde que a representação proporcional global não seja afetada, veio abrir a porta a uma vastíssima gama de opções para a



reforma das leis eleitorais que subtraia o atual poder impositivo dos diretórios partidários e o reforce antes nas mãos dos eleitores. E, todavia, há dezassete anos que nada, absolutamente nada, foi feito.

Com a intensidade que estas matérias têm sido debatidas em Portugal desde há cerca de duas décadas, não pode haver maior prova de inação e de incapacidade do sistema político e dos seus dirigentes. Conversou-se muito. Nada se fez.

É chegada a hora de mudar.

Não podemos dar início ao ciclo político de 2015 nas mesmas condições que nos afundaram num atoleiro, graças em boa medida ao circuito fechado endogâmico em que o sistema político se foi enclausurando.

Urge promover uma reforma eleitoral que:

1. Coloque o poder de escolher os deputados muito mais nas mãos dos eleitores;
2. Permita apresentar à Assembleia da República candidaturas independentes fora dos partidos;
3. Ajuste a composição da Assembleia da República às necessidades do novo sistema.

Nesse sentido, importa promover urgentemente uma reforma eleitoral que, mantendo e até melhorando a justiça da representação proporcional e reduzindo o número de votos que são perdidos em cada

eleição legislativa, reestruture os círculos eleitorais e aproxime eleitos e eleitores.

A via que preconizamos passa por aproveitar a porta aberta, desde 1997, pelo artigo 149.º da Constituição, no sentido da introdução de **uma componente de círculos uninominais**, uma vez que esta reforma teria um elevado impacto qualitativo imediato na perceção e operação do sistema, reforçando claramente a proximidade pessoal eleitos/eleitores. Pode ser feita, nomeadamente, no quadro de um sistema misto como na Alemanha, em articulação com círculos plurinominais regionais, que é um modelo bem testado e conhecido. Mas, se se preferir, pode ser construído por outros modos de articular **círculos uninominais** com **círculos plurinominais restritos** e/ou porventura ainda um **círculo nacional** de compensação, que garanta sempre a proporcionalidade justa e impecável da representação política parlamentar. Não é por falta de soluções e de modelos em abstrato que a reforma eleitoral, tão ansiada, não é feita.

Mas, sem embargo desta nossa inclinação maioritária, acrescentamos que, caso se escolha outra opção ou seja esse o consenso nacional dominante, há ainda outras modalidades possíveis de reforma eleitoral no quadro constitucional atual que igualmente permitiriam, total ou parcialmente, os propósitos anunciados. Seria, por exemplo, o caso da

introdução do **voto preferencial** nas listas plurinominais, como vigora em muitos países nórdicos. Ou, com ligeiros ajustamentos de constitucionalidade, seria ainda a opção pelo chamado **voto único transferível** (*sistema de Hare*), como no sistema eleitoral irlandês, que permite a mais aberta apresentação de candidatos independentes, ao lado de candidatos partidários, e que realiza, em geral, o que pensaríamos ser a «quadratura do círculo»: os eleitores votam uninominalmente nos candidatos de que gostam e querem; mas a representação parlamentar acontece proporcional.

Repetimos: não é por falta de opções que a reforma eleitoral há muito exigida pela cidadania não é feita. Há mais de vinte anos que esperamos por ela. Há dezassete anos que é impedida e bloqueada pelos diretórios do sistema.

Está na hora de a realizar efetivamente. E está também na hora de fazer a revisão constitucional que permita candidaturas independentes nas eleições legislativas.

Estas reformas devem ser feitas a tempo ainda, como é imperativo, do ciclo político de 2015.

É altura de devolver o poder aos eleitores. Está na hora de dar vida à democracia e de evitar a sua perda de autenticidade. Portugal não pode esperar!

## **2. Alteração do sistema de financiamento dos partidos políticos**

Este é também um problema fundamental do nosso doente sistema democrático.

Os cidadãos têm o direito de saber com muito mais rigor quanto é o orçamento e quais as origens das receitas de cada partido político, o que, hoje em dia, por fatores vários e talvez «conveniências» insuficientemente atalhadas (por exemplo, o elevado número de locais descentralizados onde os depósitos são feitos), é manifestamente impossível.

Há que aperfeiçoar o quadro atual do sistema de financiamento partidário:

- Receitas de fonte maioritariamente pública, com verbas alocadas pelo Orçamento do Estado.
- Receitas privadas apenas por contributos de pessoas individuais em moldes estritamente regulamentados na lei (quotizações, donativos limitados ou eventos de angariação de fundos) e permitindo a respetiva fiscalização pública, nomeadamente pelas deduções na coleta em sede de IRS ou por outros mecanismos de cruzamento com o sistema tributário.

O sistema atual de financiamento público predominante justifica-se como prevenção da corrupção e fator de igualdade entre os diferentes atores políticos. Todavia, a cidadania continua a considerar que nem um, nem outro desses propósitos foi atingido.

Por um lado, continua a pensar-se, justa ou injustamente, que a corrupção pode entrar pela porta dos financiamentos eleitorais ou partidários. Por outro lado, ainda há o sentimento de injustiças e desigualdades no tocante aos chamados «pequenos partidos» e sobretudo com referência a candidaturas independentes fora dos partidos, que deveriam passar a ser permitidas, na Constituição e na lei, em todos os tipos de sufrágio eleitoral.

As contas dos partidos políticos, onde quer que se localizem, devem passar a ser auditadas por fortes entidades independentes e muito credíveis, por exemplo, um corpo de auditores especiais no âmbito da Procuradoria-Geral da República ou uma secção especializada do Tribunal de Contas, que as apresentem à Assembleia da República e ao Povo Português. Outro sistema possível, em alternativa ou complementar, seria o recurso necessário a auditores externos, designados por entidades públicas de controlo, embora os custos da auditoria fossem suportados pelas finanças dos próprios partidos.

Creemos que o controlo das contas quer dos partidos, quer dos atos eleitorais deve transitar do Tribunal Constitucional para a esfera, certa-

mente mais técnico-financeira, do Tribunal de Contas. E pensamos que o julgamento das contas não deve ficar-se pela aplicação de coimas, que muitas vezes pouco ou nada diz quanto aos fundamentais do sistema; mas deve ser completado por relatórios regulares bienais ou quadrienais, que recomendem, com base na experiência verificada, as melhorias legislativas que se imponham, no sentido de aproximar a qualidade do sistema dos objetivos que o inspiram: transparência, seriedade, igualdade e serviço do interesse público.

Deve assegurar-se a ausência de qualquer discriminação contra candidaturas independentes e em favor dos partidos estabelecidos. Deve garantir-se o melhor serviço do interesse público na aplicação do financiamento público partidário (por exemplo, mais formação cívica e política e menos gastos com publicidade e propaganda). E deve aperfeiçoar-se a tutela penal do financiamento político e partidário com origem em fontes privadas, protegendo-se nomeadamente quem denunciar eventuais casos de corrupção e contribuir para a sua prova.

O financiamento partidário é frequentemente um calcanhar de Aquiles dos regimes democráticos. Não podemos vacilar, nem transigir com uma democracia assente em pés de barro ou que possa desenvolver pés podres.

Importa melhorar efetivamente o sistema, apurando-o a tempo também do ciclo político de 2015.

### 3. Conclusão

São estes os dois desafios que deixamos à classe política vigente. E este é o apelo em que pretendemos mobilizar-nos com a cidadania.

A crise de Portugal exige respostas democráticas. É urgente. E estas respostas só são possíveis com **uma democracia de qualidade**.

O País tem vindo a viver e a atravessar uma crise profundíssima, a que, de forma surpreendente ou já nem isso, novos episódios, frentes e exigências não cessam de acrescentar-se, infelizmente, com origens e efeitos muito graves, sensíveis e delicados. O País sente cada vez mais estarem em causa instituições públicas e privadas que são alicerces do nosso sistema político e económico e em que assenta a confiança, elemento absolutamente indispensável à normalidade da vida coletiva e ao progresso nacional.

As obras de fundo requeridas por tudo o que tem vindo a acontecer-nos e a confrontar-nos, muitas de ordem económico-financeira, são prementes e de vasta incidência. Mas não podem fazer-nos esquecer uma vez mais, nem devem apagar da agenda aquelas outras reformas axiais no sistema político que já deveriam estar feitas – reformas essas, aliás, que, se assim já tivesse acontecido, talvez nos tivessem evitado muitos destes abalos, graças à maior autenticidade e independência da democra-

cia representativa e à efetiva transparência do financiamento político-partidário. Por isso, fazê-las também, agora, estará em linha coerente com aquele caminho de reforma democrática profunda que Portugal tem imperiosamente de prosseguir, numa rota de construção global de mais saúde, mais higiene, mais rigor e mais verdade na nossa vida pública.

Está na altura de dizer «Basta!» É a hora de mudar de vida, de paradigma e, desde logo, de procedimentos democráticos de base. Foi Einstein quem disse: *«Não há nada que seja maior evidência de insanidade do que fazer a mesma coisa dia após dia e esperar resultados diferentes.»* E ninguém necessita de ser Einstein para modificar aquilo que há muito se identificou como estrategicamente necessário e continua a tardar em fazer-se.

Façam urgentemente a reforma do sistema eleitoral, pelo menos aquela que a Constituição já permite, devolvendo efetivamente o poder aos cidadãos. Permitam-nos verdadeiramente um novo ciclo a partir de 2015. E não tenham medo dos independentes. Não tenham medo da liberdade.

Deixem-nos caminhar com uma democracia sempre verdadeira e sempre limpa.

Não atrasem mais. Não bloqueiem o futuro de Portugal.

Lisboa, 25 de agosto de 2014





# O QUE SERÁ, QUE SERÁ?\*

Por **João Luís Mota Campos**

Advogado, ex-secretário de Estado da Justiça

Catorze anos depois do início da «década perdida» de estagnação económica (já década e meia), o povo olha o futuro com ansiedade.

As pessoas acham que não encontram no sistema político um rol de soluções limpas, decentes e eficientes para os problemas do país; desconfiam cada vez mais de uma classe política que consideram desonesta e incompetente e das instituições que parecem não servir o seu propósito.

A ideia é que todos os políticos confluem na mesma sopa pragmática de soluções basicamente impostas por «Bruxelas», sem que os portugueses tenham realmente alguma coisa a dizer sobre isso.

O fosso entre «eles», os políticos que mandam, os diretórios partidários e os poderes «que são», e «nós», os que votamos por hábito e desfastio, os que pagamos impostos, os que cumprimos a miríade de regras em que o Estado («eles») nos enreda, sempre existiu. Hoje, perante a falta de horizontes e alternativas reais, esse fosso é cada vez maior.

Esta circunstância pode ter várias consequências: uma é a da progressiva anomia da sociedade, um divórcio crescente e desinteressado entre portugueses que obedecem («nós») e portugueses que mandam («eles»); outra é a do surgimento, a que até agora ficámos miraculosamente imunes, de movimentos populistas e radicais de direita ou de esquerda, ou pior, de aventuras personalistas. A verdade é que tudo tem um começo, e antes do começo era outra coisa...

Não ajuda que a «classe política» seja vista como profundamente corrupta, mas também não ajuda que os partidos existentes, sobretudo os do tal «arco da governação», sejam hoje meras máquinas de poder, sem qualquer ideologia que os distinga nem ideias fortes para aplicar no governo.

---

\* Publicado em 10 de dezembro de 2014.

Por outras palavras, ninguém diz ao que vem e poucos saberão realmente ao que vêm. Também ninguém assume o custo real em impostos das exaltadas proclamações que faz antes das eleições. Tivessem-no feito e não estaríamos aqui.

Mas, se a nossa democracia não é perfeita nem inteiramente transparente ou completamente funcional, e parece até bloqueada, há ainda muita coisa a fazer antes de pensarmos noutra coisa.

Como na música de Chico Buarque, corre um rumor, um vozear, um vago alarido, um sentir difuso. «O que será, que será? Que anda nas cabeças, anda nas bocas; Que andam acendendo velas nos becos; Que estão falando alto pelos botecos; E gritam nos mercados que com certeza; Está na natureza. Será, que será?»

O que este rumor nos traz é o eco confuso da vontade de mudar muita coisa no sistema político e, para começar, na forma de escolha dos nossos representantes. Não será o mais, mas não é o menos.

Há anos que neste país em que acontece tudo e parece que não acontece nada se fala em mudar o sistema eleitoral de forma a aproximar os eleitores dos eleitos.

Podemos do dia para a noite fazer uma revolução, chamar a troika para mandar em nós, mudar de moeda; não podemos, pelos vistos, é discutir de uma vez por todas e passar à prática uma reforma tão comezinha e simples como a que consistiria em criar, no sistema político e eleitoral, formas e mecanismos que permitam aos eleitores ter uma voz mais ativa na escolha dos deputados à Assembleia da República.

Muitos líderes políticos – aliás, todos, à vez – têm proclamado a necessidade de mudança; infelizmente, quando chega a sua vez de poder mudar, emudecem.

A única coisa que a nossa Constituição não permite é o surgimento de candidatos independentes que se possam candidatar sem o beneplácito dos diretórios partidários, claro.

De resto, tudo é possível, incluindo a criação de círculos uninominais.

Uma reforma sensata e bem feita deste sistema será um enorme balão de oxigénio para a democracia. Chegou a altura de a fazer.

# PORTUGAL, OS CIDADÃOS E A POLÍTICA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

A Terceira República encontrou a respetiva estabilização política e económica no seio da Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia.

Mas o sistema eleitoral português não se tem revelado capaz de contribuir para resolver os desafios económicos e financeiros criados pela introdução da moeda única, que exatamente a União Europeia decidiu criar para reforçar a sua própria coesão dinâmica.

E as razões pelas quais a participação de Portugal no euro se saldou num fracasso têm uma base mais política que económica.

De facto, o sistema eleitoral vigente veio a revelar fragilidades graves, de que a falta de um escrutínio democrático direto na escolha dos deputados da Assembleia da República é a componente mais patente.

Ao pertencer a uma união monetária, no contexto de uma união económico-financeira claramente ainda incompleta, Portugal tem de assumir uma exigência de muito maior rigor da gestão económico-financeira tanto ao nível das políticas públicas como ao nível da gestão empresarial.

Ora na primeira década da integração de Portugal no euro os dirigentes políticos não mostraram a qualidade, a isenção e a independência capaz de assegurar a competitividade da economia portuguesa, tendo antes optado por um despesismo populista, utilizando as vantagens da inclusão no euro quase exclusivamente para fomentar o consumo interno e os bens não transacionáveis, e não para assegurar a produtividade e competitividade económica.

E é o regime eleitoral para a Assembleia da República que é o calcanhar de Aquiles do atual sistema político, e por consequência da nossa sustentabilidade económica e financeira.

---

\* Publicado em 17 de dezembro de 2014.

Ao poder votar apenas em «listas fechadas de deputados», ordenadas exclusivamente pelos diretórios partidários para cada distrito, os eleitores apenas elegem «pacotes de deputados», e não têm intervenção rigorosamente nenhuma na escolha ou na avaliação personalizada dos deputados.

Ou seja, a sobrevivência política, e muitas vezes económica, dos deputados da Assembleia da República depende em exclusivo dos humores dos diretórios partidários que em cada momento dominam a máquina dos partidos.

É esta desvirtuação do «escrutínio democrático personalizado dos deputados» que afasta muitos dos melhores da política, e voltou a recolocar na agenda deste início do século xxi os mesmos fantasmas que liquidaram a monarquia constitucional e a Primeira República, debaixo do estigma da «porca da política».

Há vários matizes na forma concreta como uma nova lei eleitoral para a Assembleia da República poderá ser feita em detalhe. Por mim considero apenas que deverá obrigatoriamente permitir um elemento de avaliação personalizada dos deputados.

Considero que só uma participação dos eleitores na escolha dos deputados e na conseqüente avaliação de competências e rigor de atuação, obviamente dentro do quadro de uma disciplina que assegure a governabilidade do país, pode assegurar a regeneração política e a sustentabilidade económica e social do país.

Mas é evidente que isso exigirá também uma intervenção mais dinâmica da parte da sociedade civil na avaliação da qualidade e da seriedade dos deputados eleitos. Pode parecer fácil para grande parte da sociedade civil criticar os políticos em abstrato e à distância, mas o que se pretende é que os eleitores tenham uma parcela de intervenção responsável na avaliação dos deputados eleitos. É exatamente isso que terá de acontecer de acordo com as linhas mestras de uma nova lei eleitoral.

De outra forma a degeneração da qualidade do sistema político e o progressivo definhamento económico e financeiro acabarão por pôr em causa o atual regime político e a participação economicamente sustentável de Portugal na zona euro, e por extensão a sua manutenção na própria União Europeia.

# A DEMOCRACIA *KETCHUP*\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

O Manifesto *Por uma Democracia de Qualidade* não teria préstimo de qualquer espécie se vivêssemos num regime de democracia representativa. Mas não vivemos. A democracia representativa atingiu um estágio de fraude generalizada. Vivemos mergulhados num teatrinho: a democracia só é representativa no sentido de representação teatral – a representação política esvaiu-se e perdeu por inteiro sentido e autenticidade.

Num quadro europeu, integrado, de ambiente democrático, quem se sente representado nas decisões que são tomadas? Quem crê ter contribuído para essas decisões europeias, que preponderam cada vez mais nas nossas vidas e que apenas nos são comunicadas? A nível nacional, quem sente que as decisões governamentais ou parlamentares ecoam debates sociais em que tenhamos tido palavra e gesto? Salvo um ou outro voto divergente, qual é o deputado que, com verdade, pode dizer que realmente fez parte? Quem, não sendo chefe, pode dizer que teve voz? Onde estão as reuniões dos grupos parlamentares onde, lei a lei, decisão relevante a decisão relevante, uma vontade coletiva se tivesse verdadeiramente formado? Quem, além de ninguém, pode dizer que participou? Nos partidos europeus, integrados, onde estão os maiores partidos nacionais, quem pode dizer que contribuiu? Onde está o debate, que viesse da base? Onde sobra o sentido de efetivamente se pertencer, ser-se parte do conjunto europeu? E, nos partidos políticos nacionais, chave da democracia, quem participa, quem debate, quem decide? Quais são os órgãos que efetivamente funcionam? Onde é que há debate prévio, orgânico, aberto e informado? Onde são tomadas as decisões que nos governam?

---

\* Publicado em 24 de dezembro de 2014.

O regime está capturado. Tornou-se proceSSIONAL. Se a vontade coletiva não se forma como deveria formar-se, se os órgãos de representação não funcionam corretamente, se a escala da representação foi invertida, onde são tomadas as decisões? Nos centros de interesse. Decidem, influenciam, comandam: comunicam com seletos nós de poder, que irradiam o facto consumado de cima para baixo. Assim estamos.

O regime é *top-down* como as embalagens de *ketchup* nas mesas dos *fast food*. O regime é comida rápida de cima para baixo. Impera a consumadocracia: quando podemos discutir, é normalmente perante o facto consumado. Não contribuimos para as decisões a tomar; alinhamos ou desalinhamos perante decisões já tomadas. Nos vários patamares da representação política, nos diferentes degraus de construção da vontade coletiva, a participação foi sendo furtada. O regime é uma *matrioska* decorativa: bonitinha, mas vazia.

O modelo *ketchup* contaminou, aliás, toda a vida coletiva. As histórias recentes do BES e da PT mostram como a completa quebra de institucionalidade viciou a vida empresarial, que se recheou de gente a assinar de cruz, administradores que se confessam verbos de encher. O regime é *ketchup* e nós pagamos o preço. A comida rápida sai cara – porque, é sabido, os centros de interesse são gananciosos.

Às vezes, perante tanto disparate acumulado, ouve-se perguntar: como foi possível termos decidido estas loucuras? É que, na verdade, não decidimos quase nada. Ninguém verdadeiramente nos perguntou; e quase nada realmente pudemos deliberar. Quando muito, consentimos. Ora, hoje, a questão urgente é essa: deixarmos de consentir.

É urgente devolver cidadania aos deputados, dar-lhes senhorio, escolhê-los diretamente, vesti-los de responsabilidade, apetrechá-los para serem exigentes. Só deputados cidadãos, em vez de caudatários, podem representar a cidadania.

Cresceu o sentimento de crise da democracia. Nem é bem verdade: o que está em crise é a farsa em que a transformámos. Pondo termo à farsa, a democracia salva-se.

# UMA TAREFA PARA A SOCIEDADE CIVIL – I\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

É frequente ler-se e ouvir-se que estamos perto do fim do regime. Não sei se é verdade, mas, a ser, tal deve-se à muito baixa qualidade da nossa democracia. Para evitar cenários trágicos mais vale juntarmo-nos e atuarmos para melhorar a nossa democracia, que tanto nos custou implementar e consolidar.

Concluirão facilmente os leitores deste pequeno artigo que essa importantíssima tarefa compete agora à sociedade civil. Os partidos políticos estão, há décadas, a informar que pretendem introduzir as melhorias necessárias para aproximar os cidadãos dos órgãos decisores da nação, mas pura e simplesmente não fazem nada para isso. Os seus planos de ação resumem-se a dar sinais errados à população e aos próprios políticos, para que se continue a pensar erradamente que algo de melhor se perspetiva para o futuro.

A génese da qualidade de uma democracia está na forma como os deputados eleitos para a Assembleia que legisla e avalia o governo são escolhidos pelos cidadãos.

Sistemas como o atualmente vigente em Portugal são pouco usuais e têm aspetos muito negativos, nomeadamente os seguintes:

- Listas de deputados emanadas quase exclusivamente pelos diretórios dos partidos políticos;
- Impossibilidade de os eleitores avaliarem os candidatos, não permitindo a exclusão de uns e uma melhoria do posicionamento de outros nas listas, facilitando assim a sua entrada no hemiciclo;
- Listagens com muitos seguidores em exclusivo dos líderes partidários e, ainda pior, com muitos candidatos escolhidos com base em critérios duvidosos.

---

\* Publicado em 31 de dezembro de 2014.



É, para mim e para muitos, bem claro que, com uma lei eleitoral como a nossa, o regime terá dificuldade em equilibrar-se. Compete neste momento à sociedade civil dar sinais claros sobre o que espera dos partidos políticos nesta matéria.

Em minha opinião, espera-se agora que a Constituição e a lei eleitoral permitam que os cidadãos escolham de forma muito mais profunda e completa os seus representantes. Tal como já é prática em muitos outros países, também em Portugal seria fácil implementar-se um sistema eleitoral em que a título meramente de exemplo se apresenta um modelo já estudado para o nosso país, em que:

- Existam círculos uninominais, por exemplo uns 130 ao longo do país, onde, como o nome indica, apenas seria escolhido o candidato mais votado e para os quais deveriam ser aceites candidatos independentes das estruturas partidárias. A estes círculos adicionar-se-ia o círculo nacional com aproximadamente 100 candidatos, com a possibilidade de avaliação destes pelos eleitores, como critério de acesso ao hemiciclo e às importantes comissões da Assembleia da República.

A existência de círculos uninominais, tal como acima definidos, ajuda em muito a aproximar os cidadãos dos atos eleitorais e, conseqüentemente, da Assembleia da República, porque se consegue assim completar uma eleição nacional com uma variável de representatividade local, tão importante para que os cidadãos sintam que alguém nesta Assembleia luta efetivamente pelos seus genuínos interesses.

Contra este sistema otimizado, e usado em muitos países desenvolvidos, costumam alguns dos representantes dos nossos partidos políticos alegar que «não assegura a governabilidade do país», comentário que não corresponde à verdade. Permito-me acrescentar que, se esses partidos têm receio dos círculos uninominais com candidatos independentes, a solução mais simples para resolverem esse problema é escolherem os melhores candidatos para esses círculos, para assim garantirem a sua eleição.

Julgo não ser difícil para o leitor aperceber-se da vantagem deste sistema ou de outro semelhante para aproximar os eleitores dos seus eleitos

para a Assembleia da República, contribuindo assim definitivamente para o processo de melhoria da qualidade da nossa representatividade democrática.

Além do acima exposto, os portugueses devem preparar-se para uma discussão profunda sobre o nível das remunerações da nossa classe política, porque os seus salários, se demasiado baixos, além de outros efeitos, não servem de alento a que os melhores se dediquem à causa pública, situação que temos de conseguir alterar. Este aspeto e um outro ainda, associado ao controlo do financiamento dos partidos políticos, são importantes para a nossa democracia e poderão ser abordados num próximo artigo.

# O ANO DA TEMPESTADE PERFEITA\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

O ano de 2014 terminou sem deixar grandes razões para festejar, nos planos nacional e internacional. Neste, apenas a emergência do Papa Francisco como líder global pode constituir fator de regozijo, não apenas da Igreja de Roma, mas da governação dos povos e da humanidade. A sabedoria de Francisco, transmitida com humor, simplicidade e profundidade, representa uma rotura saudável com a ausência de projeto do discurso político dominante.

Pela extraordinária capacidade de comunicação, pela verdade e seriedade que coloca no que diz e faz, pela compreensão dos problemas que se abatem sobre a humanidade, o Papa Francisco, em apenas um ano, tornou-se líder natural de um planeta em que ele pretende a mudança e a instauração de uma ética da responsabilidade. Aquilo que os líderes políticos fazem por ignorar, como a ditadura do sistema financeiro global, a acumulação de riqueza sem objetivo socialmente útil, a negligência das crianças e a dispensabilidade social dos velhos, o desemprego e a violência como forma de resolução de conflitos religiosos e políticos, são tudo temas tratados pelo Papa com severidade, visão e sem o cinismo dominante na atividade política.

Não sei se a emergência deste Papa no debate interno da Igreja, mas também no debate mais amplo da governação mundial, resultou de um acidente virtuoso mas sem continuidade, ou se, pelo contrário, se trata de um novo caminho consciente da Igreja em direção à pureza do pensamento filosófico do cristianismo. Mas sei que este é o caminho certo, não apenas para a Igreja de Roma, mas também para as mudanças necessárias no modelo político, económico e social da Europa e do mundo global à deriva, na ausência de uma governação planetária.

---

\* Publicado em 7 de janeiro de 2015.

No plano nacional, o ano de 2014 foi o da tempestade perfeita. Fruto de um sistema político moralmente corrupto, que sobrevive sem grandeza e com a maioria dos eleitos do povo a representar apenas os poderes dominantes, os sucessivos desastres de grupos económicos e financeiros do regime e a prisão de altos quadros políticos e da administração, incluindo um ex-primeiro-ministro, são factos reveladores do estado de degradação permitida, frequentemente incentivada, pelas decisões dos governos e pela passividade cooperante dos deputados da Assembleia da República.

No final do ano, os casos do BES/GES e a prisão preventiva de José Sócrates dominaram a atenção dos portugueses, abatidos pelo empobrecimento, pelo desemprego e por uma sangria emigratória da dimensão da dos anos 60 do século passado. No primeiro caso, passaram pela comissão de inquérito governantes, reguladores e gestores financeiros, todos apostados em provar o seu desconhecimento dos indícios do desastre e a sua inocência relativamente às causas. No segundo caso, a prisão de Évora tem sido lugar de romaria de visitas de ex-responsáveis políticos, indiferentes à contribuição dada por José Sócrates para o desastre em que Portugal mergulhou e à amoralidade dos seus comportamentos pessoais e políticos. Muitos não hesitaram mesmo em atacar a justiça e os juízes envolvidos nos processos como se ainda vivêssemos os tempos dos tribunais plenários do anterior regime.

A presunção de inocência tem servido para desculpar o ex-primeiro-ministro e para esconder as responsabilidades de alguns dos visitantes por uma parte relevante do estado de degradação a que chegou o nosso regime político, caracterizado por uma democracia de fachada e dominado pela corrupção, pelo secretismo e pelo compadrio. As 60 empresas do amigo de José Sócrates são, neste contexto, um caso de estudo, no sentido de compreendermos as causas de a economia portuguesa não crescer há mais de uma década.

Assim, pela contribuição de José Sócrates para o desastre económico nacional, pela promiscuidade entre a política e os negócios que ele incentivou e pela incompetência governativa que deixou os portugueses na dependência de um sistema financeiro globalizado e igualmente amoral, a sua previsível prisão é uma bênção que deve ser aproveitada para se reformar o nosso regime político, na direção da decência democrática preconizada pelo Papa Francisco.

# O NOSSO SISTEMA POLÍTICO TORNOU-SE UM PASSIVO?\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Na generalidade das sondagens os políticos aparecem como das entidades menos credíveis. Esta apreciação estende-se aos partidos, aos comportamentos, aos valores proclamados, aos processos de decisão, aos órgãos do poder soberano, sendo que nestes apenas o PR mantém respeitabilidade. O sistema político que suportou a nossa democracia foi-se anquilosando e perverteu-se, e é sentido pelos portugueses como um passivo que os atormenta.

Os partidos foram criando nomenklaturas que rapidamente trocaram o bem comum pelo seu próprio bem: os do arco do governo, servindo-se do Estado como centro de emprego e distribuidor de benesses; os das oposições, servindo-se dos organismos que dominam, numa ação ideológica permanente de luta contra os governos, tantas vezes em greves políticas, forma de boicote à atividade económica, sem olhar a danos para as populações.

E se há mudanças de líderes, os critérios de seleção e as nomenklaturas mantêm-se e os fiéis reproduzem-se.

Criam-se universidades de verão, em que a formação política se subjeta à análise das conjunturas de momento e à formação acelerada de obediências para *novas oportunidades* nos aparelhos, rituais de larga presença nos telejornais, numa enorme feira de vaidades e vacuidades.

Os agentes políticos foram-se tornando *funcionários* dos partidos, mas suportados pelo Estado em oportunas comissões de serviço. E nos órgãos partidários há cada vez menos gente da sociedade civil, das profissões liberais, da atividade empresarial, e cada vez mais funcionários dependentes do partido para nomeações nos órgãos do estado e autarquias.

---

\* Publicado em 14 de janeiro de 2015.

No Parlamento, o diálogo democrático é substituído pela violência verbal e até pelo insulto pessoal, com alguma sorte por monólogos ou pela repetição de frases feitas até à náusea.

A construção de soluções parece ser o que menos preocupa os representantes do povo.

As Comissões de Inquérito nunca chegam a relatório conclusivo comum e as posições finais são as que cada partido tinha fixado no dealbar do Inquérito. Situação escandalosa de indignidade e de falta de respeito pela lei é conhecer-se publicamente o conteúdo de audições feitas ao abrigo do segredo de justiça, logo noticiadas *on-line*, como agora mesmo aconteceu.

Desperdício de recursos, mero propósito de chicana política e de tempo de antena, mas que muitos veem como o seu momento de glória.

O sistema político vem constituindo um verdadeiro passivo, com os seus agentes num círculo fechado, numa reprodução geradora de corrupções. Urge saneá-lo, sob pena de a sociedade democrática vir a soçobrar.

Reforma prioritária está na alteração do sistema eleitoral para a AR, assegurando que os eleitores tenham um poder decisivo na escolha dos deputados, em vez de estes serem exclusivamente escolhidos pelas direções partidárias, prevendo a introdução do voto preferencial nas listas plurinominais, ou permitindo o acesso ao sufrágio de cidadãos independentes que demonstrem comprovado interesse no serviço público ou possibilitando a introdução de círculos uninominais.

Outra reforma deve passar pela alteração do sistema de financiamento dos partidos, com as contas a ser auditadas por entidades independentes, secção especializada do TC, ou auditores externos designados por entidades públicas de controlo, embora os custos da auditoria sejam suportados pelos próprios partidos.

Para que o sistema político se transforme de um passivo num ativo ao serviço do povo, urgente se torna a sua reforma. Têm a palavra os cidadãos livres deste país.

# O SEU VOTO CONTA – OS FALSOS ARGUMENTOS CONTRA OS UNINOMINAIS\*

por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

O artigo 149.º, n.º 1 da nossa Constituição permite, desde 1997, a introdução de círculos uninominais no nosso sistema eleitoral para a Assembleia da República. Mas fá-lo num quadro preciso. Ora, leia:

«Os Deputados são eleitos por círculos eleitorais geograficamente definidos na lei, a qual pode determinar a existência de círculos plurinominais e uninominais, bem como a respetiva natureza e complementaridade, por forma a assegurar o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos.»

Para quem não esteja familiarizado com estas tecnicidades dos sistemas eleitorais, esclareço que se designa «círculo uninominal» aquele que elege um só deputado (um nome), por oposição aos «círculos plurinominais», que elegem vários deputados (muitos nomes) normalmente por listas partidárias. No primeiro caso, é eleito para representar o círculo um só candidato: aquele que obtenha maioria, havendo sistemas em que basta a maioria simples e outros em que se exige maioria absoluta com recurso a uma segunda volta entre os mais votados. No segundo caso, são eleitos para representar o círculo vários candidatos, normalmente por repartição e ordenação proporcional das listas, como é o caso em Portugal. Como é óbvio, os círculos uninominais são sempre mais pequenos que os plurinominais, isto é, representam a população de circunscrições territoriais mais pequenas.

---

\* Publicado em 19 de janeiro de 2015.

O Manifesto Por uma Democracia de Qualidade, de que sou um dos promotores, tomou posição no sentido da introdução da possibilidade aberta pela Constituição (existência em simultâneo de círculos plurinominais e uninominais), entre as possíveis alternativas apresentadas para corrigir os vícios atuais das nossas eleições e do funcionamento dos partidos.

Logo surgiram críticas aos «uninominais» com base em preconceitos ligeiros. Foi o caso, nomeadamente, do artigo de Rui Sá (PCP), no JN, em 15.9.2014 – «*Ganhar na secretaria*» – e do texto de Francisco Louçã (BE) no PÚBLICO, em 4.9.2014 – «*O nosso deputado pessoal*».

Diz o primeiro: «Suponhamos que o círculo uninominal era a cidade do Porto e que os candidatos apresentados pelas diferentes forças políticas eram aqueles que foram apresentados para a presidência da respetiva Câmara Municipal em 2013. Isto significava que Rui Moreira, com 39% dos votos, passava a ser o único deputado da cidade do Porto na Assembleia da República! Ou seja, 61% dos eleitores, que preferiram outro candidato, não teriam qualquer representante. Num sistema que aumentaria significativamente o “voto útil”, ou seja, as pessoas teriam tendência a votar em quem tem mais probabilidade de vencer, o que, naturalmente, beneficiaria os candidatos dos maiores partidos. Contribuindo, mais uma vez, para a alternância PSD/PS, perpetuando o “bloco central de interesses...”»

E diz o segundo: «No entanto, se [a reforma eleitoral] se baseasse em círculos uninominais poderia eliminar os 48 deputados dos outros partidos (talvez pudessem sobrar um ou dois, consoante o desenho geográfico dos círculos). Pode-se então perguntar se essa reforma eleitoral para eliminar oposições é a democracia de que precisamos nestes tempos de aflição nacional. Costa e Seguro acham que sim e que a coisa vale um grande acordo de regime com o PSD. (...) E os eleitores até poderiam escolher entre o PS e o PSD. Claro que ambos podem acrescentar que se corrigirão as malfeitorias dos círculos uninominais com uma pequena compensação aos eleitores que ficam impedidos de eleger os seus deputados, os dos outros partidos. O facto, no entanto, é que nenhum deles apresentou qualquer ideia concreta nesse sentido. Se o fizerem um dia, duvido que os outros partidos o aceitem, porque passariam a ser excluídos pelo sistema de voto e só tolerados pela esmola da maioria.»



O argumento é o do costume: o de que a reforma favoreceria apenas os maiores partidos, levando a afunilar a representação parlamentar e a deitar fora milhões de votos, que ficariam não representados. Habitualmente, ouvem-se ainda outros argumentos contra: o caciquismo; o oportunismo; e o localismo, vindo sempre à baila a história do queijo Limiano. Eco global de todos estes alegados «inconvenientes» foi também o artigo de crítica de Rui Tavares (Livre), no PÚBLICO, em 25.8.2014: «*Más boas ideias*». Diz, nomeadamente: «não foi por terem círculos uninominais que os portugueses, no século XIX, tiveram eleitos mais próximos dos eleitores. E não é se eles forem reintroduzidos extemporaneamente no século XXI que os terão.» E segue com críticas – justas, aliás – ao modelo britânico, ou equivalentes.

Ora, não é assim. O que está em causa não é adotar o modelo inglês, nem sequer parecido.

Esses argumentos seriam verdadeiros e procedentes se nós quiséssemos um sistema apenas com círculos uninominais. Ora, nem é isso que propomos, nem sequer a Constituição o permite.

O que propomos – e o modelo para que a Constituição apontou na reforma de 1997 – é um sistema em que convivem círculos uninominais e círculos plurinominais, sendo os plurinominais distritais ou regionais e podendo haver ainda um círculo nacional de compensação. Como referência, podemos usar um sistema bem experimentado e que não gera nenhum daqueles efeitos atacados por Rui Sá e Francisco Louçã: o sistema alemão (embora retirando-lhe a exigência do mínimo de 5% de votos, que é uma limitação injusta e, entre nós, inconstitucional).

Aqui, os eleitores têm dois votos: um, para votar no deputado que querem (uninominal); outro, para votar no partido da sua preferência (lista plurinominal). E cada circunscrição regional tem os seus deputados divididos por dois tipos de círculos: o círculo regional, onde se apresentam listas plurinominais à metade dos lugares; e tantos círculos uninominais (no interior do círculo regional) quantos os outros lugares a eleger, ou seja, a outra metade. O voto que decide a proporção a respeitar na conversão em mandatos é o da votação plurinomial (partidária), que rege a representa-

ção proporcional rigorosa no Parlamento. Mas cada candidato vencedor em cada círculo uninominal fica logo eleito: o seu lugar conquistado é descontado à quota proporcional que ao seu partido caberia na região; mas, se por acaso, aconteceu ficar acima da quota partidária, exercerá na mesma o mandato conquistado (os chamados mandatos suplementares).

O sistema não prejudica, portanto, os partidos mais pequenos, sobretudo se, acima das circunscrições regionais, ainda acrescentarmos um círculo nacional de compensação (à semelhança do que foi introduzido nas eleições regionais açorianas), com dimensão suficiente para corrigir quaisquer distorções na representação parlamentar e assegurar uma proporcionalidade justa. A exigência constitucional é clara: «assegurar o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos» – o que está muito bem.

A única consequência para os maiores partidos é que, num sistema misto deste tipo, terão provavelmente uma proporção maior dos seus deputados eleitos nos círculos uninominais, enquanto os partidos mais pequenos terão uma proporção maior de eleitos nas listas plurinominais. Mas nem isso se pode dar por certo, pois há partidos pequenos em que a popularidade local de uma figura política consegue a eleição uninominal..

Certo, certo é que o Manifesto Por uma Democracia de Qualidade se bate, como tem sido repetido, por uma reforma eleitoral honesta – impecavelmente honesta –, sem truques, nem malabarismos, por forma a garantir «a justa e impecável representação proporcional dos cidadãos, do território e das correntes políticas», como está escrito. Justamente rejeitamos qualquer sistema feito de habilidades para «ganhar na secretaria».

Este sistema de articulação uninominais/plurinominais assegura perfeitamente essa honestidade e rigor. Nem poderia ser de outro modo.

Além disso, todos os outros alegados «vícios» (caciquismo, oportunismo, localismo, etc.) são eliminados pelo convívio no mesmo espaço de plurinominais e uninominais, em que a lógica gregária e coletiva tende naturalmente a prevalecer.

\* \* \*

Nota final – O artigo de Rui Sá reserva-me ainda uma menção pessoal, de cor portuense: «Ribeiro e Castro, um dos subscritores desse manifesto, diz que o objetivo da reforma eleitoral que propõem é “dar mais poderes aos eleitores e aproximar os deputados eleitos dos cidadãos”. Mas felizmente, e porque a inteligência não ilumina só alguns e vai sendo distribuída de uma forma mais ou menos equitativa, não podemos deixar de recordar-nos que Ribeiro e Castro foi eleito deputado, encabeçando a lista do CDS pelo distrito do Porto, não tendo qualquer ligação à vivência e às populações da região – pelo que não devia cometer o pecado de nos dizer “olhem para o que eu digo não olhem para o que eu faço”...»

A minha eleição como cabeça de lista pelo Porto (duas vezes consecutivas, diga-se), daria uma longa história. Amaro da Costa já o tinha sido; e Adriano Moreira também. Honro-me muito disso, quer por servir um distrito de que gosto muito, onde já fiz muita atividade política e que é uma das mais importantes regiões de Portugal, quer por ter dobrado a representação do partido: tínhamos 2 deputados, passámos a 4 (e podíamos ter chegado a 5, se não fossem uns erros de terceiros.) O argumento de Rui Sá, porém, não argumenta nada. Por um lado, no ponto de vista dele, só prova que eu não ando nisto por interesse pessoal, até defendendo um sistema que, no seu entender, me prejudicaria. Por outro lado, se o sistema fosse implantado e eu voltasse a ser candidato pelo Porto, eu tanto poderia ir encabeçar a lista plurinominal regional, como ser candidato num dos vários círculos uninominais da região; e, nesse caso, se não fosse eleito, fariam os eleitores muito bem. Os eleitores têm sempre razão.

# SUBTILEZAS DA CRISE\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

De há muito que é assumido que Portugal se encontra confrontado com uma grave crise e que esta é na sua essência estrutural.

Não obstante, o discurso político parece não ter este facto devidamente em conta. Frequentemente o acento tónico é posto em causas exteriores ou passageiras, como se o desaparecimento destas permitisse alcançar o almejado desenvolvimento. Elimina-se assim a nossa responsabilidade básica, enquanto país e coletividade, na resolução dos problemas e o contributo decisivo que nos incumbe na construção do nosso bem-estar enquanto nação.

Embora isto seja sabido, é importante lembrá-lo, numa perspetiva visando identificar os fatores que de forma decisiva nos impedem de alcançar maior prosperidade e felicidade. Neste campo muito tem sido sugerido. Há, contudo, uma dimensão da problemática que sistematicamente é esquecida.

Com efeito, as democracias ocidentais caracterizam-se por possuírem um conjunto de instituições – os chamados órgãos de Estado – visando assegurar os «controlos e equilíbrios» que caracterizam a verdadeira democracia. É precisamente a este nível institucional básico que a nossa democracia falha: falta-nos um efetivo funcionamento dos controlos suscetíveis de assegurar o equilíbrio institucional, indispensável à eficaz prossecução dos objetivos, resultantes de desígnios partilhados.

Mas porquê esta falha? Qual a razão para a sua persistência? É convicção de muitos que ela deriva basicamente do sistema eleitoral vigente, sequestrado por lideranças e diretórios dos partidos políticos dominantes, que não permitem que sejam efetivamente os cidadãos eleitores a decidir quem são os deputados que os representam na Assembleia da República. Estes acabam

---

\* Publicado em 21 de janeiro de 2015.

assim por ser os representantes desses diretórios e suas clientelas de interesses, a quem, no fundo, prestam fidelidade. A partir daqui, todo o sistema de representação política fica comprometido e contaminado, com a concomitante essência democrática posta em causa.

Assim se explica o divórcio crescente entre os cidadãos e a política, de que o nível de abstenção eleitoral é um indicador relevante. O atual descrédito na opinião pública da política e dos órgãos de Estado é patente e preocupante; só por ingenuidade ou má-fé pode ser ignorado.

Neste contexto, não deixa de ser igualmente preocupante a passividade e a displicência com que tudo isto vem sendo abordado, em particular pelos partidos do «arco da governação». Claro que há vozes a denunciar a situação em que o país se encontra a nível político; mas, infelizmente, sem quaisquer repercussões práticas inspiradoras e mobilizadoras. É de facto bastante estranho que não seja no seio das próprias organizações partidárias existentes – particularmente nas de orientação mais democrática – que surjam vozes a insurgir-se contra a partidocracia dos diretórios e a pugnar por novas formas de liderança. Seria de esperar que fossem os próprios membros dos atuais partidos do «arco do poder» a apoiar e tomar as iniciativas com vista à implementação das reformas políticas de que o país carece – e acabará por exigir e concretizar. A persistir esta situação, teremos de concluir que o grau de promiscuidade entre o poder político e as redes clientelares de interesses atingiu entre nós dimensões e um nível de degenerescência institucional incompatíveis com a salutar reforma do sistema. Outros com visões mais radicais poderão assim vir a tomar o «comando das operações».

Conclui-se assim pela urgente renovação e regeneração do sistema político em Portugal, a começar pelo sistema eleitoral. Este deverá assegurar a rigorosa representatividade parlamentar das diferentes correntes de pensamento existentes na sociedade, mas por forma que os cidadãos tenham voz ativa e decisiva na escolha dos representantes eleitos, bem como uma real garantia de elegibilidade; não somente o direito de votar. Só assim se garante a verdadeira democracia. O corolário de tudo isto é que importa igualmente repensar e melhorar o atual sistema de financiamento dos partidos, por forma a dotá-lo de maior transparência.

# CRISE DA POLÍTICA\*

Por **Luís Campos e Cunha**

Professor da Universidade Nova de Lisboa

Muito se tem falado de crise política. Mas devíamos falar de crise da política. Aliás, sou dos que defendem que as crises económicas têm frequentemente a sua raiz na política, pelo menos nos últimos tempos e em Portugal.

Todos pensamos saber quais os problemas a curto e longo prazo do país. No entanto, os diagnósticos não estão feitos e as políticas são sempre de emergência. Porquê? Porque o problema está na crise da política, que todos sentimos, mas à maioria dos políticos não interessa solucionar, naturalmente.

Neste sentido, a crise da política é muito profunda e vê-se na degradação dos partidos que são os pilares da democracia. Como reformar os partidos? Tal só é possível através da alteração de regras de funcionamento da política, por um lado, e por pressão da sociedade civil, por outro. As regras vão das leis eleitorais à lei de financiamento dos partidos, passando pela remuneração dos políticos e pela transparência no mundo dos negócios com o Estado. A sociedade civil é, infelizmente, incapaz, pelo menos por agora...

Desta profunda crise da política quase ninguém deseja falar. Desde logo, se esta fosse resolvida, ou pelo menos debelada, um vasto número dos políticos ativos atuais passavam à história. Logo, não lhes interessa, salvo honrosas exceções, que é necessário e justo salientar.

Este (ou o próximo) governo não tem dinheiro para fazer obras, mas pode fazer obra. A reforma do sistema eleitoral e do financiamento dos partidos é barata e teria grandes ganhos para o país.

Quando era mais jovem dizia-se que em política as pessoas não interessavam, o que interessava eram as políticas. Infelizmente não é verdade:

---

\* Publicado em 28 de janeiro de 2015.

interessam as políticas e as pessoas que as propõem. Boas políticas defendidas por um incompetente (para não dizer pior) não merecem o nosso voto.

O sistema eleitoral tem de assentar no voto em pessoas. Pessoas apoiadas por partidos em círculos pequenos para haver um fácil escrutínio curricular.

Os círculos uninominais já seriam um grande avanço face à situação atual, mas preferia os tais círculos pequenos, e assim poderíamos escolher o partido e a pessoa.

A criação de um círculo nacional conduziria a uma distribuição de lugares que não desvirtuaria a representação de pequenos partidos, muito relevante para a nossa vida democrática.

Os votos em branco (não a abstenção) deveriam estar representados no parlamento por lugares vazios. Quem se dá ao trabalho de ir votar (e não se abster), e negar o apoio a todos os partidos concorrentes, tem um significado político e cívico que não pode ser confundido com a abstenção. Hoje, este é o caso.

Em segundo lugar, o financiamento dos partidos deveria ser fundamentalmente público, porque é por aí que os partidos ficam cativos dos interesses particulares. E, mais cedo ou mais tarde, o próprio governo e o Estado também deixam de defender o bem comum para o sacrificar aos interesses de grupos.

Naturalmente, as contas partidárias teriam de ser devidamente auditadas. Não refiro as contas das eleições para o parlamento ou as autarquias, mas todas as contas partidárias. Incluo aqui as contas das eleições internas dentro da nova moda das diretas para selecionar o presidente ou o secretário-geral.

Há certamente mais elementos para uma reforma da política em Portugal, mas a lei eleitoral e o financiamento dos partidos estão no topo da lista. Para tal será necessário um grande movimento da opinião pública (e publicada) para forçar a mudança. Vale a pena defender a qualidade dos partidos porque estes são os pilares de qualquer democracia. E, se não forem estes a agir, outros partidos surgirão. É escolherem...

# A CRISE DO ESTADO-ESPETÁCULO\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

A crise que vivemos é a crise do Estado-Espetáculo.

Fomos prevenidos: entre nós, Adriano Moreira é dos que mais procurou alertar desde há muitos anos, sob os mais diversos ângulos de abordagem, na política nacional e internacional. As questões suscitadas no Manifesto *Por uma Democracia de Qualidade* têm a ver também com esse exato problema: a subjugação da política pela pressão mediática. E a questão da desinstitucionalização crescente da vida política (e até empresarial e societária) que abordei em artigo anterior – *A democracia Ketchup* – é outra faceta do problema.

A pressão mediática cercou a política e subordinou-a. Foi sempre importante saber comunicar, uma das funções essenciais em política. Quando comecei, era habitual ouvir que «o bom político devia gastar 50% do tempo a fazer e outros 50% a comunicar». Hoje, para muitos, as exigências mediáticas levam a gastar 95% a comunicar... sobrando apenas 5% para fazer. A política, os políticos e as instituições têm tido dificuldade em ajustar-se aos novos tempos da comunicação total e a estabilizarem um novo equilíbrio.

Começou com a obsessão do telejornal. A pouco e pouco, já não era o telejornal que existia para informar o que acontecera, mas passou-se a fazer acontecer para o telejornal. Desde aí, a evolução tem sido exponencial e frenética com os novos meios digitais. O *marketing* tornou-se imperador e os partidos foram substituindo os gabinetes de estudo pelos gabinetes de *marketing* – o embrulho tonou-se mais importante que a substância. Passou a ser mais importante parecer bem do que ser certo. A ética foi decaindo debaixo da cosmética da aparência. E a ironia atingiu um estágio tal em que a «democracia mediática» tornou rainha a velha máxima do nazi Joseph Go-

---

\* Publicado em 18 de fevereiro de 2015.



ebbels: «*Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade.*» Ficou mais fácil a um albradão ser rei.

A decadência da representação política emanou daí: de ceder o passo à predominância da representação teatral. O bom político não é necessariamente o que sabe muito, mas o que melhor finge. Não é o que estuda, mas o que fala muito, sobretudo se zaragateia bem. Não é o que se prepara, mas o que galga o palco – e o ocupa. Não é tanto aquele que é bom, mas o que parece bem.

Se olharmos a diversos ângulos e facetas da decadência da vida política e dos badalados declínio da classe política e degradação da política, não temos dificuldade em detetar manifestações, traços e sinais do Estado-Espectáculo e dos seus tiques. É daí que brota o veneno de que nos queixamos.

O mal não é português, não nos martirizemos. Na minha experiência europeia, encontrei o problema e a mesma crise praticamente por todo o lado. Não é melhor em França, em Itália, ou em Espanha – às vezes, é pior. Na imprensa mundial, lemos que o mal é global – é um ar do tempo. Não é que sirva de grande consolo, menos ainda de solução; mas coloca-nos o desafio em perspetiva.

Penso ter encontrado uma só exceção a esta vertigem do Estado-Espectáculo. E a exceção é a Alemanha. É observação meramente empírica, que vale o que vale. Mas é a observação que tenho feito. A Alemanha não está obviamente imune àquele «ar do tempo»; mas resiste-lhe melhor. E a sua política funciona qualitativamente melhor, nos modos, nos processos, nos agentes, nas decisões.

Porquê? Algumas vezes me tenho perguntado porquê. E encontrei duas explicações.

Uma, são as fundações políticas alemãs. O facto de os partidos alemães terem tido a inteligência de criarem – aliás, por lei – fundações políticas (*Konrad Adenauer, Friedrich Ebert, Friedrich Naumann*, etc.) agregadas a cada partido, mas autónomas, ajudou a preservar e a aprofundar a qualidade da política. E, mesmo nos tempos do vendaval mediático, manteve um espírito de escola e de estudo, uma corrente mais substantiva de preparação e de seleção do pessoal político, não restrita apenas ao grande ator ou ao hábil malabarista.

E a outra razão corresponde exatamente ao sistema eleitoral alemão. É particularmente engenhoso e muito inteligente, articulando de modo harmônico candidaturas uninominais e plurinominais e assegurando uma representação proporcional justa. O maior poder dos eleitores, que tem a ver com a parcela uninominal do sistema e a sua influência na operação global dos partidos, protege a democracia de base, fortalece a legitimidade dos eleitos e reforça a saúde do sistema.

Por que é que não fazemos igual? Por que não experimentamos?

Muitos dos partidos portugueses beneficiaram, aliás, de um estreito convívio com as fundações alemãs logo a seguir ao 25 de Abril; e puderam testemunhar esses méritos até no plano da cooperação democrática internacional. E beneficiar com isso. Pena que tenhamos aprendido pouco. Mas vamos sempre a tempo.

# OS EMPRESÁRIOS, A ECONOMIA E A DEMOCRACIA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

A luta pela sustentabilidade económica de Portugal acompanhou desde sempre os quase 900 anos da história do nosso país.

Pelo menos desde o triunfo da revolução liberal, em 1835, as empresas e os empresários têm um papel determinante na luta quotidiana pela estabilidade e pelo progresso económico-social do país.

Ora os últimos 15 anos, profundamente marcados pelo insucesso económico subsequente à entrada de Portugal na moeda única, o euro, foram bem o espelho dessas vicissitudes, com importantes consequências políticas.

Após o pedido de assistência financeira, que o governo socialista de José Sócrates se viu obrigado a fazer à troika em maio de 2011, os empresários portugueses destacaram-se perante a opinião pública como elementos decisivos para a sobrevivência económica de Portugal. Pelas melhores e pelas piores razões.

Pelas piores razões, porque algumas das grandes empresas portuguesas, nomeadamente das áreas dos bens não transacionáveis, haviam estabelecido, desde meados dos anos 90 do século passado, uma teia de interesses com ligações transversais a muitos elementos da classe política que em muito contribuíam para o respetivo sucesso e lucros. Foi o apogeu do «capitalismo decretino», assim designado porque se trata de um «capitalismo» em que o sucesso empresarial em muito dependia dos decretos-lei e outros diplomas governamentais.

E foi o «sucesso empresarial» assim conseguido que contribuiu diretamente para a «catastroika» e para a quase bancarrota de 2011. Num contributo negativo a que desgraçadamente se vieram juntar alguns empresários da banca privada.

---

\* Publicado em 25 de fevereiro de 2015.

Mas outros empresários portugueses também se vieram a salientar pelas melhores razões, porque em 2012, 2013 e 2014 foram as suas empresas, nomeadamente as exportadoras e as produtoras de bens e serviços diretamente transacionáveis que conseguiram produzir, exportar e competir nos mercados interno e externo, apesar de não terem beneficiado da desvalorização acentuada da moeda que ocorrera nos dois anteriores ajustamentos tutelados pelo FMI. E de, além disso, terem tido de enfrentar o garrote fiscal destinado a alimentar a estrutura de um Estado desmesuradamente consumidor de recursos.

Ou seja, por um lado foram alguns empresários os heróis da salvação económica de Portugal nos últimos quatro anos, e assim apresentados perante a opinião pública, por outro lado foram outros empresários que haviam sido os carrascos da nossa economia e contribuíram para que ela tivesse necessitado da intervenção da troika.

O drama que enfrentamos para o futuro é que os empresários cujo espírito de iniciativa independente do Estado, e cujas qualidades de trabalho e de promoção social pela dinâmica empresarial foram os heróis dos últimos anos não são os que mais têm influenciado o atual sistema político.

Pelo contrário, são estes os empresários que estão afastados da partidocracia e sofrem com uma certa atuação jacobina do Estado, sempre pronta a criar entraves, que muitas vezes se transformam num verdadeiro terrorismo burocrático, que lhes consome tempo e recursos que deviam ser canalizados para aumentar a competitividade e fomentar a criação de emprego.

São exatamente estes empresários os fundamentais para regenerar o atual sistema político, muito em especial para que ele possa adquirir uma perspectiva estratégica do desenvolvimento económico e social do país.

É integrando de forma ativa o melhor do espírito empresarial, que inclui competência, imaginação e persistência, num novo regime democrático mais participativo, exigente e escrutinado, que poderemos criar as condições para que a participação de Portugal no euro possa vir a ser um sucesso em termos económicos.

Ou seja, que essa profunda reforma do regime democrático o torne de facto finalmente compatível com uma economia portuguesa autossustentável.

## UMA TAREFA PARA A SOCIEDADE CIVIL – II\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Cheguei com tristeza à conclusão que o nosso sistema eleitoral está tremendamente ultrapassado.

Apesar de não ter idade para votar em 1969, nasci em 1952, fui com os meus pais às urnas de voto dessas eleições legislativas em que os partidos políticos ANP, CEUD e CDE se apresentaram às penúltimas eleições legislativas do Estado Novo.

A listagem dos candidatos de cada partido era escolhida de forma absolutamente discricionária pelos diretórios dos vários partidos políticos.

Nessa época, tal como hoje, quase 50 anos depois, assistíamos a eleições sem círculos uninominais, sem candidatos a poderem apresentar-se de forma independente das estruturas partidárias, sem os eleitores poderem ordenar ou avaliar cada candidato nos círculos distritais, quase sempre sem os eleitores conhecerem a maioria dos candidatos a deputados em que iam votar. Tudo, tal como hoje, no que se refere à composição das listas de candidatos a deputados.

Se a elaboração de listas eleitorais, desta forma tão primária, podia ser aceite há 50 anos, hoje não o é seguramente.

A preocupante degradação da qualidade da nossa democracia, o afastamento dos eleitores dos atos eleitorais, a revoltante qualidade da legislação produzida pela Assembleia da República que tantas dificuldades desnecessárias cria, por exemplo nas empresas que gerimos, e, mais recentemente, o desenvolvimento e a subscrição do manifesto «Por uma Democracia de Qualidade», levaram a que estudasse muitos sistemas eleitorais europeus.

Cheguei com tristeza à conclusão que o nosso sistema eleitoral está tremendamente ultrapassado.

---

\* Publicado em 4 de março de 2015.

Mesmo nos países onde os eleitos só fazem parte ou de um círculo nacional ou de círculos distritais e são escolhidos pelos diretórios partidários, os eleitores podem votar em alguns dos candidatos, rejeitando outros, ficando por isso alguns em posições não elegíveis. Além disso, em alguns desses países só sobem às comissões das especialidades os candidatos mais votados, o que se traduz numa enorme vantagem.

Estas listas de candidatos a deputados, tal como existem hoje em Portugal, são «listas blindadas», só os diretórios dos partidos é que lhes mexem. Mais ninguém.

É altura de registar ainda que, durante duas revisões constitucionais, a última em 1997, muitos destes problemas foram equacionados, discutidos e mesmo votadas favoravelmente as suas alterações por mais de dois terços dos deputados da Assembleia Constituinte. No entanto, os partidos decidiram não publicar a indispensável lei que possibilitaria a entrada em vigor das correspondentes modificações ao sistema eleitoral.

Pergunta-se: porque procederam assim os partidos políticos? E quando deixarão os partidos de ter aversão à discussão de candidatos independentes das suas estruturas nos círculos uninominais?

Precisamos urgentemente da melhoria da qualidade do nosso sistema político, porque só assim os portugueses voltarão às urnas eleitorais com regularidade e motivação e só assim poderemos com calma, equilíbrio e bom senso, ultrapassar os graves problemas sociais e económicos que Portugal atravessa.

Precisamos de criar condições para que ninguém vá para a política para enriquecer, mas também que ninguém deixe de ir porque o nível remuneratório é muito baixo, pois assim estamos a impedir os melhores de darem o seu contributo para a causa pública num momento em que Portugal precisa que todos contribuam ativamente para resolver a situação económica e social em que nos encontramos.

O manifesto «Por uma Democracia de Qualidade» concentra-se em dois assuntos primordiais: o da reforma do sistema eleitoral, acima abordado, e o do financiamento dos partidos políticos.

O apoio a este manifesto e a sua subscrição é sem dúvida um muito importante ato de cidadania.

# O SISTEMA POLÍTICO E A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

A estagnação da economia portuguesa, que dura há mais de uma década, tem a sua principal origem nos vários vícios do nosso sistema político e na má governação do País. Ou seja, a ausência de crescimento da economia tem mais a ver com os erros dos governos do que com as empresas portuguesas, nomeadamente dos setores transacionáveis, que, apesar de todos os obstáculos, constrangimentos e custos de contexto, têm sobrevivido com trabalho, coragem e uma forte determinação de vencer a crise e de aumentar as exportações nacionais.

As razões para esta tese são muitas e variadas. Desde logo, a inexistência de uma visão estratégica nacional que una os empresários portugueses ao redor de objetivos nacionais claros e de políticas estáveis, compreensíveis e coerentes com um modelo económico consensualizado. Ora acontece que ao longo do último quarto de século, nomeadamente depois da adesão à União Europeia e ao Euro, Portugal desperdiçou a estratégia que prosseguiu ao longo de séculos de País Euro Atlântico, para se dedicar apenas a ser o bom aluno europeu, o que conduziu ao abandono da agricultura, à destruição da capacidade pesqueira e da marinha mercante e à desvalorização da indústria a favor das obras públicas e dos serviços.

O objetivo de vários governos de facilitar o retorno e o reforço dos grandes grupos empresariais de raiz nacional, objetivo presente nas privatizações das principais empresas nacionais, foi um total fracasso, mas permitiu o privilégio das empresas dos setores não transacionáveis, através da criação de preços monopolistas a serem pagas pelos cidadãos e pelos setores

---

\* Publicado em 11 de março de 2015.

de bens transacionáveis, à custa das exportações, rendas que ainda hoje se mantêm, por exemplo, na energia.

As políticas de investimento público foram dedicadas pelos diferentes governos à construção e obras públicas, com a nota negativa de copiarem modelos europeus com cinquenta anos, tendo sido promovida uma indústria da construção mastodônica e insustentável, para mais com recurso a mão de obra imigrante de baixo custo, sem os recursos financeiros necessários e sem terem sido feitas quaisquer análises de custo benefício para os investimentos feitos, comprometendo no processo as futuras gerações e o equilíbrio das contas do Estado. Por exemplo, a desastrada opção pelo transporte rodoviário, transformou Portugal numa ilha ferroviária sem ligações internacionais e desperdiçou as vantagens competitivas da nossa localização no centro do mundo ocidental, que poderiam servir o objetivo estratégico de criar uma logística de baixo custo, capaz de atrair o investimento estrangeiro de empresas industriais integradoras, além de facilitar as exportações.

As políticas de habitação, incentivando à compra de casa própria, contribuíram para um insustentável endividamento das famílias portuguesas e do próprio sistema financeiro, criando um campo favorável à corrupção autárquica por força da urbanização dos terrenos agrícolas na periferia das principais cidades, à custa do abandono dos centros históricos e da mobilidade do trabalho. Acresce, que o resultante endividamento do Estado e das famílias, retirou recursos financeiros aos setores produtivos da economia, reduziu a capacidade de investimento privado e tornou Portugal menos interessante para o investimento externo, até porque embarcámos alegremente na euforia do alargamento da União Europeia.

Como se tudo isto não bastasse, os governos incentivaram o investimento nacional no exterior, principalmente no Brasil, sem cuidar se esse investimento criaria fluxos comerciais valorizadores da nossa economia, ou se eram meros investimentos financeiros sem qualquer retorno para a economia nacional, como acontece, por exemplo, com os investimentos da EDP. Finalmente, a crise financeira resultante destes e de outros erros grosseiros dos governos, levou ao aumento da fiscalidade sobre as empresas e sobre os cidadãos para níveis in comportáveis e sem reduzir a burocracia de um Es-



tado omnipresente e facilitador de negócios pouco claros de alguns grupos económicos ligados ao poder político. Os casos do BPN, do BPP, do GES/BES, da PT e de outros que o futuro nos reserva, são a demonstração clara da enorme destruição de riqueza levada a cabo sem qualquer controlo, em benefício de alguns e à custa da maioria dos portugueses.

Em resumo, por esta descrição, em grande parte minimalista, da destruição de valor económico e social criada pela ação e pela omissão dos poderes político e partidário que governam Portugal, é fácil de compreender o esforço gigantesco que foi preciso para que setores inteiros da economia portuguesa tenham sobrevivido – agricultura, agro – alimentar, pescas, metalomecânica, calçado, têxtil, confeção, automóvel, cerâmica, vidro, moldes, turismo, etc. – apesar de todos os erros cometidos pelos governos e, para mais, com uma moeda forte e uma economia europeia centrada em setores dominados pelos países mais ricos.

Talvez que um dia se faça a história deste último quarto de século e se avalie com rigor e independência o papel destrutivo que o sistema político teve na atual crise e na estagnação da nossa economia. Destruição que, a propósito, tem todas as condições para continuar, recordando, a título de exemplo, a opção do atual Governo de construir um novo porto no Barreiro, ou as políticas verdes de enriquecimento de setores energéticos conhecidos; início de mais uma fase de consumo indiscriminado dos fundos comunitários pelo Estado.

# A MUDANÇA NECESSÁRIA: DA ORATÓRIA VÃ À AÇÃO EFICAZ\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

*Ao grande orador*, é a inscrição na estátua de José Estêvão, no jardim lateral ao Palácio de S. Bento. Não se refere que foi político, deputado, revolucionário, estadista, mas orador. Uma ilustração perfeita do que se passa na nossa classe política, mormente na que habita o Palácio ao lado. Um grupo que maioritariamente se esgota no falar, com a suprema agravante de pensar que do seu falar resulta qualquer ação a bem do povo que sempre invoca. Uma primeira medida simbólica de renovação seria retirar para bem longe do Parlamento a estátua de José Estêvão, simbolizando que o Parlamento não precisa de *oratória* vã, mas de gente capaz de bem interpretar o sentido do serviço público.

Mas a *oratória* não se esgota nas tribunas do Parlamento e estende-se com sofreguidão às antenas da comunicação social. Em santa aliança, a classe política e os media criaram a realidade de que político que não *aparece* não existe. Membros do governo, deputados influentes, notáveis tornaram-se simples serventuários das agendas mediáticas, participando ativamente num tipo de informação de *encher chouriços*, com todos a reagir a todos, numa conversa em redondo e num círculo sem sentido, princípio ou fim.

Claro que este supremo desígnio de *existir* contende com o ato de governar ou de fazer oposição eficaz, pelo ruído que provoca e pelas entropias que cria. E pelo tempo que ocupa, sobrepondo-se ao estudo dos *dossiers*, à reflexão, ao diálogo com as estruturas da administração pública ou com os intérpretes dos diferentes interesses em jogo. Neste processo, esquecem-se

---

\* Publicado em 18 de março de 2015.

as verdadeiras necessidades e aspirações do povo, trocadas pela imperiosa necessidade *existir*, servindo os media.

O pessoal político tem vindo a reproduzir-se dentro dos mesmos círculos fechados dos diretórios centrais e regionais partidários. Não há recrutamento fora do círculo, pelo que rareia o sangue novo exterior. E, como nos humanos, também nas instituições que assim procedem se multiplicam as doenças da consanguinidade. Os sintomas estão à vista, como a dificuldade de obter consensos em pontos essenciais, consequência natural da agressividade que os políticos exibem em público, exemplo acabado de um desbragamento e má educação bem opostos a um viver democrático.

Como o sistema já provou não ser capaz de se autorreformular, há que forçar alterações radicais através da pressão e da força de uma renovada opinião pública. Entre elas, a reforma do sistema eleitoral, pela introdução do voto preferencial nas listas plurinominais, ou através do acesso ao sufrágio de cidadãos independentes interessados no serviço público ou possibilitando a introdução de círculos uninominais. Dando assim algum poder aos eleitores na escolha dos deputados, em vez de estes serem exclusivamente escolhidos pelas direções partidárias.

De forma a fazer surgir gente com vida para além da política ou dos media, que se afirme pela substância e não precise da imagem como prova de existência.

Gente com espírito construtivo e dedicação ao serviço público, que não procure o cisco no olho do vizinho, ou o lançamento da primeira pedra para desviar as atenções de si própria.

Gente honrada, disposta a trabalhar pelo bem comum, e sem que a todo o momento possa ser achincalhada pelo adversário político.

Gente que tenha um sentido coletivo, em vez de prática de tribo.

Gente que, para além dos diferentes pontos de vista, lidere e una os portugueses numa democracia de qualidade.

Algo só possível com a mudança do pessoal político e esta só possível com a alteração do sistema eleitoral.

# **PARTIDOS E PARTIDOCRACIA\***

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

É frequente ver-mo-nos confrontados com a afirmação de que não há democracia sem Partidos. Tal é apenas uma meia-verdade. Pretender identificar a existência de Partidos com democracia, equivale a omitir um aspeto crítico que lhe é subjacente: a de que os Partidos têm de respeitar determinados princípios e preencher um conjunto de requisitos, para que sejam credíveis e se tornem dignos do respeito dos cidadãos. Tal está longe de ser atualmente o caso em muitas das democracias ocidentais, originando, assim, a crise institucional e política que muitas delas (a maioria?) presentemente atravessa.

O âmago desta crise dos sistemas partidários, assenta quer em causas internas a cada País, quer em causas externas resultantes da globalização em curso, e muito em particular, no que respeita à Europa, de um processo de integração insuficiente e ineficiente.

No que respeita às causas internas, elas são largamente específicas a cada país, embora apresentem certas origens comuns. Acresce o facto dos principais Partidos (quer de centro-direita quer de centro-esquerda) frequentemente se revelarem incapazes de apresentar soluções convincentes para os principais problemas com que cada País se debate. Deste modo, os cidadãos, não se sentindo tranquilizados, são levados a não confiar nos Partidos, tanto mais que, com frequência, os problemas económicos e sociais com que se debatem surgem associados a clientelismos, partidocracia e... fenómenos de corrupção. É neste quadro que surgem os apelos e as alternativas radicais: de esquerda e de direita!

Resulta, assim, como imperiosa a renovação dos Partidos não-radicais, como forma de salvar a democracia. Renovação esta que terá de privilegiar

---

\* Publicado em 25 de março de 2015.

novas formas de relação com os cidadãos, com vista a maior confiança entre as partes. Mais do que recorrer a «velhos» paradigmas de direita ou esquerda, conservadores vs. liberais ou socialismos de várias matizes, a distinção verdadeiramente relevante no contexto presente é entre «tradicionalistas» e «reformistas», nas vertentes económica e social!

É patente a relevância do que precede para o caso português. Não só porque o País há muito enfrenta problemas estruturais sérios, como estes têm estado na origem de crises várias, que só parcialmente têm sido ultrapassadas. Acresce, e não é menos importante, estarmos a poucos meses de novas eleições, em clima de generalizado e profundo desencanto dos cidadãos com a política e os políticos. O tempo urge, não só por virtude da desmoralização reinante, mas porque a confiança não se consegue repentinamente e a natureza das dificuldades implica debate aprofundado dos problemas e das alternativas propostas, bem como tempo para maturação individual destas, com vista a decisões fundamentadas e conscientes.

Estas só por si são razões suficientes para que os Partidos dediquem uma atenção muito particular ao esclarecimento eleitoral dos cidadãos, a fim de que estes possam ser levados a reganhar a confiança nos mesmos e ser motivados a participar nos atos que se avizinham, de forma consciente e empenhada. E não se argumente que só mais próximo do ato eleitoral é possível fazer propostas que não sejam contraditadas pelos factos e possam ser cumpridas. O que está, para já, fundamentalmente em causa e urge debater são propostas de natureza estrutural, que permitam resolver as crises recorrentes que periodicamente nos afetam. É com isso que temos que ser confrontados e conhecer, para assim ter onde alicerçar a esperança e reganhar confiança.

Deste modo, o que urge é que os Partidos nos esclareçam questões básicas, mas fundamentais como: (1) Qual a visão que têm para o País e para a sua forma de inserção no quadro da globalização?; (2) Qual a estratégia para tal?; (3) Quais os grandes objetivos a atingir?; (4) Com que prioridades e respetivos horizontes temporais?; (5) Quais as políticas concretas a prosse-

guir, com vista à melhoria da competitividade?; (6) Como enfrentar as atuais fragilidades da Administração Pública, assegurando a sua independência?; (7) Quais as políticas visando assegurar a compatibilidade entre maior crescimento, e o necessário equilíbrio das contas públicas e das contas externas?; (8) Quais as políticas a prosseguir ao nível da educação, com vista a assegurar melhor formação e profissionalização, por forma a satisfazer as necessidades do mercado?; (9) Que políticas e prioridades para a saúde e para a segurança social?; (10) Que políticas visando o aumento do emprego e o combate à pobreza?; (11) Que prioridades no âmbito do mercado de trabalho?; (12) Como reduzir as desigualdades e promover a expansão e melhoria de vida da «classe média»?.

Aqui está uma dúzia de questões para as quais todos gostaríamos de ter as respostas dos Partidos, a breve trecho... e que na sua essência nada têm de conjuntural. Aguardemos!

# A GRANDE DEGENERESCÊNCIA\*

Por **João Luís Mota Campos**

Advogado, ex-secretário de Estado da Justiça

Niall Ferguson, um historiador económico e pensador político inglês, escreveu um livro em 2012, cuja tradução em português seria «A Grande Degenerescência», que basicamente sustenta a tese de que os países ocidentais atingiram um estágio de «Estados estacionários».

Ele explica-nos o que é um Estado estacionário: trata-se da condição em que se encontra um país que já foi próspero quando para de crescer.

As suas características são o carácter social regressivo e a capacidade de elites corruptas e monopolistas de explorarem o sistema legal e a administração pública em seu favor.

Vivemos, de facto, num «Estado estacionário» cujas leis e instituições degeneraram ao ponto de permitir que elites rentistas dominem o processo económico e político, e em que a sociedade civil vacila entre um Estado incapaz e demasiado grande e interesses corporativos poderosos.

Temos assistido a dois fenómenos convergentes que são, por um lado, a progressiva diminuição da capacidade do Estado para controlar os poderes privados, muito por via daquilo a que chamamos globalização, e, por outro lado, a emergência de uma desigualdade social crescente, em que elites poderosas que capturaram o Estado enriquecem cada vez mais e se distanciam progressivamente da massa da população, que labuta para comer.

É muito de notar que um número importante de pensadores modernos se dedica cada vez mais ao estudo e análise da questão da desigualdade.

Todos eles concordam que a desigualdade excessiva está moralmente errada e é economicamente errada por ser prejudicial ao crescimento económico.

---

\* Publicado em 8 de abril de 2015.

Não são só pensadores e economistas de esquerda, como Thomas Piketty, ou de centro-esquerda, como Paul Krugman ou Joseph Stiglitz. Também, como referi, pensadores liberais e de centro, como Niall Ferguson, se preocupam cada vez mais com este tema que, provavelmente, será a nova fronteira da democracia ocidental.

Esta falência do sistema democrático, esta incapacidade do Estado liberal de direito para resolver de forma justa os conflitos de interesses dos seus vários extratos sociais, resulta de uma falência institucional e da forma como determinadas elites rentistas capturaram em seu benefício as instituições do Estado.

É de uma falência institucional que se trata.

A «democracia» em que vivemos é um sistema ecológico complexo e interdependente: as instituições que a fundamentam determinam, mais do que o clima ou a geografia, os resultados alcançados. É por isso que neste Estado estacionário em que vivemos, caracterizado por um sistema social regressivo e pela capacidade das elites de capturarem em seu benefício o sistema legal e a administração pública, é essencial assegurar que, ao menos, as instituições instrumentais da democracia funcionem de forma adequada.

Quando falamos em democracia, estamos a falar de um conjunto interdependente de instituições que incluem cidadãos a pôr o seu boletim de voto na urna, claro, e candidatos a fazer comícios e debates, bem entendido;

Mas, tão importante como isto, são as formas de escolha dos candidatos: quando a escolha se transforma no apanágio exclusivo dos partidos políticos;

Quando os partidos políticos convergem todos para um «consenso» político-económico em que os cidadãos saem da equação e são substituídos por abstrações como o défice ou a dívida pública – e notem que são abstrações muito importantes, mas apenas porque são importantes para o bem-estar da sociedade, e não porque sejam fundamentais para o bem-estar dos mercados financeiros;

Quando os Estados escolhem aumentar brutalmente os impostos sobre o trabalho e reduzir na mesma proporção os impostos sobre os lucros empresariais, e todos os partidos políticos do «arco da governação» convergem na concordância com estas medidas;



Podemos ter por seguro que as escolhas de candidatos são retiradas por inteiro do âmbito da sociedade civil, que esses candidatos deveriam representar, e passam na íntegra para o âmbito muito restrito de diretórios partidários enfeudados e controlados por poderes instituídos, que ninguém elegeu e ninguém controla.

Para quem tenha dúvidas de que é assim, basta observar o que se passou, ao longo de muitos anos, com grupos empresariais como o Espírito Santo, que controlava empresas como a PT, interligava os seus interesses com os do banco público Caixa Geral de Depósitos, punha a sua gente no governo e controlava a alta administração;

Ou os interesses rentistas do setor elétrico que, em detrimento da capacidade competitiva nacional, mantêm integralmente e de forma férrea uma estrutura de proteção pública e um permanente jorrar de dinheiros públicos – nossos – em seu benefício.

Vejam como grandes grupos empresariais manipularam o Estado em seu benefício, comprometendo as finanças públicas por décadas em parcerias público-privadas altamente detrimenais do interesse público. E não pararam! Continuam e somam alegrias...

Tudo isto apesar das melhores intenções do atual governo e das juras de reforma que foram feitas aos nossos credores externos.

Dá que pensar... Esta matéria é transversal a todos os governos de Portugal, quer se proclamem socialistas, quer se proclamem social democratas ou democratas cristãos.

E dá que pensar que, cada vez que se procura aumentar a capacidade competitiva da economia portuguesa, se pense, antes do mais, na desvalorização nominal de rendimentos e salários de quem trabalha, no aumento da TSU, e nunca, ou só em última análise, na redução desses benefícios extravagantes e ilegítimos.

Eu não sou de esquerda. Sou um cidadão português empenhado no bem público e verifico que a forma de escolha dos nossos representantes na esfera política alguma coisa há de ter que ver com o resultado da ação do Estado português. É por isso que sufrago e defendo uma mudança, se não estrutural, ao menos parcial da forma de escolha dos deputados da República, que

possa permitir à sociedade civil aceder a alguma capacidade de influenciar as escolhas. É disso que trata o Manifesto por uma Democracia de Qualidade.

Propomos manter os equilíbrios fundamentais do sistema partidário, manter a proporcionalidade na escolha, garantir que os partidos políticos, que são essenciais à democracia, mantêm uma boa parte dos seus privilégios institucionais, mas insistimos que a capacidade de escolha dos cidadãos seja alargada, que os candidatos possam ser joeirados pelos eleitores e até, atrevo-me a dizer, que candidatos independentes se possam candidatar à eleição em círculos uninominais.

Não é nenhuma revolução que propomos, é uma mera adaptação de um sistema que, há 40 anos, parecia bom, mas hoje está caduco, sobre o qual já foram feitas inúmeras discussões e havendo múltiplos estudos. Só falta mesmo MUDAR.

# OS OLIGOPÓLIOS E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

Os Oligopólios são constituídos pelas empresas que têm condições para prosperar fora da competitividade aberta ditada pelas «leis do mercado». E isso pode acontecer quer pelas características intrínsecas dos setores em que atuam, quer pela forma como o poder político estabelece regras que definem a atuação e o sucesso desses oligopólios.

Estes setores estão nos antípodas das empresas de bens transacionáveis que têm que «lutar para sobreviver», no mercado interno e no mercado externo. São exatamente estas empresas habituadas a sobreviverem em mercado aberto, conquistando os clientes apenas pelas qualidades e pelo preço dos bens e serviços que vendem, que criam os empregos sustentáveis e que foram decisivas para salvar a economia quando no auge da crise da «catastroika», em 2012 e 2013, muitos vaticinavam uma «espiral recessiva imparável».

Num país de pequena dimensão e com um Estado muito antigo e psicologicamente muito forte, os setores oligopolistas adquiriram nos últimos 15 anos um peso crescente. E isto é tanto mais curioso quanto se registou neste período um processo de privatizações destinado a «diminuir o peso do Estado na Economia».

Só que, em termos estratégicos, não foi nada disso que aconteceu nesses 15 anos que antecederam o pedido de assistência financeira à troika, solicitado em maio de 2011 pelo anterior governo socialista de José Sócrates. Pelo contrário, nesse período de 15 anos, foram os setores dos bens não-transacionáveis que mais beneficiaram com o aumento de recursos financeiros disponíveis proporcionado pela entrada de Portugal na moeda única, o Euro.

---

\* Publicado em 15 de abril de 2015.

A sociedade portuguesa enfrenta pois com a gestão das empresas oligopolistas um dilema que põe à prova a qualidade da nossa Democracia. Por um lado, as empresas públicas que beneficiam dum monopólio/oligopólio natural são em regra ineficientes e consumidoras de recursos – veja-se por exemplo o caso dos caminhos de ferro em que os sindicatos «dominam» a gestão estratégica das empresas para proteger «os direitos adquiridos» dos trabalhadores já instalados e a inviabilizarem qualquer forma de aplicação duma moderna gestão competitiva, valendo-se do recurso frequente às greves cujo sucesso é facilitado por os comboios terem que «circular nos carris», e assim só um comboio parado poder bloquear toda uma linha. Mas, por outro lado, um oligopólio privado só contribui duma forma eficiente para o conjunto da economia se o poder político tiver qualidade, isenção e independência para aplicar as regras que o obriguem a adquirir eficiência idêntica à que «seria obrigado a ter se funcionasse em mercado aberto».

É certo que muitos em Portugal acreditaram que os Reguladores Independentes seriam capazes, só por si, de desempenhar esse papel. Mas a experiência em setores tão diferentes como a energia e a banca, revela bem que os Reguladores Independentes só por si não são capazes de impor esse paradigma. Como no caso da eletricidade em que a ERSE foi incapaz de impedir o desastre provocado nas tarifas elétricas pelo apoio do Estado à instalação descontrolada das eólicas intermitentes.

A experiência demonstra também, e infelizmente de forma muito concreta, que existe o risco de captura de alguns decisores políticos pelo poder económico e social que os oligopólios tendem a conferir a quem os controla.

Assim, só uma melhoria do nosso sistema político e da qualidade da nossa Democracia pode vir a assegurar que os oligopólios sejam postos ao serviço da competitividade da economia portuguesa, no seu conjunto. Essa maior qualidade do sistema político passa obrigatoriamente, também neste caso, por um maior grau de intervenção dos cidadãos na escolha personalizada de deputados, distinguindo aqueles que tenham demonstrado no respetivo currículo a competência, a isenção, a seriedade e a coragem que possam ser aplicadas na avaliação rigorosa do funcionamento dos oligopólios, tanto públicos como privados.

# CADA CAVADELA, MINHOCA!\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Os sinais de desagregação do sistema político continuam, perante a soberana indiferença dos titulares do poder.

O ano abriu com dois novos partidos: o JPP, Juntos pelo Povo, e o PDR, Partido Democrático Republicano, de Marinho Pinto. Recentemente, mais dois apresentaram-se a registo no Tribunal Constitucional: o Nós, Cidadãos, um projeto em desenvolvimento desde há meses; e o surpreendente PURP, Partido Unido de Reformados e Pensionistas, que não pode deixar de ser visto como consequência direta da fratura geracional promovida a partir do poder político – ainda estamos para ver todos os efeitos desse disparate na coesão social e política do país.

Quatro novos partidos em quatro meses são sinal claro do fervilhar na base da sociedade. Mas o sinal mais eloquente veio das eleições regionais na Madeira, em 29 de março.

Eram eleições de rara importância: Alberto João Jardim, que dominou a política madeirense desde que assumiu a presidência do Governo Regional em 1978 e que ganhara tudo o que havia para ganhar, com sucessivas maiorias absolutas, retirava-se da vida política. Eram eleições abertas, como não havia há quase 40 anos.

Seria de esperar grande mobilização eleitoral, extraordinária afluência às urnas. Ia começar um novo ciclo de poder e escolher-se o novo Senhor ou a ausência de Senhorio. Nada disso! A abstenção foi esmagadora. Os madeirenses, em primeiro, votaram com os pés – e afastaram-se das mesas de voto.

Mais de cinquenta por cento não foi votar – os votantes ficaram pelos 49,7%. Nas primeiras eleições regionais em 1976, a abstenção foi de 25%;

---

\* Publicado em 22 de abril de 2015.

agora, foi o dobro. Nas primeiras eleições regionais com Jardim, em 1980, a abstenção foi de 19%; agora, 2,5 vezes mais.

Existe a ideia de que, quanto mais próximos os órgãos de poder e os políticos a eleger, maior é a participação eleitoral. Foi ao contrário: nas legislativas de 2011, a abstenção do eleitorado madeirense fora de 45,7%; agora, 5 pontos mais.

Os dois partidos mais votados, PSD e CDS-PP, perderam, cada um, 4 pontos percentuais face às regionais anteriores. O PSD baixou 15.000 votantes e o CDS-PP 8.500. O Partido Socialista, que se coligou com este mundo e o outro para tentar ao menos recuperar o segundo lugar, levou para contar: no conjunto dos coligados, perderam 11 pontos percentuais e conseguiram recolher menos 2.500 votos do que o PS sozinho há quatro anos! É obra! No conjunto, os coligados perderam 18.500 votos, mais do que colheram agora. O PSD perdeu 1 deputado, o CDS-PP perdeu 2 e PS & Companheiros perderam 5.

A estas eleições regionais concorreram mais cinco partidos do que em 2011. Dir-se-ia que haveria mais participação. Foi ao contrário: houve mais por onde escolher, mas foram menos os que foram votar. Os madeirenses não quiseram saber: num universo eleitoral de 250 mil inscritos, houve mais 20.000 abstencionistas do que há quatro anos.

Os votos brancos e nulos subiram de 2,7% para 4,3%, uma subida semelhante às da CDU e do BE.

A estrela do dia foi o estreante JPP – Juntos Pelo Povo, que ultrapassou 10% dos votos e elegeu 5 dos deputados em disputa. Um fenómeno político local lançado pelos irmãos Sousa (Élio e Filipe), depois de ter ganho a Câmara Municipal de Santa Cruz em 2013, regista-se como partido político nacional e conquista logo a posição de quarto partido regional, quase ultrapassando o PS.

Não é só bate-papo de comentador, boca de jornalista ou discurso de analista, encartado ou de ocasião. Foi mais uma eleição, foi mais uma prova. Depois das autárquicas de 2013 e das europeias de 2014, foi a vez das regionais madeirenses de 2015. Cada cavadela, minhoca! Os sinais de crise do sistema representativo estão lá todos: quebras acentuadas nos partidos do

sistema, fragmentação partidária e do voto, baixíssima participação eleitoral, sucesso instantâneo de fenômenos novos.

Está na hora de uma reforma significativa do sistema eleitoral. Não qualquer uma, mas a reforma que restitua confiança nos eleitos, devolvendo-nos uma democracia realmente representativa. Uma reforma como aquela que é proposta pelo Manifesto Por uma Democracia de Qualidade: uma reforma que, graças à intervenção decisiva dos eleitores, force os partidos a mudarem de vida, a abrirem-se genuinamente na participação interna e a melhorarem métodos de funcionamento e escolha. Uma reforma que conduzirá naturalmente os partidos a reconstruírem os elos de confiança e efetiva representatividade com as suas bases e o eleitorado em geral.

Só há duas alternativas à reforma do sistema eleitoral com maior personalização e responsabilização dos mandatos: uma é o pântano; outra a implosão. Venha a reforma, portanto.

# MUITAS TAREFAS PARA A SOCIEDADE CIVIL\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Saído recentemente de um muito difícil e muito injusto programa de resgate para a nossa sociedade civil, Portugal vai em breve ter dois atos eleitorais de enorme importância: as eleições legislativas no último trimestre de 2015 e, pouco depois, as eleições presidenciais logo no início de 2016.

A Constituição da nossa República não permite, lamentavelmente, listas de candidatos independentes não propostas pelos partidos políticos na eleição dos deputados para a Assembleia da República, e a Lei Eleitoral, então essa, nem sequer permite círculos uninominais de candidatos para essa eleição, que a Constituição da República já prevê.

Ao invés, na eleição para a Presidência da República são aceites candidatos independentes das estruturas partidárias, propostos, caso assim o desejem, por cidadãos independentes.

A conclusão lógica é que as eleições para a Presidência da República são mais dificilmente controláveis pelos diretórios dos partidos políticos. Mas são, também aquelas que demoram mais tempo a serem preparadas por cidadãos independentes que têm de assumir de forma cabal as atividades de elaboração de listagens de apoiantes e respetivas campanhas. Logo, quanto mais tarde avançarem as candidaturas independentes, maior a probabilidade de vir a existir uma luta entre adversários conhecidos.

Foi expressamente declarado por vários dos nossos partidos políticos que, até outubro, a concentração absoluta deverá ser na preparação das eleições legislativas, relegando a preparação das eleições presidenciais para depois daquelas. Seguramente, depois do futuro governo tomar posse, i. e. para mais perto do Natal. Um timing apenas adequado a fortíssimas estru-

---

\* Publicado em 29 de abril de 2015.



turas partidárias bem organizadas para as quais uma campanha eleitoral se prepara num muito curto espaço de tempo.

O processo parecia correr-lhes de feição, mas, eis senão quando, de forma absolutamente imprevisível e com enorme efeito de surpresa, um grande português, Henrique Neto, lança a sua candidatura à margem de qualquer partido político provocando-lhes uma enorme perturbação originando declarações absurdas de vários partidos com assento parlamentar.

Percebe-se que, a variável candidatura independente, quando ainda por cima, associada a um personagem forte, é algo que perturba a normal regra de funcionamento dos diretórios partidários que, a julgar pelas declarações efetuadas não gostam muito deste tipo de concorrência.

Penso que seria muito útil para as estruturas partidárias habituarem-se a lidar com candidatos e com deputados independentes no seio da própria Assembleia da República. Já escrevi em artigos anteriores que a nossa Constituição está ultrapassada e que devia ser rapidamente alterada.

Compete à Sociedade Civil trabalhar por si e com os partidos políticos que se lhe queiram juntar para que estes objetivos mínimos sejam alcançados.

Essa foi uma das razões porque escrevemos o Manifesto «Por uma Democracia de Qualidade».

# REPRESENTANTES DO POVO OU MOINHOS DE ORAÇÕES\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Nos templos tibetanos, e funcionando em movimento contínuo, os moinhos de orações substituem ou completam as preces dos fiéis. Como as orações impressas na roda moageira têm a mesma capacidade de chegar aos céus que as preces individuais, realiza-se o ritual e folgam os penitentes.

Lembro-me destes equipamentos de cada vez que ouço uma sessão parlamentar, nomeadamente a habitual jornada periódica de perguntas ao primeiro-ministro. Palavra por palavra, repetem-se as perguntas já mil vezes feitas e dão-se as respostas já mil vezes dadas, num ritual cíclico e infundável. Tudo se passa de modo tão igual e previsível que um cidadão minimamente atento seria capaz de relatar uma sessão de perguntas e respostas, qualquer que fosse o governo, na véspera de ela se realizar.

Sendo as coisas como se apresentam, não se perderia nada, e traria até óbvias vantagens, substituir os deputados por um moinho tibetano, trocando na roda as preces pelas orações dos deputados. Estes deixariam de se cansar com as mesmas perguntas e os primeiros-ministros poderiam trabalhar no que mais interessa ao país, ficando, acima de tudo, o ritual salvaguardado. E assim como, no Tibete, as versões dos moinhos variam dos grandes maquinismos dos mosteiros às pequenas maquinetas de mão, entre nós, o problema ficaria resolvido com um moinho de grandeza adequada à dimensão oratória dos nossos deputados. E estou certo de que S. Bento receberia muito bem tal equipamento, lembrado do convento que em tempos já foi.

De facto, uma simples máquina era capaz de reproduzir com rigor os temas, os tiques, o estilo, a oratória vã, o vazio de conteúdo, a insistência no

---

\* Publicado em 13 de maio de 2015.

acessório, os remoques pessoais, a violência verbal, até o insulto que constituem palavra corrente dos nossos políticos nas intervenções, nos discursos, nas entrevistas, nos comícios, na omnipresença nas rádios e televisões.

Toda esta situação é o óbvio resultado de, legislatura após legislatura, não ter havido uma verdadeira e efetiva remodelação da classe política. Repetindo-se as mesmíssimas personagens, as ideias cristalizam e o processo bloqueia: em idênticas circunstâncias, os aplausos da maioria passam a ser os insultos, se na oposição, e as vaias da oposição transmudam-se em aplausos, se no governo.

Urge alterar este estado de coisas que, a perdurar, ferirá de morte a ideia de democracia.

No estado atual, e dada a importância do parlamento, por si e por ser um lugar privilegiado de recrutamento de pessoal para os governos, condição necessária para tal alteração é uma reforma do sistema eleitoral para a AR que atribua aos eleitores um efetivo poder na escolha dos deputados, através do voto preferencial, ou que faculte a introdução de círculos uninominais, como forma de impor um cuidado acrescido na seleção dos melhores candidatos, ou ainda que permita a admissão ao sufrágio de cidadãos independentes com genuíno interesse no serviço público.

Lamentavelmente, não se crê que os diretórios partidários o façam espontaneamente, pelo que só um movimento vigoroso de opinião pública poderá levar os partidos a moverem-se no sentido de escolherem os melhores, os mais capazes, os mais sensatos, os mais devotados para as mais responsabilizantes funções públicas, a começar pelos candidatos a eleger para o parlamento.

Temos todos o dever de participar nesse movimento. Aqui e agora, passa também por aí a democracia. Substituindo por gente viva os moinhos das palavras gravadas e sempre repetidas.

# PODER E DEMOCRACIA\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

Nas sociedades modernas o termo *democracia* é seguramente um dos que nos é mais familiar. Tal não significa, porém, que à essência e implicações do conceito corresponda idêntica familiaridade.

Na célebre frase de Abraham Lincoln, democracia é «o governo do povo, pelo povo e para o povo», ou seja, a forma de institucionalizar a liberdade e garantir a cidadania. Contudo, em sociedades e organizações complexas, o sistema de democracia direta é impraticável. É por isso que nas democracias ocidentais, os cargos públicos são exercidos em nome dos cidadãos, por políticos eleitos de acordo com regras que assegurem a sua representatividade, e perante os quais estes deverão ser responsáveis, relativamente às ações que em seu nome praticam. As eleições desempenham, assim, um papel primordial, enquanto processo de delegação do poder pelos cidadãos. Há, pois, que garantir que elas são livres, justas, periódicas, inclusivas e conduzem a resultados em que os cidadãos se revêm, nomeadamente em termos da proporcionalidade dos eleitos, face aos votos partidários expressos. Daqui o papel crucial que lhe está associado nos regimes democráticos, e que terá de ser assegurado pelo sistema eleitoral.

Numa democracia a regra prevalecente é a da maioria, mas no respeito pelos direitos humanos das minorias (políticas, religiosas, étnicas ou outras) garantidos pelas leis e instituições democráticas. Estes direitos constituem, assim, limites aos poderes da governação e são as bases em que assentam as democracias constitucionais. Contudo, a democracia é mais do que um conjunto de normas e de procedimentos tendo em vista o funcionamento do governo. Este é apenas um dos elementos constitutivos da democracia,

---

\* Publicado em 20 de maio de 2015.

coexistindo com um conjunto de outras instituições: partidos políticos e demais organizações e associações de natureza social. Daqui que a existência, legitimidade e autoridade destas não dependa do governo, mas dos direitos inalienáveis dos cidadãos.

Porém, e de um outro ponto de vista, a democracia pode ser encarada como uma forma de gerir conflitos, na medida em que os indivíduos aspiram à liberdade, mas num contexto de igualdade perante a lei e de efetiva justiça social. Estes conflitos têm, assim, de ser geridos num âmbito de limites, por forma a dar origem a compromissos, consensos e outros tipos de acordos que as partes considerem legítimos. Aceitar a inevitabilidade de conflitos em democracia, implica igualmente subscrever a necessidade de tolerância. É neste pressuposto que assenta a «cultura democrática». Uma cultura de compromisso, de pragmatismo, conducente à emergência de coligações. Em suma, a democracia impõe limites à governação; não por forma a que ela seja fraca, mas sim resiliente. A sua força advém da cultura democrática; não de ser eficiente. Lembremos a célebre definição de W. Churchill: A democracia é o pior sistema político, com exceção de todos os outros!

No entanto, com vista a melhorar a sua eficácia, as democracias socorrem-se de práticas ditas de «controlos e equilíbrios» («checks and balances») na terminologia de Montesquieu, e cujo fim último é permitir que o poder legítimo governe e as boas ideias sejam implementadas, em detrimento do abuso do poder, da opressão e da corrupção. Para isso Montesquieu propôs o princípio da *separação de poderes* nos órgãos da governação, em que cada um dos ramos (executivo, legislativo e judicial) tem poderes separados e independentes, mas por forma a igualmente terem capacidade para estabelecer limites ao poder exercido pelos demais domínios. Em boa verdade trata-se mais de uma partilha de poder, do que de uma separação de poderes.

Subjacente a estes «controlos e equilíbrios» está a constatação de que o egoísmo e ambição humanas, fazem com que, na ausência de controlos, os indivíduos tendam a comportar-se por forma a ganhar poder e riqueza, em detrimento do seu semelhante. E não só pela força, mas também por táticas de manipulação da informação, de pessoas, e do dinheiro. É assim que surgem as tiranias. «O poder corrompe e o poder absoluto corrompe abso-

lutamente», como alguém disse. São pois imprescindíveis os controles, para assegurar os equilíbrios! Mas como consegui-lo?

As já referidas garantias de liberdade dos cidadãos e proteção das minorias – através do seu contributo para as decisões, poder de veto, ou proteção legal contra eventuais prejuízos – e o modelo da separação de poderes, combinando a descentralização funcional e o método dos «controles e equilíbrios» na ação governativa, constituem as vias para alcançar a democracia constitucional. Esta não é, porém, uma realidade estática, antes apresentando um caráter dinâmico. Daí que, nem as instituições nem as leis que regem a democracia possam considerar-se imutáveis, sem prejuízo da estabilidade que garanta a sua relevância essencial.

Em conclusão, e como vimos, no âmago da democracia está o papel desempenhado pelo sistema eleitoral. Para isso, é imprescindível que as eleições legislativas deixem de assentar numa votação em listas fechadas, elaboradas por diretórios partidários e clientelas políticas – tal como atualmente sucede entre nós – sem que seja dada aos eleitores a possibilidade de uma escolha preferencial, como sucede em vários países. É esta uma via de personalizar o voto e conseguir uma maior proximidade entre cidadãos e eleitos, contribuindo simultaneamente para que estes resultem de uma seleção competitiva, em que os eleitores se revêm, e eles próprios se considerem prioritariamente vinculados aos cidadãos eleitores.

Acresce que, sobretudo em sistemas parlamentares, em que o governo (diferentemente do que ocorre nos sistemas presidenciais) é uma emanção do parlamento e em que o poder legislativo tende a ser um apoiante subserviente do executivo – particularmente se este emerge de um partido com maioria absoluta – há que garantir, também, que o controlo do poder executivo, pelo legislativo, enquanto equilibrador dos interesses do eleitorado que ele representa, é devidamente assegurado. Sem isso, corre-se o risco da perda de legitimidade democrática no exercício do poder, podendo mesmo chegar-se ao ponto de se pôr em causa a democracia.

Foi com estes objetivos e preocupações básicas, que um grupo de cidadãos subscreveu o Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade» (disponível na Internet).

# DA GRATIDÃO E DA ESPERANÇA EM POLÍTICA\*

Por **João Luís Mota Campos**

Advogado, ex-secretário de Estado da Justiça

Um dia, há 2500 anos, o jovem Temístocles caminhava na companhia do pai por uma praia perto de Atenas. Repousavam na areia os restos de uma trirreme, outrora altiva e soberba, com os seus 200 remadores e cem soldados da marinha, um veículo de poder e de força agora reduzido a um destroço.

O pai de Temístocles parou e disse ao filho: «É assim que Atenas trata os seus políticos, outrora grandes e poderosos, agora reduzidos ao esquecimento.»

Tal como a trirreme, Temístocles veio a ser grande e poderoso, um estratega visionário que, depois da primeira invasão persa travada na batalha de Maratona, entendeu que na invasão seguinte os gregos não poderiam fazer face ao poder esmagador das forças imperiais persas, a menos que tivessem a supremacia do mar. Com o mar e o império marítimo a que ele dá acesso, Atenas não poderia ser vencida pelos persas.

Esta visão veio a ficar plenamente provada quando, em 480 a.C., o imperador Xerxes invadiu a Grécia, apoiado numa poderosa frota de guerra e num exército imenso, imbatível. Foi no mar que Xerxes foi travado, pela frota de guerra que Temístocles tinha convencido o senado ateniense a financiar. A frota persa foi aniquilada em Arthemisium e em Salamis, e Xerxes, sem o seu apoio logístico, teve de retirar para a Pérsia, deixando apenas um forte corpo expedicionário na Grécia central. O que restava do exército persa foi, por sua vez, destruído em Plateia pelas forças combinadas dos estados gregos livres.

Os historiadores gregos contemporâneos de Temístocles já nem sequer o mencionam na vitória de Plateia, realçando apenas os feitos de Pausânias, o general espartano que venceu a batalha.

---

\* Publicado em 10 de junho de 2015.

Para todos os efeitos, Temístocles desapareceu da história. A ingrati-dão dos atenienses tinha uma razão de ser: para construir a sua frota, Temístocles teve de afrontar os poderes instalados da aristocracia ateniense, dos donos das terras, que viam com muito maus olhos um poder marítimo que não controlavam. Politicamente, Temístocles morreu, sem se saber como nem onde...

Mais conhecida é a história de Winston Churchill, o político visionário que comandou com mão de ferro os destinos do Império Britânico durante a II Guerra Mundial. Tal como declarou num célebre discurso, o que deu aos ingleses nesses seis anos de tragédias e glórias foi sangue, suor e lágrimas. Ainda os canhões estavam quentes e já os ingleses o tinham substituído por quem lhes prometia o «wellfare state».

Churchill poderia ter imaginado que os seis anos de guerra o tinham recomendado pelo seu caráter e visão ao povo britânico, mas enganou-se: a gratidão em política poucas vezes vai mais longe do que o nome de uma rua e uma estátua, nos melhores casos. Pelo menos, teve direito a um funeral de Estado...

Em Portugal temos neste momento um primeiro-ministro que deverá estar a pensar que o que fez nos últimos quatro anos o recomendam à gratidão popular. Parece-me que Passos Coelho tem algum crédito nessa matéria: com uma vontade inquebrantável, que resistiu a tudo, até aos arrufos irresponsáveis do parceiro de coligação, com uma visão singular no seu objeto – tirar o país da bancarrota –, fez tudo o que era necessário para dobrar este cabo das tormentas.

Mas a gratidão em política...

Tal como todos os seus antecessores nas barcas dos Estados, não falta quem, passado o perigo iminente, apenas se lembre dos sacrifícios, da dureza sentida, das baixas sofridas.

Outros oferecem um catálogo eloquente (ou verborreico) de esperanças variadas. Apostam na esperança que uma mudança operará, decorridos estes anos de chumbo do resgate; apontam as falhas no combate à bancarrota (e têm muita razão em muita coisa, mas parece-me que falham no essencial).



A próxima campanha eleitoral vai, assim, ser um combate entre o apelo à gratidão e o apelo à esperança, um combate duro e bipolarizado que dificilmente deixará espaço para vozes alternativas.

No seu conjunto, os pequenos partidos elegerão meia dúzia de deputados, vozes irrelevantes na Assembleia da República, salvo se fizerem falta para alguma coligação, em que enfileiram na via principal...

Em nome da gratidão ou da esperança, vamos ter de engolir inúmeros deputados que desconhecemos e cuja presença nem se faz sentir. Os detalhes e as nuances perdem-se na discussão por grosso e no apelo a sentimentos primários.

Muita e muita gente que da política quer mais não se vai sentir representada num parlamento que vai dar voz apenas aos aparelhos partidários, que são quem decide quem vai e quem fica e o que se discute do menu habitual.

Imaginem como seria diferente se pudéssemos ter deputados independentes que se candidatassem num único círculo eleitoral, trouxessem com eles outras visões do país, outros problemas em que tudo não ficasse reduzido ao défice, esse manto protetor da incapacidade de reformar de que padece a nossa usual classe política.

É sabido que a democracia é bem mais do que votar de quatro em quatro anos. Sem uma sociedade civil forte e autónoma, que tenha no máximo fórum nacional representação institucional, a democracia é apenas partidocracia. É isso que queremos?

*P.S.: A primeira parte deste artigo é também um pequeno gesto de homenagem à memória da importância que a Grécia clássica teve na nossa civilização ocidental. Sem a Grécia, teremos apenas uma Europa desmemoriada...*

# A HABITAÇÃO, O ESTADO E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

Portugal tem um setor de habitação vasto e complexo que, no seu conjunto, tem uma enorme influencia no sucesso económico e na estabilidade financeira do país.

Desde logo, porque o país tem, além das designadas «primeiras habitações», um número muito elevado de «segundas habitações», e ainda dispõe de muitas «habitações de turismo» destinadas tanto a cidadãos nacionais como estrangeiros, incluindo também emigrantes nacionais que são normalmente residentes em países estrangeiros.

Apesar da muito elevada importância económica e financeira das duas últimas vertentes, foi no primeiro setor, as «primeiras habitações permanentes», que o Estado se tem preocupado em intervir politicamente ao longo dos últimos 130 anos.

Na Terceira República o paradigma seguido foi o de fomentar a aquisição de casa própria, a maior parte das vezes com recurso ao crédito bancário. De facto, desde 1974 que os novos arrendamentos para habitação têm tido um papel secundário, que só a grave crise financeira de 2011 veio de novo relançar através duma lei, inspirada pela Troika, que teve como objetivo racionalizar uma situação de congelamentos/degradação de muitos milhares de rendas antigas, cujo valor era claramente incapaz de permitir que os proprietários fizessem a adequada manutenção do património edificado.

Note-se que, em termos financeiros, o principal objetivo da dinamização do mercado do arrendamento é o de, em simultâneo, diminuir o endividamento bancário das Famílias que desejam uma habitação e que dispõem

---

\* Publicado em 17 de junho de 2015.

de pouco capital, ao mesmo tempo que incentiva os aforradores a investirem diretamente num património remunerado através das respetivas rendas.

O adequado funcionamento do mercado de arrendamento é assim um instrumento precioso na eficiência da utilização dos recursos financeiros, bem como na estabilidade social dos agregados familiares.

Pode-se já hoje dizer que a última Lei do Arrendamento Urbano permitiu uma dinamização e racionalização do mercado de habitação das grandes cidades portuguesas, como não se via desde os anos sessenta do século passado.

Isso conduziu também a uma requalificação apreciável de muitas habitações, sendo hoje possível encontrar para alugar em zonas centrais de Lisboa T2 renovados a 320 Euros, e T3 a 475 Euros.

Valores estes muito abaixo daquilo que era possível encontrar há dez anos, o que claramente revela que o mercado está de facto a funcionar em benefício da sociedade em geral.

Por isso, não se entende a proposta recente dum grande Partido político para se «utilizar verbas da Segurança Social para financiar a renovação urbana», sendo citados como objetivo de rendas valores por vezes superiores àqueles que o mercado já hoje proporciona às Famílias.

A Qualidade da Democracia exige o conhecimento profundo das matérias de que se trata, bem como «ir ao terreno» recolher os dados concretos para detetar eventuais «falhas de mercado», se e quando elas efetivamente existirem.

Não é manifestamente esse hoje o caso no mercado de arrendamento para habitação, onde de resto as autarquias têm já uma atuação muito significativa no segmento social.

Investir largas dezenas de milhões de Euros dos recursos da Segurança Social numa tentativa para distorcer um «mercado que funciona com grande liquidez e transparência» é um duplo risco: põe-se em causa a solidez do património que assegura a sobrevivência futura dos reformados, pois as rentabilidades irão estar na prática muito abaixo do previsto, e afastam-se os investidores privados que têm investido verbas importantes neste setor, apesar da grave crise que o afetou.

Mas, já agora, a atenção política em matéria de «gestão da habitação» deverá centrar-se também na área das despesas aceites em sede de IRS como custos fiscais para quem investiu no arrendamento.

De facto, se um proprietário tiver de ir a tribunal reclamar uma renda que o inquilino não lhe pagou, as despesas com o advogado e as custas judiciais não são aceites como custos fiscais. Nem os honorários dos arquitetos e dos engenheiros que assegurem a conservação do património edificado. Já para não falar no computador onde tem de passar os recibos das rendas...

É de bradar aos céus!

A Qualidade de uma Democracia avançada tem também de passar por aqui!

# O SEGREDO DA TROIKA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Quando tantos saúdam o sucesso do programa de ajustamento em Portugal, cabe perguntar: qual foi o segredo da *troika*? O que fez a *troika* ter sucesso onde nós falhamos?

O segredo da *troika* não é segredo. Foi objetividade, informação exata, transparência e prestação de contas. Se a nossa democracia tivesse objetividade, informação exata, transparência e prestação de contas, não teríamos precisado da *troika*, porque não teríamos chegado ao precipício da bancarrota.

Hoje, quase todos desdenham da *troika* e seus agentes, mesmo quando os chamaram, ou com eles contrataram sem os terem chamado. Já se esqueceram de quanto se deslumbraram com as reuniões iniciais, ou das *selfies* em momentos decisivos, ou de haverem reivindicado publicamente que tinham «ensinado» a *troika*, ou de como os seguiam pateticamente por todo o lado a cada vinda a Portugal, como se a *troika* fosse a própria encarnação do Espírito Santo – o divino, que não o banco.

Quando surgiu, a 17 de maio de 2011, o Memorando de Entendimento, a duas semanas de eleições, não faltou quem comentasse que, *finalmente, temos um programa de governo a sério*: objetivo, rigoroso, quantificado, calendarizado, metódico. Só isto diz muito da fragilidade dos partidos. Habitúamo-nos tanto a escrever para encantar – para iludir, arredondar, parecer bem – que nos esquecemos de como se escreve para resolver problemas, isto é, para governar. E as pessoas logo viram e perceberam a diferença.

Mas o mais raro nem foi a *troika* ter um programa de governo, recebê-lo por contrato externo. O mais absolutamente raro é ter sido cumprido de

---

\* Publicado em 24 de junho de 2015.

uma forma geral. Não é, afinal, verdade que os programas não são cumpridos. Este foi.

Haverá, aqui, quem atribua os dois factos – o programa e o cumprimento – ao poder da *troika*: ao dinheiro que nos entregou, os 78 mil milhões de euros, e ao amor que tem a esse dinheiro. Se não cumpríssemos, não recebíamos o dinheiro – o que em boa parte é verdade, pois cada desembolso estava condicionado a uma avaliação positiva anterior.

Esta constatação ajuda-nos a situar o cancro da nossa democracia. Nós, cidadãos, entregamos ao Estado muito mais dinheiro do que a *troika*. A *troika* emprestou-nos muito dinheiro: 78 mil milhões de euros! Mas nós, cidadãos, entregamos muito mais. Nos três anos de programa da *troika*, os contribuintes portugueses pagámos ao Estado, em impostos e contribuições sociais, mais do dobro: 168 mil milhões de euros! E, nos anos da legislatura (2011 a 2015), pagámos ao Estado quase 230 mil milhões de euros, o triplo da *troika*.

O poder da *troika* não vem do volume de dinheiro. Nós pagamos mais, apesar de tudo. Vem do amor que a *troika* tem ao dinheiro – e da exigência e cuidado, portanto, com que o trata. Em contrapartida, a nossa fraqueza, assim como o declínio medíocre da nossa democracia têm a ver com o pouco amor que temos ao dinheiro que pagamos e o desprezo com que deixamos tratarem-nos. Somos desleixados no nosso contrato interno. E pagamos o preço desse nosso desleixo.

A *troika* fazia avaliações trimestrais. E nós? Nada. Nenhuma – uma coisa vaga de eleição em eleição. As avaliações parlamentares são um baile mandado inconsequente: o guião está escrito, os papéis distribuídos, os lugares marcados. Não há verdadeiro exame objetivo das coisas – é mais pugilato político. Nem os deputados estão lá para perguntar matéria objetiva – mais para apoiar, ou para embaraçar. Alguém imagina a *troika* a gastar o seu tempo com a discussão de uma *gaffe*? Nós, ao contrário, adoramos banalidades e *faits divers*.

Dir-se-á que é natural o jogo maioria/oposição ser assim – em parte, é verdade. Mas, então, a prestação de contas deveria ser feita dentro dos partidos: à porta fechada, semanalmente nos grupos parlamentares, mensalmente

nos órgãos de direção política, trimestralmente nos de maior representação, examinando o grau de cumprimento dos programas, marcando o ritmo, exigindo pontualidade e fidelidade ao que foi prometido, representando as bases e o eleitorado. Nada disso: os partidos foram tomados, subvertidos e invertidos. Tornaram-se aparelhos de poder, funcionando de cima para baixo: câmaras de ressonância de quem gasta, não organismos de representação de quem paga. O contribuinte, o eleitor, o cidadão foram arredados do sistema. É essa a decadência da nossa democracia; e a ruína do nosso país.

O lema parlamentar é «*no taxation without representation*» – ora, hoje, funcionamos realmente sem representação. Falta-nos recuperar para a cidadania os mesmos mecanismos elementares da *troika*: objetividade, informação exata, transparência e prestação de contas. Para repetir o inglês, é tudo uma questão de *accountability*... Temos palavra para isso: «prestação de contas». Só nos falta o zelo de a aplicar.

Se os partidos funcionarem, de baixo para cima, com cultura de participação, de abertura, de informação e transparência, de rigor e objetividade, em vez de meras faroladas e números de circo – a democracia salva-se e nunca mais teremos ruína. Porquê? Porque exerceremos o amor, a exigência, o cuidado pelo nosso dinheiro.

Como fazer? Reformar, como prioridade, o sistema eleitoral, na linha defendida pelo Manifesto Por uma Democracia de Qualidade. Só isso, personalizando o deputado, conduzirá à reforma do sistema partidário, restituindo-lhe a saúde que perdeu. Teremos representantes, seremos representados. Far-nos-emos ouvir.

# TAREFAS CRUCIAIS PARA A SOCIEDADE CIVIL\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Além da alteração do Sistema Eleitoral para a Assembleia da República, também modificações a nível do Sistema de Financiamento dos Partidos Políticos são uma questão fundamental para a transparência do nosso sistema democrático.

É crucial ter-se um sistema de financiamento partidário que evite ou dificulte que as empresas procurem cidadãos para efetuarem donativos aos partidos políticos, os quais não são mais do que donativos encapotados das empresas. É também muito importante que se dificulte o aparecimento de indivíduos como facilitadores de negócios nas empresas do Setor Público Estatal.

Os cidadãos portugueses têm todo o direito de saber, com rigor, qual é a origem e qual o valor dos proveitos globais de cada partido político. As Autoridades têm de tratar o cálculo dos proveitos dos Partidos Políticos da mesma forma que tratam o cálculo do rendimento das Famílias ou o cálculo dos lucros das Empresas!

Está provado que a forma mais barata e mais controlável de financiamento partidário é o financiamento público com verbas alocadas pelo Orçamento do Estado, sistema utilizado com sucesso em vários países.

Eventuais contribuições privadas, só devem ser aceites se originárias de pessoas individuais, e só se for possível a respetiva fiscalização pública, por exemplo: pela dedução da coleta em sede de IRS, ou ainda através de qualquer outro mecanismo que permita o seu cruzamento com o sistema tributário.

É, também, urgente que se proceda a um escrutínio completo de todas as contas de todos os partidos. Essas contas deveriam passar a ser auditadas por um corpo de auditores especializados, preferencialmente do Tribunal

---

\* Publicado em 1 de julho de 2015.



de Contas, que apresentaria os resultados das auditorias à Assembleia da República.

Recentemente alertaram-me que o Tribunal de Contas não está em condições de fazer este trabalho porque tem poucos recursos. Dado que, seguramente, as perdas para a Economia são muito elevadas, mais valia dotar o Tribunal de Contas desses recursos se o processo fosse implementado na sua globalidade. A falta de recursos é uma questão muito facilmente solucionável.

Sobre este e outros assuntos muito importantes recomendo vivamente a leitura do Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade», que faz referência à necessidade de aplicação de medidas que muito contribuirão para o aumento da transparência do nosso sistema democrático.

# OS SONS QUE OS POLÍTICOS NÃO ESCUTAM\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Conta-se que um imperador japonês, preocupado com o avançar dos anos e a sorte do seu povo, entregou o seu jovem filho ao conselheiro mais sábio da corte, para o educar com vista à sucessão.

O sábio conselheiro falou com o príncipe e, como primeira lição, mandou-o ir para a montanha, com instruções de só regressar quando conhecesse todos os sons da floresta.

Passados uns tempos, o príncipe regressou e foi à presença do sábio relatar os sons que aprendera: o estrondo do ribombar do trovão, o fragor dos grandes terremotos, o rugido das feras na floresta, o estrépito dos rios caudalosos, entre outros ruídos mais ou menos graves e estridentes.

O sábio apreciou a sabedoria do príncipe, mas mandou-o de novo para a floresta, pois havia ainda muitos mais sons a registar.

Redobrou de trabalhos e cuidados o príncipe, de forma a regressar o mais cedo possível ao palácio, habituado que estava ao conforto da corte. E quando novamente se apresentou ao sábio, já conhecia mais sons: o sibilar do vento na copa das árvores, o ciciar dos pássaros nos ninhos, o vagido da cria acabada de nascer, o cachoar da água na pequena torrente.

O sábio conselheiro apreciou o progresso, mas mandou-o de novo para a floresta, porque ainda não conhecia muitos daqueles sons imprescindíveis para ser um bom imperador.

Retornou o príncipe à montanha e aplicou-se denodadamente na tarefa de escutar e aprender, sempre na mira de regressar depressa à corte.

Começou então a distinguir a vibração do voo das borboletas, o ténue murmúrio das plantas a crescer, o bulício da gota de água caindo de folha

---

\* Publicado em 15 de julho de 2015.

para folha, ou o leve rumor do grão de semente a germinar na orla da floresta. E muitos, muitos mais sons, que no início nem qualquer ouvido afinado conseguiria sequer imaginar.

Voltou então ao palácio e relatou minuciosamente os novos sons que conhecia. O conselheiro mais sábio da corte ouviu-o com toda a atenção. E logo, depois de um acenar de satisfação, fez uma vénia profunda ao príncipe seu discípulo, ao mesmo tempo que dizia para o imperador: meu senhor, o vosso filho está preparado para governar este vasto império. Mas porquê, perguntou o príncipe? Porque já sois capaz de ouvir o não audível, de perceber o impercetível, e assim estais preparado para escutar os anseios mais profundos do vosso povo.

Julgo que a história encerra uma enorme lição para os nossos políticos e todos os políticos dos nossos tempos.

É que, nos tempos que correm, eles só estão preparados para ouvir os grandes ruídos: o estrondo das manifestações, o fragor das greves dos serviços públicos, o estrépito das corporações que detêm o efetivo comando das infraestruturas básicas, o ribombar de quem tem o poder de perturbar ou o eco longo de quem pode dar ou retirar votos. Os desejos profundos das populações não são escutados, muito menos apercebidos, no meio dos vozear infrene em que os políticos se movem e tantas vezes promovem.

É preciso uma mudança no fazer política em Portugal. Os grandes partidos democráticos, ou encontram novos protagonistas que ajudem na mudança da cultura instalada, ou acabarão por ser substituídos. Eles devem ser os primeiros interessados numa reforma do sistema eleitoral que imponha a escolha dos melhores e não de nomenklaturas volúveis, ao sabor dos chefes que apareçam a cada momento.

Novos protagonistas que, juntos àqueles que já deram provas de dedicação à causa pública e existem em todos os partidos, sejam capazes de formular as melhores políticas e de entender que as melhores políticas raramente são aquelas que as corporações se habituaram a exigir com o habitual estrondo.

# UM PAÍS BLOQUEADO\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

Portugal encontra-se confrontado com uma crise de elevadas proporções, nos domínios económico, social e político, a qual é reconhecida pela generalidade da população, e de que resulta o desencanto e progressivo afastamento da política por parte dos cidadãos.

É igualmente reconhecido, que tal se deve a um conjunto lato de problemas de natureza estrutural, aos quais as instituições e órgãos do Estado não têm conseguido dar resposta efetiva. Esta falha é particularmente notória e grave a nível político, uma vez que num Estado democrático e de direito é a ele que cabem as responsabilidades últimas pelo desenvolvimento, progresso e bem-estar dos cidadãos.

O estado atual (a cerca de 3 meses das eleições legislativas) das propostas concretas e dos programas eleitorais dos diferentes Partidos – e em particular dos pertencentes ao «arco da governação» – por forma a tornar possível um debate aprofundado e esclarecedor das alternativas em jogo, é particularmente preocupante e até dececionante. Isto é tanto mais grave quando tudo indica que nenhuma das forças partidárias em disputa conseguirá obter uma maioria absoluta no futuro Parlamento, o que reforça a necessidade dos eleitores serem devidamente esclarecidos das verdadeiras intenções partidárias, por forma a poderem votar de forma consciente e responsável. Face à gravidade dos problemas que defrotamos e às restrições que decorrem da nossa participação na UEM, tal informação é indispensável, não só para o voto, mas também para ajuizar das reais possibilidades de compromissos pós-eleitorais, com vista à identificação e implementação de um conjunto coerente de políticas que permitam desbloquear a crise com

---

\* Publicado em 22 de julho de 2015.

que nos vimos debatendo. É este um dos grandes motivos de desalento. O cidadão tem que ver como é que é possível ultrapassar a crise e incerteza que tanto o têm penalizado, para voltar a poder ter motivação e esperança. É que não basta proclamar a necessidade de confiança... é igualmente necessário fornecer as perspetivas e políticas concretas em que se possa aliar a dita esperança!

No momento atual, nenhuma das forças partidárias nos fornece uma perspetiva da sua visão e estratégia para o País, no quadro de um horizonte alargado. No que respeita a esta, ou é inexistente (para o caso da maioria dos Partidos) ou é incompleta e algo contraditória (caso do PS, apesar do contributo dado com o documento «Uma Década para Portugal»).

Com efeito a coligação PSD-CDS, atualmente no Governo, acena-nos com um «Caminho para um País Melhor». Mas quando vamos à procura desse caminho, não encontramos nada de novo: apenas a reafirmação do rumo prosseguido nos últimos 4 anos, que sem dúvida nos restituiu alguma credibilidade internacional – fruto de grande perseverança – mas está longe de nos ter conduzido a uma situação de melhorias e progresso sustentáveis, como os próprios dirigentes políticos da maioria aliás reconhecem. Logo, mais do mesmo, não chega.

Há que saber com que políticas os dirigentes da atual maioria pretendem aumentar o investimento e as exportações, conter a dívida e reduzir o défice, aumentar a competitividade, as qualificações profissionais e o emprego, reduzir a precaridade no mercado do trabalho e a emigração, melhorar a eficácia da função pública e da justiça, reduzir as assimetrias e desigualdades e melhorar as condições de vida e o bem-estar da população, e em particular dos mais desfavorecidos, para só citar algumas das questões fundamentais que permanecem sem solução.

Como é óbvio, a estas mesmas questões devem responder os demais Partidos, e em particular o PS, enquanto partido que aspira a constituir Governo. Embora o PS, no campo das propostas, tenha conseguido destaque, o facto é que nem sempre é clara a coerência das medidas propostas com a credibilidade dos resultados visados, o que dificulta a compreensão e é fonte de perplexidades.

No âmbito deste esclarecimento impõe-se igualmente que os Partidos clarifiquem devidamente as suas intenções relativamente à reforma do sistema eleitoral, de que tanto se tem falado, e é primordial para uma maior sintonia entre os políticos e o eleitorado. Neste domínio, só o PS o inclui no seu programa eleitoral, mas em defesa dum sistema de círculos uninominais, o que pode ser a via mais simples para tudo permanecer na mesma. Como chegar a acordo (é necessária a maioria de 2/3) quanto à definição e número de círculos uninominais?

Pelos exemplos aqui referidos é fácil concluir que temos pela frente desafios de grande envergadura, que não será possível ultrapassar sem a definição e clarificação dos grandes objetivos prioritários a prosseguir, bem como à forma (i.e. políticas) para os alcançar. Para tal é preciso clarividência, compromissos devidamente consubstancializados em documentos legais e empenhamento de uma larga maioria; ou seja, é absolutamente indispensável desbloquear o atual sistema partidário e os diretórios de interesses em que se comprazem. Urge, assim, alcançar um verdadeiro compromisso reformista interpartidário, assente no Estado de direito, na igualdade, na solidariedade e no progresso, que permita desbloquear a situação pantanosa em que nos encontramos.

O mínimo que o País exige é que não percamos mais esta oportunidade! Partidos, mãos à obra!

## **AO DEPUTADO DECENTE QUE FOI EXCLUÍDO DAS LISTAS\***

**Por João Luís Mota Campos**

Advogado, ex-secretário de Estado da Justiça

O deputado Pedro Saraiva, do PSD, era e é um perfeito desconhecido. No entanto, este desconhecido, cuja aparência e estilo são modestos, protagonizou um dos melhores momentos parlamentares desta legislatura: foi o relator da comissão de inquérito ao colapso do BES. Fez trabalho altamente meritório e, de recompensa, sai das listas do PSD...

Não são muitos os deputados excluídos das listas, mas alguns, por razões várias, são gente que se notabilizou pela independência de espírito, pela diligência e trabalho profícuo, pela perspicácia em defesa do interesse público.

Nalguma coisa haviam de ter de errado, e essa coisa foi não serem indefetíveis dos chefes, não serem dos mais fiéis, daqueles com quem o aparelho – controlado pela direção controlada pelos chefes – pode contar, mesmo que seja para votarem contra tudo o que defenderam e em que acreditam.

Conta-se que um ditador ateniense decidiu explicar um dia a um visitante qual era o segredo do seu poder. Levou-o a um campo de trigo e mostrou-lhe na seara uma ou outra espiga que eram mais altas que as demais e cortou-as. «Assim, ficam todas iguais, nenhuma avulta.»

É este o método dos nossos chefinhos partidários. Cortar as espigas mais altas; e, no fim, nenhuma avulta. Dos grupos parlamentares o que se espera é uma obediência normalizada e abúlica, um silêncio obrigado e aquiescente, um respeito reverente pelas decisões de quem manda.

Esta vi eu: um importante personagem do PSD, ministro à época, dizia a um deputado do seu partido que tinha ousado discordar de uma menoridade qualquer: «olha lá, fui eu que te fiz deputado, vê lá se te comportas...»

---

\* Publicado em 5 de agosto de 2015.

Para quem se interesse por política, as listas do PSD e do PS são um bom indicador de como a normalização aparelhística se tornou a norma nos partidos. Interessante só nos pequenos partidos, onde uma Mariana Mortágua mostrou o que valia e encabeça a lista de Lisboa pelo BE.

No CDS, então, o aparelho reduz-se mesmo ao chefinho: é como ele diz e ponto. Nem chega a haver discussões que se ouçam sobre listas, porque o «partido» não existe, existe apenas o chefe.

A que propósito vem isto, em pleno agosto?

Pois vem a propósito de este mês preceder a campanha eleitoral e as pessoas estarem de férias com tempo para pensar; e convinha que pensassem no que vão fazer ao depositar o seu voto numa urna. Não estou a fazer um apelo à abstenção, nem ao voto em branco; estou a fazer um apelo a que os cidadãos se tornem mais exigentes e pensem que aquilo que é feito em seu nome só pode ser feito em seu nome se votarem em quem o faz.

Dizia Adriano Moreira que as árvores se conhecem pelos frutos. Se eu tiver no meu jardim uma oliveira estéril, procurarei ocupar-me dela, pô-la a dar azeitonas, senão é meramente decorativa. Ora as nossas oliveiras, os nossos partidos políticos, são hoje meros adereços decorativos, que usam a ideologia como imagem de marca que os distingue do partido ao lado e que são árvores estéreis.

Ou as pomos a dar fruto, e fruto são, ou mais vale erradicá-las e substituí-las por outras, mais sadias e frutuosas.

Assim como as coisas estão, ao votar, estamos apenas a avalizar um sistema que, de facto, já deixou de nos representar há muito e não quer saber de nós para nada.

Para pôr estas árvores a dar fruto, temos todos de nos empenhar muito mais, não premiar com o nosso voto quem nos mente e defrauda, não permitir que estes partidos políticos mantenham o monopólio da representação política, não deixar que dois ou três chefinhos, cujo maior talento consiste em manipular os outros, continuem a dispor do futuro do nosso país, alinhados sabe Deus por que agendas e de quem...

Talvez nas próximas eleições, que o nosso Presidente, em hora aziaga, marcou para outubro e não para junho, como responsabilmente devia ter



feito, pudéssemos ensaiar uma pequena lição aos partidos: todos nós votamos num determinado círculo eleitoral; o exercício consiste em verificar quem são os candidatos que nesse círculo representam os partidos em que contamos votar e, se nessa lista houver algum que tenha contas a acertar com a justiça, com a moralidade, seja um para-quedaista sem qualquer ligação a quem o elege, pois bem, votemos noutros ou abstenhamo-nos, que sempre é mais higiénico, e tornemos pública a razão por que o fizemos. Se 10% dos eleitores fizessem isto, veriam como a coisa mudava e depressa.

# A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, O ESTADO E A ECONOMIA PORTUGUESA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

A Inovação Tecnológica é fundamental para garantir a competitividade das empresas e por isso é muito importante que em Portugal as empresas utilizem as tecnologias de forma economicamente eficiente.

O processo pelo qual a ciência é adquirida e desenvolvida para se converter em inovação tecnológica empresarialmente competitiva é todavia longo e complexo.

O Estado tem tido em Portugal um papel muito importante na promoção da Investigação Científica e por isso uma parte da opinião pública considera que basta o Estado gastar mais dinheiro nesta área para que as empresas se tornem mais competitivas.

Ora, esta noção está completamente errada!

A componente fundamental para o sucesso deste processo é a existência duma estratégia que tenha em conta o enquadramento nacional e o contexto europeu e global.

Logo a partir dos conhecimentos científicos de base, é necessário optar entre as diferentes tecnologias a desenvolver a partir deles e definir depois quais os produtos e serviços em que essas «inovações tecnológicas» devem ser aplicadas.

E esta transposição entre a ciência e os «produtos inovadores» tem que ser feita em articulação entre as instituições de ensino e investigação e as empresas que atuam nos setores de atividade em que essas inovações tecnológicas são aplicáveis.

---

\* Publicado em 12 de agosto de 2015.

A inovação tecnológica empresarialmente competitiva necessita de diversos ingredientes de base: as competências científico/experimentais, as instalações industriais/empresariais onde as inovações tecnológicas se podem converter em capacidade económica, e os recursos humanos com a adequada formação tecnológica e de gestão.

Em termos de políticas públicas o mais importante nesta área é a qualidade estratégica das mesmas e não o montante dos recursos financeiros que o Estado utiliza em todo este longo processo.

Por exemplo, uma percentagem significativa dos doutorados em ciência e tecnologia deverá estar inserida na atividade empresarial.

Ora em Portugal, os dados de 2011 revelam que dos 26175 doutorados em atividade, apenas 709, ou seja uns escassos 2,7%, tinham vínculo laboral com empresas.

Ou seja, em Portugal o Estado é o empregador exclusivo da esmagadora maioria dos doutorados!

É obviamente positivo que o Estado português tenha ao seu serviço um número apreciável de doutorados, mas fazê-lo de tal forma que apenas 2,7% dos doutorados estejam ao serviço das empresas é uma perversão das políticas públicas, e da correta alocação do dinheiro dos contribuintes.

As bolsas de pós-doutoramento funcionam por vezes para tentar manter alguns doutorados numa «redoma protegida» das verdadeiras realidades económicas do país, no seu conjunto.

A atribuição de bolsas de pós-doutoramento apenas para «manter em atividade» doutorados de alta qualidade é muitas vezes uma «atração fatal» que pretende resolver um problema social, mas que só o faz agravar.

E quanto mais dinheiro o Estado gastar neste «doping», sem enquadramento estratégico, pior.

Porque conduz à delapidação de muitas centenas de milhões de euros de dinheiros públicos por ano e, mais grave ainda, porque uma parte significativa dos doutorados, nomeadamente nas áreas da ciência e tecnologia, ficam numa situação de precariedade de carreira, em vez de estarem a trabalhar nas empresas onde a inovação tecnológica pode conduzir a um aumento da competitividade económica.

Por isso, nos países mais avançados 40 a 50% dos doutorados em ciência e tecnologia trabalham em empresas.

Para que a questão possa ser resolvida, é necessário que as empresas e as políticas públicas em Portugal favoreçam a transição dos doutorados para as empresas.

Por exemplo, através dum Programa em que pelo menos 50% dos candidatos às bolsas de pós-doutoramento tenham que ir trabalhar para as empresas, sendo apoiados com fundos públicos num valor que seria metade dos montantes que o Estado gastaria se os mantivesse como bolseiros.

O Estado pouparia assim muito dinheiro, as empresas adquiririam uma ferramenta preciosa de competitividade e os doutorados ficariam com uma perspetiva de carreira profissional que de outra forma não poderiam obter.

# A DÉCIMA GARANTIA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Nas apresentações do Manifesto Por uma Democracia de Qualidade várias vezes aludimos a que não teríamos chegado ao imperativo de reformar o sistema eleitoral se não fosse a progressiva decadência dos partidos e a redução, praticamente ao grau zero, da representação parlamentar.

O sistema parlamentar visa, entre outras funções, assegurar a fiscalização da ação governamental pelos deputados – no desenho do sistema, são os deputados que mandam nos governos, não os governos que mandam nos deputados. Tudo ao contrário do que progressivamente se foi instalando.

Isto nada tem a ver com liderança: o líder da maioria é simultaneamente líder do governo e líder dos deputados. Mas o caldo entorna-se e o sistema desfigura-se, quando o líder se esquece por inteiro de liderar os deputados, se fecha em chefe do governo e o mobiliza com o aparelho para subjugar os deputados, reduzidos a claques e tropa servil. O sistema político foi decaindo por aí; e corrompeu o funcionamento dos partidos.

Esta função fiscalizadora permanente, essencial à saúde da democracia, reside idealmente nos próprios partidos; e é daí, a partir da base, que irradia. A democracia é um sistema «*bottom up*» (de baixo para cima) e não «*top down*» (de cima para baixo). Em listas partidárias, ou noutros modos de eleição, os candidatos são escolhidos a partir da base, direta ou indiretamente; e é à base, por conseguinte, que devem a prestação de contas. Um deputado, ciente do mandato e suas responsabilidades, deve contas a dois níveis: aos eleitores em geral, que representa; e às bases, aos eleitores do próprio partido, que tutelam o desenvolvimento das mais características propostas partidárias.

---

\* Publicado em 19 de agosto de 2015.

Os mecanismos de participação e de democracia interna são, por isso, essenciais. A verdade do sistema é esta: os governos prestam contas aos deputados; e os deputados prestam contas aos eleitores e às bases – permanentemente; não apenas de quatro em quatro anos, quando há eleições.

A fiscalização de baixo para cima, a prestação de contas em contínuo, são condições *sine qua non* de verdadeira influência democrática. Sem isso, torna-se fácil o desvio da linha política; e faz-se regra a ausência de tutela representativa. A democracia transforma-se numa burla – andamos todos ao engano.

Os partidos inverteram de tal forma o paradigma democrático (como a formação das listas na coligação maioritária bem ilustrou), que só uma reforma eleitoral profunda restituirá ao deputado o senhorio do seu mandato e, através deste, garantia de efetiva democraticidade ao funcionamento dos partidos. Como temos dito, é prioritário restituir palavra aos eleitores (e às bases), retirando-a ao império dos diretórios.

Quando, em junho, a coligação PSD/CDS apresentou as linhas gerais do programa eleitoral, chamou-me a atenção que declarasse nove garantias. Porquê nove? Por que não dez, um número redondo? E fiquei a pensar no que poderia ser a décima garantia.

A resposta veio-me da sétima garantia: «Garantimos que pugnaremos pela inscrição na Constituição de um limite à dívida pública.» Este ponto, o sétimo da Carta de Garantias da coligação, já constava do discurso frequente de PSD e CDS-PP. E fez mesmo parte do anterior Manifesto Eleitoral do CDS; não num lugar qualquer, mas exatamente como primeiro ponto: «Limite ao endividamento do Estado na Constituição» era a primeira promessa do CDS-PP nas eleições de 2011. Os dois textos de desenvolvimento desta chamada regra de ouro confirmam a identidade.

O que fez, então, que a primeira promessa de 2011 se repita, agora, como a sétima garantia de 2015? E que garantia podemos ter de que será cumprida, quando a primeira não foi?

Não é que o propósito de 2011 não fosse concretizado – uma revisão constitucional carece de maioria 2/3 e nem o CDS, nem a coligação a têm. Mas é que nada tivesse sido feito para fazer avançar no plano político esse

desígnio emblemático, nem o menor combate político sério fosse travado. A coisa ora caiu no esquecimento, ora foi objeto de vagas cócegas ocasionais, longe do estatuto de «primeira promessa», hoje «sétima garantia». Nem o facto de aquela regra de ouro ter constado no famoso «guião da reforma do Estado» serviu de estímulo e acicate. Mergulhou em banho-maria e aí ficou.

Como foi isto possível? Falta de participação, falta de democracia interna, falta de prestação de contas, falta de voz das bases, falta de poder dos deputados. O sistema é autoritário: os chefes mudam de ideias e o sistema agacha-se. Não há tutela colegial das propostas eleitorais.

Pode tratar-se mal os idosos, pode aumentar-se impostos mais do que o devido, pode carregar-se brutalmente no IMI, pode acabar-se a bel-prazer com feriados patrióticos, pode paralisar-se a reforma do Estado, pode parar-se o combate às rendas excessivas, pode prosseguir o pântano das ex-SCUT, pode liberalizar-se o jogo *on-line*, pode atacar-se a língua portuguesa e seu estatuto internacional, pode fazer-se ou não se fazer tudo e mais alguma coisa, dar toda e qualquer cambalhota – que não há tutela coletiva e democrática do passo governativo e da ação política.

Por isso, a Décima Garantia: democraticidade e «*accountability*». Sem estas, nenhuma outra «garantia» tem valor. Pode acontecer ou não acontecer; mas nada é garantido.

A verdadeira Garantia teria sido a reforma eleitoral preconizada, em tempo, pelo Manifesto. Mas, enquanto não é feita, ao menos um funcionamento sério, um funcionamento maduro, um funcionamento adulto, um funcionamento orgânico, um funcionamento institucional dos partidos políticos. Sem isto, não há garantias – a não ser a vontade ocasional dos chefes. O que, como temos visto em décadas de decadência, tem normalmente dado asneira – e não nos leva a lugar que valha a pena.

# **SISTEMA ELEITORAL: TUDO NA MESMA COMO A LESMA?\***

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

O Manifesto Por Uma Democracia de Qualidade e a associação com o mesmo nome que estamos a constituir focam-se na reforma do sistema eleitoral como reforma fundamental para o país. Partilhamos o sentimento de que o estado deplorável a que o país chegou resultou do declínio do sistema político e da decadência do sistema de partidos, que reduziram a democracia a uma caricatura, favorecendo a captura por interesses obscuros, promovendo o Estado-espetáculo e anulando a representatividade institucional com permanente e efetiva prestação de contas. Não nos limitamos a partilhar o sentimento; mobilizamo-nos para manifestar inconformismo, agir civicamente.

Vemos a reforma eleitoral como estratégica para devolver autenticidade ao sistema democrático e voz ativa à cidadania – é determinante para restituir aos partidos a sua função socialmente útil e politicamente orgânica e genuína. Sem isso, só por acaso melhoraremos. E facilmente poderemos recair; e piorar.

Quando apresentámos o Manifesto, chamámos a atenção para como, nesta questão, somos um país adiado desde há 18 anos. Nós próprios nos surpreendemos. Custa, na verdade, acreditar: 18 anos perdidos!

Em 3 de setembro de 1997, foi aprovada uma significativa revisão constitucional que permitiu amplo espectro de revisão das nossas leis eleitorais, reforçando o poder do eleitor sem prejuízo para a representatividade proporcional e para a estabilidade governativa. O artigo 149.<sup>o</sup> da Constituição

---

\* Publicado em 26 de agosto de 2015.



passou a dispor o seguinte: «Os Deputados são eleitos por círculos eleitorais geograficamente definidos na lei, a qual pode determinar a existência de círculos plurinominais e uninominais, bem como a respetiva natureza e complementaridade, por forma a assegurar o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos.» E, já antes, em 1989, outra revisão instituía a possibilidade de um círculo nacional complementar, útil para, numa reforma, assegurar sempre a justa representatividade proporcional global. Ou seja, não há desculpa.

Não há desculpa para os legisladores. Podem escolher de variada gama de hipóteses: desde o mais perfeito sistema misto, à alemã, até diferentes modelos de voto preferencial, passando por pequenas melhorias e ajustamentos. Desde há 18 anos que várias opções são possíveis para garantir a melhor representação dos cidadãos, do território e das correntes políticas, indo ao encontro do sentimento da população e da exigência repetida pelo descontentamento dos eleitores – e nada é feito. Seis legislaturas são passadas – zero reformas, inovação zero, produtividade nula.

Em 2014, no anúncio do Manifesto, havia tempo para fazer esta reforma a tempo ainda das eleições de 4 de outubro de 2015. E, na situação a que o país chegou, como precisávamos disso! Como precisávamos de uma Assembleia da República eleita em moldes renovados e com uma legitimidade democrática realmente refrescada. Como precisávamos de deputados em que todos os cidadãos se sentissem retratados e verdadeiramente representados. Faltou a condição *sine qua non*: vontade política. O imobilismo dos diretórios partidários, nomeadamente no quadro da maioria, matou qualquer esperança. E mais uma legislatura passa, com maioria política estabelecida, sem nada avançar ou ser sequer esboçado.

Tempo, então, de pensar o que a Legislatura trará. Infelizmente, as notícias são más.

Pelo lado do programa do PS, as ideias são coerentes com a revisão constitucional de 1997: «Reformar o sistema eleitoral para a Assembleia da República, introduzindo círculos uninominais, sem prejuízo da adoção de mecanismos que garantam a proporcionalidade da representação parti-

*dária, promovendo o reforço da personalização dos mandatos e da responsabilização dos eleitos, sem qualquer prejuízo do pluralismo.»*

Já pelo lado da coligação *PàF* as ideias são bem mais tímidas: «*Manter, em matéria de sistema eleitoral, o sistema proporcional afinado pelo método de Hondt, estando aberto à possibilidade da introdução do chamado voto preferencial, em que os eleitores, para além de fazerem uma opção partidária, podem indicar candidatos da sua preferência na lista partidária. Os partidos da coligação trabalharão em propostas que articulem os princípios da representatividade, da pluralidade e da acrescida intervenção dos eleitos nas escolhas.*» Os socialistas retomam a linha de propostas legislativas que chegaram a estar em processo muito adiantado na parte final da legislatura que terminou em 1999. E PSD/CDS só referem o tema muito a medo, tocando-lhe o menos possível, condicionados talvez pelo conservadorismo extremo da direção do CDS-PP.

O sistema para que evoluí é o modelo alemão, o subjacente à revisão constitucional de 1997 e que é suscetível de diferentes variantes. Penso ser aquele que melhor responderia aos nossos problemas e necessidades. Já o voto preferencial, também apontado no nosso Manifesto, necessita de cautelas, pois é facilmente manipulável para fingir que se mudou, mantendo tudo na mesma – depende. Mas o problema maior nem é este, antes a nova conversa de surdos em que poderemos cair. Um modo de nada fazer é fingir que se quer sem verdadeiramente querer – e, como a reforma carece de dois terços, basta o passo estar trocado para cairmos no mau costume: faz que anda, mas não anda. A *PàF* apontar ao voto preferencial, enquanto o PS prefere um sistema misto, prenuncia um teatrinho político-parlamentar no pior: mera conversa de xaxa.

Por isso, este agosto de 2015 não termina, neste particular, diferente do agosto de 2014. Ainda por cima, com exceção de Henrique Neto (de forma vigorosa) e (às vezes) Rui Rio, os candidatos presidenciais ou alegados presidenciais nada dizem sobre isto e pouco influenciam o debate público no sentido certo. Depois de seis legislaturas a marcar passo, é de desconfiar, com estes termos de partida, que as próximas eleições serão como as anteriores: por si, nada de novo.

Creio que isto é inédito: fazer-se por maioria de dois terços uma revisão constitucional em matéria chave e estratégica e, 20 anos depois, o legislador ordinário não a conseguir transformar em lei e reforma prática. Por isso, continuamos a depender principalmente do poder da cidadania e da mobilização de base a partir da sociedade. Nisso nos concentraremos pela novel Associação Por uma Democracia de Qualidade.

# TAREFAS CRUCIAIS PARA A SOCIEDADE CIVIL\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Muito temos escrito nesta série de artigos sobre a importância de existir uma reforma do nosso Sistema Eleitoral, possibilitando uma seleção de deputados para a Assembleia da República com acrescida participação dos eleitores.

A Sociedade Civil não pode continuar a aceitar que as listas para deputados sejam elaboradas pelos diretórios dos partidos em círculos distritais, nas quais os eleitores não têm nenhuma hipótese de priorização ou avaliação dos candidatos. A figura do voto preferencial deve absolutamente ser inserida num Círculo Nacional com candidatos apresentados pelos partidos políticos. No Sistema Eleitoral vigente também não é dada a possibilidade a candidatos independentes das estruturas partidárias a apresentarem-se, por decisão própria, a sufrágio em círculos uninominais, e assim entrarem para o hemiciclo por vontade expressa também dos eleitores.

Atente-se em alguns aspetos bem revoltantes na gestão da elaboração das listagens de candidatos a deputados efetuada pelos diretórios de alguns partidos para as próximas eleições legislativas. Verifica-se, de imediato, que deputados de enorme valor foram retirados das listas de candidatos. Não podendo mencionar obviamente todos, não quero deixar de referir aqui os importantes nomes de José Ribeiro e Castro, Teresa Anjinho, Altino Bessa, Rui Barreto, Pedro Saraiva, Paulo Mota Pinto, Carina Oliveira, João Lobo, Vasco Cunha e Pedro Lynce, entre outros. Como é possível tal acontecer? Vamos, portanto, deixar de escutar as muito eloquentes intervenções de José Ribeiro e Castro, bem como de beneficiar da coerência e coragem das suas posições e do dinamismo das suas iniciativas; e a Assembleia vai ser privada de um conjunto de depu-

---

\* Publicado em 2 de setembro de 2015.

tados que fizeram exímios trabalhos nas Comissões da Especialidade, de que muitos destes foram presidentes, contribuindo muito para a elevada eficiência de tarefas relacionadas com processos bem complexos tratados na presente legislatura. O resultado não pode deixar de ser uma lamentável e importante redução da qualidade média dos deputados na Assembleia da República!

Os deputados acima referidos e outros, claro está, fazem parte de um conjunto de candidatos em que a Sociedade Civil, certamente, muito gostaria de poder votar e que, estou convicto, por sua vontade própria, integrariam círculos uninominais como candidatos dependentes ou independentes das estruturas partidárias. Aos eleitores caberia decidir qual o deputado mais votado em cada círculo uninominal, o qual entraria no hemiciclo.

Quantos terão sido afastados por não serem «Yes Men» (ou «Yes Women») dos líderes parlamentares ou dos líderes partidários? Temo que muitos.

Com o Sistema Eleitoral em vigor lá vamos nós ter, na Assembleia da República, alguns deputados incompletamente integrados na nossa Sociedade, que fomentam um não recomendável conflito intergeracional criticando a geração mais velha, a que chamam de «peste grisalha», apontando que esses têm pensões e reformas elevadas. Uma acusação que não é verdadeira e é infame para com aqueles que trabalharam muitos anos, pagaram elevadíssimos impostos, fizeram elevadíssimos descontos para a Segurança Social e que viveram de uma forma tal, que permitiu que os mais novos tivessem estudado e vivido com facilidades que os mais velhos nunca tiveram, e que disso muito se orgulham.

Registo o facto de os mais jovens poderem entrar no mercado de trabalho em média cinco anos mais cedo do que os das gerações anteriores porque estes foram atrasados devido a várias perturbações nas Universidades e outras Escolas e pelo Processo Revolucionário Em Curso; e, com muitíssimo mais impacto ainda, a grande maioria foi obrigada a combater nas ex-Colónias, arriscando as suas vidas durante um período de pelo menos três anos, que lhes deixou, e às suas famílias, marcas profundas e impossíveis de serem avaliadas por quem não participou nessa guerra colonial. Este assunto não pode ser hoje esquecido, mesmo que os combates tenham terminado há cerca de quarenta anos.

Para que se possam escolher os deputados de uma forma muito mais democrática escrevemos, há um ano, o Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade», que está cada vez mais atual, sendo, por conseguinte, a sua implementação cada vez mais premente.

Registo, com muito interesse, o facto do Eurodeputado Paulo Rangel ter feito referência, na Universidade de verão do PSD, às grandes vantagens de sistemas Eleitorais que seguem princípios idênticos aos descritos no nosso Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade», assunto que iremos continuar a desenvolver de forma muito interessada. E considero também sintomático e muito encorajador o artigo escrito, há um mês, no EXPRESSO, pelo Prof. Marçal Grilo, assumindo posições semelhantes à do nosso Manifesto. Não há dúvida: «O caminho faz-se caminhando», como dizia o poeta.

# OLHAR O FUTURO – UMA LIÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Algures no século V a. C. as cidades gregas de Corinto e de Corcira, atual Corfu, enviaram embaixadas a Atenas a fim de obterem o apoio ateniense à guerra que travavam entre si.

Atenas e Corcira eram cidades rivais, mantinham um longo historial de lutas e possuíam as duas mais poderosas armadas da Grécia antiga. Ao contrário, Atenas e Corinto eram, por essa altura, cidades amigas e muitas vezes Corinto veio em apoio de Atenas nas batalhas com as cidades do Peloponeso ou da Grécia central.

Foram os embaixadores admitidos à *Ágora* soberana de Atenas, para expor os seus argumentos. O embaixador de Corcira foi breve e singelo no discurso. Esquecendo contenciosos antigos, limitou-se a justificar o pedido com um projeto de futuro: uma aliança entre as duas cidades tornava-as invencíveis. As duas poderosas frotas de guerra unidas dariam uma vantagem única a Atenas nas disputas, nomeadamente com Esparta, algo que Corinto nunca lhe poderia assegurar.

Por sua vez, o embaixador de Corinto fez um longo e solene discurso em que enfatizou a rivalidade entre Atenas e Corcira, enumerou os anos de guerra, e descreveu as batalhas e os sacrifícios que Corcira tinha infligido aos atenienses. No fim, lembrando a generosidade da sua cidade no auxílio nunca negado a Atenas, apelou ao sentido de justiça e de gratidão dos atenienses, e assim ao apoio a Corinto na guerra com Corcira.

Deixando os cidadãos na *ágora* de Atenas a deliberar sobre as propostas, passemos, 25 séculos depois, à *ágora* eleitoral portuguesa, em que os

---

\* Publicado em 9 de setembro de 2015.

*embaixadores* dos diversos partidos políticos apresentam as suas propostas ao povo.

E o que se sente e vê e ouve são embaixadores de Corinto a várias vozes que, em vez de projetos de futuro, insistem nas guerras do passado. Apontam uns o caos que encontraram e outros a crise que os primeiros acentuaram; pedem uns a gratidão do povo pela obra feita na economia e no emprego, na preservação do estado social e destatização da economia, e outros pedem castigo pelos malefícios da governação, o definhamento dos serviços públicos, a emigração que empobrece o país.

Como se cada cidadão não sentisse e compreendesse o que foi e o que é, e não sentisse à sua maneira o passado e o presente, sem precisar de explicador que o convença.

Vinte e cinco séculos atrás, a assembleia ateniense votou a favor da proposta de Corcira. Esquecendo agravos dos inimigos e a generosidade dos aliados, a assembleia pragmaticamente escolheu a proposta que, de modo simples, lhes falava do futuro, não de promessas vãs, mas de um projeto de vitória bem alicerçado na força de uma aliança comum.

Também agora os cidadãos não votam e escolhem governos por se sentirem devedores pelo bem que estes lhes trouxeram ou por se sentirem credores, face aos agravos recebidos, que até são propensos a esquecer, como os atenienses não se sentiram gratos a Corinto pelo apoio prestado, nem vingativos em relação a Corcira pelos danos que suportaram, e o que pretendem é propostas sérias de futuro, justas e compreensíveis.

Como não as têm, os cidadãos participam cada vez menos na grande ágora eleitoral, cansados das sempre renovadas lutas do passado, de propostas demagógicas tantas vezes embrulhadas em brilhantes, mas vazios power-points, revisíveis a cada semana, das reações pueris a cada frase do rival. E, ou os partidos olham em frente e trazem novas e consistentes propostas, simples e entendíveis, ou ficam condenados a arengar sozinhos sobre o passado e, enfim, a desaparecer.

Só olhando o futuro se pode avançar para uma democracia de qualidade.



# **A TEORIA DA AGÊNCIA E A DEMOCRACIA DE QUALIDADE\***

Por **Luís Mira Amaral**

Engenheiro e economista • Professor universitário e gestor

Na economia aprende-se a chamada Teoria da Agência. Nesta, os acionistas das empresas e portanto detentores do seu capital são chamados o Principal enquanto os gestores são Agentes ao serviço do Principal para gerirem a empresa. Como se compreende nem sempre os interesses entre o Principal e os Agentes são convergentes e a isso chama-se os Custos de Agência. Para evitar esses custos tem-se tentado alinhar os interesses dos Agentes com o Principal e um dos exemplos mais referidos é a disponibilização aos gestores dum Plano de «Stock Options». A partir do momento em que eles exercem essas opções tornam-se acionistas da empresa que gerem e assim se pensava que, tornando-se acionistas, os interesses dos Agentes se alinhavam com os do Principal. Como tudo na vida, isto tem gerado efeitos perversos, acontecendo que muitas vezes os gestores empolam artificialmente os resultados das empresas, aumentando a sua valorização, aproveitando então para vender as ações com brutais mais-valias e acabando por lesar os acionistas...

Esta Teoria da Agência aplicada ao Estado Português dá o seguinte resultado teórico:

- Nas legislativas, os eleitores votam nos deputados sendo os eleitores acionistas do Portugal SA, o Principal, e os deputados os seus Agentes;
- Os deputados depois escolhem o Governo, sendo pois o Parlamento o Principal e o Governo o seu Agente;
- O Executivo gere então a máquina estatal, sendo então o Principal e a função pública o seu Agente.

---

\* Publicado em 16 de setembro de 2015.

Como a Teoria das Escolhas Publicas mostra e esta longa cadeia de comando confirma, nem sempre os desejos dos acionistas do Portugal SA, os votantes nas legislativas, são executados fielmente pelos vários segmentos desta cadeia...

Mas o que é facto é que teoricamente nós escolheríamos os deputados e estes é que escolheriam os governos. Na prática, nós votamos para escolher um Primeiro-Ministro e os diretórios partidários é que escolhem os deputados, não tendo nós eleitores voto na matéria.

No fundo, os deputados não são nossos Agentes mas sim Agentes dos diretórios partidários!

Por isso, a contínua degradação da qualidade dos deputados que não têm no fundo ligação direta aos eleitores nem são responsáveis perante eles... Saídas do Parlamento, como vai acontecer com o Dr. José Ribeiro e Castro e com o Prof. Pedro Saraiva, distinto Professor Catedrático de Engenharia Química que, apesar de não ser de sua área de competências, fez um trabalho de grande qualidade no inquérito ao caso GES/BES, unanimemente reconhecido por todos os quadrantes, só confirmam que os diretórios partidários não se preocupam com a qualidade dos deputados...

Como o «Manifesto para uma Democracia de Qualidade» chamava a atenção, é preciso uma reforma do nosso sistema eleitoral tornando possível uma escolha de deputados para a AR com acrescida participação dos eleitores e com formas mistas de eleição, designadamente com a possibilidade de candidatos independentes das estruturas partidárias se apresentarem, por decisão própria, a sufrágio em círculos uninominais, coisa que a atual Constituição já permitiria, assim aproximando e responsabilizando os deputados perante os eleitores. Só assim é que teremos deputados como verdadeiros Agentes dos acionistas do Portugal SA, os eleitores portugueses, os quais passariam a ter qualidade e capacidade de fiscalização sobre o Governo.

No fundo, só aplicando a Teoria da Agência é que nos aproximaremos duma Democracia de Qualidade!

# **AS INFRAESTRUTURAS LOGÍSTICAS E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA\***

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

Os investimentos públicos devem ser sempre pautados por critérios rigorosos de avaliação, tanto em termos da justificação dos montantes dos dinheiros públicos envolvidos, como dos benefícios económicos e sociais que se prevê que deles resultem.

Especialmente no caso das infraestruturas logísticas, estas devem ter como objetivo prioritário o de contribuírem para o aumento da competitividade do tecido económico que servem.

Daí que o respetivo escrutínio prévio deve ter uma elevada componente de análise técnica e estratégica, esta numa perspetiva do respetivo enquadramento no todo nacional, para que a subsequente decisão política sirva os interesses da nação, no seu conjunto.

Por isso vários países europeus têm elaborado manuais de avaliação deste tipo de investimentos públicos e, entre nós, a Ordem dos Engenheiros elaborou também há poucos anos um documento de grande qualidade sobre este tema, a fim de garantir a eficácia da utilização dos recursos públicos selecionando para aprovação a nível político apenas os projetos que técnico – economicamente se justifiquem.

Estes investimentos em grandes infraestruturas logísticas são normalmente obras estruturantes, que comprometem grandes meios financeiros e cujo prazo de utilidade se estende por largas dezenas de anos.

Nesta fase muito exigente da nossa economia, as infraestruturas logísticas têm de contribuir de forma clara para uma estratégia que promova o au-

---

\* Publicado em 14 de outubro de 2015.

mento sustentado da competitividade dos bens transacionáveis produzidos em Portugal.

A fim de Portugal poder atingir uma percentagem de exportações no PIB de perto de 50%, garantindo assim a sua viabilidade económica no seio da Zona Euro, que é o objetivo prioritário do nosso país neste momento.

Por exemplo, uma das novas infraestruturas logísticas de que muito se tem falado nos últimos anos é o designado «Terminal de Contentores do Barreiro».

Mas infelizmente, para além dos custos das dragagens, não foi apresentada uma análise técnico-estratégica global das questões mais relevantes para a avaliação do respetivo enquadramento, numa perspetiva nacional.

Neste caso, devem ser exigidas respostas a questões importantes, tais como:

- Qual a articulação deste novo Terminal com o grande Terminal de Contentores já existente em Sines?
- Quais as sinergias/sobreposições previstas com o terminal portuário de Setúbal, situado nas proximidades?
- Qual a sobrecarga, em termos da travessia do Tejo, que este novo Terminal iria provocar a fim de se poder servir capazmente toda a zona Norte da Grande Lisboa, que inclui as zonas de Leiria e das Caldas da Rainha, e que se prolonga até à Figueira da Foz?

É este tipo de análise que urge fazer previamente a todo o tipo de projetos logísticos propostos, para se eliminar de vez a tentação de que as infraestruturas públicas sejam um fim em si mesmo e de que os principais beneficiados com estes investimentos sejam apenas as empresas de construção civil.

Daí a necessidade duma elevada exigência de qualidade e isenção de quem as decide e fiscaliza, em termos políticos, nomeadamente no governo e na Assembleia da República.

Ora não podemos esquecer que no nosso ordenamento político – constitucional, que dispões apenas duma Câmara, a competência, o rigor e a isenção da Assembleia da República são um pilar essencial da nossa Democracia. Sendo igualmente de sublinhar que as falhas registadas nesta vertente num

passado recente, foram uma das causas que conduziram à nossa quase bancarrota de maio de 2011.

Por isso é também tão importante que se introduza um elemento de avaliação individual por parte dos eleitores, na escolha dos deputados da Assembleia da República, e que esta não dependa apenas do poder dos diretórios que em cada momento prevalecem nos Partidos.

E esse é um passo indispensável para que Portugal tenha uma verdadeira Democracia de Qualidade.

# DEMOCRACIA FAZ-DE-CONTA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Faz de conta que não vamos eleger um parlamento, mas o governo. Faz de conta que vamos escolher diretamente o primeiro-ministro. Faz de conta que não elegemos deputados, mas votamos nos líderes, candidatos a primeiro-ministro. Faz de conta que será primeiro-ministro aquele que for o mais votado. Faz de conta que os deputados não interessam para nada – só lá estão para aplaudir ou patear. *The show must go on*. O espetáculo tem de continuar.

A crescente teatralização da vida pública é um dos temas que temos tratado desde o lançamento do Manifesto *Por uma Democracia de Qualidade* há um ano. Como de novo ficou à vista nas eleições de 4 de outubro, a ficção imposta pela propaganda degrada a representação política em sentido próprio e mina a credibilidade e o prestígio dos partidos, dos políticos, das próprias eleições. É um terrível fator de erosão da democracia.

As eleições foram travestidas de eleição do primeiro-ministro – que não são e nunca foram. Isso seria, aliás, uma fraude contra a democracia parlamentar. As eleições legislativas são para eleger um Parlamento, 230 deputados, e gerar, portanto, maiorias legislativas, de fiscalização e de governo. Foi sempre assim. Claro que os líderes partidários têm peso, por isso mesmo que são líderes. E é evidente que o líder do partido mais votado tem a forte probabilidade de vir a tornar-se o primeiro-ministro, o que, porém, depende do conjunto dos resultados eleitorais e da concreta composição do Parlamento. Só a propaganda, enganando a «multidão ignara», pode ficcionar a eleição direta do chefe do Governo. As eleições legislativas não têm nada a ver com eleições municipais ou de freguesia. Um primeiro-ministro não é um Presidente de Câmara, nem o Presidente da Junta.

---

\* Publicado em 21 de outubro de 2015.

Convém recordar a história desta progressiva burla eleitoral. A falsa teatralização da «eleição do primeiro-ministro» foi uma ficção urdida por núcleos dirigentes de PSD e PS a partir de meados dos anos 80, a fim de centralizarem todo o jogo político apenas nos dois maiores partidos. O propósito era o de circunscrever o jogo a uma bipolarização exclusiva, diminuindo e arredando todos os outros. Era a «alternância», que se articulou também com a reserva para os dois partidos de todos os cargos da República. E, como não há almoços grátis, gerou, de caminho, um ambiente cúmplice de cartel oligárquico por onde se instalaram, confortáveis, todos os interesses: por exemplo, o BPN, o BPP, as PPP, outros arranjos diversos e, ao retardador, ainda o caso GES/BES são filhos bastardos, não perfilhados, desse longo conluio estratégico, que abafou a respiração crítica própria de uma democracia aberta.

Agora, a ficção desaguou na contradição que domina estes dias: de um lado, foi a coligação PàF a mais votada; do outro, desenvolve-se pela primeira vez a possibilidade de um governo PS apoiado na maioria parlamentar das esquerdas. São inúmeros os cidadãos que se sentem burlados e expressam perplexidade e indignação. O sentimento de burla não surpreende, pois foi burla efetivamente. É que nem foi só a PàF; mas também o Partido Socialista participou ativamente nesse ludíbrio. António Costa era o outro primeiro-ministro a eleger, para que pediu a maioria, que não teve: nem absoluta, nem relativa. Ou seja, ambos aceitaram o duelo e o travaram. E, de repente, eis que o vencedor pode perder e o derrotado pode ganhar.

Os culpados são aqueles que congeminaram e animaram este *marketing* burlão, em contraste com a efetividade constitucional das eleições. Muitos eleitores não sabem; e ficam convencidos de que é o mais votado que governa, independentemente das maiorias parlamentares. Foram enganados. E é do engano, repetido, sucessivo e crescente, que a democracia se ressentida cada vez mais. Apesar das críticas frequentes quanto à crise do sistema político, o exercício de ficção e de sub-representação política foi levado nestas eleições a um nível de requinte nunca antes atingido.

A coligação PàF, por exemplo, que era o ator dominante, conseguiu passar toda a campanha sem apresentar um só dos seus candidatos nos cartazes. Surpreendeu-me que não apresentasse o rosto dos dois líderes, Passos Coe-

lho e Paulo Portas. Creio ter sido a única das forças principais que assim fez – e nunca no passado acontecera, nem no PSD, nem no CDS. Ouvi que seria uma estratégia de *marketing* no sentido de «não desencadear rejeição», explicação absolutamente estapafúrdia: não só seria reveladora de absoluta falta de confiança, mas não faria o menor sentido, com os líderes em campanha diariamente nas televisões. Porém, o revelador é que, tendo optado por não personalizar os cartazes nos dois líderes, a campanha da PàF não tenha, então, recorrido aos rostos das centenas de candidatos da coligação nos diversos círculos. Nem um! Em vez disso, preferiu usar sempre figurantes, recrutados em bancos de imagens ou noutras bases de dados. É uma boa metáfora daquilo a que temos vindo a ser reduzidos: uma democracia de figurantes.

Agora, o poder de decisão vai ser dos 230 deputados – como sempre aconteceu, mas os factos destes últimos dias põem extraordinariamente em evidência. Porém, na campanha da PàF, agiu-se graficamente de modo a acentuar a ilegitimidade e absoluta irrelevância dos eleitos: nem tiveram direito a rosto. Para despersonalizar a eleição e irresponsabilizar os eleitos, pior era impossível.

Não surpreende, por isso, o afastamento crescente dos cidadãos. A abstenção voltou a aumentar: subiu mais de dois pontos percentuais, galgando para cima de 44%. Abstiveram-se 4 milhões e 270 mil eleitores! Os abstencionistas são mais do que os votos da PàF e do PS somados. E bem mais do dobro da votação em cada um deles...

A 4 de outubro, em virtude do dramatismo da eleição e com novos partidos a concorrer, dir-se-ia que a abstenção iria baixar. Todos queriam acreditar nisso. Insistindo na ficção, as sondagens e as televisões montaram o mito de que a abstenção tinha caído – e mantiveram esse mito durante toda a noite, apesar de ser visível desde as primeiras contagens de votos que, afinal, a abstenção não ia baixar, mas subira. A ficção estava, porém, montada... E, um após outro, todos os líderes caíram nela, exaltando um fantasiado aumento do número de votantes... Até nisto a noite eleitoral foi faz-de-conta. Houve mais 238 mil abstencionistas que em 2011.

Precisamos, na verdade, da reforma eleitoral. É urgente reconstruir o crédito na política e restituir confiança aos eleitores. Um dia, a casa vem abaixo.



# UMA DEMOCRACIA EM CRISE\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

A recente campanha eleitoral e o período que se lhe seguiu e que agora estamos a viver mostram de forma clara todos os vícios do nosso regime político e a má qualidade da nossa democracia. Por isso há milhões de portugueses muito preocupados com o futuro de Portugal, das suas famílias, dos seus negócios e com a manutenção dos seus postos de trabalho. Outros, apenas porque tendo mais experiência, nomeadamente de outras democracias, angustiam-se por verem com maior clareza os erros políticos, as atrocidades económicas, as oportunidades de progresso nacional desaproveitadas e o País a afundar-se nas permanentes controvérsias entre o Governo, os partidos políticos, os comentadores de serviço e o Presidente da República.

A Assembleia da República é um campo de batalha permanente, onde nada se constrói e muito se destrói. Os interesses partidários e pessoais de muitos deputados, interesses próprios ou alheios, sobrepõem-se ao interesse nacional e conduzem à necessidade insensata de gerar cortinas de fumo e de manter uma retórica destinada à destruição dos oponentes, o que nega qualquer debate sério e construtivo, escondendo as soluções e as reformas de que Portugal precisa e de que desespera, legislatura após legislatura.

Os anteriores governos conduziram os portugueses de olhos vendados para o desperdício, para a estagnação económica e para um endividamento monstro que nos tornou dependentes do exterior por muitos anos, comprometeu a vida das futuras gerações e abriu a porta à destruição dos ganhos sociais conquistados depois do 25 de Abril. O atual Governo PSD/CDS, por sua vez, construiu um modelo ideológico em que a classe média paga os erros da governação, a qual protege os interesses dos grupos económicos

---

\* Publicado em 28 de outubro de 2015.

rendeiros do regime e os empregos dos seus apoiantes, privatiza sem critério e desperdiça a maioria das oportunidades de investimento nacional e internacional, através da burocracia e de uma deplorável ausência de ideias, de soluções e de estratégia.

A recusa em investir no porto de Sines, que representa a nossa maior oportunidade de atração do investimento estrangeiro e a nova obsessão de construir um novo porto no Barreiro, que nunca será rentável e que se juntará ao aeroporto de Beja na imensa lista das obras inúteis do regime, são exemplos, entre muitos outros, da impreparação dos decisores políticos, ou pior, da sua abertura a servir interesses económicos dos que os apoiam.

Sobre tudo isto paira um Presidente da República que conviveu ao longo de 35 anos com todos os acidentes éticos e financeiros do regime e desperdiçou uma década de oportunidades para colocar alguma ordem e decência na vida pública portuguesa. Um Presidente que nunca serviu de guia para o progresso e para o desenvolvimento do País e que termina os seus mandatos dividindo os portugueses na obsessão de defender um dos lados da controvérsia nacional, agora sem quaisquer peias ou pudor. Um Presidente que disse ter a certeza do que iria fazer na atual conjuntura e que, com as suas decisões, apenas criou dúvidas, dissensões e angústias a todos os níveis da política nacional.

Contrariando estes cenários degradantes do nosso regime político, tenho viajado pelo País e encontrado inúmeras razões para ser otimista e acreditar nos portugueses. Visitei empresas de elevada qualidade, com empresários que trabalham incessantemente para concorrer e enviar os seus produtos para todo o mundo, vi centros de investigação capazes de atrair investigadores de sucesso e empreendedores desejosos de criar empresas que façam a diferença na economia portuguesa e pude admirar instituições exemplares de apoio social a pobres, idosos e deficientes de todos os tipos, com pessoas que se devotam a servir os seus semelhantes, sem nada pedir em troca ou pedindo apenas que não lhes criem entraves e burocracias desnecessárias.

Até quando? Quando ganharemos consciência de que votar em eleições democráticas é um momento muito sério, que não poderemos continuar a desperdiçar, votando em entertainers televisivos ou simplesmente em pes-

soas bem intencionadas mas comprometidas, por ação ou omissão, com o sistema que nos tem governado até aqui? Politicamente corretos certamente, mas incapazes de contribuir para as mudanças necessárias e que, mais tarde ou mais cedo, terão de pagar os apoios das máquinas partidárias que os irão, de forma mais ou menos clara, apoiar.

Ao escolher quem nos representa temos o direito de exigir a coragem, a experiência e a independência de quem há muito recusa e se bate contra a corrupção do sistema.

# A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E O NOVO GOVERNO\*

Por **Luís Mira Amaral**

Engenheiro e economista • Professor universitário e gestor

Acabámos de sair de um programa de ajustamento que impôs pesados sacrifícios aos portugueses, mas também mostrou a capacidade dos nossos empresários para aumentarem as exportações (que passaram de 28% para 40% do PIB) e conquistarem cotas de mercado externo, tendo-o feito sem a muleta da desvalorização da moeda e numa Europa em estagnação.

Contudo, mantemos ainda níveis de dívidas pública, privada e externa muito elevados; a reforma do estado e a conseqüente redução estrutural da despesa pública estão por fazer; e continuamos com custos de contexto extremamente elevados, designadamente na burocracia estatal, nos preços da energia, no licenciamento industrial e na carga fiscal.

Necessitamos então de um programa que:

- Execute a reforma do Estado e o reajustamento do setor público de transportes, sendo vital a privatização da TAP, empresa tecnicamente falida;
- Reduza a carga fiscal com o corte estrutural da despesa pública, criando um sistema fiscal que permita a gestão do binómio equidade fiscal (no plano interno) com competitividade fiscal (no plano externo);
- Reduza os custos do contexto e promova a competitividade da economia e a expansão dos bens transacionáveis;
- Sustente a desalavancagem, o desendividamento e o reforço dos capitais das empresas, criando mecanismos de reconversão da dívida e a limpeza de balanços;
- Promova a inovação empresarial, através do reforço dos mecanismos de cooperação entre as universidades, centros de I&DT e empresas;

---

\* Publicado em 4 de novembro de 2015.

- Aposte na qualificação dos recursos humanos e na mobilidade dos mercados de trabalho e emprego;
- Invista nas infraestruturas logísticas para a competitividade;
- Reduza as rendas excessivas e os custos da energia, designadamente da eletricidade;
- Melhore os mecanismos de governação das empresas e da regulação dos setores;
- Reforme a lei eleitoral, aproximando os eleitores dos eleitos, como temos vindo a defender no contexto de uma democracia de qualidade.

Tal só pode ser feito com forças políticas que defendem a economia de mercado, a democracia, a integração europeia e a permanência no euro, as quais se deviam entender para viabilizar uma solução governativa estável, única forma de transmitir confiança aos agentes económicos, criar condições para o investimento e permitir ao país o reforço e consolidação da frágil recuperação económica e financeira que já sentimos, após o duro programa de ajustamento.

A esquerda tem acusado o Presidente da República (PR) de alinhamento partidário. Tal é injusto e revela falta de memória. Com efeito:

- Não havia alternativa ao governo PSD-CDS e o dever do PR era assegurar o regular funcionamento das instituições;
- O PR seguiu agora a tradição constitucional de indigitar como primeiro-ministro o líder do partido com mais deputados;
- O PS esquece que, na segunda maioria de Cavaco Silva, o verdadeiro líder da oposição foi o então PR Mário Soares (o meu amigo Guterres apenas recolheu os frutos...) e que Jorge Sampaio deu posse ao governo Santana apenas para dar tempo a que o seu partido tivesse novo líder (Sócrates), dissolvendo depois a Assembleia de República (AR), onde havia uma maioria de suporte ao governo. Formalmente, houve falta de respeito pela então AR...
- O PR é diretamente eleito pelo povo e, como tal, Cavaco Silva tem legitimidade política para se pronunciar politicamente sobre as opções governativas, embora depois a decisão final caiba ao parlamento.

# CHAPELADA PARLAMENTAR OU AS ESQUERDAS LAVAM MAIS BRANCO\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

O futuro governo, a haver, liderado pelos socialistas pode respeitar a lei, mas ofende todos os princípios de ética e de ética política e não é compatível com a democracia. De uma penada, e em chapelada de bastidores, adúltera de forma brutal o veredicto do povo expresso em eleições, impedindo a coligação vencedora de governar.

E, se em democracia todos os partidos têm iguais direitos (e também, não se esqueça, iguais deveres perante os cidadãos), em democracia há eleições, e as eleições delimitam o direito de governar, atribuído a quem as ganha. E criam um dever a quem as perde, o de fiscalizar quem ganhou e governa.

Contrariar esta norma é chapelada nas urnas, não é atitude democrática.

A coligação das esquerdas seria legítima se se apresentasse como tal às eleições ou se cada um dos partidos tivesse assumido, no contexto eleitoral, um acordo de governação.

Não o fez, os portugueses votaram enganados, os resultados eleitorais foram subvertidos e torturados por jogos rasteiros de poder do partido socialista, por debaixo da vontade dos eleitores. Mais um passo fatal para a descredibilização do sistema político. Nas repúblicas das bananas é que as eleições são mero pró-forma e o voto dos cidadãos vale zero.

O antagonismo entre o programa socialista apresentado ao eleitorado para lhe recolher os votos e os dos parceiros que irão sustentar o governo é tão grande que nenhum arranjo, oportunista ou florentino, permite sequer aparentar que concilia.

---

\* Publicado em 11 de novembro de 2015.

Não é possível compatibilizar o programa socialista em que os eleitores votaram com políticas como o *desmantelamento da união econômica e monetária ou a libertação do País da submissão ao euro*, ou a revogação do Tratado Orçamental, o fim do programa de estabilidade e crescimento, ou a reestruturação da dívida, pelo abate da maioria da mesma.

Não é possível qualquer harmonização do programa socialista com um colossal agravamento fiscal, inibidor do investimento, com a nacionalização do sistema bancário e do setor da energia, com a reversão das privatizações e a recuperação estatal dos setores básicos estratégicos, com a imposição de mínimos obrigatórios da carteira de crédito dos bancos a uma série alargada de setores da economia, sem olhar ao risco, ou a oposição à redução da TSU, bandeira do programa socialista.

Trata-se de uma essencial incoerência programática que fatalmente irá criar conflitualidade na aprovação das leis no Parlamento, tanto mais que as tensões entre os partidos subscritores, não resolvidas num acordo geral, aflorarão sempre que se torne necessário votar matérias em que conflituam.

Sustentar neste quadro, como António Costa o afirmou, que o programa vai manter a trajetória descendente do défice abaixo de 3% e, simultaneamente, acabar com a austeridade é demagogia sem limite, provocação sem nome nem perdão, logo verificada no aumento previsto das pensões mais baixas de 1,8 euros por mês.

A democracia tem regras e elas não podem ser subvertidas por mero capricho de assegurar lideranças postas em causa por derrotas eleitorais.

Lamentavelmente, as esquerdas lavam mais branco e uma violação tão brutal de princípios básicos da ética política vai ser apresentado como reflexo cristalino da vontade popular.

O uso ilegítimo do voto que tão brutalmente se prepara não é democracia, muito menos democracia de qualidade.

Nota final: *nesta lamentável onda socialista, o PC e o Bloco limitaram-se a aproveitar a boleia que o PS, de bandeja, lhes ofereceu. Só por masoquismo não aceitariam.*

# E O QUE FARÁ AGORA A SOCIEDADE CIVIL?\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Tivemos recentemente eleições de deputados à Assembleia da República que mais não se trataram do que eleições de diretórios de partidos que, de uma forma pouco democrática, escolhem os deputados afirmando depois que estes são os representantes do Povo.

Assim, em vez de termos deputados próximos da Sociedade Civil, temos uma grande percentagem deles cujo objetivo é satisfazer as hierarquias partidárias para continuarem com a sua remuneração e outras mordomias associadas à função. Pouco ou nada se concentram nos votantes que legitimamente muito esperam da ação dos seus eleitos na Assembleia da República.

Democracias destas são chamadas democracias de tipo ditatorial, não tendo apenas um só ditador, mas umas dezenas deles.

Sou dos que pensam que, se fossem corretamente escolhidos, a nossa Assembleia funcionaria adequadamente com 230 deputados, mas com a forma como estes diretórios de partidos impõem as suas regras e as disciplinas de voto, uma dezena de deputados contribuiriam para o mesmo resultado das votações e com custos bem mais reduzidos. São as conclusões óbvias que se tiram da forma como decorreram as intervenções dos deputados e os resultados das votações que se verificaram recentemente na Assembleia da República.

Sobre a Reforma do Sistema Eleitoral e o Financiamento dos Partidos Políticos escrevemos, há mais de um ano, o Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade», documento muito atual, cuja implementação a Sociedade Civil deveria bater-se.

Urge alterar o nosso Sistema Eleitoral absolutamente terceiro-mundista. Urge constituírem-se círculos uninominais, que a nossa Constituição já prevê

---

\* Publicado em 25 de novembro de 2015.



há quase duas décadas. É tempo da Sociedade Civil perguntar aos partidos políticos porque alteraram a Constituição e não legislaram para as melhorias conseguidas serem implementadas?

É premente ainda alterar-se a Constituição para que nesses círculos uninominais possam ser eleitos deputados candidatos independentes das estruturas dos partidos, que se apresentem às eleições por vontade própria, tendo uma vontade genuína de verdadeiramente defenderem os interesses dos eleitores que em si votam, até porque para obterem os seus votos têm de estar bem perto deles.

Vários estudos mostram ser muito adequado usar-se em Portugal um sistema eleitoral com 130 círculos uninominais e com um círculo nacional de 100 deputados que asseguraria a governabilidade do país. Mais ambicioso, mas ainda melhor, seria dar também a possibilidade aos eleitores de poderem ordenar ou classificar os deputados nas listas do círculo nacional.

Existiria assim uma ligação efetiva dos eleitores aos seus deputados, que como mencionei hoje não existe, e que muitos especialistas consideram ser a génese de muitos problemas associados ao nosso déficite democrático.

Acresce que um tal sistema eleitoral deveria ser de total agrado das estruturas dos nossos atuais partidos políticos porque isso só os iria fortalecer. Mas, infelizmente, isso não se verifica, dependendo a solução deste problema apenas da vontade da Sociedade Civil. Esta tem de decidir se o caminho é uma entrada nos atuais partidos para alterar a sua forma de atuar, ou, em alternativa, criar um ou mais partidos políticos que aceitem sistemas eleitorais com princípios dos indicados no Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade» ou de outros semelhantes, que vários Grupos da nossa Sociedade Civil têm vindo a elaborar de forma muito meritória.

Permito recomendar-vos a leitura do Manifesto «Por uma Democracia de Qualidade».

# A INICIATIVA PRIVADA, A LIBERDADE E A DEMOCRACIA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

A verdadeira iniciativa económica privada é baseada na motivação de alguns cidadãos para criarem empresas capazes de venderem produtos e serviços de forma competitiva e sujeitas às leis do mercado aberto. E ao fazê-lo terem as competências e o dinamismo necessários para gerarem os recursos para pagarem os salários dos seus colaboradores e remunerarem os capitais investidos.

Os empresários são a componente mais visível da iniciativa económica privada. São eles que congregam e motivam os colaboradores que garantem o sucesso das empresas e assim promovem o desenvolvimento económico dum país, estando todavia sujeitos ao enquadramento legal e de política económica que vigore em cada momento.

Ora, a trajetória da política económica de Portugal nos últimos 70 anos foi deveras atribulada.

Do «mercado regulado» da Segunda República passou-se para o socialismo revolucionário do PREC de 1974/75, que liquidou a maior parte das grandes estruturas empresariais privadas então existentes em mãos portuguesas, e que depois foi sendo sucessivamente amenizado para permitir a entrada do nosso país na então CEE em 1986.

Mas, só após a revisão constitucional de 1989 é que Portugal voltou a ter um enquadramento legal da iniciativa privada em moldes europeus. Isto para, pouco tempo depois, em 1998, o país ter sido admitido para integrar a moeda única europeia a par com algumas das nações e empresas mais competitivas do mundo.

---

\* Publicado em 2 de dezembro de 2015.

Os quase quinze anos passados desde a entrada de Portugal no Euro, foram um teste decisivo à capacidade de resistência da verdadeira iniciativa privada portuguesa.

De facto, esta viu-se confrontada neste período com dois desastres entrecruzados: por um lado, o espetacular falhanço das políticas públicas, nomeadamente na área financeira, que fomentando a já tradicional punção despesista do Estado o levou à pré-bancarota em maio de 2011; por outro lado, porque se viu entalada pelo designado «capitalismo decretino» ou seja, pelas empresas que sendo aparentemente privadas veem os seus resultados depender de Decretos-lei que resultam da «proximidade» ao poder político e não das qualidades próprias demonstradas em concorrência aberta em mercado livre.

Apesar disso, após 2011 as empresas privadas que atuam em mercado aberto foram capazes, na sua maior parte, de se reinventarem, de reduzirem custos, de se voltarem para a exportação e ganharem novos mercados. Foi essa a razão pela qual o país conseguiu equilibrar as contas externas, pela primeira vez em muitas dezenas de anos, e vencer a maldição da «espiral recessiva».

E isto apesar de terem sido esmagados desde 2011 por um brutal aumento de impostos tornado necessário para suportar a «máquina do Estado» e simultaneamente permitir a redução dos défices públicos, o que viabilizou a saída «limpa» da Troika em junho de 2014.

Mas o problema do balanço entre a iniciativa privada aberta à concorrência e o despesismo estatal não está resolvido e ameaça mesmo a liberdade e a democracia.

Uma democracia moderna e saudável tem que se basear no dinamismo dos cidadãos e no prémio ao mérito e ao esforço que só a verdadeira iniciativa privada pode proporcionar.

O Estado não pode absorver recursos excessivos, para tentar garantir uma falsa segurança económica aos seus «agentes e protegidos», que a parte competitiva da sociedade não está em condições de lhe fornecer.

Este é um forte desafio estratégico ao novo governo que acabou de tomar posse. Ou atua de forma a dar espaço de liberdade, em termos das

políticas fiscais e de combate à burocracia, para que as empresas que atuam em mercado livre possam criar a riqueza capaz de suportar o Estado Social e toda uma máquina estatal devidamente otimizada, ou a liberdade de iniciativa económica dos cidadãos será progressivamente esmagada e tenderão a ficar apenas no país os membros das novas gerações que pretendem viver na «falsa tranquilidade» da sombra dum Estado aparentemente protetor, ou das empresas que apenas prosperam «por Decreto».

E deste desafio depende também a permanência de Portugal no Euro e o próprio futuro da nossa democracia.

# ONDE ESTÁ O CENTRO?\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

Nos últimos 2 meses, o País tem assistido, entre o atónito e o perplexo, à discussão entre figuras partidárias, comentadores políticos de vários quadrantes e seus acólitos, sobre o significado dos resultados das eleições de 4 de outubro p.p., e da legitimidade da constituição de um governo não liderado pelo Partido mais votado. A questão sendo surpreendente não deixa de ser relevante, na medida em que parece revelar uma visão distorcida do que significa o sistema parlamentar em democracia.

Com efeito, um tal sistema assenta na escolha (eleição) de um conjunto de deputados (230 em Portugal) enquanto representantes dos cidadãos/eleitores, agrupados em círculos eleitorais. Embora os candidatos a deputados se apresentem em listas elaboradas pelos Partidos concorrentes, o seu mandato é pessoal, restringindo-se a disciplina partidária à obrigatoriedade de votação em apenas algumas matérias – moções de censura, de rejeição e de confiança, aprovação do orçamento de Estado e pouco mais. De igual modo, o sistema não visa diretamente a escolha do 1.º Ministro, embora a escolha deste esteja associada aos resultados dessa mesma votação. Aliás, é precisamente com vista à clarificação e maior transparência destas questões que um grupo de cidadãos tornou público o Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade».

Mas qual é, então, a mensagem que se retira da votação no passado dia 4 de outubro?

Parece incontestável que a principal conclusão dessa votação é a de que os cidadãos rejeitaram de forma significativa a continuidade da coligação PàF, não só porque lhe retiraram a maioria absoluta dos votantes, como

---

\* Publicado em 9 de dezembro de 2015.

tornaram maioritário o grupo constituído por abstencionistas e votos nulos (+de 50%). É verdade que a Coligação recolheu o maior número de votos (38% dos votantes e cerca de 19% dos eleitores) mas tal não constitui, como é óbvio, votação suficiente para poder governar... a menos que conseguisse o apoio (ou anuência) parlamentar para tal. Como sabemos, não foi isso que aconteceu, tendo acabado por tomar posse e entrar em funções um governo do PS, com o apoio parlamentar do BE e PCP.

Por outro lado, o facto da maioria dos eleitores ter decidido não votar nos Partidos que participaram no ato eleitoral (na linha de tendência registada em anteriores eleições), significa, com grande verosimilhança, que não se identificam com as propostas e práticas dos mesmos... para não falar na desilusão resultante das políticas prosseguidas pela Coligação PàF, traduzida numa perda de votos de cerca de 700 mil eleitores. Igualmente admissível parece ser a conjectura de que a coligação entre o PSD e o CDS resultou num bloco político de cariz neo-liberal (como vem sendo designada), mas de qualquer forma não identificável com a matriz social-democrata do anterior PSD. Significa isto, que uma grande maioria de votantes moderados, defensores da economia de mercado, mas com claras preocupações sociais, deixaram de ter um Partido com que se identifiquem e os represente.

Acresce que, como é visível nas atuais reações dos cidadãos, uma significativa proporção destes, mostra-se entre o surpreendido e o descrente/assustado, com o atual acordo entre o PS e os partidos à sua esquerda, e pelo menos até há pouco, considerados como de protesto e não do «arco da governação».

Mas quais as implicações práticas de tudo isto?

A curto-prazo tudo se reduz à posse de um Governo, formado pelo 2.º Partido mais votado, com apoio maioritário no Parlamento, após negociações e acordos firmados com os Partidos à sua esquerda. Porém, parece óbvio que as repercussões a médio-prazo deverão ser maiores e eventualmente bem mais profundas.

Com efeito, do que precede resulta que os eleitores ao centro (no sentido anteriormente referido) não têm actualmente um Partido com que se identifiquem e em que votar, razão que leva a perspetivar a necessidade de uma

reestruturação partidária... que represente e dê voz ao «Centro». Com efeito, parece pouco verosímil que o País possa ter como configuração estável a atual situação partidária, configurada por dois blocos largamente divergentes: Um de direita de cariz neo-liberal; outro à esquerda, de cariz socialista, mas agrupando visões distintas de socialismo – do radical e de Estado, ao de mercado; logo, demasiado abrangente, não conciliáveis e por isso não credível!

É pois previsível – e até altamente desejável – que a médio-prazo e com vista a futuras eleições, ocorra uma reconfiguração partidária no País, de que resulte um verdadeiro Partido reformista e de prática social-democrata, correspondendo aos anseios de grande parte do eleitorado e no qual os cidadãos se revejam e com o qual se identifiquem. Só assim será possível o País encontrar o rumo que há muito aguarda, e lhe permita finalmente a convergência com os Países em cujo espaço se integra, bem como o nível de desenvolvimento sustentável e de esperança por que tanto anseiam!

Se tal será possível com as atuais lideranças partidárias, ou se outros protagonistas terão de emergir, capazes de dar corpo a estas necessidades e anseios, é a grande questão que aqui deixamos à reflexão e consideração dos leitores...

# **A PERVERSA FANTASIA DA ELEIÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO\***

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

À medida que se esfumam os vapores da fantasia em que o debate político se arrastou ao longo de dois meses após as eleições de outubro, vai-se tornando possível refletir mais objetivamente sobre o tema da alegada eleição do primeiro-ministro. Já sabemos – creio que ninguém o negará – que não é isso que está na Constituição e na lei. O sistema constitucional é de eleição parlamentar, isto é, elegemos 230 deputados; e é da relação de forças parlamentar decorrente que resultará a formação do Governo – são precisamente estes «resultados eleitorais» que a Constituição manda o Presidente da República «ter em conta» para indigitar o Primeiro-Ministro.

O sistema é semipresidencialista, mas de vertente parlamentar mais acentuada. Por um lado, a revisão constitucional de 1982, conduzida por PSD, CDS e PS, eliminou a responsabilidade política dos governos perante o Presidente da República e concentrou-a unicamente na frente parlamentar de onde emanam. Por outro lado, na mesma revisão, inibiu o Presidente de poder dissolver a Assembleia nos primeiros seis meses de cada legislatura, o que o constringe, nesse semestre, a ter de aceitar as indicações maioritárias do Parlamento.

Com base nas eleições legislativas, o governo será maioritário ou minoritário, conforme assente, ou não, num partido ou coligação de partidos com maioria parlamentar, isto é, maioria absoluta, capaz de resistir por si só a qualquer ataque da oposição. Mas só pode constituir-se e manter-se como minoritário, se o partido que o constitui gozar da convergência, da cumplicidade ou da tolerância de outras forças partidárias que representem em conjunto uma maioria parlamentar, sem a qual não se sustentaria.

---

\* Publicado em 16 de dezembro de 2015.



Foi sempre assim, desde 1976.

Não deixa de ser curioso como as direções da PàF, que ferozmente se opuseram a esta lógica elementar e procuraram cunhar a ideia de já ter governo eleito a 4 de outubro, acabaram por ajudar a comprovar que o sistema é exatamente como foi descrito, sem tirar nem pôr. A 10 de novembro, a aprovação da moção de rejeição contra o XX Governo Constitucional (Pasos Coelho/Portas) comprovou que a maioria relativa de nada serve é indispensável uma maioria parlamentar efetiva. E, a 3 de dezembro, o chumbo da moção de rejeição contra o XXI Governo Constitucional (António Costa) confirmou o carácter determinante de uma maioria parlamentar de apoio ou, ao menos, de tolerância. O sistema democrático é assim. Foi sempre assim. A final de contas, a fantasia é como a mentira: tem perna curta.

Claro que os líderes partidários – presumidos candidatos a primeiro-ministro – têm influência capital nos resultados eleitorais, quer pela posição de liderança, quer pela presunção de que um ou outro virá a chefiar o governo, como habitualmente acontece, em Portugal ou noutras democracias. É esta circunstância que foi influenciando estratégias de comunicação e de *marketing* eleitoral, pisando a linha da fraude política, que sublinhavam a tónica da «eleição do primeiro-ministro», procurando ao mesmo tempo afunilar o sistema partidário e maximizar o «voto útil» nos maiores partidos. Mas, de facto, a Constituição e a lei não se regem pelo ilusionismo do *marketing*. O primeiro-ministro só é «eleito» se obtém uma maioria absoluta, como aconteceu, em coligação eleitoral, com Sá Carneiro (1979 e 1980) e, num partido só, com Cavaco Silva (1987 e 1991) e José Sócrates (2005). Se ninguém alcançou maioria absoluta, nenhum primeiro-ministro foi «eleito» e a sua indigitação e manutenção vai depender do jogo de apoios parlamentares, ou porque consiga formar uma coligação maioritária, ou porque alcance um espaço maioritário de tolerância, como aconteceu em outros catorze casos de Governos Constitucionais. O III Governo Constitucional (Nobre da Costa, de iniciativa presidencial) e, agora, o XX Governo Constitucional foram os únicos dois casos de governos que, formados sem condições políticas de sustentação, caíram logo, na Assembleia da República, antes de começarem a governar.

A bondade da «eleição do primeiro-ministro» é, aliás, ideia que não resiste a reflexão desapassionada e mais pausada. Como seria possível consagrar e impor a eleição de um governo por maioria relativa? Como funcionaria um tal governo com uma maioria legislativa adversa e uma maioria de fiscalização hostil? E como se fariam as contas face às variações históricas do sistema partidário? Se passasse a haver três partidos à direita do PS, significa isso que a «direita» nunca mais governaria, ainda que somasse maioria absoluta, pois dificilmente teria um partido como o mais votado? E, na inversa, se a «direita» tivesse um só partido ou se apresentasse sempre em coligação, passaria a governar sempre, pois provavelmente teria as listas mais votadas, ainda que a «esquerda» reunisse maioria absoluta? Não vale a pena continuar: as variações do disparate são intermináveis. De facto, a coisa não tem pés, nem cabeça.

O vendaval da «eleição do primeiro-ministro» foi, porém, tão forte que fez surgir porta-vozes defendendo ser necessário alterar o sistema eleitoral para introduzir regras de «facilitação da maioria», delicioso eufemismo. Trata-se de sistemas de batota, à grega ou à italiana, que, por tipos diversos de bónus, convertem minoria em «maioria». Estes mecanismos eleitorais são muito controversos e de democraticidade altamente contestável, pondo bem em evidência a perversidade daqueles raciocínios interesseiros. Não entrando em grandes discussões, basta lembrar que, na Grécia, esses truques não evitaram a crise profundíssima do país (antes pelo contrário) e que, na Itália, apesar de alvo de várias revisões, foram responsáveis pelo pântano em que o sistema político italiano vem patinhando desde há largos anos.

Em matéria de democracia, não há como aplicar o fator KISS: *«keep it simple, stupid»* – quanto mais simples, melhor. Por isso, a reforma eleitoral de que precisamos não tem nada a ver com malabarismos e engenharias eleitorais, favorecendo uns contra outros; mas uma afinação do sistema que aproxime eleitos e eleitores, que proteja a proporcionalidade e justa representação das pessoas, do território e das correntes políticas e que dê poder e autoridade aos deputados, em lugar de os diminuir a caudatários e clagues do «primeiro-ministro eleito».

A qualidade da nossa democracia tem vindo a degradar-se. Urgente é requalificá-la de novo.

# O ALQUIMISTA\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia e o desvio da rota das especiarias do Mediterrâneo para o Atlântico, Veneza entrou em declínio: a economia ressentiu-se, bancos entraram em colapso, sucederam-se falências, a crise chegou.

Por essa altura, chegavam a Veneza os ecos dos feitos de um alquimista, Il Bragadino, que de cidade em cidade ia mostrando o singular dote de transformar matéria desconhecida em ouro de lei. O seu prestígio crescia à medida que as cortes e os fidalgos lhe entregavam grossas somas para a aquisição da misteriosa matéria-prima que transformaria em ouro. Também manejava com sucesso a pedra filosofal, e a cura da infertilidade de Bianca Capello, Grã-Duquesa de Florença, aumentou-lhe fama e proventos.

Tardando o Doge em resolver a crise, um grupo de venezianos pensou que a aposta nos poderes de Il Bragadino poderia ser a solução. E uma petição levou o Senado, em votação democrática, a contratá-lo para exercer a sua arte a benefício da cidade, a troco de palácio, honrarias e avultados bens materiais.

Empossado, exigiu Il Brigadino substancial soma de ducados para a aquisição da matéria-prima que iria servir a alquimia. Ao mesmo tempo, ia promovendo demonstrações solenes do seu poder, retirando areia de um vaso e deixando-a cair, entre os dedos, misturada com grãos de ouro. Com a demonstração, ia pedindo tempo para transformar em ouro toda a matéria-prima aprovionada. Mas, com o passar dos anos, e não vendo os resultados esperados, desacreditaram os venezianos dos poderes do alquimista, oportunidade que ele logo encontrou para se despedir com justa causa. A alquimia

---

\* Publicado em 30 de dezembro de 2015.

só funcionava em ambiente de grande união e o que ele sentia era profunda desconfiança; o povo tornara-se o culpado do fracasso do processo.

Veneza perdeu tempo e dinheiro, mas o mago foi logo disputado por várias outras cidades, da Itália à Baviera.

Aparecem alquimistas em todas as democracias, mormente em tempos de dificuldades. Com uma simples aposta tocada pela pedra filosofal, o alquimista afirma poderes de transformação imediata das crises em crescimento, gerando riqueza abundante para todos. E na propaganda do método e nos laços que vai criando, estabelece a teia que vai permitir a sua entronização por um qualquer Senado. A quem promete e jura que a aplicação das fórmulas químicas constitucionais da aposta vai gerar prosperidade certa e distribuição equitativa.

Mas logo no poder, as fórmulas químicas, antes sagradas, passam a ser modeladas à medida da sua conveniência e a alquimia, antes imediata, passa a demorar anos a produzir efeito.

Como o alquimista de Veneza, também faz demonstrações. Dos pequenos rolos escondidos nos punhos já não saem alguns grãos de ouro que caíam com a areia, mas moedas à razão de 30 cêntimos por mês, transformando a crise dos reformados em riqueza, ou de 70 cêntimos, assegurando o abono pleno de família necessitada.

Num estádio superior de manipulação alquímica, mistifica o fim de impostos que vão continuar a ser pagos e proclama o fim de outros que nunca existiram. E se o ouro não chega na quantidade exigida a alguns dos senatoriais apoiantes, logo lhes entrega pepita mais real, a da exploração das gôndolas nos canais da cidade e no espaço aéreo circundante.

Distribuído o pouco ouro que existia, e já não podendo continuar a ilusão, o alquimista imputa a terceiros a responsabilidade do insucesso.

O alquimista de Veneza acabou enforcado em Munique; o alquimista político renasce a todo o tempo e a fórmula persiste e renova-se.

O alquimista é bem a criação de uma democracia sem qualidade.

# O IMPRESCINDÍVEL CONTRIBUTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA A QUALIDADE DA NOSSA DEMOCRACIA\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Em época de campanha eleitoral assiste-se a um afastamento preocupante da camada mais jovem da Sociedade Civil o que é altamente preocupante e é, só por si, a prova de que o nosso regime democrático tem de ser rapidamente fortalecido.

Os Diretórios da maioria dos partidos «assobiam para o ar» de contentamento com a situação. Assim vejamos:

- Não legislam para que sejam estabelecidos círculos uninominais para aproximarem os eleitores dos eleitos para a Assembleia da República. A Constituição, já desde 1997, permite a implementação destes círculos uninominais.
- Não permitem que sejam apresentadas candidaturas independentes das estruturas dos partidos para a eleição de deputados à Assembleia da República.
- Não legislam sobre o chamado enriquecimento ilícito.
- Andam radiantes com as opções legislativas associadas ao financiamento de particulares aos partidos, que rápida e facilmente se transforma em financiamento por parte de empresas.

Para a eleição de Presidente da República podem-se apresentar candidatos independentes das estruturas partidárias. Foi o que aconteceu. Que fizeram os partidos políticos? Recusaram debater estas eleições antes das eleições legislativas empurrando, em muitos casos, os candidatos a iniciarem as

---

\* Publicado em 13 de janeiro de 2016.

suas atividades mais tarde, tendo muitas dificuldades na obtenção das pelo menos sete mil e quinhentas proposituras e obrigando-os a reduzir drasticamente o número dos encontros com a Sociedade Civil.

O estrangulamento que mencionei foi o causador de debates televisivos em cima uns dos outros em que cada candidato apenas tinha 11 (onze) minutos para se expressar. E para responder a perguntas de jornalistas, a meu ver impreparados, pois muitos não deram a devida atenção à importância da variável crescimento económico de Portugal na eleição do próximo Presidente da República.

Lamento imenso que a maioria dos Diretórios partidários façam tudo o que está ao seu alcance para reduzirem o impacto da ligação profunda que deveria existir entre os eleitores e os candidatos presidenciais porque só assim os eleitores podem, em consciência, escolher em quem vão votar.

Revolta-me ainda ouvir muitos dizerem que, quem tem de resolver os problemas económicos do país é o Governo. Considero ridículo que quem pensa assim não valorize a ação do Presidente da República, no desenvolvimento da Marca Portugal e no estabelecimento de acordos entre todas as instituições da Concertação Social. Alguém duvida que estas sejam tarefas de grande relevo para o desenvolvimento económico do país e muito ligadas ao desempenho de um exemplar Presidente da República?

Considero de grande importância para Portugal que o próximo Presidente da República assuma, como relevantes, os princípios associados à Reforma do Sistema Eleitoral para a Assembleia da República e à alteração do sistema de financiamento dos partidos políticos tal como apresentado no Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade». O Manifesto foi elaborado por profissionais com grandes conhecimentos políticos, podendo realçar, entre outros, e por ordem alfabética dos seus apelidos: João Luís Mota de Campos, José Ribeiro e Castro, Luís Campos e Cunha e Henrique Neto, e transformou-se num documento de referência sobre a reforma prioritária do sistema político em Portugal que muito ajudará a aproximar a sociedade civil dos políticos que a representam e a governam. Se implementado contribuirá decisivamente para reduzir os níveis de abstenção nas eleições do nosso país.

# AS PRIORIDADES ECONÓMICAS DE PORTUGAL E A COESÃO SOCIAL\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

Completaram-se há poucos dias 30 anos desde que Portugal integrou a, então designada, Comunidade Económica Europeia.

Na altura, o objetivo prioritário era o de estabilizar politicamente o regime democrático para que a economia pudesse florescer e dessa forma saísse reforçada a coesão social.

Pode-se dizer que este paradigma prevaleceu e teve sucesso até à entrada de Portugal no Euro.

Após o falhanço resultante das políticas públicas e das atuações privadas que se seguiram à entrada de Portugal no Euro, o quadro estratégico português alterou-se radicalmente.

A globalização, ao relativizar, para não dizer subalternizar, a posição da União Europeia no contexto mundial, veio colocar exigências acrescidas a Portugal em termos da qualidade das suas prioridades económicas.

Começando por uma necessária vocação exportadora de bens e serviços que assegure, de forma sustentada, o emprego qualificado que fomenta a estabilidade social.

Ora para que as exportações atinjam os 45 a 50% do PIB, é urgente que se fomente uma «reindustrialização moderna», baseada na inovação tecnológica, nos design mais apelativos e nas trade marks de referência.

Tendo as exportações conseguido subir dum contributo mínimo de 28% do PIB em 2010, para cerca de 41% em 2015, Portugal fez um esforço significativo e muito relevante, mas a meta necessária está ainda longe e exige

---

\* Publicado em 20 de janeiro de 2016.

investimentos significativos, e uma adequada mobilização de recursos humanos bem preparados e motivados.

Para permitir esses investimentos, as políticas públicas têm que favorecer o reforço dos capitais próprios das empresas, o que deve ser motivado por uma adequada política fiscal por parte do Estado.

Ora, uma grande parte das empresas portuguesas estão descapitalizadas e, em simultâneo, a união bancária europeia coloca exigências acrescidas à banca em termos de poder financiar, com o necessário escrutínio, o desenvolvimento da atividade empresarial.

Ou seja, para favorecer o investimento produtivo e criador de emprego, as políticas públicas têm que favorecer o reforço dos capitais próprios das empresas, o que deve ser motivado por uma política fiscal do Estado, complementada por uma consciência social dos empresários para mobilizarem o máximo dos seus capitais próprios disponíveis no reforço da produtividade das suas próprias empresas.

Em termos de política fiscal a anunciada recriação do Imposto Sucessório arrisca-se a ser mais uma forma de desincentivar a capitalização das empresas familiares.

Neste sentido valerá a pena recordar o sistema alemão que isenta de Imposto Sucessório a participação social em empresas, desde que estas não sejam transacionadas nos cinco anos após a receção da respetiva herança. E esta orientação é uma das bases fundamentais da perspectiva de longo prazo do empresariado industrial alemão

Além disso, nesta altura uma política pública de fomento ao consumo pode provocar o enfraquecimento da competitividade das empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis nos mercados globais, o que irá destruir emprego.

Mais. Provocará um círculo vicioso em que o enfraquecimento das empresas aumentará as imparidades do que ainda resta da banca de capitais portugueses.

Ou seja, feita com a melhor intenção de reforçar o bem estar social, mas sem fortalecer o tecido empresarial, este tipo de política consumista arrisca-se a pôr em causa a coesão social.



Pelo contrário, uma orientação macroeconómica exigente que inspire a confiança dos investidores, será capaz de conduzir ao reforço dos capitais próprios das empresas que será o melhor garante do investimento produtivo, da salvaguarda do emprego, e em consequência do reforço da coesão social.

Assim, pode-se dizer que hoje a estabilidade do regime político, e a indispensável coesão do tecido social, dependem das prioridades económicas que vierem a ser definidas quer pelas políticas públicas, quer pelas opções empresariais.

É esta a encruzilhada decisiva em que nos encontramos, exatamente trinta anos depois de termos entrado para a Comunidade Económica Europeia.

# UM PAÍS GOVERNADO POR MEIAS-VERDADES\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

É bem sabido que a Verdade, no sentido de algo que está em conformidade com o que é, tem subjacente um sistema de valores. Como este não é único, nem unanimemente aceite, o conceito de verdade torna-se algo subjetivo. Porém, se aceitarmos que o seu oposto é a falsidade, fácil é reconhecer que, na prática, falar com verdade implica, autenticidade, sinceridade e boa-fé.

Tudo isto vem a propósito de uma reflexão sobre a «verdade» ácerca do estado do País, dos seus verdadeiros problemas, das suas causas, da estratégia a prosseguir para os ultrapassar e dos objetivos a atingir.

Não é este, obviamente, o local para um ensaio sobre este tema. Porém, mesmo uma breve reflexão é suficiente para revelar o conjunto de meias-verdades que pululam no espaço político-mediático. Basta lembrarmo-nos do teor das afirmações que predominantemente acompanharam os resultados das recentes eleições legislativas – em que o vencedor foi claramente o «grupo dos abstencionistas e votos nulos» – ou das respeitantes à legitimidade do Governo entretanto entrado em funções, para concluirmos pelo predomínio de meias-verdades no discurso político. Convirá também não esquecer as que acompanham a crise que o nosso sistema financeiro vem atravessando. Mas centremo-nos no discurso mais geral, ou melhor... na propaganda que o acompanha e lhe serve de suporte.

Uma primeira constatação tem a ver com o endeusamento da estabilidade. Esta é a «palavra de ordem» no momento atual. Sem ela tudo parece estar em risco; nada será possível e o mundo desmoronar-se-á. Esquece-se, assim, que a estabilidade é apenas um tipo de equilíbrio. Aliás, caracterizado pelo

---

\* Publicado em 27 de janeiro de 2016.

facto de, se o sistema sofrer qualquer choque, ou perturbação, ele retomar a situação prevalecente no equilíbrio anterior. Ou seja, trata-se de um conceito altamente conservador e, por isso, totalmente desajustado para situações em que o equilíbrio existente é insatisfatório e haja lugar para pôr em prática uma dinâmica conducente a um novo equilíbrio, ajustado à nova realidade visada. Melhor seria, pois, apelar à prossecução de uma dinâmica de equilíbrio, que permita as reformas que o País há muito exige, mas por forma a que as políticas prosseguidas não conduzam ao domínio ou subjugação das diferentes forças em presença. O apelo à estabilidade é, pois, equivalente a pugnar pelo imobilismo conservador, impeditivo de verdadeiras reformas, por forma a preservar o «status quo» dos interesses instalados. Ao contrário do muitas vezes sugerido, não é fator gerador de verdadeira confiança.

Mas não são só estas as meias-verdades que informam o nosso quotidiano e atuam de forma a obstacularizar a criação e desenvolvimento da necessária dinâmica reformista. Assim, defende-se (ou critica-se) a austeridade, sem clarificar e definir claramente os seus propósitos, ou identificar as medidas alternativas suscetíveis de os alcançar, e menos ainda, sem caracterizar e avaliar os custos e benefícios das mesmas, assim se reduzindo o leque de possibilidades à ideia de que «não há alternativas»; uma outra forma de preservar os interesses instalados.

O mesmo ocorre quando se abordam algumas das reformas necessárias em muitos outros domínios: do sistema eleitoral e do Estado, da educação, saúde, segurança social, justiça, sistema fiscal, equilíbrio das contas públicas e das contas externas, etc. O princípio recorrente no debate é essencialmente o das meias-verdades e apelo à estabilidade, em detrimento da eficiência e equidade, necessárias à eficácia das políticas. Esta implica consenso nos objetivos e nas medidas a implementar, por forma a que o tempo necessário à concretização dos mesmos permita uma avaliação dos resultados alcançados. Igualmente asseguradas deverão ser as regras visando o redesenho de apropriadas medidas corretivas, sem que ocorram sobressaltos geradores de incerteza.

Em resumo, estabilidade não deve ser confundida com a necessidade e existência de regras de governação que assegurem a eficácia das políticas

prosseguidas, de modo a gerar a confiança dos agentes económicos e cidadãos em geral, e que constituem um elemento indispensável da governança pelo poder político. O objetivo fulcral deve ser o de possibilitar um equilíbrio dinâmico, enquanto garante de credibilidade. Para isso são necessárias transparência e regras claras de atuação, e não uma estabilidade de conveniência com os interesses instalados, impeditiva das reformas e ajustamentos necessários, num mundo globalizado e em constante mudança.

O País está cansado da «estabilidade» resultante do poder que advém do atual sistema eleitoral e político. Mais do que estabilidade, Portugal precisa de um desígnio e uma estratégia para o alcançar. E de uma governança que tenha como objetivo final o bem-estar dos cidadãos e não os benefícios resultantes do exercício do poder.

Agora que o País acaba de eleger como Presidente da República, um consagrado professor de direito e experiente analista político, façamos votos para que se empenhe no contributo que dele é legítimo esperar, para que finalmente passemos à fase de uma vivência assente num desígnio estratégico e definitivamente abandonemos a governação por meias-verdades.

# A CONTAMINAÇÃO DA INDIFERENÇA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

O aumento da abstenção tornou-se problema crônico da nossa democracia. Se levarmos a sério os cadernos eleitorais oficiais, o Governo atual, pela base eleitoral dos partidos que o suportam, não representa mais do que 25,6% do eleitorado. E o próximo Presidente da República, que acabamos de eleger, não representará mais do que 24,8% dos eleitores registrados.

A abstenção não põe em causa a legitimidade dos eleitos, mas enfraquece a consistência social da sua representatividade e também a ressonância política. Os mandatos são mais fracos do que se houvesse ampla participação eleitoral e contagiante mobilização da cidadania.

Existe a ideia de que quanto maior a proximidade dos órgãos a eleger, mais alta é a participação eleitoral. Não é verdade. Em termos comparados, o que determina a maior afluência às urnas é a importância política do órgão a eleger. As eleições autárquicas têm normalmente participação mais baixa do que as eleições legislativas; e também costumavam tê-la com referência às eleições presidenciais. Por outro lado, as eleições nacionais (habitualmente mais concorridas) tinham mais afluência em momentos de maior intensidade política do que em momentos de maior banalidade. Por exemplo, havia mais votantes nas presidenciais em que se elegia um Presidente novo do que quando se reelegia o Presidente em funções. Também havia mais afluência nas eleições parlamentares com clima de disputa para mudança de ciclo do que nas vividas em onda de continuidade. E, mesmo nas autárquicas, a afluência pode variar, de concelho para concelho, consoante a densidade e o dramatismo das escolhas locais a fazer.

---

\* Publicado em 3 de fevereiro de 2016.

O que é novo neste século é a abstenção subir continuamente. Estávamos num quadro em que a abstenção era de cerca de 1/3 – exceto nas eleições europeias, em que atingia os 2/3. Mas, no ano 2000, iniciou-se uma evolução contínua que nos conduziu a um estado em que são já praticamente metade o total de eleitores que não votam – e, nas europeias, mantêm-se os 2/3 de abstencionistas. É difícil encontrar outro tão forte e evidente sinal de fracasso de um sistema político: metade dos cidadãos não se interessam, metade dos cidadãos não querem saber.

A fonte do problema está no funcionamento deficiente dos partidos, sobretudo no defunto «arco da governação». As manobras, os truques, os jogos de aparelho foram desgostando a cidadania: primeiro, da participação; depois, também da eleição. Cada vez mais pessoas deixaram de ver os partidos como expressão das suas preocupações, como entidades próximas e viradas para a representação social; e deixaram também de ver os deputados como seus representados, antes meros enviados e agentes das direções partidárias.

O problema tornou-se tão sensível que, em 1997, subiu à revisão constitucional. Esta veio permitir mudanças muito relevantes: se, desde 1989, já era possível aditar um círculo nacional e, portanto, reformular os círculos eleitorais (compatibilizando círculos regionais e nacional), passou a ser possível articular, num sistema misto, círculos plurinominais e círculos uninominais.

Nas eleições anteriores a essa revisão constitucional, a abstenção não superava um terço dos eleitores: 36,6% nas autárquicas de 1993, 33,7% nas legislativas de 1995 e 33,7% nas presidenciais de 1996. A exceção foram as europeias de 1994, com 64,5% de ausências, como é problema geral europeu.

Mas, desde 1997, há quase vinte anos, que não se fez nada, absolutamente nada. O sistema continuou imutável. Porquê? Porque a reforma necessária, a que a Constituição abriu a porta, é para atrair o envolvimento da cidadania, reforçar o poder de escolha dos eleitores, limitar e diminuir o poder absoluto dos diretórios – e os diretórios partidários não querem, não deixam.

O efeito desta obstinada inércia é a contínua deterioração do sistema e degradação dos resultados. Para o Parlamento Europeu, as eleições mantêm o elevadíssimo *record* de abstenções, sempre a subir: em 2004, 61,2%; em 2009, 63,2%; em 2014, 66,2%! Nas autárquicas, apesar da proximidade dos eleitos

e da multiplicação de listas independentes, que atenuam o divórcio com os cidadãos, a abstenção já atinge metade do eleitorado: em 2001, 39,9%; em 2005, 39%; em 2009, 41,9%; em 2013, 47,4%. Noutro artigo anterior, evidenciei já como o plano inclinado atingiu também as eleições regionais na Madeira, apesar da mudança de ciclo e do aparecimento de novos partidos: em 2015, abstenção de 50,3%! E, nas eleições legislativas, o eixo do sistema político, a indiferença foi crescendo até quase metade do eleitorado: em 2002, 37,6%; em 2005, 35%; em 2009, 40,3%; em 2011, 41,9%; em 2015, 44,1%.

O fenómeno tem vindo a enraizar-se tanto que, agora, contaminou as próprias eleições presidenciais. Já tínhamos tido abstenção acima dos 50%, para reeleger Presidentes em funções: em 2001, 49,1%; em 2011, 53,5%. Agora, foi a primeira vez em que, para eleger um Presidente da República novo, a abstenção ultrapassou a metade: em 2006, 37,4%; em 2016, 51,3%. Numa eleição homóloga, a abstenção galgou 14 pontos percentuais!

O facto em nada diminui a extraordinária proeza conseguida por Marcelo Rebelo de Sousa (ainda será objeto de estudo daqui a 20 anos), nem afeta minimamente a sua legitimidade. Mas é nova medida significativa do profundíssimo grau de doença dos partidos e do sistema político.

Foram, aliás, os maiores partidos políticos os causadores dessa tão grande indiferença face às eleições presidenciais: PSD e CDS, porque, quer sozinhos, quer coligados, foram totalmente incapazes de estabelecer uma estratégia presidencial e de definir à eleição um qualquer propósito nacional ou uma missão; e o PS, porque, além deste mesmo vazio, ainda se dividiu e, por isso, teve de calar-se. E são também os partidos parlamentares que, há décadas, bloqueiam a imperiosa reforma do sistema eleitoral no sentido de reconciliar a cidadania com participação partidária e representação política. Num e noutro caso, a razão é a mesma: os partidos e seus diretórios só se interessam pela sua quota de poder e lugares respetivos.

Decai a qualidade da democracia. Alastra a contaminação da indiferença. Tombámos numa democracia a meio gás: metade não vota, metade não liga. Na esteira do Manifesto lançado há um ano, o que nos reúne na Associação Por uma Democracia de Qualidade é contrariar a paralisia reformista dos partidos, trabalhar para a reforma e a mudança. Não desistimos.

# OS GREGOS (QUE NÃO SOMOS) E OS TROIANOS (QUE NOS FIZERAM SER...)\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

*Temo os gregos, sobretudo quando nos trazem ofertas*, proclamava das muralhas de Troia o sábio guerreiro evocado na Eneida, aconselhando a rejeição do cavalo grego.

De visita a Esparta, Páris raptou Helena e fugiu com ela para Troia, valendo-se da ausência do marido, Menelau, em Creta, no funeral do avô. Furioso, Menelau declarou guerra àquela cidade. O cerco já durava anos e os combates, ferimentos e mortes provocavam cansaço entre os gregos, que nem os solenes rituais da glorificação dos heróis conseguiam atenuar. Foi então que o oráculo Calcas deixou o aviso de que não seria o cerco que faria cair as muralhas troianas e só um ardil possibilitaria a tomada da cidade.

Interpretando o oráculo, Ulisses construiu um cavalo de madeira, capaz de esconder guerreiros na sua estrutura e que, esperava, oferecido aos troianos como dádiva de paz, possibilitaria a tomada da cidade por dentro. Embora muitos generais considerassem o ardil indigno da honra grega, a saturação da guerra levou a que fosse aprovada a armadilha para tornar rápida a vitória.

Acordaram então os troianos com a armada grega em retirada e um gigantesco cavalo de madeira na praia. Convencidos pelos símbolos de paz, festejaram e acolheram a oferta. Mas, ao cair da noite, desprevenidos, deixaram o inimigo sair das entranhas do cavalo e, abertas as portas, viram a cidade invadida pelos sitiantes escondidos que logo acorreram.

Diz Homero que a guerra por Helena aí terminou. Mas diz a história que a guerra continuou, agora entre as cidades gregas que queriam chamar

---

\* Publicado em 10 de fevereiro de 2016.



a si as rotas dos produtos caros, das cerâmicas, dos metais, armas, perfumes, marfim e ouro, cujo comércio Troia controlava, das costas da Ásia Menor às portas do Mar Negro. A aliança das várias cidades gregas não era por Helena, que apenas interessava a Menelau, mas por um objetivo bem maior.

Terminada a batalha, diz a lenda, Ulisses vagueou pelos mares e veio a fundar Lisboa. E, pasme-se, reincarnado e vivo, continua por cá, teimando em oferecer, agora aos portugueses, novos cavalos carregados de ofertas enganosas.

Travestido de político de esquerda, começou por introduzir um primeiro cavalo no âmago das hostes socialistas. Embora alguns temessem a oferta, logo os dirigentes viram nela um sinal da paz que lhes servia para cavalgar outro cavalo, o do poder. E nele novos Ulisses logo introduziram reposições de salários, diminuições de tempos de trabalho, aumentos da despesa aprimorados com multiplicadores à maneira para o conveniente aumento da riqueza e diminuição dos défices e da dívida. E, assim ajazado, o ofereceram aos cidadãos.

Mas se o objetivo comum que possibilitou, em Troia, a aliança com Menelau, não impediu invasões na terra mãe, com vista à predominância de cada cidade, também por cá, invadida por dentro, a armada socialista estilhaçou-se na última refrega eleitoral, tornando o invasor mais forte, e ficando mais frágil para conduzir as próximas batalhas.

E, assim como para os troianos a ilusão da oferta provocou a derrota, e para os gregos não trouxe a paz, que a luta intestina pelo domínio económico continuou, também aqui as atraentes ofertas alojadas no cavalo socialista não passam de ilusão, aliás já desfeita pelos golpes sofridos e sobretudo porque a guerra a vencer é a da competitividade da economia, mas essa, por completo, ficou de fora do bojo do cavalo do governo.

Também eu temo os governos, quando nos fazem ofertas ilusórias que, como em Troia, e apesar dos avisos, conduzem ao desastre. O cavalo com que Ulisses derrotou Troia ressuscitou em Lisboa. Por artes e manhas de uma democracia sem qualidade.

# **A SOCIEDADE CIVIL TEM DE ATUAR – AS NOSSAS PENSÕES DE REFORMA ESTÃO EM PERIGO\***

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Durante a vida profissional nós e os nossos empregadores fizemos, obrigatoriamente, descontos elevadíssimos para os vários sistemas de pensões de reforma. Se esse dinheiro fosse bem administrado teríamos direito a pensões que nos permitiriam viver com muita dignidade o nosso período de reforma.

Já muito se tem escrito sobre os prejuízos com as PPPs, sobre as atuações governativas nos casos de bancos em dificuldade e os encargos elevadíssimos que estas originaram para os contribuintes.

Neste artigo vou escrever sobre contratos assinados por um governo e que o governo subsequente, não contente com o objeto ou com as condições acordadas, anula. Referiam-se a fornecimentos de equipamentos que nunca foram entregues ao Estado português, apesar de terem custado muitos milhões de Euros aos cidadãos.

Lembro-me bem do contrato dos helicópteros, anulado por Paulo Portas, o que originou um enorme amuo nas hostes socialistas na Assembleia da República. Posteriormente, um contrato anunciado por Paulo Portas, já após Jorge Sampaio ter dissolvido a Assembleia da República em 2004, de uns carros de combate blindados que nunca viram a luz do dia, não blindando, portanto, coisa nenhuma.

Qualquer dos dois são contratos de centenas de milhões de euros e não se admite que se tenha tratado assim o dinheiro dos cidadãos. Muito dinhei-

---

\* Publicado em 24 de fevereiro de 2016.

ro foi desembolsado pelo Estado em vários pagamentos parcelares relativos a esses contratos.

Devemos também não esquecer o vergonhoso contrato dos submarinos, que já tanta tinta fez correr nos jornais. Sempre fiquei muito intrigado com o facto do contrato estar assinado para três submarinos e se ter, e bem, nesse caso, reduzido o número para dois. Mas porque não se reduziu só para um? Ou mesmo para nenhum? Lanchas rápidas fazem-nos certamente muito mais falta.

A Sociedade Civil não pode pactuar com líderes partidários que não sabem fazer acordos para mais do que uma legislatura ou para contratos de valor elevado. Por exemplo, contratos de valor acima de 100 M€ deviam ter uma aprovação política muito mais abrangente.

A situação que se criou no fim de 2015 com a mudança governativa é no mínimo muito preocupante. Reconheço que o governo de Passos Coelho fez, para usar uma expressão de um Colega meu, privatizações já na vigésima quinta hora. Mas, francamente, tanta fobia na reversão das mesmas parece-me um grande exagero.

A reversão da privatização da TAP foi bem esquisita. No início os novos donos estavam furiosos e depois, num ápice, ficaram muito satisfeitos. Como são exímios negociadores calcula-se o que deve ter acontecido.

O Estado ficou com cinquenta por cento da TAP, mas não a quer gerir. Também não se mete no assunto das rotas! Então que faz? Envolvem-se os representantes do Estado nas decisões de compra dos aviões? Ou nas decisões que poderiam levar à redução do número de trabalhadores? Veremos o que vai acontecer.

Uma outra reversão, esta correta, defendo eu, foi a de se ter posto fim ao projeto do Terminal de Contentores do Barreiro. Um projeto inqualificável, com problemas técnicos levantados pelo insuspeito Bastonário da Ordem dos Engenheiros, numa altura em que Portugal tem de apostar fortemente nos Portos de Sines, Setúbal e Leixões, preparando-os para Transhipment e eficiente ferrovia de mercadoria. Só foi pena que, mais uma vez, muito dinheiro tenha sido anteriormente gasto em estudos, defendendo a alternativa do Barreiro, apenas por pura teimosia governativa.

Realço, mais uma vez, que líderes de partidos que não sabem dialogar estabelecendo acordos para mais do que uma legislatura, não deviam ser aceites pela Sociedade Civil, porque não conseguem defender, de forma cabal e abrangente, os interesses financeiros da Sociedade, apenas sabendo defender os seus partidos ou as suas ambições pessoais.

# AS EMPRESAS, O FISCO E O CONFISCO\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

As empresas são a forma dos cidadãos se organizarem para venderem serviços e produtos à sociedade, e obterem uma margem que lhes permita pagar os salários dos colaboradores e amortizar e remunerar o investimento feito.

O Estado é, por lei, «sócio» de todas as empresas, incluindo as privadas. Pois, mesmo que as empresas tenham registado prejuízos, o Estado arroga-se o direito de lá ir buscar o Pagamento por Conta, e o PEC – Pagamento Especial por Conta.

Este direito do Estado à Tributação Fiscal sobre as empresas só faz sentido se for exercido ao serviço dos «Superiores Interesses públicos». Ou seja, além de dever ser muito rigoroso e frugal, o Estado deve utilizar o dinheiro que retira aos cidadãos e às empresas quando isso significar que está a exercer uma missão de soberania, de defesa nacional ou de promoção das salvaguardas sociais dos cidadãos.

Se tal não acontecer, o Fisco transforma-se em Confisco. E nesse caso todos saem a perder, a começar pelas empresas que atuam no mercado aberto dos bens diretamente transacionáveis, pois esse custo irá reduzir a competitividade dos respetivos produtos face a concorrentes internacionais instalados em países com menor carga fiscal, o que irá limitar as nossas exportações e destruir emprego no nosso país. E sem um contributo das exportações no PIB de 50% não é possível assegurar a permanência de Portugal no Euro.

A situação é já hoje preocupante, e as políticas do novo Governo de aumento da despesa pública irão agravar a pressão fiscal no futuro.

O caso dos custos que as empresas têm que pagar por proporcionarem empregos aos portugueses, é paradigmático.

---

\* Publicado em 2 de março de 2016.

Vejam os, a título de exemplo, os custos que uma empresa tem de suportar por cada 1000 euros de salário bruto pagos a um seu quadro, de nível médio-superior.

A empresa por este salário de 1.000 Euros terá além disso que pagar ao Estado mais 23,75% pela TSU da empresa, ou seja mais 237,5 Euros. Mas, dos 1.000 Euros do vencimento a empresa terá que retirar 11%, ou seja 110 Euros, para dar ao Estado por conta da TSU do trabalhador, e do restante ou seja 890 Euros, a empresa cobra, por conta do Estado, 50% de taxa marginal do IRS, ou seja 445 Euros, para este nível de vencimento.

Mas acrescem ainda, por lei, os seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho, mais a contratação da medicina no trabalho também obrigatória, apesar do Serviço Nacional de Saúde ser pago pelo IRS e pelo IRC, que custam cerca de 4% às empresas, ou seja mais 40 Euros de despesa.

Em resumo, a empresa terá que despende 1000+237,50+40 Euros, ou seja 1277,5 Euros, para o trabalhador levar para casa apenas 445 Euros!

O restante, 832,5 Euros correspondentes a 65,2% do total que a empresa terá de desembolsar, vai para o Estado ou para empresas que auferem receitas por ordem do Estado.

Se considerarmos que as empresas pagam também IVA, IRC, pagamentos por conta e pagamentos especiais por conta, vemos que o fisco se pode transformar em confisco se a despesa pública não corresponder apenas ao estritamente necessário para suportar as funções do Estado.

Mais, se o Estado decretar aumentos de salários mínimos superiores àqueles que a competitividade das empresas permitam, conduzirá também à destruição de empregos em Portugal.

E aí chegado o Estado perde não só os 832,5 Euros acima referidos, como vai ter que pagar um subsídio de desemprego que irá agravar ainda mais a despesa pública.

O que significa que o confisco fiscal sobre as empresas corre o risco de destruir empregos e de provocar uma «espiral de défices incontrolláveis» no orçamento do Estado.

E esse risco é hoje bem real em Portugal: políticas sociais populistas mas imprudentes, em termos do aperto fiscal que provocam sobre as empre-

sas, conduzem diretamente ao aumento do desemprego, e com ele à destruição da coesão social, pois o normal enquadramento do cidadão no mercado de trabalho é a base da estabilidade social.

E essa destruição da coesão do tecido social provocado pelo confisco fiscal é uma situação lamentável que uma Democracia de Qualidade terá sempre que combater com vigor e sem desfalecimentos.

# QUE PRESIDÊNCIA TEREMOS?\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

Marcelo Rebelo de Sousa toma hoje posse como Presidente da República e os portugueses terão as melhores expectativas sobre a sua contribuição para a solução dos graves problemas nacionais, tais como: credibilizar o sistema político, promover o crescimento económico, criar novos empregos e pagar a dívida. Ou, não menos importante, a sua contribuição para a definição de uma estratégia para o desenvolvimento de Portugal no contexto da União Europeia e da globalização. O País precisa de tudo isto, pelo menos mais do que de afetos.

Infelizmente, os portugueses deveriam também saber que os seres humanos raramente mudam e que a probabilidade é serem no futuro a continuidade do que foram no passado. No caso do Professor Marcelo Rebelo de Sousa a probabilidade é que continue a ser amigo do seu amigo, comunicador emérito, criativo até ao limite e irrequieto quanto baste. Sendo que esta última qualidade já está a marcar a agenda nacional, desde o conjunto de atividades e festas do seu frenético primeiro dia em Belém, até ao dia 10 de Junho, com parada militar em Lisboa e discursos em Paris. Quem estiver habituado a dormir que se cuide.

Claro que nenhuma destas atividades contribui para resolver os grandes problemas nacionais e, por isso, para que não tenhamos de esperar muito tempo, proponho uma primeira experiência sobre as reais expectativas que devemos ter acerca do novo Presidente da República. Oportunidade que me surgiu por força da anunciada luta entre setores da Maçonaria pelo controlo dos serviços secretos da República, SIRP, como uma via de domínio dos interesses económicos que há muito caracteriza a política nacional. A lista é

---

\* Publicado em 9 de março de 2016.



longa: BPN, BPP, BES/GES, Banco de Portugal, Banif, casos Sócrates, Vistos Gold, Ongoing, Angola, entre muitos outros.

Segundo o semanário Expresso, Marcelo Rebelo de Sousa já recebeu o secretário-geral dos Serviços de Informação da República (SIRP) Júlio Pereira e resta saber agora o que fará como Presidente da República:

Atuará no sentido da transparência do sistema político e dos atos da governação, contribuindo para limpar os serviços secretos da República da influência de todas as instituições secretas, contribuindo para a nomeação de dirigentes com provas dadas de honradez, independência e convicções democráticas;

Ou

Fará de conta que não se passa nada, que não se sabe de nada e com os mesmos dirigentes, ou com outros semelhantes, permitirá que ao secretismo natural dos serviços de informação da democracia portuguesa se some, como até aqui, o secretismo dos interesses políticos e económicos que estão a destruir a Nação Portuguesa.

Espero que este tema seja considerado suficientemente importante de forma a justificar a intervenção do Presidente da República. Por mim espero para ver.

# UM PAÍS DO FAZ-DE-CONTA\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

Há muito que o País sabe e tem consciência da enorme crise que atravessa. Trata-se de um problema de natureza reconhecidamente estrutural, com durabilidade preocupante e sérias implicações na esfera económica, social e política. Não o reconhecer implica não ser capaz de o ultrapassar e resolver cabalmente.

Com efeito, baixas taxas de crescimento, conjugadas com significativos (quando não elevados) défices público e externo, baixos níveis de investimento, elevado desemprego conjugado com baixos salários (médios), fortes desigualdades na repartição do rendimento, geradores de desequilíbrios e elevada tensão social, traduzem indiscutivelmente um problema cuja persistência temporal tem de ser motivo de grande preocupação e atuação determinada. Caímos assim, em pleno, no domínio da política (pura e dura).

Mas porquê, então, este estado de coisas? Quais as verdadeiras causas para esta longevidade dos problemas? A resposta sintética para estas perguntas é simples, mas extremamente difícil de concretizar. Com efeito, a verdadeira solução passa por um conjunto de reformas (incluindo a da estrutura da economia) que assentam e implicam a remoção inexorável de privilégios fortemente entrincheirados (rendas excessivas, estatutos de favor, capitalismo «de benesses», etc.). Reside aqui a grande dificuldade.

Daqui se infere imediatamente o papel decisivo que o sistema político terá de desempenhar com vista a ultrapassar essas dificuldades. Sem um sistema político que verdadeiramente represente os cidadãos e com o qual estes largamente se identifiquem, não será possível ganhar a confiança destes, o que constitui fator decisivo de sucesso. Reside aqui a justificação para

---

\* Publicado em 16 de março de 2016.

o aparecimento do «Manifesto por Uma Democracia de Qualidade», o qual pugna por uma reforma do sistema eleitoral que dê maior voz aos eleitores na escolha dos seus representantes, em detrimento do papel determinante que atualmente é dado aos diretórios partidários e aos grupos de interesse.

Não obstante o enorme contributo que um sistema eleitoral que assegure maior representatividade daria, para melhorar o nível de responsabilidade («accountability») e a prática política, é óbvio que tal não seria suficiente para assegurar uma maior eficácia do sistema de governança. Esta pressupõe, como já tem sido afirmado, a existência de um desígnio largamente partilhado para o País, uma estratégia que lhe dê corpo e regras de atuação criteriosas e transparentes, assentes na análise correta e verdadeira da realidade. Em contrapartida, atuações com base em visões parcelares, envezadas e deturpadoras da realidade são incompatíveis com um tal desiderato, e mais não visam que preservar os interesses instalados.

Não é, porém, somente por recurso a meias verdades que o «status quo» é mantido. Maior contributo é-lhe indiscutivelmente fornecido pela política do «faz-de-conta», traduzida na prática de que, muito embora os factos respeitantes a situações reprováveis, condenáveis e quando não criminosas se tornam públicos, os mesmos ficam impunes, por «obscuras» razões. Ou será por bem «claras» motivações?

O volume de casos vindos a público, denotando comportamentos ilícitos, práticas de corrupção, fraudes e outros comportamentos criminosos, sem que ocorram e sejam conhecidas as penas em que incorreram os seus autores, é não só desprestigiante para o nosso sistema político, como altamente preocupante. Como é que assim é possível falar de democracia e Estado de Direito?

Megaprocessos judiciais (aliás com nomes sugestivos e reveladores) que nunca chegam ao fim, ou entretanto prescrevem, enquanto que os visados continuam incólumes na praça pública, não obstante os prejuízos causados às suas empresas, ao sistema financeiro e ao País! Há mesmo quem tenha dado «chorudos» presentes a banqueiros entretanto falidos, sem que o caso tenha sido imediatamente julgado e os incriminados condenados, se fôr caso disso. Como é que tudo isto é possível num país ocidental, europeu e da

zona euro? Ninguém se interroga, ninguém atua... fazemos todos de conta? No entanto, continuamos a ouvir e até a ser confrontados por governantes com a interrogação: Se os portugueses são tão competentes, produtivos e eficientes quando emigram, porque é que o seu desempenho é distinto no seu País? Ingénua pergunta, ou será que continuamos todos a querer «fazer-de-conta»? Não conhecemos nós todos as razões e o compadrio que permite este estado de coisas, incluindo nele a conivência dos órgãos de soberania?

É preciso saber dizer... Basta! Enfrentemos a realidade. E comecemos por encontrar um desígnio nacional, inspirando-nos para isso na nossa história dos descobrimentos, altura em que efetivamente fomos grandes. Defina-se uma estratégia de compromisso credível e uma forma de governança pragmática, orientada para a resolução dos problemas e suscetível de a pôr em prática. Implementem-se as reformas necessárias, a começar pela do sistema eleitoral e político. O atual está caduco, assenta e estimula os privilégios.

Como sabemos, em termos de calendário político estamos no início de um novo ciclo. Esforcemo-nos, pois, para que ele nos traga também um Tempo Novo. De maior Justiça, de maior Inclusão Social, de maior Bem-Estar e Felicidade. Façamos votos para que o facto de termos agora na Presidência da República um Professor de Direito, faça com que a nossa República igualmente se transforme num verdadeiro Estado de Direito.

# A GERINGONÇA E A CARANGUEJOLA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Uma vez tive de combater um grande burlão. Foi um conflito complexo, arrastado, difícil. O que sei de burla aprendi-o então: umas coisas porque me explicaram, outras porque as fui descobrindo.

O traço mais característico da burla soa a paradoxo: é o único crime que, para ser cometido, necessita da colaboração ativa da vítima. Parece impossível, mas é mesmo assim: sem colaboração da vítima não há burla. O burlão esforça-se por enganar, mas só consegue os intentos se o burlado assume o engano.

É isso que faz a burla tão especial. É comum o burlado não a denunciar, justamente porque está enganado, julgando que está certo. Ou só a denuncia tardiamente, quando se dá conta do logro e já é difícil remediar. É também frequente que, mesmo depois de despertar para o logro, o burlado prefira calar-se por vergonha de se ter deixado enganar. E, enquanto permanece enganado, o burlado é o melhor aliado do burlão: «Então aquele senhor vendeu-me a Torre de Belém por tão bom preço e, agora, não me deixam ficar com ela, porquê?»

A geringonça surgiu na esteira de uma burla: a burla autoinduzida pelos propagandistas da PàF do «ganhámos as eleições». Às vezes, convencemo-nos dos nossos próprios enganos – foi isso. É deveras extraordinário que, ainda hoje, cinco meses depois das eleições de 4 de outubro, haja ainda tanta gente no espaço da PàF a declarar – e alguns a acreditar – que «ganhámos as eleições». A verdade não é muito difícil de perceber: se a PàF tivesse ganho, estaria a governar; não estando a governar, é porque não ganhou. Ponto final.

---

\* Publicado em 23 de março de 2016.

A interpretação do resultado das eleições não é muito diferente de todas as outras desde 1976. Há uma única singularidade: é a primeira vez que o PSD alcança o maior grupo parlamentar, sem haver maioria à direita do PS; e é a primeira vez que há maioria do PS e sua esquerda, sem o PS obter o maior grupo parlamentar.

Era evidente, na noite de 4 de outubro, que a pressão para uma maioria das esquerdas ia ser fortíssima – só seria de estranhar o contrário. Tal como, em situação inversa, seria fortíssima a pressão para um entendimento de centro-direita.

É duvidoso que o quadro tivesse outro destino. Mas a PàF e o Presidente da República fizeram o possível para que não houvesse alternativa e conduziram-nos, direitinhos, à geringonça. O Presidente com aquela comunicação de 6 de outubro sem, antes, receber os partidos – cavou mais divisões em vez de diligenciar em privado. E os partidos da PàF, acelerando na burla autoinduzida, ao fazerem aprovar, com pompa, no mesmo dia 6, internamente, um novo acordo de governo, que Passos e Portas assinaram, com solenidade, no dia seguinte. Tudo redundante e contraproducente. Propaganda oca e inconsequente. Quando mais tarde quiseram arrepiar caminho, já estava completamente estragada qualquer hipótese de entendimento com o PS.

Repito: tenho dúvidas de que objetivamente o caminho pudesse ser outro. Mas, se houvesse alguma hipótese, esta só se desenvolveria, se, logo na noite de dia 4, a PàF reconhecesse que não tinha ganho e que só haveria governo seu se conseguisse acordo que envolvesse outro partido parlamentar, agindo em conformidade. A precipitação da arrogância festiva saiu de maus conselhos; e produziu o fracasso que vimos.

Só há governo com maioria parlamentar. Eis a verdade democrática tão simples.

A burla autoinduzida teve antecedentes. Houve pouca convicção efetiva quanto à coligação de listas conjuntas, pelo menos por parte de Paulo Portas e CDS. Talvez também no PSD. Por isso, a decisão foi tomada tão tardiamente, tão em cima das eleições – eram partidos que governavam juntos há quatro anos. A coligação foi decidida para limitar danos, não para conquistar a maioria. Por isso, nem na reta final da campanha, quando as coisas pareciam

ir de vento em popa, os dirigentes pediram a maioria – e era necessário pedi-la. No final, não só não se a obteve, como o resultado foi o segundo pior resultado de sempre de PSD e CDS (38%).

A ideia motriz de «derrotar o PS» valia apenas como ilusão, pois não serviria para nada se a PàF não reconquistasse a maioria parlamentar. Podia perder 16 deputados e ainda ganhava. O problema é que perdeu 25... não ganhou. Também não tem sabido conduzir-se nos tempos seguintes. Há dias, o PS retribuiu o qualificativo de geringonça, alcunhando a ex-PàF de caranguejola. Infelizmente, é um pouco isso. Cinco meses passados, enquanto a geringonça vai vencendo as suas provas políticas, a caranguejola PàF não cessa de escangalhar-se.

A legislatura abriu tonitruante. Mas foi ânimo de pouca dura. Primeiro, foi Paulo Portas a retirar-se sem luta, renunciando a defender a vitória que não foi. Depois, os dois partidos sinalizam cada vez mais diferenças que exibem. Enfim, o CDS já esqueceu por inteiro o programa conjunto para quatro anos e partiu para outra. O PSD terá que fazer o mesmo.

Ficam estas perguntas simples: se a esquerda formou um governo em que ninguém votou e a direita esfarela a «coligação para quatro anos» que teve mais votos, as eleições foram para quê? Dir-se-á: é que a esquerda é capaz de enfrentar a prova de governar e a direita não está à altura do desafio de ser oposição.

Seja como for, para que serviram as eleições? Votámos em quê? Se um programa conjunto para quatro anos não durou sequer quatro meses, o nosso voto vale o quê? E as «garantias» – ao menos, as «9 garantias» da PàF – lembram-se das «garantias»? Quem garante? E quem é que mais ordena?

Este é mais um caso de democracia sem qualidade. Enquanto não reformarmos o sistema eleitoral e não criarmos um quadro em que o eleitorado torne efetiva a responsabilidade política de quem nos «representa», continuaremos a viver num regime de postigos e de enganos. E só por sorte não seremos arruinados. Também não temos tido sorte.

# A ARTE DA MISTIFICAÇÃO\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Após a aprovação do OE, um proeminente político da esquerda portuguesa comparava, satisfeito, o trabalho da construção e da coordenação do Orçamento e do Programa do Governo PS com a filigrana de uma excelsa obra de arte, como o Parténon.

Ignorando o absurdo do dislate, e embora por razões perversas nas quais nunca teria pensado, o político acaba por ter alguma razão. É que se foram propósitos mistificadores que estiveram na origem do Parténon, segundo muitos historiadores, também, embora com diferente natureza, a mistificação está embebida no Programa do Governo e no OE.

O Parténon foi apresentado oficialmente aos atenienses como objetivo religioso de culto e homenagem à deusa Atena, mas o verdadeiro objetivo de Péricles era político, erguer um monumento cuja imponência mostrasse o poder de Atenas e, com ele, a sua glória pessoal, e intimidasse quem das cidades rivais demandasse o porto do Pireu. Mas, simultaneamente, cuja grandiosidade aparecesse apoucada aos olhos dos atenienses que o viam de perto, pois, embora com a promessa de ser financiado pelo tesouro de Delos, logo sem custos para a cidade, Péricles sabia bem que os atenienses seriam também chamados a pagar a obra. E esse efeito de ilusão foi conseguido através de criações arquiteturais, num jogo de convexidades e concavidades, grossura ou adelgaçamento das colunas e refinamentos escultóricos, que tornaram o monumento muito mais grandioso ao longe, com contornos simétricos, do que visto de perto nas suas linhas retangulares.

Mas se o Parténon permanece como obra-prima prodígio de criatividade e beleza, símbolo da arte universal, o Programa do Governo PS

---

\* Publicado em 30 de março de 2016.



e o OE não passam, no seu todo, da absoluta e total mistificação que os originou.

O objetivo proclamado de acabar com a austeridade iludia e escondia o verdadeiro objetivo de sustentar um governo saído de um partido que perdeu as eleições e de tornar o líder vencido num 1.º Ministro aparentemente vencedor. Concebido como monumento glorificador do consumo para gerar crescimento e autofinanciar mais despesa, contraditoriamente logo aumentou os impostos sobre o consumo para produzir a receita inicialmente atribuída ao crescimento. Como em Atenas, o tesouro de Delos não chegou para erguer o Parténon, tendo que se recorrer aos atenienses.

E se o Parténon era visto ao longe como obra grandiosa e, de perto, como algo menos imponente, o programa do PS, ao contrário, visto de perto, pelos seus sequazes, é obra-prima e a alternativa segura, mas visto a maior distância apresenta desconformidades reconfirmadas por entidades independentes como a UTAO, o Conselho das Finanças Públicas, o Conselho da Concertação Social e pelas entidades europeias competentes.

Visto de perto, atualiza o salário mínimo, contrariando uma política de salários baixos, mas numa visão mais larga estimula o salário mínimo ao premiar com uma redução da TSU aos empregadores que o praticam.

Visto de perto, promete mais emprego, mas em visão aberta, aumenta a tributação das empresas, restritiva do investimento e emprego.

Visto de perto, promete maior igualdade, mas visto do horizonte promove desigualdade nos horários de trabalho entre funcionários públicos e restantes trabalhadores

Visto de perto, afirma cumprir promessas e a Constituição, mas, em visão abrangente, mantém uma sobretaxa que condenava em absoluto e uma CES inconstitucional.

Um tal programa que encerra tão densa filigrana de sofismas nega em absoluto uma democracia de qualidade.

Porque democracia de qualidade exige, acima de tudo, verdade e abjura em absoluto a arte da mistificação.

# INVESTIMENTO PÚBLICO – MAIS DO MESMO\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

O programa de investimentos e apoios diversos desenhados pelo Governo, que prevê gastar 10.500 milhões de euros em quatro a cinco anos, em grande parte com origem nos fundos comunitários, representa a continuidade do pensamento de governos anteriores, segundo o qual o investimento público promoverá o desenvolvimento económico e social do País. Ora isso, podendo ser verdade noutras circunstâncias, não acontecerá agora, seja porque não existe um programa coerente de desenvolvimento mas uma lista de objetivos em grande parte questionáveis, seja porque não existe nenhuma estratégia que oriente esse investimento, seja porque mais uma vez as diferentes clientelas do poder político utilizarão a sua influência para concretizar projetos de interesse pessoal e deixarão Portugal ainda mais pobre do que já está.

A ideia peregrina de fazer um debate público para influenciar os investimentos a fazer só pode piorar a situação, porque não havendo uma estratégia de crescimento económico, tal debate conduzirá fatalmente a uma enorme diversidade de projetos sem massa crítica para as mudanças necessárias na economia do País. Por exemplo, promover o mercado interno em vez das exportações, gastar mais dinheiro público, ou dos trabalhadores através da Segurança Social, com o objetivo de recuperação do parque imobiliário das cidades, objetivo infelizmente desprezado no passado, ou a obsessão com as energias renováveis, nomeadamente eólica, são o resultado de algum primarismo estratégico ao serviço das diversas clientelas interessadas apenas em si próprias.

Mesmo os gastos previstos com objetivos meramente sociais, sendo desejáveis e compreensíveis em vista da pobreza existente, não são sustentáveis sem uma forte base de crescimento económico e de criação de empregos, isto

---

\* Publicado em 13 de abril de 2016.

é, sem uma nova estratégia e sem um novo modelo económico. De facto, este modelo baseado no investimento do Estado já foi usado no passado recente e falhou economicamente, além de ter promovido o desperdício e a corrupção.

É por estas e por outras razões que neste jornal tem sido enfatizada a necessidade política de desenvolvimento de uma democracia de qualidade, verdadeiramente democrática, com instituições fortes e independentes, de forma a desenvolver em Portugal o pensamento estratégico, o estudo sério dos problemas nacionais e o fim da promiscuidade entre a política e os negócios, fator este suficiente, só por si, para conduzir ao fracasso este novo programa que corre o risco de repetir os erros do passado e pelas mesmas razões.

Por outro lado, o hábito de criar objetivos financeiros, previamente divididos por setores, é um erro revelador da ausência de cultura profissional dos governos. A metodologia correta passa por primeiro definir a estratégia de desenvolvimento, depois elaborar os projetos que melhor e de forma mais competitiva possam servir essa estratégia e só depois tratar da melhor forma de financiar cada projeto, tendo em conta as prioridades relativas. O debate público tem certamente utilidade, mas principalmente na fase de consensualizar a estratégia e no final para criticar a hierarquização das prioridades.

Este hábito nacional de definir envelopes financeiros para setores concretos, fazendo-o sem estratégia e sem uma visão global das metas de maior impacto no desenvolvimento do País, faz com que o primeiro objetivo a atingir pela burocracia nacional seja gastar o dinheiro de cada envelope, em que o primeiro beneficiário da distribuição do dinheiro é o próprio Estado, central e autarquias, além de incentivar o aparecimento de projetos tão desnecessários como pouco ou nada rentáveis. Para mais, sabendo-se que não existe a tradição de avaliar cada projeto realizado com o dinheiro dos contribuintes portugueses e europeus.

Em resumo, a intenção do Governo de consumir uma tão elevada quantidade dos fundos europeus de forma leviana e pouco profissional, para mais quando não existe uma ideia clara e consensual sobre o nosso modelo de desenvolvimento, só pode dar mau resultado. O que terá consequência graves, nomeadamente porque se trata de uma última oportunidade para, no nosso tempo, mudar para melhor o destino coletivo dos portugueses.

# A SOCIEDADE CIVIL TEM DE SER CHAMADA A ATUAR\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Escrevi há semanas sobre as constantes ameaças que estão a sofrer as nossas pensões de reforma. Desde lá para cá essas ameaças têm vindo a aumentar de forma preocupante.

Fala-se na decisão perigosíssima de alocar fundos que protegem as nossas pensões a investimentos imobiliários, pondo em risco o nosso Sistema de Segurança Social numa decisão tomada por uma classe política completamente impreparada.

Ouve-se falar da criação de um «banco mau» para limpar balanços dos Bancos para que, muito possivelmente, os contribuintes e em particular os pensionistas venham a pagar as incompetências, e em muitos casos a corrupção que levou bancos a concederem créditos a quem não o deviam ter feito.

E o que dizer sobre as notícias vindas a público sobre o impacto de imensas offshores, que motivaram até o nosso recém empossado Presidente da República a mencionar que os últimos casos punham em causa os sistemas democráticos ocidentais?

Subscrevi, em agosto de 2014, o Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade», documento de grande qualidade e atualidade, que se concentra em imprescindíveis reformas do Sistema Eleitoral, com o objetivo de aproximar eleitores de eleitos para a Assembleia da República e do sistema de financiamento dos partidos políticos.

Voltando às ameaças sobre a nossa Economia, gostava de me concentrar sobre uma que afeta muito negativamente os custos de produção, o nível

---

\* Publicado em 20 de abril de 2016.

de emprego, o nível de investimento, o nível de impostos, e afeta mais uma vez o nível das nossas já tão baixas Pensões de Reforma, e que se trata da ameaça das 35 horas de trabalho semanal.

Como industrial que sou há mais de trinta anos gostava de mencionar que um sistema de 35 horas de trabalho é para uma indústria e para outras atividades uma enorme fonte de desestabilização na formação dos turnos de laboração. Quer queira a classe política ou não, hoje em dia a concorrência tende a ser feita entre fábricas com laboração contínua (7X24h) ou laboração contínua durante cinco dias da semana (5X24h) pelo menos nos estrangulamentos, que normalmente são os centros de carga associados aos maiores investimentos.

Logo o número de horas de trabalho semanal dividido por 5 é bom que seja um número que multiplicado por um dígito inteiro dê 24, o número de horas de trabalho que se pretende laborar por dia. Aqui reside a grande vantagem da semana de trabalho de 40 horas, porque com três turnos de 8 horas cada, completa-se facilmente o dia de trabalho.

Normalmente fazem-se começar os turnos às 0, às 8 e às 16 horas. Se, pelo contrário, trabalharmos 35 horas semanalmente, vemos que em cada um dos três turnos de 7 horas, falta uma hora, ou seja, faltam 3 horas de trabalho diário; detalhe que é tudo menos despiciendo atendendo aos impactos que tal acarreta nos custos de produção, devido ao pagamento de horas extraordinárias ou ao recrutamento de pessoal adicional para trabalhar um número limitado de horas, situação que não é interessante nem para o empregado nem para o empregador.

Só defende um regime laboral de 35 horas semanais quem anseia por maior pobreza no país, e por isso os países da Europa Ocidental com balança comercial positiva sempre defenderam no passado recente a utilização de sistemas de laboração com 40 horas semanais.

Relativamente à utilização da semana de trabalho de 35 horas no Setor Público Estatal parece-me tratar-se de uma Reforma de Estado pela negativa, em que as contas podem ser muito bem cozinhadas para efeitos de apresentação ao povo, mas em que todos os contribuintes mais tarde ou mais cedo serão chamados a pagar os custos adicionais que tal acarreta.

Vive-se hoje no país uma ameaça profunda à existência de uma situação económica equilibrada que possibilite a implementação de estratégias de crescimento e existe ainda um fosso, cada vez maior, entre os cidadãos e a classe política dirigente, pelo que a Sociedade Civil devia fazer ouvir as suas opiniões relativas aos problemas que mais a afetam.

# O PÓQUER, A POLÍTICA E AS EMPRESAS\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

O poker, como jogo, baseia-se em utilizar uma parte da realidade, aquela que um jogador conhece em exclusivo, para este tentar alterar a perceção do conjunto da realidade que os outros jogadores têm.

Por isso baseia-se muito na capacidade de «convencer» os outros numa realidade global que de facto não existe.

Os jogos políticos, no sentido trivial do termo, têm por vezes muito de poker, e esta abordagem é passível de ter sucesso a curto prazo.

Mas a abordagem predominante «de poker», não é suscetível de ter sucesso a médio e longo prazo, porque dessa forma os povos não podem fazer as escolhas persistentes de investimento empresarial e de formação e qualificação pessoal, dado que não podem ter uma perspetiva fundamentada de estabilidade do quadro operacional em que irão atuar no futuro.

E daí a diferença abismal que distingue um estadista dum «político de ocasião».

Por maioria de razão, um verdadeiro empresário tem que saber construir paciente e persistentemente novas realidades, baseadas em projetos de investimento, no recrutamento de colaboradores e em tecnologias, que têm em vista criar produtos e serviços que satisfaçam os interesses da sociedade em que se inserem.

Uma aposta num investimento empresarial é sempre um «risco e um desafio ao futuro», que se prolongará por muitos anos, às vezes mesmo por várias gerações. Por isso os empresários se baseiam no «risco calculado», tanto quanto possível minimizado por ser fundamentado nas análises de mercado e das tecnologias, a fim de se poder garantir a segurança de todos os envol-

---

\* Publicado em 27 de abril de 2016.

vidos no investimento e desde logo os trabalhadores, empresários, bancos financiadores, clientes e fornecedores.

Ora Portugal tem sido, desde outubro passado, ator involuntário dum formidável jogo de poker. Jogo de poker esse que permitiu ao atual primeiro-ministro alcançar esse lugar depois de ter perdido as eleições mas que, ao mesmo tempo, se transformou num «bluff» que é um risco permanente sobre a consistência da mais importante aposta da sociedade portuguesa a médio e longo prazo: a permanência de Portugal na moeda única europeia, o Euro.

A prosperidade económica dos países da União Europeia, e por maioria de razão dos países do Euro, baseia-se na competitividade que as empresas instaladas nos respetivos territórios têm que dispor para sobreviverem no mercado global.

A moderna solidariedade europeia do pós-guerra, desde as suas origens no Tratado de Roma, baseia-se na construção dum enquadramento legal e político que permita a «todas as suas empresas competir com regras abertas e idênticas em todo o espaço europeu».

É daí que desejavelmente se cria a riqueza que permitirá manter o « pilar social da Europa ».

Por isso os Estados tudo devem fazer para que os seus cidadãos mantenham as suas poupanças nos seus países e para que essas poupanças sejam utilizadas para investir em empresas que criem emprego nesses mesmos países.

Por maioria de razão isso deve acontecer em Portugal, país acabado de sair dum resgate, que tem ainda uma muito elevada dívida pública e privada, em que as empresas estão no geral muito descapitalizadas e em que o Estado absorve uma parcela desmesurada da riqueza criada.

Tudo aquilo que, no poker político que temos vindo a viver nos últimos seis meses, contribua para atrasar investimentos nas empresas portuguesas, ou que contribua para afugentar a captação de capital estrangeiro para o nosso país, só cria desemprego e põe em risco a coesão social e a permanência de Portugal no Euro. Além disso, e por arrastamento, enfraquece ainda mais a estrutura financeira das empresas, e por consequência a da nossa banca pelo aumento do crédito mal parado a que tal inevitavelmente vai conduzir.



Por isso, criar as condições que estimulem o reforço dos capitais das empresas portuguesas deveria ser hoje uma prioridade, como já foi referido publicamente pelo atual Ministro da Economia Caldeira Cabral, que todavia não teve ainda qualquer tradução prática, mas que a deve ter a curto prazo, mesmo que isso implique acabar de vez com o poker político atualmente em exibição.

Assim o exige a construção duma Democracia de Qualidade em Portugal.

# UMA CRISE DE CONFIANÇA\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

A crise que Portugal atravessa tem sido tema de inúmeras crónicas e análises. E por boas razões: a sua magnitude inclui dimensões económicas, políticas, institucionais e cívicas. Resumidamente e em síntese, poder-se-ia dizer que se trata de uma crise generalizada, que atinge a confiança. Talvez, por isso, ela seja tão frequentemente referida e tantos apelos lhe sejam feitos.

A confiança, tal como muitas outras dimensões da vida relacionadas com comportamentos, tem por base a experiência passada; logo assenta em factos e requer provas. Porém, a nossa experiência passada na esfera política e da governabilidade, só muito dificilmente permite gerar essa tão necessária confiança. E sem ela, dificilmente se conseguirá o grau de respeitabilidade, previsibilidade e responsabilidade indispensáveis à tomada das decisões que o funcionamento eficaz da economia e da sociedade exigem. A confiança é tanto mais necessária quanto todo o comportamento humano tem sempre associado uma certa aleatoriedade; é a confiança que permite conter esta no campo do risco aceitável.

Para além de atualmente não existir no País um consenso sobre quais os vetores que perspetivam o desígnio nacional, que torne possível equacionar e aceitar o presente, o sistema político não tem sido capaz de produzir novas elites, nem instituições geradoras de confiança. Sem um projeto comum não é possível interpretar o presente, nem perspetivar o futuro. E sem instituições inclusivas, que favoreçam consensos, promovam a negociação e permitam equilíbrios sustentáveis, não se conseguirá crescimento económico duradouro e bem-estar social. Negociar é uma das características primordiais das relações democráticas e de igualdade e fator de confiança.

---

\* Publicado em 4 de maio de 2016.

É este contexto de ausência de grandes objetivos comuns e de um sistema político capaz de promover a conciliação de correntes de opinião, que faz com que as instituições se describilizem e façam parte do problema. Gera-se, assim, a desconfiança no Estado – com a conseqüente suspeita e desrespeito pela lei – e a desresponsabilização dos cidadãos, envoltos numa cultura avessa à avaliação e ao mérito – que fragiliza a sociedade civil e mina a confiança.

Ao que precede acresce – e dele decorre em parte – a falta de credibilidade de grande parte das políticas prosseguidas por sucessivas governações. Estas têm-se mostrado reféns dos mais variados – embora nem sempre os mesmos – grupos de interesse e incapazes de definir de forma transparente o racional subjacente às suas decisões, de mostrar claramente que estas se pautam pelo interesse nacional, e não por quaisquer interesses individuais ou de grupo. O contrário parece ser verdade, assistindo-se ao desenrolar de factos reveladores de corrupção, de práticas fraudulentas e desrespeitadoras dos mais elementares princípios éticos e de conflitos de interesse, sem que se assista à incriminação e julgamento dos responsáveis. O país encontra-se perplexo perante os inúmeros casos que têm sido relatados, de clara violação das leis e da ética, que já custaram ao país vários milhares de milhões de euros – e que presumivelmente ainda muitos mais irão custar – sem que ninguém seja responsabilizado. Aparentemente tudo se esfuma na «memória coletiva».

Com tal desresponsabilização e falta de credibilidade na governança interna, não é possível a confiança. Deste modo, não é legítimo nem necessário recorrer aos inúmeros erros da governança exterior a Portugal, para explicar as razões pelas quais a economia portuguesa não arranca, nem para os baixíssimos níveis de investimento no País – seja nacional ou estrangeiro. Não é simplesmente possível acreditar numa governação sem horizontes – de navegação à vista e pressionada pelos acontecimentos – sem sentido estratégico, com políticas titubeantes e a maior parte das vezes erradas, desprovida de uma justiça eficaz. É por isso que em vez do investimento indispensável ao país, assistimos a destruição de valor e a fugas de capital – financeiro e humano.

Torna-se imperioso um grito de alerta, quanto ao ponto a que chegá-  
mos. Há situações a partir das quais o sentido da evolução é irreversível.  
A história revela-nos alguns exemplos. Não basta clamar por confiança. É  
indispensável dar provas de que ela é merecida. Credibilidade e transpa-  
rência das políticas prosseguidas, objetivos claros, inseridos numa estraté-  
gia e com prioridades claramente assumidas e com responsabilização dos  
governantes, são fatores determinantes da mesma. Temos todos de agir  
enquanto é tempo.

# MAIS UMA LEGISLATURA PERDIDA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

A necessidade da reforma do sistema eleitoral, que aproxime eleitos e eleitores e devolva a democracia à cidadania, é uma das necessidades mais prementes do nosso sistema político. Não deve haver matéria tão badalada quanto essa. De tal forma que há vinte anos uma revisão constitucional veio permiti-la com grande amplitude. A Constituição não é aqui justificação para o imobilismo. A culpa da inércia mora unicamente nos diretórios partidários, por uma razão fácil de entender: o que os eleitores ganharão em liberdade e poder de escolha, perderão os diretórios em arbítrio e poder de condicionamento.

A nossa democracia transmite, na verdade, sinais consecutivos de alarme.

Um deles é a multiplicação de novos partidos. A seguir ao 25 de Abril, surgiram inúmeros partidos políticos. O tempo sedimentou o regime à volta de alguns, criando um quadro tetrapartidário, hoje pentapartidário, com uma fase de dois partidos dominantes. Mas, na última década, voltámos à onda de formação de novos partidos. É facto que nenhum deles tem obtido resultados relevantes no plano nacional, mas a pulverização do tecido partidário é sempre sintoma de crise de representação. E os comentários sociais que ecoam são igualmente sintomáticos.

O outro sinal é a abstenção: as pessoas votam com os pés, não votando sequer. Nas últimas legislativas (2015), apesar do dramatismo da eleição e da aguda bipolarização do debate, a abstenção atingiu uma percentagem *record*: 44,1%! E este fenómeno de alheamento da política e das eleições contamina outras eleições também. Nas últimas regionais da Madeira (2015), apesar da mudança de ciclo com a retirada de Alberto João Jardim, a abstenção superou a metade: 50,3%. As autárquicas, diversamente do que se pensa, não são

---

\* Publicado em 11 de maio de 2016.

exceção, apesar de serem eleições de grande proximidade: nas últimas, multiplicaram-se as candidaturas independentes e, ainda assim, a abstenção foi de 47,4%. Nas europeias, a catástrofe é, de há muito, conhecida: nas últimas (2014), a abstenção subiu a 66,2%! E a doença atingiu as próprias eleições presidenciais, eleições personalizadas e tidas por «simpáticas» – nestas últimas (2016), a abstenção passou também para mais de metade: 51,7%.

A participação eleitoral e a representação democrática estão profundamente doentes. E um dos remédios certos é a reforma da eleição legislativa, o paradigma do sistema, devolvendo-lhe prestígio e autenticidade. Toda a gente diz mal dos deputados, o que ultrapassa a habitual maledicência dos políticos. Há a convicção (correta) de que os deputados que lá estão não representam ninguém, senão aos líderes ou oligarquias que servem. Generalizou-se o descrédito da representação parlamentar, de modo injusto para muitos dos que estão em São Bento. E vulgarizou-se a ideia de reduzir drasticamente o número de deputados: para muitos cidadãos, se calhar, o melhor seria haver só cinco, os chefes – «Chegava perfeitamente! E era mais barato...»

O Presidente da República introduziu o tema, no seu muito saudado discurso do último 25 de Abril. Marcelo Rebelo de Sousa apelou a alguns consensos de regime entre as forças políticas de campos diversos, entre os quais quanto à reforma política. Fez bem – e deve continuar a fazê-lo. Mas os sinais colhidos não são bons.

O «Diário de Notícias» fez este balanço, no dia 27: *«No caso do sistema político, qualquer acordo seria sempre mais exequível entre o bloco central, devido ao sistema eleitoral. Aí, o PS não conseguirá trazer a esquerda a jogo nem o CDS alinhará com o PSD. Bloco e PCP afastam liminarmente ideias como a redução do número de deputados, a introdução de círculos uninominais ou do voto preferencial. Isto porque os partidos com menor expressão temem que a proporcionalidade da representação parlamentar saísse beliscada. Basta ver que no processo de formação de governo o PS limpou do seu programa a ideia dos círculos uninominais e o CDS matou à nascença qualquer intenção do PSD em inscrever no programa da PAF a redução do número de assentos na AR.»*

Ou seja, tudo na mesma. Nada vai acontecer. Para mais, o PSD anunciou, entretanto, uma proposta que mais não será do que a continuação do estilo de fazer política como «tiros de barraquinha de feira»: nada resulta, senão o estampido. Por um lado, põe à cabeça a estafada redução acentuada do número de deputados, o que é a melhor maneira de gerar desconfiança em todos os outros. Por outro lado, avança com um muito tímido voto preferencial, que já deu para entender que é a melhor forma de fingir que se muda, deixando tudo na mesma.

Na revisão constitucional de 1997, abriram-se portas de reforma muito importantes, que constam do artigo 149.º da Constituição. Passou a ser possível evoluir para um sistema misto, à alemã, isto é, um sistema rigorosamente proporcional, com justa representação do território, dos cidadãos e das correntes políticas, com uma componente de candidaturas uninominais, além das listas plurinominais. Só esta evolução resolve o nosso problema e será capaz de restituir saúde à vida democrática e à participação da cidadania. Aliás, para os que recebem uma distorção da representação proporcional – que a experiência alemã mostra não existir – poderia ainda acrescentar-se, como última garantia, um círculo nacional de compensação, semelhante ao círculo regional introduzido na última reforma eleitoral açoriana. A possibilidade desse círculo nacional existe desde a revisão constitucional de 1989 e está igualmente a ser desperdiçada pelos nossos DDT da política, os «donos disto tudo».

É um desconsolo ver o nosso sistema democrático a desfalecer e descreditar-se, enquanto os dirigentes políticos empurram o tempo com a barriga, sem nada fazerem. É triste ver passarem 30 anos sobre uma revisão constitucional e 20 anos sobre outra, sem aproveitar nenhuma das portas e das alamedas abertas para reformar as nossas decrépitas eleições. Porquê? Porque o que está mal para os eleitores está bem para os DDT.

Na linha do Manifesto Por uma Democracia de Qualidade, é preciso conseguir que os cidadãos desenvolvam o propósito de «passar a formas superiores de luta». Se os partidos não fazem e não querem fazer, é preciso correr por fora. Estão a perder o nosso tempo.

Queremos participar. Queremos escolher.

# NA GERINGONÇA, TANTO TRUQUE E TANTO ENGANO, TANTA RETÓRICA ABORRECIDA... ONDE PODE ACOLHER-SE UM FRACO HUMANO?\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Camões, glosado no título, não seria conhecido por Víctor Lustig, cujos truques para ludibriar as vítimas eram também verdadeiros *poemas*. Entre eles, uma máquina de fazer dinheiro. Nas demonstrações que fazia perante cada «cliente» previamente selecionado e do qual conseguira fazer-se amigo, Lustig convidava-o a introduzir na máquina uma nota verdadeira e um pedaço de papel branco com idêntica dimensão, depois de ele próprio sub-repticiamente ter colocado no mecanismo uma outra nota. Passadas 6 horas, o acionamento de uma manivela levava a máquina a expelir as duas notas, uma das quais, e aí estava o disfarce, ainda húmida da tinta, sinal de o papel branco se transformara em valor real. Claro que o papel ficava nas entranhas da geringonça. Para comprovar a ilusão, Lustig deslocava-se com o cliente a um Banco, que naturalmente confirmava a autenticidade das notas. Fulminado pela evidência, logo o «cliente» insistia na compra da máquina, ao que Lustig acabava por aceder, considerando a amizade criada e uma avultada comissão. Claro que o comprador nunca conseguia extrair qualquer nota suplementar, mas Lustig já tinha viajado para longe, onde artefacto semelhante se encontrava disponível para uma nova «emissão». A dificuldade de comunicações e a vergonha pelo logro eram suficientes para deixar Lustig descansado.

Passaram entretanto 100 anos, o produto persistiu e estendeu-se mesmo a novos mercados, como o da política, naturalmente usando modernas tecnologias que a renovada clientela já não dispensa.

---

\* Publicado em 18 de maio de 2016.



Em Portugal, a geringonça substituiu o ferramental e as notas de Lustig pelo computador e pelo power-point. Mas se Lustig só *conseguia* que a máquina produzisse uma nota ao fim de 6 horas, o power-point geringônico garante dinheiro farto imediato no bolso do cidadão, o fim das privações, o aumento da riqueza assente na dinâmica do investimento, do consumo privado, das exportações e da despesa pública.

Acontece que Lustig fazia *private placement* do produto junto de clientes *affluent*, enquanto o governo faz dele colocação pública, que exige rigor e validação interna e externa, todavia repetidamente negada. Tal maquinismo é incapaz de transformar dados virtuais em maná concreto e real, dizem.

E se Lustig introduzia duas notas verdadeiras, falsas são as notas que o governo usa para rodar o motor do crescimento: o consumo foi travado por novas fiscalidades e o investimento racionado. Por milagre, também insistem, não prejudicando nem o crescimento, nem a redução do défice. Todavia, a nota que vai saindo é da desaceleração do PIB, do aumento do desemprego, da diminuição da competitividade e das exportações. O papel branco onde se imprimiriam as promessas ficou nas entranhas da geringonça e a austeridade passou a chamar-se consolidação. Consolidação da austeridade, melhor dito.

E se Lustig enganava a vítima com uma caixa, o governo engana com duas, uma onde introduziu o Plano de Estabilidade e, outra, o PNR.

Referencia a primeira o Tratado Orçamental, de que os parceiros de governo nem querem ouvir falar, enquanto a segunda, do PNR, inclui algumas das mais fortes paixões desses mesmos. Mas, não sendo reproduzido o cenário da última no cenário da primeira – é o governo que o diz – tal significa que é o próprio governo a atestar a falsidade da nota do PNR, pois que não a releva para efeitos do Plano de Estabilidade.

Truques que desmerecem de uma democracia de qualidade, incompatível com geringonças de um sistema eleitoral gerador de políticos ágeis em habilidade, mas muito arredados da prática da verdade. Se o sistema não mudar, *onde pode acolher-se um fraco humano?*

# POR QUE É QUE O DÉFICE ORÇAMENTAL É INIMIGO DE UMA DEMOCRACIA DE QUALIDADE?\*

Por **João Luís Mota Campos**

Advogado, ex-secretário de Estado da Justiça

Imaginem um tanque de água. Pode estar raso, meio cheio ou vazio. Vamos-lhe chamar tanque da dívida pública. A água nesse tanque tem algumas qualidades: diminui com a evaporação – chamemos-lhe inflação – e aumenta com a chuva – chamemos-lhe juros.

No princípio o tanque estava vazio e num tanque vazio não chovem juros. Como é que o tanque se começou a encher?

O tanque encheu alimentado por um tubo de água chamado défice orçamental. Pode esvaziar por um tubo chamado superavit orçamental.

Num país bem governado, a injeção no tanque de défice e a sucção de superavit deveria permitir manter o tanque a níveis satisfatórios, na margem da chamada dívida sustentável. Na verdade, não há um número mágico que determina que a dívida seja ou deixe de ser sustentável: os EUA têm uma dívida pública igual à nossa; o Japão tem uma dívida pública muito superior à nossa – 200% – e no entanto ambas são consideradas sustentáveis e contempladas com os Triple A das agências de rating. Isto é assim porque a sustentabilidade da dívida depende de muitos fatores, entre os quais o facto de estar denominada em moeda desse país, de haver ou não crescimento económico, do nível de fiscalidade, da inflação, de dívida externa e balança de pagamentos...

Em Portugal não há um único ano dos últimos 40 em que tenha havido superavit; houve défice em todos os anos desde 1974. Isto determinou que ao longo das décadas o tanque da dívida foi enchendo e nunca esvaziando, mesmo quando se tiraram de lá uns baldes de água chamados privatizações.

---

\* Publicado em 25 de maio de 2016.

Neste momento o tanque está raso de água e a transbordar. Significa isto que quem nos pode emprestar dinheiro só o faz com juros punitivos, ou como é o caso, com uma garantia de recompra de títulos dada pelo Banco Central Europeu. Quer isto dizer que no dia em que essa garantia desaparecer, estaremos tão falidos como antes de 2011.

Porque é que chegámos aqui? Ou por outras palavras, porque é que ano após ano o tubo do défice nunca parou de bombear para o tanque da dívida? A verdade é que ter défices orçamentais é uma escolha política. Há alternativas: pode-se aumentar as receitas ou fazer diminuir as despesas.

O que o Estado português escolheu fazer nos últimos 40 anos foi aumentar os impostos, fazer crescer as despesas e financiar a diferença entre receitas e despesas com recurso a crédito, ou seja, injetar água no tanque da dívida.

Se olharmos para as principais rúbricas da despesa pública, é fácil de perceber porquê: educação, saúde e segurança social, e sobretudo esta que consome cerca de 27% do PIB. Nenhum governo democraticamente eleito quer perder eleições cortando nestas despesas.

A alternativa escolhida consistiu em vender aos credores uns papéis chamados dívida pública cuja garantia de pagamento é o trabalho e o rendimento que os portugueses do futuro hão de ter.

Compreende-se pois: os governos «oferecem» hoje ao eleitorado vantagens e regalias que não saem do bolso de ninguém agora, mas que hão de sair no futuro. As vantagens eleitorais são agora, razão pela qual qualquer governo que queira ganhar eleições não hesita nesta troca de «compre agora e pague depois», mas a verdade é que esta troca distorce profundamente a democracia, constituindo quase uma compra de votos («votem em nós e aumentámos-vos as pensões») e no fundo funciona como se o Estado dispusesse de um poço de petróleo ao qual se vão buscar os rendimentos que não saem dos impostos. Não saem agora, mas hão de sair.

O défice orçamental permite pois aos governos não confrontar os eleitores com o custo das decisões políticas que são tomadas, mas que comprometem as gerações futuras. Que não votam...

Há outra razão pela qual o défice orçamental é profundamente atentatório de uma democracia de qualidade: ao engrossar ano após ano o tanque

da dívida pública, lança o Estado e as políticas públicas nas mãos dos credores, que nos confrontam com um dilema que consiste em que ou pagamos o que devemos nas condições que os credores estabelecem, ou incumprimos com resultados catastróficos.

Em 1876 a Turquia incumpriu a sua dívida assumida durante a guerra da Crimeia; foi-lhe imposta pelos credores internacionais uma comissão da dívida que passou a deter o controlo das alfândegas e da cobrança dos impostos turcos e passou a decidir quais as reformas que teriam de ser realizadas. Esta completa perda de soberania é o que acontece a um país que tem dívida em excesso, ou seja, dívida que não consegue pagar. Há pior forma de deturpar a democracia do que entregar as decisões sobre o nosso futuro a credores estrangeiros?

# VAI A SOCIEDADE CIVIL ASSISTIR A ESTA TRAGÉDIA SEM MANIFESTAR A SUA VONTADE?\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

A Economia do país está novamente numa situação de grande dificuldade. Alguns Bancos vão mais uma vez contribuir para o empobrecimento dos cidadãos que, sem terem feito quaisquer erros, vão continuar a pagar pelas incompetências e mesmo pelos «desvios» de gestores que atuaram de uma forma inaceitável.

Impressiona-me muito que se fale de milhões de euros como se fala, simplesmente, de alguns euros. Neste momento muitos dizem que a Caixa Geral de Depósitos, o nosso Banco Estatal, que devia ser sinónimo de gestão exigente, necessita de mais um aumento de capital de quatro mil milhões de euros, uma quantia astronómica. Temo que, uma vez mais, sejam os contribuintes a sofrer imenso, pagando pelos erros de gestão de quem já devia ter sido há muito julgado.

Qualquer que seja a solução para este problema exige-se aos nossos Deputados que analisem o que se passou com o nosso Banco Estatal em sede de uma Comissão de Inquérito, a criar na Assembleia da República. Só assim os eleitores poderiam ser informados sobre uma boa parte das razões para um tal descalabro.

Os portugueses têm todo o direito de saber o destino dos créditos atribuídos, se porventura, eventualmente, o dinheiro da Caixa Geral de Depósitos foi alguma vez usado para que alguém comprasse ações de Bancos privados, para ir às Assembleias-Gerais desses bancos privados votar para que Administradores da Caixa passassem para esses Bancos. É ainda também de

---

\* Publicado em 8 de junho de 2016.

grande importância saber-se que garantias reais foram solicitadas para a efetivação dessas operações.

Se na nossa Assembleia da República tivessem assento candidatos independentes das estruturas dos partidos, como acontece em muitos outros países, e que poderiam ser eleitos nos círculos uninominais, certamente que o inquérito já estava em marcha. É a investigação que se impõe e que possivelmente só não se faz porque na Administração da Caixa Geral de Depósitos têm ou tiveram assento muitos políticos ligados aos partidos CDS-PP, PSD e PS o que não devia, mas torna o assunto politicamente muito delicado.

Reitero que os princípios defendidos no Manifesto (que o autor do artigo escreve sempre com letra maiúscula) «Por Uma Democracia de Qualidade», relativamente à Reforma da Lei Eleitoral e ao Financiamento dos Partidos Políticos, são cada vez mais oportunos. Sem as alterações aí preconizadas o país caminha para um estado de degradação extremamente preocupante. Este importante Manifesto concentra-se em dois temas estruturantes, básicos e fundamentais porque por si originam a solução de problemas que estão a afetar muito negativamente a Qualidade da nossa Democracia e por arrasto a fragilidade económica de Portugal.

A nossa situação de baixo crescimento económico é de uma gravidade extrema. Muitos dizem que a razão de todos os males é a degradação da situação económica mundial. Nada mais falso. A quota de mercado dos exportadores portugueses é mínima, pelo que há sempre hipóteses de se adaptarem a uma nova situação apostando em novos Clientes, e novos países. Esse não é o verdadeiro problema. Os problemas reais são internos.

As Empresas portuguesas necessitam de Capital para se adaptarem, para rejuvenescerem, para investirem em tecnologias mais avançadas. A Banca por mais que prometa, não as ajuda a resolver esse problema de Capital. Assim sendo as Empresas têm absolutamente de trabalhar para conseguirem aumentar as suas margens. O Governo tem, infelizmente, trabalhado para que as margens das Empresas se reduzam. Aconteceu isso quando estabeleceu mais quatro feriados (com custos não orçamentados pelas Empresas, obrigando-as a levar importantes custos a diferenças de cálculo) por imposição legislativa, sem levar mesmo o assunto a discussão em sede da Concer-

tação Social, quando elevou a pressão sobre todos os níveis salariais aumentando o salário mínimo nacional e quando em vez de manter a previsão de redução do IRC, revogou essa importantíssima medida. Todas estas medidas criam muitas dificuldades às PME's e são dificilmente explicáveis às casas-mãe das Empresas Internacionais afetando assim os investimentos a serem feitos por elas no país. Todas estas alterações levam a que o nosso país seja considerado pouco credível. As Empresas produtoras e exportadoras de bens transacionáveis deviam ser tratadas de uma forma completamente diferente!

Seguramente que o nosso Governo não está à espera que o Investimento e o Emprego aumentem, a menos que reverta todos estes custos e deixe de seguir esta via tortuosíssima.

Volto a escrever nesta coluna que a teia de complexos problemas associados à baixa Qualidade da nossa Democracia justifica uma grande Manifestação da Sociedade Civil em prol dos princípios defendidos pelo Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade».

# OS EMPRESÁRIOS E A GERINGONÇA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

Quando em maio de 2011 o então governo de José Sócrates solicitou o apoio da Troika para evitar a bancarrota do nosso país, muitos eminentes economistas consideraram que era impossível a Portugal equilibrar as suas contas externas utilizando nas suas exportações uma moeda tão forte como é o Euro.

Todavia, foram os empresários e os seus colaboradores dos setores dos bens transacionáveis que se fizeram à luta e que com imaginação, dedicação e imenso trabalho foram capazes em 2012, 2013, 2014 e 2015 de aumentar as exportações, substituir as importações e em três anos consecutivos, e pela primeira vez em 70 anos, Portugal conseguiu ter um excedente nas suas contas exteriores.

E, com esse esforço notável a percentagem das exportações no PIB subiu nesse período de 28 para 43%, o que proporcionou o recrutamento de mais colaboradores e com isso a estabilização e depois o aumento do emprego, que constitui a maior base da coesão social.

Foram pois os empresários os heróis da saída limpa da Troika e quem de facto assegurou que Portugal não era a Grécia e que apesar do desastre das políticas públicas desde a entrada no Euro, o nosso país tem capacidade para poder vir a ter uma economia competitiva no âmbito do Euro.

E, subitamente no outono passado, eis que inesperadamente a geringonça chegou ao poder.

Passando a depender do apoio da extrema esquerda, o novo governo deixou de ter como objetivo prioritário a competitividade das empresas, visto que considera que se pode promover o crescimento, o investimento e o

---

\* Publicado em 15 de junho de 2016.



emprego, sem defender as bases que permitem a capitalização autossustentada das empresas.

Desde logo, a suspensão unilateral da descida do IRC, para todas as empresas incluindo PME's, que havia sido acordada pelo próprio partido socialista, seguida da reposição imediata e abrupta dos quatro feriados que haviam sido suspensos, com claros sobrecustos em importantes indústrias exportadoras como são o têxtil e o calçado.

Numa economia que precisa desesperadamente de capitalizar as suas empresas, a geringonça na prática nada faz para o promover, e também nada faz para atrair o investimento estrangeiro.

A perplexidade de muitos empresários, nomeadamente das PME's dos bens transacionáveis, roça hoje por vezes a incredulidade.

Como é possível o governo acreditar que avançando com políticas que não só descapitalizam as empresas, como também aumentam a despesa pública, arriscando assim um segundo resgate, pode promover a confiança que gera o investimento e o emprego?

Como é possível diminuir de forma sustentada o mal-parado da banca, sem que as empresas tenham sido antes incentivadas a aumentar os seus capitais próprios?

Mas o desafio que está colocado hoje aos empresários ultrapassa em muito a transitoriedade do governo da geringonça.

Os empresários, e especialmente os seus porta-vozes que são as Associações e Confederações empresariais, têm que demonstrar a uma parte significativa do eleitorado ainda descrente que só eles podem investir e criar emprego, tornando-se assim a única força capaz de fomentar, na prática, a coesão social e o sucesso económico de Portugal no Euro.

E têm que exigir em simultâneo ao atual governo que é do interesse nacional que as empresas tenham condições para investir e criar emprego, ao contrário da política de factos consumados contra a solidez financeira das empresas que se instalou no governo desde o outono passado.

Mobilizar capitais para os colocar nas empresas como capitais próprios é hoje em Portugal um risco muito elevado, pois isso exige uma confiança muito grande a médio e longo prazo, dado que os capitais próprios se des-

tinam a ficar na empresa por muitos anos, por vezes ao longo de várias gerações.

Mas essa confiança a médio e longo prazo torna-se virtualmente inexistente quando os partidos de extrema-esquerda, que apoiam o atual governo, têm programas que são claramente hostis à iniciativa privada.

E não se pense que os apoios comunitários resolvem o problema da confiança e do reforço dos capitais próprios das empresas. Até porque, como é óbvio, os Programas Comunitários são destinados a apoiar projetos rentáveis, liderados por empresas com capitais próprios adequados, de forma a garantirem o emprego a médio e longo prazo.

O desafio de investir através de empresas capitalizadas é pois hoje um desafio muito difícil, e também muito frustrante depois de todo o esforço já dispendido nos últimos cinco anos.

Mas é fundamental para o futuro da economia de Portugal!

E isto apesar da geringonça que, por definição, é muito mais transitória que a generalidade das empresas.

# CRESCIMENTO E CONFIANÇA\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

Em artigo anterior neste jornal (4 de maio p.p.) procurei refletir sobre a crise que Portugal há muito atravessa e que, resumidamente, pode ser identificada como uma crise de confiança. No entanto, numa perspetiva mais pragmática, esta mesma crise vem sendo cada vez mais equacionada como uma crise de crescimento, dado que tendo em conta os «stocks» resultantes dos desequilíbrios acumulados ao longo de vários anos, o crescimento se revela como fator decisivo no ultrapassar da crise. Esta é, por assim dizer, a «outra face da moeda». A menos que o País retome níveis de crescimento acima dos 2.5%, não é possível antever a saída da crise em que estamos mergulhados. Porém, como é sabido, neste século apenas em 2007 se conseguiu semelhante taxa; nos demais anos o crescimento registado foi da ordem dos 1-1.5%, havendo inclusivé cinco anos em que ele foi negativo.

Como sabemos, não há soluções mágicas para conseguir uma inversão na tendência de estagnação que largamente caracteriza a atual situação da economia portuguesa. Porém, é consensual que, para além de outras reformas institucionais e estruturais necessárias, é indispensável introduzir maior transparência, previsibilidade e rigor na formulação da política económica, por forma a reduzir a incerteza em que consumidores, empresários e investidores estrangeiros têm de operar. Não chega, pois, contrapor austeridade e crescimento, como vias alternativas para a solução da crise. Há que acrescentar credibilidade institucional e política, como forma de alcançar a confiança indispensável à recuperação e à convergência com as condições de vida prevalentes na Europa comunitária.

---

\* Publicado em 22 de junho de 2016.

Mas quais são, então, as linhas mestras que deverão guiar a formulação de uma política macroeconómica credível, tendo em vista o crescimento, a criação de emprego e o desenvolvimento?

Portugal é, como sabemos, uma economia relativamente pequena inserida no espaço euro da EU, e por isso sujeita às regras e condicionalismos que regem este espaço económico – apesar das múltiplas insuficiências que o caracterizam. Mas uma coisa é contribuir e lutar pela melhoria das regras do seu funcionamento; outra bem distinta é o desafio ou confronto, mais ou menos sistemático com as mesmas, sem a apresentação de soluções ou contrapartidas que revelem a necessidade de tempo, para levar a cabo os ajustamentos e reformas estruturais requeridas.

Neste contexto, há que ter em conta que o crescimento da economia portuguesa deriva basicamente da sua capacidade produtiva e da competitividade; é esta que garante que o potencial de produção se materializa e cresce ao longo do tempo. No longo prazo, porém, a sustentabilidade deste crescimento é condicionada por vários equilíbrios macroeconómicos, nomeadamente ao nível da balança de transações de bens e serviços, e da dívida com o exterior, bem como do défice e dívida pública, o que claramente revela a importância das políticas públicas e a qualidade da «governance» e põe em destaque o papel da confiança. Sem esta dificilmente se conseguirão os meios financeiros necessários à prossecução do crescimento. Não basta, pois, clamar pela prioridade ao crescimento; é preciso que as políticas prosseguidas sejam compatíveis com esse objetivo, credíveis e geradoras da confiança necessária para assegurar o correspondente comportamento, por parte dos agentes económicos.

Não se esgota porém aqui a relevância da confiança para o crescimento. É o nível da procura global (interna e externa) que determina o nível de produção efetivo. Este, porém, é fator determinante das importações, através da percentagem destas incorporada em cada unidade do produto. Se esta fôr elevada, maiores serão as dificuldades de crescimento para a economia, já que correspondem à parte do produto que tem de ser importada. E como nem todas as componentes da procura têm o mesmo conteúdo importado, tal implica, numa ótica de crescimento, não ser indiferente as componentes

da procura interna que são privilegiadas. Porém, é o investimento que permite o crescimento potencial da economia e em parte determina a inovação. E investimento, como todos sabemos, não ocorrerá sem a previsibilidade e segurança necessárias à minimização do risco e incerteza associados ao exercício da atividade econômica. Não basta, pois, apelar ao investimento (interno ou externo) se as condições indispensáveis à correspondente decisão não estiverem reunidas...

Em síntese, não é possível invocar ou apelar à necessidade de crescimento se, simultaneamente, uma agenda de reformas indispensáveis não for adotada e acompanhada de um discurso e prática políticas consistente com a credibilidade da mesma e merecedora da confiança dos agentes econômicos (internos e externos) Clamar pela necessidade de investimento sem ter em conta os fatores que o determinam (nível da procura, poupança, fiscalidade, condições de financiamento, etc.) ou dificultam (condições vigentes no mercado do trabalho, qualificação profissional, conflitualidade ao nível das empresas, etc.) bem como as políticas apropriadas, só pode conduzir ao insucesso. Clamar pelo aumento das exportações não pode conduzir ao sucesso, sem concomitantemente nos preocuparmos com a melhoria dos fatores determinantes da competitividade (inovação, melhoria da organização e gestão empresariais, incentivos ao aumento da produtividade, etc), e a premissa em estimular o setor dos bens transacionáveis – ao contrário do que vem sendo prática corrente entre nós, com o favorecimento dos setores protegidos da concorrência internacional (construção, energia, etc.).

Num mundo globalizado e altamente competitivo (embora nem sempre por recurso às «melhores» práticas) um novo fator de concorrência é a mobilidade geográfica. É a ela que hoje muitos jovens recorrem e praticam. Não ter isto em conta é fator adicional de perda de recursos e quebra de relevância no contexto das nações. É bom que os governantes tenham consciência disto. Se não tiverem de pouco vale lastimar a quebra da natalidade e o envelhecimento demográfico... É a vida!

# QUEM TEM MEDO DOS CÍRCULOS UNINOMINAIS?\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

A maior inovação da revisão constitucional de 1997 foi a abertura à introdução de círculos uninominais na eleição da Assembleia da República. A janela está aberta no quadro de um sistema rigorosamente proporcional, em articulação com círculos plurinominais como os de hoje. As resistências, porém, têm sido fortíssimas; e, 20 anos passados, nada aconteceu. Somos um país adiado.

Para o leitor menos batido nestas coisas, uma explicação breve. Nos círculos uninominais, escolhemos um nome, um deputado. Nos círculos plurinominais, elegemos vários deputados de listas com vários nomes. No primeiro caso, escolhemos para nosso representante quem preferimos. No segundo, escolhemos uma lista de partido, sendo os candidatos eleitos conforme a proporção obtida por cada lista: escolhemos partido, não escolhemos deputados.

Um sistema só de círculos uninominais pode ser muito injusto, na representação das correntes políticas. As eleições inglesas são disso exemplo; e as francesas, em menor grau, também. Já um sistema só de círculos plurinominais pode tornar-se distante, na relação eleito/eleitor. Foi o que nos aconteceu. Se for possível um sistema misto, isto é, um sistema que articule os dois tipos de círculos, seria o ideal: esse sistema daria, ao mesmo tempo, representação justa e representação próxima.

Ora, é possível. O sistema existe e bem experimentado. Dá muito boas provas. É o sistema eleitoral da Alemanha. Impecável! O único defeito, na perspectiva da proporcionalidade (não já na da governabilidade), está na regra da percentagem mínima de 5%, o que, em Portugal, está proibido – e muito bem. Conquanto aberta a diferentes possibilidades, é para o sistema misto que aponta a Constituição, desde 1997 – art.º 149.º: *«lei pode determinar a existência de cír-*

---

\* Publicado em 29 de junho de 2016.

*culos plurinominais e uninominais, bem como a respetiva natureza e complementaridade, por forma a assegurar o sistema de representação proporcional».*

Houve algumas tentativas, sérias e consistentes, de lhe dar sequência, ainda no final da década de 90. Foram promovidas pelo PS, que governava na altura; e contaram com a colaboração de instituições universitárias, o que dava garantias de prestígio, qualidade, seriedade e independência ao processo – garantias sobretudo no desenho geográfico dos círculos, onde, a não haver seriedade e isenção, podem fazer-se muitos truques. Esses esforços foram bloqueados; e, desde então, qualquer reforma eleitoral é sabotada. Têm sido 20 anos de degradação, 20 anos de crescente descontentamento do eleitorado, 20 anos de inércia e paralisia, 20 anos de ilusão, de engano e de bocejo.

Portugal necessita de um novo sistema eleitoral que reduza o poder dos diretórios partidários, reforce o poder de escolha dos eleitores, isto é, do povo (como é próprio de uma democracia), recupere o interesse e a mobilização da cidadania e restitua saúde ao sistema partidário. O sistema misto seria o ideal, para alcançar todos esses efeitos. Mas nem essa, nem outras hipóteses têm avançado. Quem está sentado em cima do sistema – e ganha com ele – resiste. Para manter-se aí sentado.

Na trincheira dos diretórios, os uninominais têm sido o maior alvo; e são frequentemente difamados. O Bloco, desde Francisco Louçã, acusa-os de tentativa de concentração nos dois maiores partidos e chega a apelar à convergência com o CDS, que, com Paulo Portas, fugiu sempre de qualquer reforma como o diabo da cruz. O PCP alinha pelo mesmo diapasão, atacando-os porque só favoreceriam os «grandes». O PSD não chega a tomar posição; não sai daquele fetiche obsessivo de reduzir a 180 os deputados, gerando desconfianças gerais e pondo toda os outros contra – o que acaba por ser um imobilismo sofisticado: fingindo que se quer reformar, realmente bloquear. E o CDS, na linha Paulo Portas, corresponde em substância aos acenos do BE, acenando também para o lado de lá: não apresenta qualquer ideia e frustra todas as propostas. Para os que mandam... como está, está bem.

Esta rejeição dos uninominais, como previstos na Constituição, é eco de preconceito e de falta de estudo. Os críticos habituaram-se a criticar os uninominais à inglesa ou como existiram na Monarquia Constitucional e na 1.<sup>a</sup>

República; e nem se dão conta de a previsão constitucional apontar a um sistema totalmente diferente. As críticas seriam justas; mas a realidade é outra.

Num sistema à alemã, não há qualquer distorção representativa: dada a articulação entre círculos uninominais e plurinominais, os ajustamentos são automáticos ao escrutinar os resultados, garantindo-se a rigorosa proporcionalidade da representação parlamentar. Não é verdade que os partidos mais pequenos sejam prejudicados: primeiro, nos círculos uninominais, os pequenos também podem furar o sistema, se apresentarem candidatos muito bons; e, segundo, nunca há qualquer prejuízo (nem benefício) no conjunto do sistema, pois prevalece sempre a proporcionalidade da repartição partidária dos votos

Em Portugal, o sistema pode ser ainda melhor, já que, desde 1989, a Constituição permite aditar, no topo, um círculo nacional (plurinominal), apto a funcionar como última válvula de segurança da representação proporcional, à semelhança da reforma eleitoral açoriana de 2006. Mas também essa possibilidade, aberta há quase 30 anos, é deixada na gaveta. Na verdade, um país adiado – enquanto a imagem e o prestígio da política se degradam.

O grande efeito de introduzir candidatos uninominais reside na forte alteração que provocará na cultura política de todo o sistema. Sendo eleita uninominalmente a metade dos deputados, a escolha dos candidatos libertar-se-á da decadência servil em que se atolou. E contagiará positivamente toda a representação, incluindo na formação das listas plurinominais. Diretório que impusesse escolhas erradas, seria penalizado e... perderia – como deve ser.

Na cavada crise a que o país chegou, é imperativo mudar a maneira de fazer política. Isso só se consegue com novos deputados. Ora, isso faz-se nem tanto mudando necessariamente as pessoas dos deputados; mas mudando, acima de tudo, a forma como são escolhidos, primeiro, e eleitos, depois. Só com círculos uninominais iremos lá.

O sistema reganha autenticidade e as listas deixam de ser biombos de amiguismo, clientelismo e combinatas. Teremos uma outra cultura de representação: de baixo para cima e não de paus-mandados. As bases recuperam influência e a cidadania ganha poder. Em vez de uma democracia decadente e desfalecida, voltamos a tê-la viva e vibrante, com capacidade convocatória e prestígio popular. Por que têm medo disto?



# A CAVERNA DA GERINGONÇA\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Na alegoria da caverna, Platão imaginou um grupo de prisioneiros acorrentados numa caverna desde que nasceram, olhando o tempo todo para a parede do fundo, iluminada pela luz de uma fogueira atrás deles colocada. Para além da fogueira circulam pessoas erguendo objetos. Um muro esconde as pessoas de tal modo que os prisioneiros apenas podem ver as sombras que tais objetos projetam e ouvir o barulho exterior, que naturalmente associam às sombras, pensando ser ele as falas das mesmas. Para os prisioneiros, as sombras são a realidade.

Se um dos prisioneiros fosse libertado, a luz ofuscaria a sua visão, e ele não veria distintamente a nova realidade. E se lhe dissessem que aquilo que agora distinguia era o real e as imagens que anteriormente via eram fantasmas, ele não acreditava. Se voltasse à caverna, os seus olhos, entretanto sensibilizados à luz, ficariam cegos devido à escuridão. E, se revelasse aos companheiros a situação que pudera contemplar, tomá-lo-iam como louco. Temendo ficar possuídos de ideias assim tão absurdas, ameaçariam mesmo de morte alguém que tentasse tirá-los da caverna.

Lembrei-me da alegoria, quando, faz um ano, os economistas do PS elaboraram um Programa com vista às eleições. Nele apresentavam um novo paradigma para a economia e finanças públicas, baseado num estímulo da procura interna, que levaria a um crescimento do investimento de 7,8% e do consumo privado, situação que, alavancada por um aumento das exportações de 5,9% potenciará um crescimento do PIB de 2,4%, possibilitando a diminuição do défice e até o aumento dos gastos públicos. Perante tal fantasia, pensei que só poderia ter sido elucubrada por personagens encerradas

---

\* Publicado em 6 de julho de 2016.

numa caverna, recebendo de uma qualquer malévola geringonça imagens turvas, sombras do mundo real.

O que se confirmou, quando alguns desses personagens, momentaneamente libertados, foram por tal geringonça encarregados de elaborar um programa de governo. E, se a sua visão já era a das sombras desfocadas, a luz que puderam vislumbrar mais obscureceu essa visão. Pois só uma visão confusa poderia levar ao aumento de gastos públicos eleitoralistas, ao desfazer de privatizações efetuadas, ao lançamento de novos impostos, *maxime* sobre o consumo, gripando o seu próprio alegado motor do crescimento, com prejuízo da economia. E reduzindo o déficit, pasme-se!

E se, no mundo exterior, muitos demonstram que tais imagens atentavam à realidade, mais os prisioneiros, alcandorados a governantes, se obstinam em considerar como autênticas as imagens virtuais que uma geringonça sombria lhes fez criar.

Visão tão obliterada que leva a proclamar êxitos, mesmo quando o desemprego aumenta ou quando o indicador de atividade económica se torna pela primeira vez negativo, desde há anos a esta parte.

E a visão tão ofuscada que negam validade às mais sérias estimativas que apontam para um crescimento do déficit, uma estagnação do investimento (0,1%) e das exportações (1,6%), contra os 7,8% e os 5,9%, respetivamente, projetados na caverna.

Aprisionados na escuridão de conceitos fora de tempo e de senso, eles teimosamente persistem nos fantasmas que criaram e que a todos pretendem impor. Creio bem que Platão imaginou a caverna pensando na atual geringonça.

Só um renovado sistema eleitoral, potenciador da ascensão dos melhores e mais dedicados à coisa pública e criador de lideranças idóneas poderá abrir a caverna à luz do dia.

Uma democracia de qualidade é uma democracia aberta à luz, não uma democracia de sombras, que nega as mais óbvias evidências. Como a geringonça nega.

# O SUCESSO DO FUTEBOL NACIONAL E A CRISE DEMOCRÁTICA\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

A equipa portuguesa de futebol ganhou em Paris a Taça da Europa vencendo a França na final e os portugueses espalhados pelos cinco continentes vibraram de emoção patriótica como não se assistia há muito. O Presidente da República, o Primeiro Ministro e muitos outros políticos avulsos cavalgaram a onda na esperança, penso, de que o êxito do nosso futebol na Europa possa fazer esquecer as agruras da vida aos portugueses, ou porventura na expectativa de que o futebol possa dar uma ajuda ao défice do Estado e evitar as sanções de Bruxelas.

O sucesso do futebol nacional era previsível. Já Michael Porter, quando por cá andou há anos a estudar a economia portuguesa, a convite do então ministro da Indústria Luís Mira Amaral, escolheu o futebol como um dos setores a apostar, com o argumento de que deveríamos privilegiar fazer aquilo em que tínhamos tradição, saber e competências específicas, sendo que o futebol seria, por essa razão, uma das atividades mais promissoras da economia nacional. Outras eram os setores tradicionais como as atividades do mar, o calçado e a confeção, argumentando que todos os setores da economia eram suscetíveis de modernização e de aplicação de novas tecnologias.

Michael Porter tinha razão, como acaba de se verificar em Paris, mas também como a realidade económica portuguesa tem evoluído através das exportações. Com a nota adicional que são os setores onde existe concorrência e que vivem fora da alçada do Estado que progridem e que todas as atividades que sofrem a influência nefasta do Estado definham ou entram em crise, como está a acontecer com o sistema financeiro.

---

\* Publicado em 20 de julho de 2016.

Para uma melhor compreensão, calcule-se o que aconteceria se os jogadores da equipa portuguesa vencedora do europeu fossem escolhidos com os mesmos critérios com que são escolhidos os deputados da Assembleia da República, com base no pagamento de favores antigos, de fidelidades e de interesses vários. Ou se as carreiras dos diversos profissionais presentes em Paris não tivessem sido baseadas no mérito, na vocação e na competição entre todos.

Esta é a lição útil a retirar do sucesso da equipa nacional de futebol, a que acrescento o facto da liderança do grupo ter sido entregue a alguém que é também um produto da competição e da concorrência, competição no plano nacional mas também no plano internacional.

São estas as razões críticas do sucesso da equipa nacional de futebol, razões que são as mesmas que estiveram na origem da criação do Manifesto para uma Democracia de Qualidade, onde se reivindica a reforma das leis eleitorais com o objetivo de criar competição aberta e livre na escolha dos candidatos a deputados, afim de só chegarem à Assembleia da República os melhores, os mais escrutinados, os mais competentes e os mais vocacionados para gerir os destinos de Portugal. Modelo de escolha extensivo a todos os cargos políticos, como é próprio de um regime verdadeiramente democrático.

Festejemos pois o sucesso da equipa nacional de futebol em Paris e a lição de portuguesismo que a vitória nacional está a dar, mas sem esquecer as outras lições que devemos retirar dessa vitória, que mostram à sociedade que não são os portugueses em geral que estão na origem da grave crise nacional que atravessamos, mas sim a forma como somos politicamente dirigidos, com base num modelo de escolha dos protagonistas pouco democrático e muito pouco competitivo.

# **A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL, IMPRESINDÍVEL PARA UMA MELHORIA DE PORTUGAL\***

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Quer os diretórios partidários queiram ou não os pilares de uma democracia estão assentes em bases cuja solidez depende da forma como são escolhidos os Deputados para a Assembleia da República.

Sem uma Assembleia que legisle e supervisione o Governo da Nação de forma verdadeiramente representativa da vontade popular é impossível ter-se uma Democracia assente em bases sólidas e que não esteja à mercê do ataque de grupos de pressão. Só Deputados verdadeiramente representantes do povo podem atuar como uma voz eficaz junto do Governo, para que este torne o Sistema Judicial muito mais eficiente e que atente em políticas que verdadeiramente coloquem o país a crescer para que se reduza o nível de desemprego, só para mencionar dois aspetos que nos trazem em grande sofrimento. Nada será conseguido até ao dia em que se proceda a uma alteração do nosso Sistema Eleitoral. Não temos de inventar a roda, apenas temos de aproximar o nosso Sistema Eleitoral dos Sistemas Eleitorais de países com mais, ou muito mais, experiência democrática do que a nossa.

Somos um país fabuloso, com gente fabulosa, mas que está com um grande problema a nível do endividamento externo e do défice de representatividade parlamentar que vem afetando muitas tomadas de decisão. Os diretórios partidários têm feito um trabalho de grande eficiência em auto-protegerem-se, não legislando para a existência de votações em círculos uninominais (que a Constituição já permite há quase vinte anos!) e muito menos para abrirem o Parlamento a candidatos independentes dos sistemas partidários (que a Constituição não permite, mas devia permitir). De uma for-

---

\* Publicado em 27 de julho de 2016.

ma vergonhosa têm horror a estas ideias e a quem as propõe, porque esses, estão a atacar o sistema que arditosa e cuidadosamente estabeleceram.

Muito temos escrito nesta série de artigos sobre a importância de existir uma reforma do nosso Sistema Eleitoral, possibilitando uma seleção de Deputados para a Assembleia da República, com acrescida participação dos eleitores. Na última semana lemos uma primorosa comparação, da autoria de Henrique Neto, sobre as diferenças dos processos de escolha dos jogadores, Campeões Europeus de Futebol e dos Deputados da nossa Assembleia da República. Notável referência essa!

A Sociedade Civil não pode continuar a aceitar que as listas para Deputados sejam elaboradas pelos diretórios dos partidos em círculos distritais, nas quais os eleitores não têm nenhuma hipótese de priorização ou avaliação dos candidatos propostos. A figura do voto preferencial deve absolutamente ser inserida no Círculo Nacional, essa sim com candidatos apresentados pelos partidos políticos. No Sistema Eleitoral vigente, tal como acima mencionei, também não é dada a possibilidade a candidatos independentes das estruturas partidárias a apresentarem-se, por decisão própria, a sufrágio em círculos uninominais, e assim entrarem para o hemiciclo por vontade expressa também dos eleitores.

Atente-se em alguns aspetos, bem revoltantes, da gestão da elaboração das listagens de candidatos a Deputados efetuada pelos diretórios de alguns partidos nas últimas eleições legislativas. Verifica-se, de imediato, que deputados de enorme valor foram retirados das listas de candidatos. Não podendo, obviamente, mencionar todos, não quero deixar de referir aqui os importantes nomes de José Ribeiro e Castro, Teresa Anjinho, Altino Bessa, Rui Barreto, Pedro Saraiva, Paulo Mota Pinto, Carina Oliveira, João Lobo, Vasco Cunha e Pedro Lynce, entre outros. Com que objetivo foi isto feito? A Assembleia ficou privada de um conjunto de Deputados que fizeram, no passado, exímios trabalhos nas Comissões da Especialidade, de que muitos destes foram Presidentes, contribuindo muito para a elevada eficiência de tarefas relacionadas com processos bem complexos tratados na anterior legislatura. Muitos de nós nem disso demos conta porque votamos de forma cega em partidos, desconhecendo muitas vezes até mesmo os nomes do cabeça de

lista da lista em que votamos. A Sociedade Civil tem também de se aprimorar e impor mais exigências aos partidos políticos que escolhe. Tudo porque, erradamente, votamos em meia duzia de diretórios que em tudo mandam, porque assim deixamos.

Os Deputados referidos no parágrafo anterior, e outros, claro, fazem parte de um conjunto de candidatos em que a Sociedade Civil muito gostaria de poder votar e que, estou convicto, por sua vontade própria integrariam círculos uninominais como candidatos dependentes ou independentes das estruturas partidárias. Aos eleitores caberia decidir qual o deputado mais votado em cada círculo uninominal, o qual entraria assim no importantíssimo hemiciclo.

Para que se possam escolher os deputados de uma forma muito mais democrática escrevemos, há dois anos, o Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade», que está cada vez mais atual, sendo, por conseguinte, a sua implementação cada vez mais premente e absolutamente crucial.

# A GERINGONÇA, O CONSUMO E A BANCA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

A geringonça chegou ao poder a cavalo dum «poker político» fundamentado, em termos económicos, num crescimento alavancado pelo consumo. Com isso, a taxa de crescimento económico então prometida aos portugueses era de 2,4% ao ano.

O projeto da geringonça nunca foi a consolidação do tecido produtivo; o objetivo prioritário foi a conquista do poder, e agora é a manutenção do poder. A qualquer custo.

Ora o consumo, tanto público como privado, para se prolongar no tempo tem que se basear nos excedentes criados pelo tecido produtivo, ou num endividamento crescente.

É óbvio que só o primeiro é virtuoso a prazo, mas o segundo é mais prático, se houver quem o financie.

O resultado mais concreto desta política delirante de apoio ao consumo, é que no primeiro trimestre deste ano de 2016, e pela primeira vez desde que há registos, a poupança global do país foi negativa.

Ou seja, num país em que o Estado, as empresas e as famílias estão descapitalizadas, a política governamental fomenta o consumo, delapidando assim os escassos recursos financeiros que deviam ser destinados prioritariamente ao investimento produtivo, sem o qual não há emprego nem equilíbrio económico futuro.

E aqui entram os créditos que só a banca pode proporcionar. Num país empresarialmente enfraquecido como o nosso, para alimentar esta política a banca converte-se num instrumento indispensável para prolongar artificialmente no tempo a capacidade de consumo da população.

---

\* Publicado em 3 de agosto de 2016.



Se for possível conseguir que a banca financie de forma laxista as empresas e famílias, a coisa tem até um benefício acrescido de curto prazo: mais consumo, mais salários, mais cobrança de IVA e de IRS, mais receitas fiscais e menos défice. E com isso cumprir aparentemente as exigências da Europa no curto prazo. Bingo.

A banca mais tarde que estoire. O benefício político de curto prazo fica assegurado, os consumidores, que também são eleitores, lá irão votar satisfeitos em quem lhes proporciona tamanhas benesses. Maquiavélico e politicamente eficaz. A curto prazo, obviamente, mas é só isso que interessa.

Para isso só é preciso que o BCE alinhe e deixe levar diretamente à dívida uma ou duas capitalizações bancárias para os contribuintes pagarem mais tarde, quando já não houver risco de se perderem eleições.

É esse o plano da geringonça para a banca: com a desculpa de se estar a «capitalizar e a fortalecer os bancos» está-se a garantir «o pote de ouro» para continuar a financiar o consumo na segunda metade de 2016 e em 2017.

Depois, logo se verá, e no meio a Europa até pode andar distraída com outros problemas.

Convém apenas acrescentar que, caso os bancos sejam privados, as primeiras vítimas deste plano serão os próprios acionistas dos bancos.

Porque serão eles, e muito em especial os pequenos e médios acionistas, que verão primeiro o seu capital evaporar-se, quando as insolvências das empresas e das famílias, a quem se emprestou sem critério, se converterem nas famosas imparidades. Ou seja, em buracos financeiros nas contas dos bancos.

Porque a capitalização dos bancos, que agora se propõe, tem como objetivo o curto prazo da sobrevivência política da geringonça.

Se o plano fosse, como deveria ter sido, fortalecer a capitalização das empresas, a começar pelas PME`s, então nunca se teria eliminado logo à partida a redução do IRC, que já havia sido acordada conjuntamente pelo PSD, PS e CDS.

Promover a descapitalização das empresas, aumentando-lhes os impostos, é a garantia de que estas irão ter no futuro cada vez mais problemas em cumprir os seus compromissos com a banca.

Não haja ilusões, a única forma de assegurar a estabilidade do sistema financeiro é promover a capitalização das empresas produtoras dos bens transacionáveis, a começar pelas PME`s. De outra forma, estão-se a criar as condições para haver depois mais imparidades e conseqüentemente mais buracos no sistema financeiro e mais desemprego.

E quando a fatura destes buracos entretanto criados nos bancos vier, lá serão outra vez chamados os contribuintes para darem o seu contributo para «salvar» os bancos.

Para que a nossa democracia tenha políticos com poder de decisão e que saibam prevenir desastres destas dimensões, assinei o Manifesto «Por uma Democracia de Qualidade».

# UMA PROVA DE CONFIANÇA\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

O mês que há dias terminou foi entre nós e em larga medida dominado pela «crise das sanções». Por outras palavras, pela polémica em torno da aplicação (ou não) por parte da UE de sanções a Portugal (e Espanha) pelo não cumprimento dos requisitos exigidos pelo denominado «Pacto Orçamental». A questão tornou-se desde logo controversa a múltiplos títulos.

Em primeiro lugar por as sanções resultarem da ultrapassagem do défice do Estado em 2015, ano em que a «Troika», responsável pelo plano de ajustamento imposto ao País, em contrapartida do empréstimo que lhe foi concedido e permitiu a continuação do seu acesso aos mercados financeiros, declarou o resultado como de sucesso, permitindo uma «saida limpa» do mesmo. É claro que para muitos (entre os quais representantes dos partidos da oposição) esta penalização retropectiva, era vista não como tal, mas sim como uma crítica à política orçamental do atual governo, considerada como retrocedendo no caminho da austeridade anteriormente prosseguido e nos resultados alcançados. Porém, não só a anterior austeridade não tinha conseguido o cumprimento dos défices acordados nos anos transatos, como de acordo com os dados de execução orçamental no ano corrente, o Governo considera que não há razões para não acreditar no cumprimento do défice constante do orçamento aprovado pela UE. Era pois inaceitável a aplicação de quaisquer sanções, em conexão com os resultados orçamentais alcançados em 2015, após todo o esforço realizado com vista ao re-equilíbrio da situação economico-financeira do País, e validado pela Troika com uma «saída limpa» do Programa de Ajustamento Económico acordado. Por outro lado, admitir-se que as sanções eram uma forma antecipada e alternativa de ma-

---

\* Publicado em 10 de agosto de 2016.

nifestar desconfiança quanto ao cumprimento do défice em 2016, revelava, obviamente, um comportamento inaceitável por parte das autoridades comunitárias, digno da maior repulsa por parte dos cidadãos.

Perante tais factos e confrontada simultaneamente com os graves problemas que enfrenta (Brexit, crise dos refugiados, crise bancária, terrorismo, nacionalismos, etc.), e depois de avanços e recuos, não restou à União Europeia senão a decisão de não impor quaisquer sanções a Portugal (e Espanha).

Como é lógico e tendo em conta as informações veiculadas para a opinião pública, o resultado da batalha (de argumentos) traduziu-se numa clara vitória para Portugal e para o seu Governo. Contudo, se analisarmos mais profundamente a recomendação da Comissão Europeia, e que tudo indica (na data em que escrevemos) ir ser adotada pelos Estados-membros (decisão final a 9 de agosto), constata-se que da mesma constam exigências claras quanto ao défice no corrente ano, sob pena de se concretizar uma suspensão de fundos estruturais em 2017. Ou seja, para já não há sanções, mas continua a exigir-se que o País respeite os compromissos decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Nesta perspetiva Portugal vence apenas uma batalha, com base numa prova de confiança por parte da UE nas afirmações do Governo, que repetidamente tem garantido respeitar os compromissos assumidos, em particular no que respeita ao défice.

Este sinal positivo e de bom-senso que a UE, após várias hesitações, acabou por manifestar e dar a Portugal deve, assim, constituir um estímulo adicional para que o Governo e o País não frustem a prova de confiança que nos foi testemunhada e se mostrem dignos da sua manutenção. Caso contrário teremos de assumir as consequências gravosas daí decorrentes, bem conhecidas e para as quais temos sido devidamente alertados.

Mas será que tal é possível sem medidas adicionais? O Governo continua a afirmar que sim, e que o rigor e contenção que vem exercendo na execução do orçamento, conjuntamente com as cativações de verbas orçamentais a que procedeu, são suficientes para atingir o défice de 2.5% do PIB, agora estabelecido para o corrente ano na decisão aprovada. Há porém razões para que muitos sejam levados a ter dúvidas fundamentadas na possibilidade de um tal resultado. Consideram-no fruto de um otimismo exagerado,

suscetível de redundar em fracasso. Deste ponto de vista partilha, aliás, o Conselho de Finanças Públicas e outras entidades responsáveis. Com efeito, é sabido que fruto das medidas (de reversão) adotadas e do seu faseamento no decurso do ano, não parece aceitável admitir que o 2.º semestre seja uma simples duplicação do registado no 1.º. Nunca é, mas em 2016 ainda é menos legítimo assumi-lo.

Por último, e como argumento acrescido e decisivo para a necessidade do Governo estar permanentemente vigilante da evolução da situação do País, surge o facto de estarmos longe de conseguir uma fase de equilíbrio sócio-económico e de desenvolvimento sustentável, minimamente credível e satisfatório. Como procurei salientar em artigo anterior, não basta clamar por crescimento, em alternativa à austeridade. Para tal, há que ter uma visão realista para o País, e definir objetivos prioritários que o tornem possível, sem esquecer o papel determinante das políticas públicas na sua concretização. Tal não parece ser o caso, a avaliar pelos resultados que vêm sendo obtidos. O crescimento do valor da produção nacional permanece diminuto (pouco mais de 1%), não tendo ainda recuperado o seu valor em 2008. A sua componente mais dinâmica são as exportações (embora em desaceleração e com peso idêntico às importações), continuando, apesar de tudo, o consumo privado (nomeadamente o dos bens duradouros) a dar o principal contributo para o crescimento do PIB. O investimento continua anémico – a refletir uma poupança global negativa – apesar da quebra de cerca de 30%, relativamente ao seu valor em 2008. Se a este quadro juntarmos o nível de endividamento do Estado, das famílias e das empresas, bem como a concomitante crise do setor bancário e da dívida externa, não é demais, nem ousado, pedir ao Governo que não defralde a prova de confiança que resulta da decisão comunitária e da oportunidade que lhe está eminentemente associada de pôr o País no caminho da «good governance e accountability» de que indiscutivelmente todos beneficiaremos e pelo qual há muito ansiamos.

# MOVIMENTO DEMOCRÁTICO\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Só um Movimento Democrático pode mudar o atoleiro a que chegámos.

Podemos olhar para o nosso problema político, culpando a mulher de César. Tornou-se moda citá-la, a torto e a direito, em mostra de grande moral, ética superior. Toda a gente aponta o dedo, para dizer que, como ela, não basta ser sério, é preciso parecer. Pela escassa vergonha que se exhibe e cresce, a convocação da senhora não tem servido de muito. Talvez esteja a ser contraproducente.

A atenção centrou-se no parecer, esquecendo-se o pressuposto: ser. Além disso, multiplicam-se exemplos de ninguém se importar muito com o que parece, em razão desse outro mito da «presunção de inocência». Entretanto, toda a gente descurou o que realmente é.

O problema não é apenas a ética das atitudes, mas a própria distorção geral da função política e do seu exercício. Hoje, os grupos políticos que dominam o exercício na arena transmitem a ideia de se preocuparem mais com o parecer do que com o ser. O estudo foi substituído pelo *marketing*; programas e manifestos são feitos para impressionar, não para resolver; a intervenção política é mais dominada por faroladas e *chicuelinas* do que pela preocupação de fazer avançar uma agenda consistente. Abunda o tacticismo e o jogo das aparências. Toda a gente parece ter perdido o foco quanto ao fundamental da política: primeiro, pensamento sólido, conhecido, claro e consistente; segundo, estratégia determinada e consequente, para afirmar e concretizar o pensamento; terceiro, persistência, talento e capacidade para servir um e outra. A tática é a menor das artes – não merece o galarim a que foi içada, junto com a aparência da mulher de César.

---

\* Publicado em 17 de agosto de 2016.

Isto explica o país adiado: o que é mais preciso nunca acontece; somos entretidos com o que parece. Muitas coisas cuja necessidade está longamente estabelecida nunca chegam realmente a acontecer – vão sendo submergidas pelo espetáculo.

Em abril de 2002, na estreia de Durão Barroso como primeiro-ministro, fomos informados de que o país estava de tanga. Quase 15 anos depois, com *troika* e sem *troika*, com a questão permanentemente no radar (no nosso e no dos outros) ainda não conseguimos resolver estavelmente o problema, apesar de toneladas de sacrifícios. Seguimos adiados. É clara a necessidade de uma política financeira sólida, alicerce da independência, continuidade e sustentabilidade das políticas públicas, que nos liberte do garrote da dívida e consinta uma redução fiscal duradoura que favoreça competitividade e crescimento na economia e um alívio às famílias. O adiamento festivo tem sido constante. E voltou pela esquerda o discurso que nos faz derrapar. Desde os finais dos anos 1990 que se fala na reforma do Estado. Quase 20 anos passados, nada de consistente e articulado foi feito, nem parece haver ideias claras de por onde começar ou o que fazer. De par com clientelismo galopante, estamos adiados.

Há 40 anos que a descentralização está por estruturar. O quadro constitucional era o das regiões, que encalharam num referendo há 20 anos. Não anda, nem desanda. Nem regiões, nem distritos, nem províncias – nada. O país centralizou-se e desertificou, o território ficou mais frágil, o desordenamento avolumou-se, desperdiçam-se oportunidades, há muita coisa ao abandono e outra está a arder. O verbo é adiar.

O sistema político foi apoderado por grupos fechados. Em muitos partidos, nem bases, nem eleitores têm influência e preponderância. As decisões que importam são tomadas em circuitos obscuros fora dos órgãos, a colegialidade orgânica desapareceu, a institucionalidade é papel de cenário, os processos funcionais foram infantilizados. Não temos quem nos represente e o poder de escolher foi-nos cerceado – a usurpação chegou mesmo às eleições locais, onde, por isso, a reação por listas independentes já atingiu 7% nas eleições municipais, 10% nas de freguesia. Tudo continua enclausurado nos chefes, sua corte e seus cortejos – não funciona de baixo para cima, nem

há preocupação de ouvir e decidir em coletivo. O sistema não é democrático, mas oligárquico ou autocrático. Em 1989 e em 1997, foram feitas revisões constitucionais que permitiram uma reforma eleitoral significativa, capaz de romper com esta decadência e devolver a política à cidadania. Tem sido sempre adiada – vai sê-lo outra vez.

Em coerência, o sistema não aprende com o facto de termos vindo a sofrer uma crise gravíssima, apenas possível por um grau intolerável de promiscuidade entre política e negócios. Os exemplos recentes de Durão Barroso e Paulo Portas mostram que não se aprendeu nada; talvez defensivamente, o sistema ousa dar novos passos que mais ninguém do mesmo estatuto e nas mesmas condições havia ousado dar antes. O modo como estes exemplos são assimilados fazem recear o pior para o futuro – outros se seguirão. A promiscuidade que nos tem vitimado – ao Estado, aos bancos, à economia, aos cidadãos, aos contribuintes – quer prevalecer. Adiadados também, na ética da separação e da independência.

Noutras matérias, pioramos, adiando debaixo das aparências: na energia, as chorudas rendas excessivas continuam a provar resistência de granito, à nossa custa; a política externa, um dos nossos grandes capitais, foi mergulhada há anos em fragmentação e desnorte; a política europeia foi esquecida e não tem definidor; na educação, é posta em causa a política de largos consensos, crucial para o setor; na saúde, a ADSE parece lançada aos bichos, em surdina; na floresta, uma das nossas maiores riquezas, não há política integrada e persistente e só o fogo não é adiado; a segurança social não se reforma, nem se explica, estando posta debaixo de fogo e, no fundo, continuando-se a alvejá-la como o mealheiro do regime.

Não creio que os grupos que controlam hoje os principais partidos estejam preocupados com estas questões. Foram formatados para o que chamam o «poder»; e não veem fora dos tacticismos que, por um lado, protegem os interesses do grupo e, por outro, acreditam que lhes garantirão a ribalta. Hoje, a política não é uma construção, mas um pugilato.

O caminho possível é um Movimento Democrático, com um referente humanista e personalista, ancorando-se ao centro, que seja capaz de alinhar propostas concretas de reformas democráticas para Portugal. Um movimen-



to, que federe, em aliança, pessoas qualificadas em diferentes setores e outros corpos cívicos e políticos já estabelecidos, articulando respostas a estas questões e estruturando o debate plural sobre outras. Um movimento que seja capaz de fazer a diferença e, ao fazê-lo, empurre os partidos dominantes a uma mudança radical de atitude ou, se assim não for, esteja pronto a dar um passo em frente como parte da alternativa e sua mola.

A não ser assim, se não nos movimentarmos... é adiados que continuaremos.

# A GERINGONÇA E O *STICK* DE HÓQUEI\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Quando trabalhava na banca de investimentos, era frequente analisar planos de reestruturação de empresas. Tratava-se geralmente de entidades com desequilíbrios de balanço, investimentos financiados por capitais alheios, grande endividamento, dificuldades de tesouraria, resultados operacionais e prejuízos avultados.

No entanto, pressupostos criteriosamente selecionados por ilustres consultores, acompanhados de alguma racionalização interna, conduziam de imediato a um aumento das vendas, a uma diminuição de custos e à obtenção de resultados positivos crescentes, situação que obviamente recomendava o apoio do Banco a um alongamento da dívida, ao fortalecimento do fundo de maneio, a um estimulante período de carência de capital e juros, ao financiamento dos investimentos em curso, garantia de cash-flow no curto prazo.

Os resultados, de crescentemente negativos passavam a crescentemente positivos e, se traduzidos num gráfico, configurariam a imagem de um stick de hóquei. O que não deixaria de ser excelente, não fora os sofisticados pressupostos escolhidos escaparem, quase sempre por completo, à capacidade de controlo da empresa e dos gestores. Na primeira reunião com os responsáveis, a imagem do stick era normalmente suficiente para demonstrar que a evolução estimada era um mero passe de mágica que poderia começar por iludir o banco, mas a empresa seria certamente a vítima final.

Passados anos, muitos ainda me perguntam como vai o stick. O facto é que a aplicação da ideia, que não inventei, apenas repliquei, levou a verdadeiras reestruturações das propostas de reestruturação iniciais.

---

\* Publicado em 24 de agosto de 2016.

Lembrei-me destes episódios quando, faz pouco mais de um ano, o gestor do PS apresentou aos portugueses, com o suporte da «autoridade» dos ilustrados consultores que o elaboraram, um macro plano de reestruturação da economia e das finanças do país, de modo a conseguir o crescimento da produção, no caso do PIB, a diminuição dos prejuízos, no caso do défice, e o fim da austeridade. O que seria excelente, não fora o plano baseado em pressupostos que escapavam ao seu controle, mas que um afinado power-point considerou jeitosos para consubstanciar um modelo *inovador* capaz de colocar, de uma penada, o país a crescer, a dívida a diminuir, o défice a definir, a austeridade a acabar. Crescimentos das exportações a 5,9% e do investimento a 7,8% vinham mesmo a calhar.

Os trabalhos de construção da geringonça e do OE para 2016 levaram a que o plano fosse retocado, alterando pressupostos à medida para que se mantivessem os grandes objetivos iniciais.

Claro que qualquer observador sensato e autoridades independentes, nacionais e internacionais, verificaram que os pressupostos se tornaram ainda menos controláveis e mais incapazes de produzir os resultados previstos.

O que se confirma no «crescimento» da produção, que andarà abaixo de 1%, efeito de pressupostos irrealizáveis, com a receita fiscal a crescer o triplo do produto, aumentando a carga tributária e estagnando consumo e investimento, a despesa a aumentar, o investimento público a cair para compensar o aumento dos funcionários e o fim do IVA da restauração. As exportações de 2016 apresentaram o valor mais baixo desde 2009, enquanto a dívida atingiu o valor mais alto de sempre.

Numa democracia de qualidade, em que Deputados não fossem meros delegados à ordem do chefe, o plano político e económico da geringonça, padecendo do síndrome do stick de hóquei, tal a ficção dos seus pressupostos, seria rejeitado no Parlamento. O stick configurado no programa seria mesmo o instrumento ideal para lançar a ficção para bem longe. Ao contrário, ofereceram-no como presente à geringonça, que teima em manter pressupostos e modelo.

E cá estamos todos a aguentar as *stickadas*, máximos na dívida, zero na economia.

# A REFORMA DAS LEIS ELEITORAIS\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

De acordo com os jornais, o Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, escreveu uma carta aos partidos a pedir a revisão da lei eleitoral para as autarquias, no sentido de acabar com as limitações impostas aos candidatos independentes relativamente aos dos partidos. O mesmo foi reivindicado há anos pelos subscritores do «Manifesto Por Uma Democracia de Qualidade» e suspeito que Rui Moreira terá a mesma resposta dos partidos: abertura para num futuro mais ou menos longínquo mudarem as leis eleitorais no sentido da sua democratização, sem que alguma vez o façam.

A razão é simples, a democratização do regime político português é um dos últimos objetivos dos partidos e, a julgar pelo passado, o mesmo se passa com os presidentes da República. De facto, todos os partidos políticos portugueses pretendem antes do mais servir as suas diferentes clientelas e não a democracia e todos os sinais, passados e presentes, vão nesse sentido. À esquerda e à direita, os partidos têm assistido ao crescimento da abstenção nos diversos atos eleitorais, à emigração de centenas de milhares de jovens e à desilusão generalizada dos cidadãos portugueses com a atividade política, sem que isso os incomode ou os faça mudar de rumo.

Todos os partidos se recusam a compreender que os sucessivos erros que foram e estão a ser cometidos na governação do País são o resultado da má qualidade do pessoal político, bem como dos interesses criados para servir as suas clientelas. Seja porque privilegiam a mediocridade passiva dos seus seguidores, seja porque lidam melhor com os interesses e a corrupção do que com a competência e a verdade, os partidos políticos portugueses tornaram-se maus gestores da crise permanente e convivem bem com o em-

---

\* Publicado em 14 de setembro de 2016.

pobrecimento dos portugueses, limitando-se a defender o castelo partidário de todas as veleidades de democratização do regime. A reforma das leis eleitorais não se faz porque nenhum partido se dispõe a abrir o castelo partidário à competição leal e democrática e a permitir dar alguma esperança à vida de milhões de portugueses. Até a tentativa das primárias internas foi rápida e convenientemente esquecida.

Portugal vive um impasse histórico, em que cada novo governo se limita a iludir os grandes problemas nacionais, culpando sistematicamente os adversários políticos pelos erros cometidos, numa guerra sem fim à vista, ao mesmo tempo que, imparável, a dívida cresce, a economia definha e o Estado vai buscar cada vez mais dinheiro aos bolsos dos contribuintes. Trata-se de um impasse essencialmente político, que pode e deve ser resolvido de forma democrática, como reivindicado no «Manifesto Por Uma Democracia de Qualidade». Ao impedirem a reforma das leis eleitorais e o acesso livre e em igualdade de condições de todos os cidadãos ao poder político, quer nas autarquias quer no Parlamento, os partidos com assento na Assembleia da República tornaram-se os coveiros do regime, os grandes responsáveis pelo estado de crise permanente em que vivemos e pelo desastre previsível resultante do impasse político, económico, financeiro, comportamental e social que criaram.

Esta tentativa de Rui Moreira no sentido de alertar os partidos políticos portugueses e, naturalmente, o Governo e o Presidente da República, para as condições antidemocráticas das leis eleitorais, cairá no mesmo vazio de outras tentativas já feitas por vários setores da sociedade portuguesa. Será mais um sinal seguro de que as mudanças urgentes no panorama político nacional só verão a luz do dia pela revolta dos cidadãos portugueses ao compreender que não faz sentido, quarenta anos passados depois do 25 de Abril de 1974, continuar a votar nos mesmos partidos que conduziram Portugal para o endividamento, a estagnação económica, o empobrecimento e a dependência externa. Nas atuais circunstâncias, como noutros momentos graves da nossa história, apenas os portugueses podem ainda salvar Portugal e vencer a batalha pela mudança, a transparência e a decência na vida política, a qual passa numa primeira instância pela democratização do regime eleitoral.

# O PAÍS QUE TEMOS RESPONSABILIDADE DE MUDAR\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Escreveu há dias o eloquente jornalista José Gomes Ferreira que «o país está, possivelmente, de regresso ao subdesenvolvimento sem o percebermos.» E, mais adiante, que «o país está a gangrenar de corrupção, que estamos a descobrir, mais uma vez». E José Ribeiro e Castro, um político exemplar, declara-nos que: «só um Movimento Democrático pode mudar o atoleiro a que chegámos.»

São declarações que, pela sua importância, não podem ser esquecidas e devem-nos motivar a uma profunda reflexão e ação.

Os graves acontecimentos de agosto impediram-me de desligar do seguimento do dia a dia do país e acabei por assistir, revoltadíssimo, a escândalos que continuam em desenvolvimento. Não seguir os acontecimentos e não protestar, seria aceitar de ânimo leve o que se passou. E isso nunca!

Assistiu-se a uma nomeação do Conselho de Administração do nosso banco público, a Caixa Geral de Depósitos, feita de forma perfeitamente amadora. Chega-se ao ponto de ser Bruxelas a alertar o nosso governo para o facto da listagem dos Administradores (elaborada por esse mesmo governo) não cumprir as leis do nosso próprio país. Depois assiste-se a uma saída, muito a bem, de vários profissionais de um banco privado para a Administração do Banco Público. Todos muito radiantes.

Vindo da Indústria e do Comércio, lá me vou perguntando se este assunto não interessa à Autoridade da Concorrência dadas as quotas de mercado em jogo? Talvez não, porque parece-me que em tudo o que está relacionado com a banca o nível de exigência é bem menor. Não fosse assim e seguramente uns 80% da banca nacional não teria sido gerida como foi, com

---

\* Publicado em 21 de setembro de 2016.

péssimas consequências para a nossa classe média em detrimento de grandes oportunistas.

De facto, estou cada vez mais preocupado com a situação da banca nacional, e gostava de, na medida das minhas possibilidades, alertar os portugueses para o que se vai passar nos próximos meses. Vamos ter de contribuir com cerca de 4.000 M€ para o aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos! É altura dos portugueses afirmarem a alto e a bom som que não podem aceitar mais aumentos de impostos nem mais cortes nas pensões nos próximos anos. Preocupa-me saber pela Comunicação Social que o Governo já anda a trabalhar para reduzir mais uma vez as pensões das pessoas que efetuaram os seus descontos ao longo das suas carreiras. Uma atitude que, a ser verdade, considero desumana e ignóbil e que a Sociedade Civil tem de impedir.

Nestas linhas gostava, como contribuinte do Estado português, de pedir às autoridades para explicarem aos portugueses qual é a percentagem do crédito mal parado referente a clientes da Caixa Geral de Depósitos que são irrecuperáveis e que ainda não foram executados? Será justo que os portugueses sejam chamados a suportar, com muitas dificuldades, a entrega de mais dinheiro seu ao Estado e a suportar mais cortes nas suas pensões, quando muitos ostentam uma vida de luxo baseada em negociatas com os bancos, que muitas são autenticamente de pôr os cabelos em pé?

Não me parecem nada aceitáveis as soluções aplicadas por vários governos. Desejo que a Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos atue com eficácia e celeridade e que consiga enviar todos os processos duvidosos para o Ministério Público para investigação. Igual iniciativa se espera da nova Administração da Caixa Geral de Depósitos, se os gestores tiverem as características que se lhes, até hoje, reconhecem.

Sobre outro assunto, o dos incêndios que alastraram no país este verão, mais uma situação vergonhosa. Quem duvida que com políticos competentes o assunto já estaria há muito resolvido? Como é possível que tantos se deixem bater por um conjunto de pirómanos que a Sociedade Civil quer que sejam presos por longos períodos para serem sujeitos a tratamentos exemplares?

O nosso Governo e os atuais Deputados da Nação sabem quais são as vontades do povo português. Relativamente a este e a outros assuntos tudo fica na mesma, porque, infelizmente, valores mais altos se levantam.

Portugal só melhorará o nível da sua Democracia quando tivermos deputados independentes das estruturas partidárias na Assembleia da República. É muito importante que candidatos independentes se possam apresentar ao eleitorado em círculos uninominais (por exemplo 130 círculos, como são apresentados em vários estudos independentes que já li), e que no seu conjunto cubram o território nacional. A estes acrescentar-se-iam uns 100 relativos a um círculo nacional. Teríamos assim uma enorme melhoria do nível de prestação da Assembleia da República e por conseguinte da nossa Democracia como um todo.

Estou certo que, com um grupo de umas 2.000 pessoas no território nacional se pode começar a trabalhar para alterar o atual sistema, verdadeiramente de distorção democrática na escolha de deputados para a nossa Assembleia da República. Não esqueçam ainda que o sistema eleitoral em vigor hoje impede que a Sociedade se desenvolva apoiada em reais valores democráticos e impede, além disso, que o nosso dinheiro seja usado efetivamente para potenciar o Crescimento Económico de Portugal.



# AS DÍVIDAS AO PODER\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

A economia social de mercado baseia-se nas empresas que são capazes de criar riqueza através da venda de produtos e serviços à comunidade, e que depois a investe em novos projetos rentáveis que criam emprego e dinamizam a economia.

Por isso, as empresas bem geridas são capazes de aumentar os seus recursos próprios, captando também poupanças a investidores, a quem inspiram suficiente confiança para que estes lhes confiem diretamente o seu dinheiro, com o objetivo de mais rapidamente fazerem crescer os seus projetos e conseqüente capacidade produtiva.

Complementarmente, os bancos recolhem as poupanças de milhares e milhares de aforradores e as emprestam depois às empresas que considerem que têm as competências tecnológicas e as capacidades de gestão para «multiplicar a riqueza ao serviço da sociedade».

Ficando a depender da solidez das empresas a quem emprestam dinheiro, para poder assegurar a remuneração base garantida aos seus depositantes, a banca será tanto mais sólida quanto maior for o rácio de capitais próprios das empresas a quem emprestam dinheiro.

Ou seja, quanto mais rentável e menos endividada estiver uma empresa, maior será a apetência dos bancos para lhes emprestarem dinheiro.

Com a entrada de Portugal no Euro, o crédito tornou-se mais fácil e barato para as empresas, só que, apesar disso, a respetiva solidez financeira acabou lamentavelmente por diminuir.

E deu-se aqui um fenómeno perverso: desde a entrada de Portugal no Euro, até à pré-bancarrota de 2011, as empresas que mais se endividaram foram aquelas que mais cresceram.

---

\* Publicado em 28 de setembro de 2016.

Ou seja, quem tinha mais dívida, adquiriu também mais poder económico!

E obviamente, menos dinheiro sobrava na banca para as outras empresas que, mais prudentes, procuravam primeiro obter internamente as margens que depois lhes permitiam crescer com um rácio de dívida controlado.

Foi este sistema de endividamento pouco saudável que gerou uma parte apreciável do malparado bancário, pelo que tudo o que se puder fazer agora para promover o aumento dos capitais próprios nas empresas, está também a contribuir para resolver de forma mais eficaz os problemas do malparado na banca.

Era aliás nessa linha lógica que se inseria a descida do IRC, aprovado anteriormente pelo governo PSD/CDS com o apoio do PS.

Não se entende por isso a incoerência do atual governo que, ao mesmo tempo que suspendeu unilateralmente a descida prevista do IRC, diz que está simultaneamente muito empenhado em promover a capitalização das empresas.

Por outro lado, ao lerem-se as declarações dos responsáveis máximos do governo, de que a «recapitalização» da Caixa Geral de Depósitos servirá para «apoiar as empresas», fica-se perplexo.

Mas como?

– Será que a «futura» Caixa Geral de Depósitos pretende aumentar a participação direta no capital social das empresas? E, nesse caso, qual o critério de escolha dos felizes contemplados de forma a não distorcer a saudável concorrência entre empresas?

É que estamos no mesmo país que há poucos anos assistiu atónito aos empréstimos de centenas de milhões de Euros pela Caixa a quem usou esse dinheiro para comprar ações dum banco privado concorrente, para assim apoiar a eleição exatamente dos então presidente e vice-presidente da Caixa para irem, respetivamente, para presidente e vice-presidente desse banco concorrente. Este fenómeno extraordinário passou-se em Portugal e, por isso, todo o cuidado é pouco...

– Ou pretende-se apenas emprestar mais dinheiro às empresas, de uma forma em que estas se possam mais facilmente «endividar para promover o

crescimento»? E nesse caso, qual o grau de prudência e de rácios de capitais próprios, que será exigido às próprias empresas para que se lhes empreste mais dinheiro?

É que, se não se exigirem essas contrapartidas, no curto prazo quem tiver mais dívidas é quem disporá de mais poder económico para se expandir.

Mas, no médio prazo, todos os contribuintes portugueses poderão estar certos que serão chamados a pagar de novo uma nova «recapitalização» da Caixa, para poder cobrir o estoiro dos créditos malparados que entretanto se irá verificar.

E é exatamente para evitar que tais devaneios continuem a destruir a parte mais saudável da economia portuguesa, que assinei o Manifesto «Por uma Democracia de Qualidade».

Especialmente num momento em que se assiste, de novo, a tantas jogadas para o controlo de importantes bancos que operam em Portugal, as empresas portuguesas de bens transacionáveis, que vivem de servir a sociedade, esperam que os seus projetos de expansão não venham a ser mais uma vez secundarizados.

E, que «não sejam os mais endividados a tomar conta do Poder»...

# OUTRA CULTURA POLÍTICA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Só uma mudança profunda na cultura política nos permitirá resolvermos os problemas que se arrastam há anos e voltarmos a ter, duradouramente, orgulho na política, gosto pela política. Não é exasperante este não passarmos da *cepa-torta*? Não chega já de estarmos sempre a ouvir os mesmos problemas sem nunca os vermos resolvidos? Não satura sermos, em áreas cruciais, um país adiado? O que gera este quadro de *faz-que-anda-mas-não-anda* é uma cultura política medíocre.

Um dos aspetos mais negativos no nosso sistema político é o espírito e a atitude na generalidade da classe dirigente. A degradação que critico não decorre de defeitos intrínsecos das pessoas, mas do modo de operação do sistema, que favorece os defeitos, em lugar de os combater. Não somos um sistema de excelência, mas um sistema de decadência: as coisas evoluem para pior.

Acredito que só a mudança do sistema segundo as linhas preconizadas pelo Manifesto Por uma Democracia de Qualidade, ou similares, proporcionará uma afirmação das qualidades humanas dos políticos acima dos defeitos, exatamente ao invés da evolução negativa a que temos assistido. Porquê? Porque o sistema que preconizamos, ao fortalecer a independência dos deputados, promove a sua responsabilização, estimula a sua genuinidade, convoca a afirmação da sua credibilidade enquanto pessoas genuínas e políticos autênticos. O escrutínio individual de cada deputado passará a ser próximo e natural. Não me refiro ao tipo de escrutínio em que se entretém a imprensa dos escândalos – esse continuará aí, naturalmente. Mas refiro-me a um escrutínio muito mais importante para salvarmos a democracia e que

---

\* Publicado em 5 de outubro de 2016.

nos vai escapando por inteiro: o escrutínio da autenticidade do pensamento de quem nos representa, o escrutínio da sua generosidade cívica ou não, o escrutínio da sinceridade da dedicação à causa pública, o escrutínio do saber e do propósito.

Hoje não é assim, porque o sistema de seleção dos deputados dispensa esses atributos e privilegia outros. O império dos diretórios dita: quanto mais dócil e obediente, melhor; quanto mais canora retórica, melhor; quanto mais ginástica no palmómetro de bancada, melhor; quanto melhor arte dissimuladora, melhor; quanto mais habilidade manobradora, melhor; e por aí adiante. Não que alguns destes atributos não sejam importantes no desempenho político. Mas não devem ser os prevaletentes; sobretudo, não devem apagar os atributos que têm a ver com pensamento, sinceridade, entrega, autenticidade, propósito cívico. A política, na sua substância, é isto; aquilo é apenas a forma.

O problema a que chegámos é que a forma mastigou e engoliu toda a substância. O sentido e a busca do Bem Comum foram-se perdendo. Confunde-se zaragata com discussão política e discussão com debate. Uma vitória política não é a resolução de um problema; é um triunfo efémero num qualquer ringue de pugilato. Não se vence uma dificuldade ou uma crise, esmaga-se um adversário. A própria mentira se torna boa e recomendável, se der aparato, espetáculo jeitoso, boa linha de defesa. O essencial é despertar vibração nas próprias hostes, animando a excitação das claques.

De ciclo em ciclo político, vai sendo cada vez mais difícil perceber o que realmente pensam a maioria dos nossos representantes. Alguns há que mais parecem profissionais do não-pensamento e fazem jus ao provérbio que um dia ouvi: *«A palavra é uma dádiva do diabo para o Homem esconder aquilo que pensa.»* E a mulher também, é claro.

A política visa o autodesfrute dos artistas e a delícia dos seguidores. Às vezes, o povo choca-se de os ver rir e sorrir tanto quando há tantos a passar tantas dificuldades. Tornámo-nos mais uma democracia de seguidores do que de eleitores. Vêmo-lo no contínuo afastamento destes, de eleição em eleição – votam com os pés: vão-se embora para a abstenção cada vez maior. Como já tenho escrito, a nossa democracia é representativa no sentido de

representação teatral, não efetiva representação política. O teatrinho corre bem e animado, a representação dos cidadãos nem por isso.

Agora, continuamos a atolar-nos na falta de reformismo do Estado, que pesa cada vez mais às costas das famílias e da economia produtiva. Os que berravam contra a austeridade aí estão a aplicá-la, com novos alvos e outros processos. E os que hoje berram – bem – contra os aumentos de impostos são os que, antes, os sobrecarregaram e voltarão – mal – a aumentá-los no futuro, se voltarem a ser chamados ao mando. Porquê? Porque a cultura política é superficial e foge da raiz e do tronco dos problemas. E por que é a cultura política assim? Porque é uma cultura irresponsável: é uma cultura de *faz-de-conta*, não de prestação de contas.

Enquanto não mudarmos a chave do sistema político, isto é, o sistema eleitoral, não teremos melhores políticos, nem uma cultura política de préstimo. Só abrindo o sistema proporcional – justo, reto, sem truques de secretaria – a uma componente significativa de círculos uninominais, permitindo também candidaturas independentes, teremos competição exigente, democracia representativa a sério, partidos reabilitados, regeneração política em Portugal.

Quem tem medo de gente livre? Quem medo de um sistema sério?

# UMA PEDRADA NO CHARCO\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

Chegámos ao fim do normal período de férias, o que em termos políticos significa o fim da «silly season». Devia agora seguir-se-lhe a «rentrée», ou seja, o período anual de reflexão sobre as reformas e medidas políticas a implementar, com vista à melhoria, progresso e sustentabilidade do processo de desenvolvimento do País. Mas será isto que podemos antecipar nesta «rentrée» de 2016? Dícilmente...

Em primeiro lugar, porque não é esse o padrão de responsabilidade a que os sucessivos governos nos habituaram. Pelo menos na última década, para não dizer neste século, o que assistimos é a um agravamento da crise em que o País há muito mergulhou, consequência em larga medida do sistema corporativo de Partidos que se instalou, empenhados primordialmente na sua sobrevivência. Daí a luta fratricida de interesses a que se vêm dedicando, limitando-se a constatar e a tornar público os resultados da sua sucessiva des governação. Ninguém é culpado, ninguém é julgado, ninguém é preso. E nem o poder político, nem os órgãos de soberania parecem ter consciência da responsabilidade que lhes cabe. A impunidade é total.

Face a esta situação parece oportuno e mais do que necessário que os cidadãos se interroguem sobre a representatividade do poder político em Portugal. Poder que há muito deixou de representar os interesses da generalidade dos cidadãos, como o comprova o crescente desinteresse destes pela «causa pública» e progressivo alheamento do sistema eleitoral. Esta desmotivação é bem patente e está bem refletida no «anedotário nacional» que perpassa nas redes sociais.

Do que precede retiramos uma conclusão. É chegada a hora de uma tomada de consciência por parte da sociedade civil e da sua mobilização para

---

\* Publicado em 12 de outubro de 2016.

uma inflexão no caminho que vem sendo percorrido. Mas como, se é também um facto insufismável a fraqueza da nossa sociedade civil? A resposta só pode vir de um amplo movimento de contestação e «civil disobedience». Foi este o método utilizado nos casos em que houve que pôr cobro e inverter caminhos pressentidos como desajustados dos princípios humanistas e dos interesses das maiorias. Como afirmou H. Thoreau, no célebre ensaio de 1849, o «Governo pode expressar a vontade da maioria, mas pode igualmente expressar nada mais do que a vontade da elite política». Daí a legitimidade de se opôr resistência à governação, pela recusa de cumprir leis, pagar impostos e satisfazer outras exigências, como forma de influenciar a legislação ou a política governativa, na convicção de que tais exigências são moralmente injustas e de que o sentir da consciência se sobrepõe às obrigações para com o Estado.

Como é óbvio a «desobediência civil» não é isenta de controvérsia e de alguma ambiguidade. Desde logo em virtude da legalidade do protesto e pela natureza violenta, ou não, do mesmo. Mas o que é inquestionável é o papel que tem desempenhado ao longo da história, sobretudo no contexto dos movimentos de independência, direitos humanos e várias formas de resistência.

Em face do que precede, parece pois justificar-se e de forma premente, a necessidade de promover o aparecimento de um amplo movimento de contestação civil à situação com que nos confrotamos, relativamente à governação do País. Porém, para ser eficaz e conseguir os seus intentos, este movimento terá de ser seletivo e definir objetivos e prioridades que permitam alcançar o desiderato visado. Não é possível ser eficaz contestando sistematicamente tudo e todos. Neste contexto parece-nos prioritário eleger como objetivos a alteração (1) do sistema eleitoral; (2) do sistema subjacente à política orçamental e (3) do sistema de justiça.

Quanto ao 1.º objetivo, ele está na origem do «Manifesto por Uma Democracia de Qualidade» e tem sido objeto de amplas e variadas justificações e sugestões, nos artigos que semanalmente (às 4.ªs feiras) alguns dos subscritores do referido documento têm publicado neste jornal. No entanto nada acontece, não se mostrando os Partidos interessados em alterar a atual situa-



ção, como aliás se constatou nas audiências havidas com os promotores do Manifesto, nem através de quaisquer desenvolvimentos subsequentes. Justifica-se, pois, que este tema seja objeto de iniciativas de «desobediência civil». Como exemplo de iniciativas neste âmbito poder-se-ia avançar com um forte apelo a uma participação nas eleições legislativas através do voto nulo (ou em branco). Assim se daria um sinal claro de desagrado e repúdio pelo atual sistema, suscetível de «acordar» os políticos e mobilizar os eleitores.

Que a atual política orçamental é insatisfatória e gravosa do ponto de vista nacional, também não há lugar para dúvidas. Continua longe de garantir o equilíbrio das contas públicas e de contribuir para a solvência do Estado, exibindo um nível de exaustão incapaz de permitir a estabilidade da política fiscal, e um financiamento eficaz da economia, compatíveis com a acumulação de capital exigida por um crescimento sustentável do processo de desenvolvimento.

O combate a esta fragilidade financeira e económica só poderá ser conseguido com uma alteração da política orçamental com vista à sua estabilização e consolidação a médio prazo, assente na análise rigorosa das prioridades e qualidade da despesa, e numa política fiscal estável, que permita o eficaz financiamento da economia, com vista ao seu crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Este é, assim, um objetivo primordial em que a cidadania se deveria empenhar, nomeadamente protestando ativamente e recusando qualquer alteração de impostos e da carga fiscal que não se alicerce numa estratégia e num programa económico e orçamental de médio prazo, devidamente fundamentado e discutido em termos dos seus pressupostos, e transparente nas medidas a implementar, bem como no acompanhamento da sua execução, inclusivé por parte de movimentos representativos da cidadania. Trata-se, como é óbvio, de formas organizadas de pressão política sobre o Governo, mas que deverão contribuir decididamente para se sair do rumo pantanoso em que o País se vem afundando.

Por último, há que ter em conta a ineficácia e descrédito do atual sistema de justiça. Os exemplos são bem conhecidos e não necessitam de mais comentários. O que se torna premente é dotá-lo de eficácia, até porque nele assenta o Estado de Direito. E sem isso o País não terá a credibilidade,

nem haverá confiança para o investimento, crescimento e desenvolvimento social e humano. Que formas deverá a «desobediência civil» revestir neste caso, deixo para proposta dos especialistas na matéria. Lembraria somente que o recurso às redes informáticas, como via de divulgar opiniões e fazer reivindicações, está ao dispôr de grupos de cidadãos empenhados e vem-se revelando cada vez mais eficaz; isto para já não falar no recurso a manifestações de protesto.

À guisa de conclusão, diríamos que não há lugar para dúvidas quanto ao facto da generalidade dos cidadãos estar consciente da encruzilhada em que o País se encontra; austeridade vs, crescimento não passa de um dilema com que nos confrontamos, mas insuscetível de solução no atual quadro económico, social e político. Urge pois alterar este estado de coisas. Só que tal não parece possível no quadro partidário vigente. Surge, pois, como inevitável que seja a sociedade civil a promover e lutar pelo desbloqueamento da situação, através de movimentos organizados em torno de projetos e propostas devidamente alicerçadas em estudos, levados a cabo por instituições independentes e competentes da sociedade (think-tanks), como forma de pressão política, no âmbito da desobediência civil.

Dir-se-á que não é bonito! É fácil concordar. Só que parece não haver outro meio (pacífico) de alterar a situação. Além de que ele já deu provas em múltiplos casos, incluindo entre nós. Nomeadamente quando da manifestação contra a tentativa de alterar a TSU, pelo anterior governo (15 de Set. 2012). E por muito pouco bonita ou ortodoxa que seja a desobediência civil, sempre poderá criar as «ondas» que nos permitam sair do atoleiro...

# O PRIOR DE SÃO BENTO E A ABADESSA PRIORESA\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Conta a história, ou a lenda, que o Duque de Milão, Ludovico Sforza, chamou ao seu palácio Leonardo da Vinci que, no Convento de Santa Maria della Grazie, pintava a Última Ceia, preocupado que estava com o atraso da obra que mecenaticamente vinha financiando como penhor de salvação do inferno e de minimização da quase certa temporada no purgatório. Da Vinci justificou-se com o tempo que investia na busca, Milão afora, dos rostos que melhor correspondessem ao perfil dos discípulos de Jesus Cristo. Perguntado sobre se já tinha ideias sobre o rosto de Judas, Da Vinci respondeu que aí não tinha dúvidas, o rosto do prior era o que lhe parecia mais adequado.

Se Santa Maria della Grazie continua a ser convento e a albergar tal obra-prima, o mesmo não acontece ao nosso Convento de S. Bento da Saúde que mingua de obras-primas, deixou de ser mosteiro e converteu-se em Palácio com Palacete adjacente, instalações bem mais adequadas para albergar irmãos laicos, mais dados às coisas dos negócios e da política, sobretudo baixa, do que aos prazeres da contemplação. Também eles vão entronizando sucessivos priores, alguns bem falsos como Judas, demagogos, líderes traidores de princípios e promessas. Ocupados no exercício de um mero poder pessoal, distribuindo benesses com garantia de retribuição em agradecidos apoios, fazendo todavia crer que é o bem-estar do povo que os move, eles deixaram o priorado à sua sorte, empobrecido e endividado. Eles são os primeiros responsáveis pela situação. Mas não os únicos.

Também o são as elites acadêmicas que se deixam instrumentalizar ou procuram mesmo ser instrumentalizadas, prestando-se a torturar números, estatísticas e princípios para elaborar planos económicos a gosto do prior,

---

\* Publicado em 19 de outubro de 2016.

errôneos nos pressupostos e na eficácia das medidas, mas aptos a produzir as fichas falsas necessárias a alimentar o jogo das *apostas*, conceito em que o prior sintetiza todo o seu pensamento de *crescimento econômico do convento e de desenvolvimento do priorado social*.

Sim, essas elites acadêmicas são também bem responsáveis pela situação, dando um falso fundamento *científico* a medidas e políticas de conquista e conservação do poder do prior, mas incapazes de melhorar a sorte e a vida dos vassalos do foro conventual.

Também são responsáveis alguns irmãos não professores, mercadores, artesãos e menestréis, com acesso aos aposentos do prior, visando facilidades para comércio, obras e festas no mosteiro, ao arrepio de uma livre concorrência, fator de inovação e progresso.

Degradando-se a economia para equilibrar as finanças do convento, conubiu-se o prior com a abadessa de um pequeno mosteiro vizinho, numa aliança de consolidação do poder. E é agora a priora que aparece a defender as regras que antes condenava e até novas e acrescidas corveias que, acrescidas às dízimas e capitações existentes, não poupam mesmo os mais pobres dos vassalos. E, associada aos acadêmicos aboletados, acena com mais e melhores apoios, que uma economia estagnada e um priorado social cada vez mais depauperado, com escolas sem dinheiro para suportar gastos básicos, atrasos de pagamentos nos hospícios, aumento do tempo de espera nas enfermarias públicas negam à evidência.

E a dívida do convento, onde acabam as facilidades e começam as dificuldades, essa, não para de aumentar.

O que não admira, num convento onde até se torna possível que irmãos vencidos nas votações capitulares se tornem priores. Convento onde Da Vinci não teria grande dificuldade em escolher o rosto de Judas.

Mas há quem pugne, vide Manifesto Por uma Democracia de Qualidade, por alterar as normas vigentes no priorado, a começar pela eleição do prior. De modo a que Da Vinci nunca pudesse ver nele um rosto para retratar os Judas desta vida.

# **SEM CONCORRÊNCIA É SEMPRE FARTAR VILANAGEM\***

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Em qualquer atividade a existência de concorrência é fundamental para que se atinjam elevados níveis de qualidade.

Verifica-se ainda que, muitas vezes, os atores em questão tentam diminuir o nível de concorrência nas suas atividades para mais facilmente ganharem quotas de mercado, aumentando os seus preços, negligenciando, em muitos casos, o nível de qualidade dos seus produtos ou serviços.

É por isso que tem de existir uma Autoridade forte e eficaz que siga e atue para garantir o nível de concorrência nas várias atividades económicas.

Pergunto ao Leitor como avalia o grau de concorrência na atividade de escolha dos Deputados para a nossa Assembleia da República?

Por mim considero que esse nível de concorrência é muito baixo, pois votamos em bloco nas estruturas partidárias que blindaram as suas listas de candidatos para que ninguém possa interferir nas suas escolhas. Tudo está feito para que sejam essas estruturas a escolherem os nomes e assim não deixarem entrar para a Assembleia da República deputados, que não tenham sido escolhidos por essas cinco ou seis estruturas. Tal é inaceitável quando se diz que a Assembleia da República é a Assembleia do Povo. Devia ser mas, infelizmente, atualmente está longe disso.

Pergunto ainda: Qual é a Autoridade que tem de seguir o sistema e impôr regras para que a situação se torne mais transparente? A resposta a esta pergunta é simples. É a Sociedade Civil que tem a responsabilidade de atuar para que o País não tenha um Sistema Eleitoral retrógrado, capturado por estruturas partidárias e impedindo o Povo de ter na Assembleia uma verdadeira democracia representativa.

---

\* Publicado em 9 de novembro de 2016.

A Qualidade média dos Deputados que têm assento na Assembleia da República tem vindo a diminuir. Já escrevi, anteriormente, nestas linhas nomes de importantes Deputados que foram nesta legislatura afastados pelos Diretórios Partidários. Os tais Deputados a quem os Diretórios referiam «não poderem dar palco...»

Os Diretórios partidários demoraram muitos anos a conseguirem chegar a este nível de concorrência tão baixo, mas conseguiram-no. Obviamente, com consequências muito negativas, como o aumento das abstenções, o afastamento dos jovens da política, a degradação do Sistema Judicial, as jogadas de políticos que têm originado a estagnação económica do País. E com isto tudo a nossa Democracia é colocada em risco.

Em 1975, quando a Democracia foi atacada, um milhão de portugueses juntaram-se na Alameda D. Afonso Henriques para dizer: Basta!

Chamo mais uma vez a atenção para o facto do sistema de escolha da composição das listas de candidatos a Deputados ser estabelecido de forma demasiado ditatorial. É urgente que a Sociedade Civil atue como Autoridade Reguladora do Setor e diga: Basta!

Sabemos bem que o nosso País, tal como outros Países mais desenvolvidos do que o nosso já o fizeram, tem muito a ganhar em permitir a existência de Concorrência na escolha dos eleitos para a Assembleia da República, abrindo a possibilidade a candidaturas independentes das estruturas partidárias em círculos uninominais. Por isso publicámos o Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade» que recomendamos todos os leitores a lerem e a subscreverem.

Círculos uninominais são círculos onde, como o nome indica, é apenas escolhido o candidato mais votado entre todos os que se apresentam a escrutínio. Pertencendo ou não a partidos políticos. Quer isto dizer que, qualquer cidadão poder-se-ia apresentar aos eleitores nesses círculos uninominais. Com um sistema destes garanto-vos que:

1. Os eleitores ir-se-iam aproximar muito dos seus eleitos e vice-versa.
2. Os partidos iriam passar a escolher de forma muito mais profissional os seus candidatos, preocupando-se em arranjar os melhores em cada círculo, prática que hoje não se aplica, de todo.

3. Os eleitos teriam a importantíssima responsabilidade de debater e defender os interesses e os projetos dos seus eleitores, incluindo o importantíssimo debate sobre a calamitosa situação económica do País e perspetivar como resolver este problema sem ser apenas através do aumento de impostos e o ataque às pensões.

Como já referi, sistemas destes já são usados em muito Países desenvolvidos da Europa e do Mundo e sei que esse facto faz entrar em pânico os partidos políticos portugueses.

É altura da Sociedade Civil assumir as rédeas dos acontecimentos!

Sobre a distribuição dos Círculos uninominais no território e a composição de um Círculo Nacional vi, com cuidado, o trabalho de Rui Oliveira e Costa «Lei Eleitoral para a Assembleia da República».

Aponta Rui Oliveira e Costa para a existência de 100 Círculos uninominais e 100 Deputados no Círculo Nacional, a que se acrescentam 5 Deputados para os Açores, 6 para a Madeira e 4 para a Emigração, antevendo assim uma Assembleia de 215 Deputados. Contudo, talvez se pudessem acrescentar mais uns 14 Círculos uninominais, passando a Assembleia a ter um número ímpar de Deputados e sem uma redução sensível do seu número. Seria muito importante abrir-se esta discussão de imediato na Sociedade Civil.

Devo prestar um agradecimento a Rui Oliveira e Costa pelo trabalho tão importante e metucioso de dividir Portugal Continental em Círculos uninominais tal como patente no seu livro.

Com uma Assembleia da República assim constituída teríamos um Parlamento mais plural onde os interesses exclusivamente partidários seriam postos a nu e, como mencionei, as muitas ações que tanto prejudicam a Economia do País seriam devidamente escrutinadas.

É altura da Sociedade Civil apelar por Concorrência na escolha dos Deputados e, nesse sentido, recomendo a todos a leitura do Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade».

# NÃO INVISTAM EM PORTUGAL!\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

O atual governo da geringonça baseou a sua estratégia económica num aumento de crescimento assente numa política de estímulo ao consumo.

Concretamente, o manifesto eleitoral do PS prometia assim aos eleitores um crescimento de 2,4% ao ano.

Quão longe isso está dos últimos dados da Comissão Europeia que apontam para um crescimento anémico da nossa economia, de apenas 0,9% em 2016!

Este fracasso estratégico deriva, na sua maior parte, duma quebra brutal do investimento, tanto público como privado.

Se é certo que o investimento público foi sacrificado no «altar do controlo do défice», forma que o governo decidiu usar para satisfazer Bruxelas a qualquer preço, já a quebra do investimento privado deriva da falta de confiança criada nos agentes económicos pelas políticas do atual governo.

Tudo começou logo com a reversão do estímulo à capitalização empresarial que a prevista redução do IRC representava, e fora assinada pela anterior direção do PS.

E depois, a perplexidade dos empresários aumentou ainda mais quando o governo decidiu criar pomposamente uma «comissão para promover a capitalização das empresas».

Numa economia social de mercado, a capitalização das empresas é feita ou pela retenção dos lucros não distribuídos, ou pelo aumento do capital social das empresas feito pelos atuais ou futuros sócios.

Só que o governo parece não perceber isso e algumas declarações de responsáveis governamentais de topo, incluindo do próprio Primeiro Mi-

---

\* Publicado em 16 de novembro de 2016.



nistro, levam-nos a supor que estão convencidos que são os bancos que vão «capitalizar as empresas».

É isto que transparece quando se afirma que a «recapitalização da Caixa Geral de Depósitos vai servir para esta poder apoiar as empresas».

Ora os empréstimos bancários, porque é disso certamente que se trata, servem para apoiar os projetos de investimento das empresas, mas estes só serão aprovados pela banca se forem rentáveis, e se as empresas dispuserem, elas próprias, de capitais próprios para suportarem uma percentagem significativa dos investimentos a efetuar.

Por isso, o «imposto do confisco do património imobiliário», mesmo aquele que está consagrado a atividades produtivas e à promoção do emprego, é uma medida do Orçamento de Estado para 2017 que é não só totalmente injusta, como arbitrária e destruidora dos capitais próprios das empresas, e portanto do investimento produtivo em Portugal.

Ainda se poderia perceber que, numa lógica de Robin dos Bosques de «roubar aos ricos para dar aos pobres» promovida pela extrema-esquerda que apoia o governo, se decidisse fazer um «confisco ao património imobiliário de luxo que não estivesse a ser usado para fins produtivos».

Mesmo que se condenasse a intenção, percebia-se a motivação política subjacente.

Agora, reduzir-se o imposto já anteriormente pago pelas casas de luxo superiores a um milhão de euros, para passar a incluir património imobiliário todo ele afeto a atividades produtivas e geradoras de emprego logo a partir de 600 mil euros, e mesmo que composto por várias parcelas produtivas, mais parece um «apelo descarado a que não se invista em Portugal».

Mas mais. Lendo-se o parágrafo 2 do Artigo 135.º-B da proposta do OE 2017 verifica-se que ficam excluídos deste imposto «os prédios urbanos classificados na espécie «industriais», bem como os prédios urbanos licenciados para a atividade turística (...)».

Para além de ficar a dúvida de se saber o que é «industriais», entre aspas no próprio texto oficial (sic), o mais grave é que o legislador protege umas atividades económicas em detrimento de outras, o que parece in-

constitucional, e esquece qualquer proteção do património afeto a atividades produtivas, face a outras de eventual usufruto meramente sumptuário.

Ou seja, o governo vai buscar, sem qualquer lógica económica e de forma atrabiliária, capital que os cidadãos e as empresas acumularam e que tiveram a iniciativa de investir e de pôr ao serviço da sociedade e da criação de empregos. Enquanto se tivessem investido essas poupanças em barras de ouro guardadas em cofres, ou em fundos de investimento aplicados no estrangeiro, não tinham tido qualquer penalização com este OE 2017.

E assim, com esta medida, o governo da geringonça está a dizer claramente aos portugueses para não investirem em Portugal!

E também para não pouparem, isto num país em que a poupança global líquida já é negativa. E dessa forma garantirem que no futuro o crescimento económico será cada vez mais fraco.

Foi exatamente para evitar que este tipo de arbitrariedades e confiscos fiscais totalmente contraproducentes continuem a destruir a parte mais saudável da economia portuguesa que assinei o «Manifesto por uma Democracia de Qualidade».

# É A DESPESA, ESTÚPIDO!\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Bill Clinton ganhou a Bush pai-com a ideia «É a economia, estúpido!» Precisávamos por cá de ganhar eleições com esta ideia: «É a despesa, estúpido!» De facto, foi o descontrolo acumulado da despesa pública que nos trouxe à desgraça; e não teremos solução, se não a reformarmos estruturalmente.

Quando presidi ao CDS, procurei focar a ação política nesse problema. Tinha um estribilho: «O problema do défice não é o défice, é a despesa.» O défice, na verdade, é consequência do excesso da despesa e, se lhe respondemos com a contribuição dos cidadãos, não resolvemos um problema, antes criamos dois. Também quanto à dívida pública, sem prejuízo do novo problema que representa e da especificidade da sua gestão, quase podemos repetir: «O problema da dívida não é a dívida, é a despesa» – no sentido de a dívida ser acumulação de défices consecutivos que correspondem ao saldo de sucessivos descontros da despesa.

Estávamos, nessa altura, na ressaca de Durão Barroso, primeiro-ministro, a denunciar no parlamento: «O país está de tanga!»

Seria de esperar que, de então para cá, isto é, de 2002 até hoje, tivéssemos resolvido de vez o problema – tivéssemos enfrentado a questão, identificado os erros, exposto os males, definido a terapêutica e aplicado a cura. Nada disso! Quase 15 anos volvidos, continuamos estruturalmente na mesma e em situação de extrema debilidade. Hoje, podíamos dizer outra vez: «O país está de tanga!» Não corrigimos as coisas a tempo de evitarmos o abismo de 2011 e não precisarmos do socorro da *troika*. Depois, apesar do rigor seguido, não mudámos estruturalmente a fonte do problema: a reforma

---

\* Publicado em 23 de novembro de 2016.

do Estado ficou por fazer e enunciar; e, havendo uma fixação nas pensões, nem a reforma do sistema foi apresentada, discutida, aprovada.

O comportamento do sistema político e seus líderes perante este problema principal – o país estar de tanga – mostra bem a incapacidade geral que nos arrasta. E foi para conseguir vencer esta penosa incompetência do sistema político que, em 2014, apresentámos as propostas do «Manifesto Por Uma Democracia de Qualidade». Um ano antes, vários dos subscritores tinham já apresentado outro manifesto, «Despesa Pública Menor para um Futuro Melhor», onde defendemos: «Este objetivo [défice estrutural de 0,5% do PIB depois de 2016] deverá ser atingido essencialmente através da redução das despesas públicas, já que a economia não comporta os tremendos aumentos de impostos verificados nos últimos anos. Para se atingir uma situação sustentável, a médio e longo prazo, devemos reduzir a despesa estrutural primária para 33% do PIB em quatro anos e definir um teto de referência estável em que, por regra, o total da despesa pública não ultrapasse os 40% do PIB. Acima desses valores, a dívida continuará, com toda a probabilidade, a aumentar em vez de a reduzirmos.»

Esse é o programa de que Portugal precisa. Não porque de Bruxelas no-lo imponham. Mas porque nós precisamos, porque nós queremos, porque não aguentamos mais, porque queremos crescer para convergir com os mais ricos e criar emprego para os mais jovens e para todos.

Um estudo do Banco de Portugal, em 2012, resume que «desde meados da década de noventa, a despesa pública em Portugal, avaliada em termos nominais, registou um aumento contínuo, apenas revertido em 2011»; e, mesmo «corrigindo os efeitos da despesa em juros e de medidas temporárias, o valor nominal da despesa pública duplicou o seu valor entre 1995 e 2005.»

Em 1995, a despesa pública era de 36,8 mil milhões de euros; em 2005, era já de 71,9; e, em 2010, atingiu os 93,2 mil milhões – de 41,9% do PIB em 1995, bateu no teto em 2010 com 51,8%! Foi assim que caímos no colo da *troika*, para não nos estatelarmos no fundo do abismo.

No governo anterior, com o Memorando a cumprir, fez-se um esforço financeiro, orçamental, importante. Afastámo-nos daqueles piores números,

mas estamos longe, muito longe, de uma situação folgada. A despesa baixou, em 2015, para 86,8 mil milhões (sem o efeito Banif, 84,4), correspondentes a 48,4% do PIB (47,0% sem o Banif). É ainda um peso demasiado. E, como não foi feita a reforma estrutural, continuamos a dançar no parapeito da varanda, sempre no limite.

O governo atual tem tido um desempenho orçamental acima das expectativas, reduzindo o défice, o que merece ser saudado. Mas o desempenho da despesa, num país com o nosso pesado histórico e as nossas necessidades de reforma estrutural, levanta muitas questões que deveriam ter centrado o debate do OE2017. Surpreendentemente discutiu-se muita coisa, mas não isto. Houve várias zaragatas, mas não a equação central de tudo o resto, nem o núcleo determinante do nosso problema.

Discutiu-se o aumento dos impostos, que, nalguns segmentos, chega à brutalidade. Mas o problema não está nos impostos, mas na despesa em alta que leva a aumentá-los. É imperioso perguntar por que não baixa a despesa. E perguntar, a seguir, por que não baixa ainda mais a despesa. Perguntar e, claro!, estar preparado para propor.

Em 2016, a despesa será de 85,4 mil milhões de euros, equivalentes a 46,1% do PIB. Em 2017, a projeção do OE põe a despesa de novo a subir para 87,2 mil milhões de euros, embora baixando na previsão da relação com o PIB para 45,7%. Apesar do esforço, no equilíbrio geral de todo o Orçamento, não são números que se apresentem. Não são números que satisfaçam. Não são números que correspondam às necessidades profundas de Portugal.

Precisamos de sair de vez desta cepa-torta, que já leva 20 anos. Ou aparece quem apresente esse programa, ou não vale a pena. De uma maneira ou de outra só teremos governos que nos aumentam os impostos, ora uns, ora outros.

Para o poeta, «o sonho comanda a vida». Em Portugal, «a despesa comanda o Orçamento». Sob a despesa, aumentam os impostos. Sob a dívida, mais impostos ameaçam o futuro. É altura de lembrar a frase imortal de Margaret Thatcher: «Isso de dinheiro público não existe. Só há o dinheiro dos contribuintes.»

Só baixando a despesa, só reformando o Estado, para o redimensionar comportável, podemos aliviar as famílias e as empresas da carga fiscal brutal que as esmaga e enfrentar com confiança o *stock* de dívida pública que se acumulou, atingindo já 133% do PIB! Essa é a prioridade da política. Porque é a prioridade dos cidadãos, fartos de serem carregados para terem ainda mais carga mais à frente. Importa mudar.

# COERÊNCIA DE POLÍTICAS\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

São bem conhecidos os inúmeros fatores que há muito determinam e caracterizam a profunda crise económica e social com que nos confrontamos. De tão longa, apesar dos sobressaltos que por vezes emergiram e pareciam constituir fonte de ânimo, o que verdadeiramente se regista é uma acentuada quebra nas expectativas dos cidadãos, facto comprovável, entre outros, pelo crescente alheamento destes pela «causa pública» e o progressivo desinteresse pelo sistema eleitoral. Com efeito, nem o estado de manifesta necessidade e carência de recursos financeiros com que já nesta década nos confrontámos e nos conduziu ao Memorando de Entendimento Sobre Políticas Económicas e Financeiras com a Troika, foi capaz de nos conduzir a uma situação de desbloqueamento das estruturas e políticas vigentes, e ao profundo reajustamento institucional e político que o futuro nos exige.

Deste modo, importa fundamentalmente reconhecer que a resposta à crise portuguesa não pode assentar num recurso a medidas pontuais e dispersas (tipo navegação à vista), mas que se torna indispensável uma nova visão para o País, assente num desígnio nacional e numa postura que permita ultrapassar o imobilismo, os complexos e os bloqueios existentes, simultaneamente assumindo as ameaças e os desafios com que há muito nos confrontamos.

Para tal importa igualmente reconhecer a necessidade de uma estratégia largamente consensual e com prioridades claramente assumidas (não é possível alcançar tudo em simultâneo) bem como equacionar a natureza das medidas políticas a implementar, com vista à prossecução dos objetivos visados. Corolário do que precede é o fator essencial que faz com que esse conjunto

---

\* Publicado em 30 de novembro de 2016.

de políticas tenham de ser coerentes, o mesmo é dizer compatíveis e essencialmente não-conflictuantes entre si, no que respeita às suas repercussões. Como sabemos, qualquer medida de política económica tem sempre múltiplos efeitos: o principal, dirigido ao objetivo pretendido, e os secundários, cujas repercussões no visado poderão ser positivos ou negativos. Há assim que garantir que o impacto destes não seja suscetível de pôr em causa o alcançar do objetivo principal, o mesmo é dizer tenha custos mínimos. A coerência entre as políticas prosseguidas é, assim, determinante da credibilidade e confiança nas mesmas, no âmbito da estratégia definida e do modelo de progresso e desenvolvimento adotado. Em síntese, os instrumentos e objetivos da política económica têm de ser considerados e definidos conjuntamente, sob pena de falência do modelo gizado.

Como sabemos, não é isto que tem acontecido e constitui a prática habitual entre nós; muito menos parece ser genericamente reconhecido. Continua-se a querer construir o futuro sem reconhecer as profundas interdependências entre aspetos tão essenciais como a forte dependência (de empresas e particulares) do Estado; os baixos níveis de formação e competência profissional de grande parte da mão de obra nacional; a reduzida produtividade e o baixo nível de competitividade; o elevado nível de burocracia e deficiente funcionamento dos serviços públicos – particularmente da justiça; o reduzido nível de empreendedorismo e de inovação; o nível de descapitalização e poupança do País; a situação da banca, etc. No fundo, continua a querer-se construir o futuro com base em remendos nas estruturas do passado e em quimeras, fantasias e centros de interesses particulares, e sem ter em conta as reais necessidades associadas à concretização das oportunidades que se nos oferecem e estão ao nosso alcance, e em detrimento das reformas que permitiriam progressivamente, e de forma sustentável, a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Exemplo particularmente elucidativo desta visão e da ausência de rigor e realismo, é aquela a que assistimos ainda recentemente, quando vimos governantes e subservientes «fazedores de opinião», perspetivarem os resultados económicos conseguidos no 3.º trimestre deste ano, como indicadores do sucesso da política económica que vem sendo seguida. Como é óbvio



todos nos devemos regozijar com os valores dos indicadores registados no trimestre findo, até porque são francamente melhores que o previsto. Mas daí à euforia a que assitimos e a concluir que a abordagem seguida é suscetível de nos retirar da crise e corresponde a uma estratégia sustentável de crescimento, só para rir... como diz o povo. Aonde é que está o aumento de investimento, prenunciador do aumento da capacidade produtiva, suscetível de potenciar o crescimento das exportações de bens e garantir a contínua melhoria das contas externas? Aonde é que está a reconfiguração da banca, compatível com a credibilização e nível de confiança suscetível de atrair a poupança e proporcionar o financiamento eficaz da economia? Aonde é que vemos o dinamismo empresarial, a melhoria da logística, das qualificações profissionais da mão de obra e alterações da fiscalidade, compatíveis com aumentos de produtividade, melhor repartição da riqueza gerada, estímulos à poupança e capitalização das empresas?

O modelo em vigor já provou subejamente que não consegue criar riqueza ao nível desejado, por forma a proporcionar a melhoria nas condições de vida dos portugueses na dimensão desejada. Até porque a qualidade das políticas a que conduz não é percecionada pelos cidadãos como correta e ajustada. Exemplo flagrante disso, é a incompreensão e insatisfação geral com que os lisboetas assistem perplexos às obras e alterações em curso nos principais eixos viários da cidade, sem aparente justificação. Com efeito, carece de justificação corresponderem a uma clara prioridade, face às óbvias carências noutros domínios, incluindo a expansão e melhoria da rede e dos serviços de transportes urbanos – particularmente Carris e Metro.

De tudo isto resultam os reduzidos níveis de satisfação e confiança na competência e probidade das elites políticas, financeiras e até intelectuais. Urge mudar este estado de coisas, tanto mais que várias propostas têm sido apresentadas... mas nunca verdadeiramente discutidas e muito menos implementadas. Até porque os demagogos estão atentos, a demagogia espreita e as ameaças à democracia se concretizam. Atuemos, antes que elas constituam uma ameaça, também entre nós. Não é pedir muito...

# LIÇÕES DA HISTÓRIA: O TEOREMA DE PITÁGORAS E O SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Se não alterarem princípios, práticas e lideranças, os atuais partidos políticos acabarão por desaparecer ou ver reduzida a sua influência.

Pitágoras, séculos VI e V a.C., foi uma personalidade de saber enciclopédico, da astronomia, à música e à religião, da aritmética e geometria à filosofia. Condensando esses saberes, fundou um movimento filosófico e político baseado na ordem e na harmonia, as mesmas que via no universo, no movimento circular das estrelas, na sucessão do dia e a noite, no ciclo de semear e de colher, movimento que determinou governos de várias cidades da antiga Grécia.

A propensão matemática de Pitágoras levou-o a pensar que tal ordem só podia ser explicada se o universo fosse regido por números e relações matemáticas. Os números, reflexo e representação dessa mesma ordem, não podiam ser senão perfeitos e, sendo perfeitos, eram também *racionais*, no sentido de que cada um deles se traduzia numa fração ou *razão* entre dois outros. O contrário seria impossível, uma irracionalidade.

Aconteceu que tal construção teórica foi posta em causa a partir da própria obra de Pitágoras, quando um discípulo, partindo do seu célebre teorema, descobriu que certos valores dos catetos determinavam para a hipotenusa um número decimal infinito e não periódico, o que contrariava dramaticamente a teoria pitagórica da racionalidade dos números e, pior do que isso, todos os fundamentos da sua doutrina. E de forma tão radical que Pitágoras chegou a negar a evidência e condenou o discípulo à morte por afogamento.

Passados 27 séculos, também por cá os guardiães da doutrina afirmam como obra perfeita a atual *ordem* política. Tão perfeita que se arrogam o

---

\* Publicado em 7 de dezembro de 2016.

direito, já não condenar ao afogamento quem a conteste, mas o direito de dificultar, impedir e boicotar qualquer revisão da mesma. Mas, tal como no tempo de Pitágoras ficou provado, e a partir da própria doutrina que os concebera, que nem todos os números eram racionais, também, aqui e agora, se comprova, a partir da própria ação política, a imperfeição de uma *ordem* que se recusa a reconhecer as suas insuficiências, bem como a irracionalidade de princípios e normas em que assenta.

Como é o caso de princípios, ou ausência deles, que tornam legais ações políticas que provocam a rutura financeira do Estado e o definhamento da economia, ou que tornam inconstitucionais medidas de mero bom senso, com prejuízo de todos e do bem comum, mas a benefício de lóbis sociais, empresariais e sindicais bem posicionados na escala do poder.

Ou que permitem a discriminação entre funcionários públicos e demais população, com esta a pagar os privilégios de emprego garantido e de horário reduzido dos primeiros, e também interpretações discriminatórias entre trabalhadores no ativo e na reforma, com uma base impositiva diferenciada, a penalizar os reformados.

E de princípios que marcaram um tempo e uma geração, mantendo no seu ideário a abertura do caminho para uma sociedade socialista e que até, no limite, permitem a formação de governos com bases de apoio parlamentar nunca apresentadas e até sonegadas aos eleitores.

Na ordem pitagórica, surgiram discípulos que puseram em causa alguns dos seus pilares constituintes. Não tendo sido ouvidos, o movimento acabou por desaparecer, envolvido nas suas contradições.

Também aqui, se não alterar comportamentos, o nosso sistema político acabará por soçobrar pelas mesmas razões que provocaram a extinção da ordem pitagórica. Urge, pois, arejar a nomenclatura política e promover a mudança de atores, através de processos eleitorais que levem à escolha dos melhores e não dos meros seguidores dos aparelhos partidários que há muito se desobrigaram das reformas de fundo necessárias a Portugal.

Urge erradicar a irracionalidade política em que vivemos, e o Manifesto Por Uma Democracia de Qualidade é um alerta nesse sentido. Devemos isso a Portugal.

# OS TARZANS DA INUTILIDADE\*

Por **João Luís Mota Campos**

Advogado, ex-secretário de Estado da Justiça

Um trilema consiste em o Estado escolher duas das seguintes três coisas: haver liberdade de movimentos de capitais; ter uma taxa de câmbio fixa; dispor de uma política monetária independente orientada por objetivos de interesse nacional.

Quaisquer duas destas coisas são incompatíveis com a terceira: num espaço monetário com liberdade de movimento de capitais e com uma taxa de câmbio fixa em relação às moedas de reserva, não é possível orientar a política monetária por objetivos de interesse nacional, porque esses podem implicar a desvalorização da moeda.

Se o Estado quer orientar a sua política monetária por objetivos de interesse nacional, então tem de desistir de ter uma taxa de câmbio fixa, ou de estar num espaço de liberdade de movimento de capitais.

Uma taxa de câmbio fixa acompanhada de uma política monetária subordinada ao interesse nacional implica controlos à circulação de capitais.

Em 1992, Portugal escolheu, destas três opções, duas: manter a liberdade de movimentos e optar por uma taxa de câmbio fixa, abdicando a prazo da sua soberania monetária. Em 1999, com a entrada no Euro, passamos definitivamente essa soberania para a União Europeia e para o Banco Central Europeu.

Mais rigorosamente, quando aderimos em 1985 à Comunidade Europeia reconfigurada pelo Ato Único, já sabíamos que, a prazo, devíamos repensar a nossa política monetária e cambial. Se não sabíamos, devíamos saber...

A principal consequência disto é que deixamos de ter a possibilidade de adequar a nossa política monetária às circunstâncias da nossa perda de competitividade relativa, ou seja, de fazer «desvalorizações competitivas».

---

\* Publicado em 16 de dezembro de 2016.

Uma economia emergente e aberta, com um crescimento económico baseado nas exportações de produtos intermédios e em baixos salários, só podia sustentar esse crescimento no último quartel do Século XX, fazendo um up-grade para investimento capital intensivo e na qualificação permanente da sua mão de obra, o que implicava uma enorme mobilidade laboral e capacidade de investimento através de IDE e endividamento.

Os atrasos desse up-grade, num mundo cada vez mais global que incluía cada vez mais economias emergentes, pagavam-se em desvalorização da nossa moeda e, portanto, em inflação e perda de poder de compra, mantendo um elevado número de empregados.

Ao optar pela adesão ao Euro, opção fundamental do Estado Português feita em Maastricht, Portugal optou por ter uma taxa de câmbio fixa com as moedas dos nossos principais parceiros comerciais e, portanto, para manter a sua competitividade e o seu crescimento económico, teria de aumentar muito a sua produtividade relativa.

Qualquer opção do trilema tem custos. Nós recusamo-nos a pagar os nossos, mas não há como evitar as consequências das nossas opções: na zona monetária do euro, com um Banco Central que se orienta essencialmente pela estabilidade dos preços e das taxas de câmbio, o sistema se não tem a válvula de escape da desvalorização competitiva repercute-se no nível de emprego e em crescimento económico anémico.

Desde há década e meia, desde que aderimos ao Euro, que Portugal iniciou uma década perdida: crescimento económico muito débil, o mais baixo das últimas décadas, associado ao crescimento de um estado social galopante que devora recursos e acaba por se refletir num deficit estrutural das contas públicas.

Numa economia que não cresce, a única forma de o Estado financiar os custos crescentes do sistema social é a de admitir um nível de endividamento cada vez maior e simultaneamente consumir uma percentagem cada vez maior de recursos do País.

A questão fundamental é a de saber como é possível pôr um termo nisto. No quadro atual não é, e daí as profecias de morte lenta que nos vão fazendo.

É então possível conceber outro quadro de atuação em que não tenhamos a morte lenta no horizonte, crescamos mais que a média da União e possamos assegurar o emprego dos nossos filhos?

Possível é, mas implica mudar muito daquilo que são os dogmas do País desde o 25 de Abril e até desde muito antes.

Os nossos representantes eleitos comprazem-se na Assembleia da República em bater com as mãos no peito e berrar muito alto a propósito de assuntos sem importância nenhuma, discutindo «fininhos» que de forma alguma corporizam o interesse do País.

Entre a geringonça e o PAF, divertem-se em jogos circenses que nada contribuem para as discussões que interessam. São uns verdadeiros Tarzans da inutilidade, como lhes chamou um bom amigo meu.

Por essa razão, a dívida pública vai crescendo e crescendo, e a rapaziada está assanhada a discutir, não o plano de capitalização da Caixa, mas as nomeações de administradores para a Caixa.

Alguém que explique aos apparatchiks partidários que o que está em causa é apanhar o comboio do futuro onde caibam os nossos pais, que vivem de uma pensão, os nossos filhos que querem um emprego, e nós, que trabalhamos e pagamos impostos e a sobrevivência digna de Portugal.

Ai desta classe política, que se não se corrige rapidamente e de forma drástica, se continuar enredada nos seus joguinhos bizantinos, vai descobrir um dia que foi submersa por uma onda de indignação popular, não para bem da democracia nem da qualidade da democracia, mas para mal de todos. Já faltou mais, e não era pior que «essa» gente se convencesse que ou muda de vida, ou a vida muda-os a eles.

# UMA TAREFA PARA TODOS: MELHORARMOS A QUALIDADE DA NOSSA CLASSE POLÍTICA\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

Num Artigo recentemente publicado neste Jornal João Luís Mota de Campos escreveu de forma objetiva e muito clara «Ai desta classe política que se não se corrige rápida e de forma drástica, se continuar enredada nos seus jogos bizantinos, vai descobrir um dia que foi submersa por uma onda de indignação popular».

A origem deste problema está superiormente transcrita na entrevista de José Ribeiro e Castro, também a este jornal e publicada no dia de Natal de 2016, onde constam transcrições de grande importância.

Ao deficit claro de Democracia hoje em dia devíamos responder como fizemos a seguir ao 25 de Abril e na forma como José Ribeiro e Castro explicita «Fiz política a seguir ao 25 de Abril com sedes cheias e grandes debates. Com grande participação e grande generosidade.»

É a pensar nessa situação e na grande crise que nos afeta que sempre que escrevo estes Artigos, na sequência da elaboração do Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade», tenho apelado aos mais jovens e aos menos jovens para uma participação cívica acrescida. Para não deixarmos para os outros o que nós próprios temos responsabilidade de fazer.

A nossa responsabilidade agora é de criar um Grupo forte que dialogue com os Partidos Políticos e com todos os Grupos Cívicos que defendam ideais semelhantes, para que se proceda a uma Reforma do Sistema Eleitoral, com o objetivo de se implementarem círculos uninominais para a eleição dos Deputados à Assembleia da República, sendo que nesses círculos uninominais se deveriam poder apresentar candidatos independentes das estruturas

---

\* Publicado em 28 de dezembro de 2016.

partidárias. Isso aproximaria enormemente os eleitores dos Deputados por si escolhidos, os quais sentiriam nos seus ombros a responsabilidade de defenderem os eleitores, o que não se verifica hoje pois, lamento dizê-lo, aqueles estão de facto muito mais interessados em agradar ao «chefe da banda» parafraseando mais uma vez José Ribeiro e Castro na sua importante entrevista agora publicada. Esta forma de proceder origina indubitavelmente enormes falhas democráticas que só a Sociedade Civil pode resolver.

Falhas democráticas essas que nos têm afetado muito negativamente, e que se traduz por implementações muito dúbias relacionadas com, entre outros, os seguintes processos/problemas:

- O Sistema de Financiamento dos Partidos Políticos;
- O nosso Sistema Judicial;
- O paupérrimo desenvolvimento da nossa Economia;
- Os problemas vigentes na Banca Pública e Banca Privada.

Cada uma das gravíssimas tragédias acima listadas contribuem de forma muito importante para a redução dos rendimentos das Famílias portuguesas e seria portanto natural que todos nos movimentássemos para tentar terminar com esta degradação democrática.

Sou dos muitos que acreditam que com uma Assembleia da República verdadeiramente democrática estaria lançada a génese da resolução dos complicados problemas que temos. Sou também dos que pensam que para este e outros problemas complicados há, normalmente, soluções simples.

A Sociedade Civil não pode continuar a aceitar que as listas de Deputados sejam elaboradas pelos diretórios dos partidos em círculos distritais, nas quais os eleitores não têm nenhuma hipótese de priorização ou avaliação dos candidatos propostos. A figura do voto preferencial deve, absolutamente, ser inserida no Círculo Nacional, essa sim com candidatos apresentados pelos partidos políticos. No Sistema Eleitoral vigente, tal como acima mencionei, também não é dada a possibilidade a candidatos independentes das estruturas partidárias a apresentarem-se por decisão própria a sufrágio em círculos uninominais, o que se traduz num erro primário e só possível porque os nossos partidos políticos não tratam os Eleitores com a devida consideração.



Para que se possam escolher os Deputados de uma forma muito mais democrática escrevemos há dois anos o Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade», que está cada vez mais atual, sendo, por conseguinte, a sua implementação cada vez mais premente e absolutamente crucial.

# O ASSALTO ÀS PME E A ESTABILIDADE DA BANCA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

O dinamismo e a capacidade de resistência das empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis foram o que salvou a economia portuguesa após a pré-bancarrota a que Portugal chegou em maio de 2011, então conduzido pelo governo socialista de José Sócrates.

Reduzindo custos, lançando-se para o mercado exterior face à retração forçada do mercado interno, estas empresas, e muito em especial as PME, foram as responsáveis pela retoma económica registada logo a partir de 2012 e pelo fenómeno do reequilíbrio das contas externas, que desmentiram as previsões da «espiral recessiva» que muitos reputados economistas consideravam inevitável devido ao plano de ajustamento forçado pela troika.

Infelizmente, o novo governo da geringonça, logo que tomou posse, há um ano, decidiu atacar frontalmente a sustentabilidade das empresas que estão sujeitas à feroz concorrência externa.

Foi logo o abandono da redução da taxa de IRC, anteriormente acordada pelo próprio Partido Socialista, e que era uma peça fundamental para a capitalização das PME. Foi, de seguida, a decisão da reposição imediata dos quatro feriados, sem qualquer tentativa de acordo na concertação social, com importante influência no aumento dos custos de produção, muito em especial no quarto trimestre, onde se situam três dos quatro feriados repostos.

Foi, depois, o célebre «imposto Mortágua», destinado a confiscar a poupança imobiliária, incluindo aquela que está investida em andares de habitação que se encontram devidamente arrendados e que, por isso, pagam já todos os impostos devidos.

---

\* Publicado em 4 de janeiro de 2017.

E isto é tanto mais grave quando são as PME que criam grande parte do emprego e são indispensáveis para manter Portugal no euro. E só a solidez financeira das empresas dos setores transacionáveis pode permitir à banca ser rentável evitando as «loucuras financeiras» que geram depois as famosas imparidades, que só provocam mais dívida, pública e privada.

Criar as condições fiscais para que as empresas se possam capitalizar ao serviço da criação de emprego deverá ser, pois, um objetivo político fundamental para garantir a coesão social de Portugal e a sua manutenção na Zona Euro.

Por isso se assistiu agora com grande preocupação ao diktat do governo sobre as empresas no que diz respeito ao aumento do salário mínimo, aumento este que se situa muito acima da taxa de inflação e dos ganhos de produtividade, o que claramente coloca em causa a competitividade da economia portuguesa.

Com 557 euros, pagos 14 meses por ano, a que acrescem 23,75% da componente da TSU paga à parte pelas empresas, mesmo após a redução especial proposta para 2017, as empresas vão ter de despende 557x14x1,2375 euros por cada colaborador, ou seja 9650 euros em 2017. Para os cerca de um milhão de colaboradores nestas condições, o esforço financeiro exigido globalmente às empresas atinge os 9650 milhões de euros.

Mas atenção: 34,75% deste montante é receita direta do Estado, através da Segurança Social, ou seja, 3353 milhões de euros saem das empresas diretamente para os cofres do Estado.

Além disso, isto representará em 2017 um adicional de 448 milhões de euros relativamente a 2016, e deste aumento de despesa, 34,75%, ou seja, 155 milhões de euros, vão diretamente para o Orçamento do Estado como contribuições obrigatórias para a Segurança Social – o que constitui um precioso contributo para a redução do défice de 2017.

Mas, para manterem a atividade nestas novas condições, as empresas terão de ir buscar algures esses 448 milhões de euros adicionais.

Para as PME que não conseguirem aumentar os preços de venda só haverá duas alternativas: endividarem-se junto da banca ou tornarem-se insolventes, com o conseqüente drama do aumento do desemprego.

E se é certo que, em 2016, o extraordinário boom turístico, provocado pela instabilidade no Médio Oriente e no norte de África, salvou o emprego, nada garante que em 2017 este fenómeno se repita na mesma escala e que a ameaça do desemprego não ressurja.

E depois lá estará de novo o espectro do aumento das dívidas à banca e do aumento do malparado.

Conforme já referi em anterior artigo, a atual política de redução da poupança em simultâneo com o aumento do consumo só será possível, a prazo, com uma política laxista e suicida de concessão de crédito por parte da banca que aumente artificialmente a circulação financeira.

Por isso, considero que a última coisa que o atual governo da geringonça deseja, exatamente ao contrário do que se tem propalado, será aplicar o pré-acordo com o BCE para a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos que foi recentemente revelado pela imprensa e que visa, nomeadamente, uma grelha muito mais rigorosa para a concessão de créditos.

Mas esse será um assunto para ser tratado com maior profundidade em próximo artigo, para se criar em Portugal «Uma Democracia de Qualidade» conforme proposto no nosso Manifesto.

# LEGISLAR PELA CALADA: O CASO DO ZÉ AUGUSTO\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Um dos piores problemas da nossa democracia é legislar pela calada: fazer leis sem que ninguém se dê conta disso. Numa sociedade democrática e aberta, é grave violação política e condenável erro moral. E, num Parlamento democrático, dir-se-ia impossível: como seria possível que, com tantos deputados, vários partidos, maioria e oposição, numerosas comissões, reuniões disto e daquilo, assessores e adjuntos, imprensa, rádio e televisão, publicações na internet, possam adotar-se normas sem que ninguém se dê conta delas? Não pode!

Pois a verdade é que pode... Às vezes, ferindo gravemente interesses e direitos dos cidadãos. A extensão e complexidade das leis, a sobrecarga e fragmentação dos trabalhos parlamentares (com cada um cuidando do seu quintal), a quebra da democracia interna, a falta de participação e a destruição do trabalho colegial dos grupos parlamentares, facilitam o manejo e a obscuridade, com duas consequências muito negativas: ou a possibilidade de manipulação deliberada, ou a maior facilidade do erro grosseiro. É possível fazer às escondidas com toda a gente a olhar; ou não ver aquilo para que se olha.

O caso recente mais conhecido contei-o no Prefácio do livro «Manifesto Por uma Democracia de Qualidade». Correspondeu, em 2014, ao que Bagão Félix denunciou, na televisão, como o «*cúmulo da estupidéz legislativa*»: a proibição imposta a reformados e aposentados de trabalharem à borla, sob ameaça de sanções pesadas. Essa anormalidade legislativa ainda levou tempo a ser corrigida, mas o mais absurdo são as circunstâncias em que tudo

---

\* Publicado em 11 de janeiro de 2017.

aconteceu, aparentemente sem que ninguém se desse conta, após longos trabalhos parlamentares. Uma nódoa.

Estava escrito que não seria caso único. O meu amigo Zé Augusto vive, angustiado, o segundo. Querem-no (e à família) forçar a pagar 2.000 euros de IRS, quando teria 500 a receber. Tudo por causa de outra trapalhada legislativa daquele calibre, também em 2014. Outra nódoa.

O Zé Augusto é casado e tem filhos. Tem rendimentos médios. Apresentou sempre a declaração conjunta de IRS com a mulher – e diz-me, irritado, que nem sabe fazer doutra maneira, nem percebe como é que puderam forçá-lo «*a separar-me*». Quando, no Verão, me ligou a protestar, ripostei que tinha sido enganado, pois podia fazer a declaração conjunta. De facto, em 2014, o Governo fizera uma reforma do IRS em que apontava para a tributação separada dos cônjuges, mas mantinha a possibilidade da tributação conjunta. Eu lembrava-me bem disso, pois não compreendi como é que «o partido do contribuinte e da família» ia romper com a tributação conjunta e impor a tributação individual, desprezando a família e penalizando o contribuinte. Recordo-me que, na altura, me responderam haver uns estudos, segundo os quais seria assim mais benéfico para os contribuintes, e, em qualquer caso, mantinha-se a possibilidade de optar pela tributação conjunta. Não gostei muito, mas, havendo liberdade, menos mal: cada qual faria como achasse melhor. E li ao meu amigo o artigo da nova lei. Mas, afinal, eu é que fora enganado.

O Zé Augusto respondeu-me que isso era se tivesse entregue a declaração até 31 de maio. Explicou-me que estava a mudar de casa, tivera dificuldade em organizar a papelada com a mulher e, quando, pela primeira vez com atraso, tentou entregar a declaração, já não pudera. Comunicaram-lhe que, agora, tinham de ser declarações separadas, o que lhe provocou mais atrasos, pois tiveram que andar a desagregar rendimentos e despesas. Só em julho consegui entregar os papéis. E, em agosto, além da coima (contra que não protestava), levou o tiro: fora notificado para pagar um pouco mais de 2.000 euros de IRS, quando «*o normal é receber estornos de 400 ou 500 euros*».

De facto, a mesma lei de 2014 introduzira uma habilidade manhosa, para que ninguém alertou ninguém e não foi objeto de debate parlamentar.

Não no artigo principal, que define a incidência pessoal do imposto, mas, noutra norma muito mais à frente, entrou o texto criptado que continha o diabo: *«a opção só é considerada se exercida dentro dos prazos previstos no artigo seguinte, sendo válida apenas para o ano em questão»*.

O Zé Augusto ficou fora de si. E assim tem andado. Lamentou-se-me de andar nas manifestações de apoio à PàF, no início da legislatura – *«tu e os teus amigos nunca mais me apanham!»*

O caso dele não foi o único. O clamor com a asneira legislativa foi tal que chegou ao Provedor de Justiça: recebeu 104 queixas de famílias, o que é indício de serem centenas ou milhares os prejudicados. É natural que a própria Autoridade Tributária tivesse notado a enormidade que estava a ser feita. Isso explica a pronta reação do Governo, que logo tomou posição e fez entrar uma proposta de lei para reparar estes excessos e permitir declarações conjuntas retroativas. A imprensa deu nota de agregados familiares com prejuízos de 3 a 4.000 euros de imposto a mais. Destes não sei, mas o meu amigo tem um prejuízo líquido potencial de 2.500 euros, entre o que paga e o que não recebe.

Numa das vezes que fui com o Zé Augusto às Finanças, a funcionária entreolhava-se e confirmava haver muitos casos. Ajudou-o. Ele tem que se endividar para pagar os 2.000 euros e, com a demora da nova lei no Parlamento, as intimações fiscais eram contínuas. Meteu uma reclamação – bem fundada; mas não serve de nada. E a funcionária aconselhou-o a requerer o pagamento em prestações, até tudo poder ser reparado. Foi um bom conselho, que permitiu ao Zé Augusto passar um Natal tranquilo.

Está outra vez inquieto e desconfiado, porque a nova lei nunca mais sai. E as prestações começam a vencer-se no fim do mês. Ao fim de quatro meses na Assembleia, a lei reparadora foi aprovada. Por unanimidade. Foi-o no mesmo dia que o Orçamento; este saiu logo, mas a lei que responde à situação injusta de centenas ou milhares de famílias, ainda espera. Está zangado. Compreendo. Não é caso para menos.

Este outro caso confirma falta de qualidade da democracia. Mostra incompetência coletiva, com pesadas consequências pessoais e patrimoniais. Como é possível um Parlamento, em 2016, aprovar por unanimidade o des-

manchar de uma norma manhosa adotada por maioria há dois anos? Agora, com o dedo apontado, foi competente; em 2014, incompetente. É certo que a responsabilidade só é atribuível à maioria de então. Mas surpreende ninguém o ter denunciado e discutido. O legislar pela calada está errado. É isso que afasta todos de tudo, porque mina o crédito da representação e a confiança na democracia.

As famílias e os contribuintes que tenham sido atingidos por esta violência poderão não voltar a votar no «partido da família e do contribuinte», ao menos até ser apresentada explicação ou retificação. Mas o pior são os que passam a votar em ninguém, porque sentem que ninguém os representa, porque veem e percebem que partidos e Parlamento não funcionam de acordo com mecanismos de representação.

A questão-chave da democracia é que os deputados respondam perante os cidadãos. Parlamento, representação; democracia, cidadania – sem isso, não presta.



# À PROCURA DE RUMO FACTOS E INSUFICIÊNCIAS\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

O final de um ano e o dealbar de um novo, são sempre ocasiões para fazer o balanço do que passou e conjeturas sobre o que começa. É assim que no que respeita ao que terminou o facto mais saliente de reflexão se centra na geringonça: mérito e sobrevivência da mesma, contra as expectativas dominantes, o que numa perspetiva alternativa, corresponde à descrição e acalmia na vida político-social. Isso é indiscutivelmente positivo. Mas afigurar-se-á sustentável, e sobretudo chegará para vencermos a crise interna com que há muito nos confrontamos?

Sobre as possibilidades e probabilidade de sobrevivência da geringonça não me irei aqui pronunciar; deixo isso para os politólogos e jornalistas. Considero, aliás, que é a dimensão político-económica que é decisiva e que sem uma visão estratégica para a questão económica não será possível sair do círculo vicioso em que nos encontramos. No entanto, convém desde já salientar que existem neste domínio duas visões potencialmente conflictivas: a dos que defendem a premência de procurarmos resolver prioritariamente os problemas estruturais internos (visão reformista) e os que põem o acento tónico na dimensão externa da crise, a qual consideram impeditiva da melhoria das condições de vida dos portugueses e limitativa do exercício da soberania nacional (visão europeísta da crise).

É óbvio que a crise com que nos confrontamos tem uma dimensão europeia (ou mesmo global) e que constitui a sua envolvente externa. Mas pretender defender que esta é a causa única (ou decisiva) dos problemas com que nos debatemos há décadas, ignorando o papel determinante dos condi-

---

\* Publicado em 18 de janeiro de 2017.

cionalismos internos que bloqueiam o nosso desenvolvimento e crescimento, é um claro atentado à inteligência dos portugueses. Não faltam estudos, análises, e reflexões sobre as falhas, deficiências e lacunas das nossas instituições político-administrativas e empresariais, causadoras de graves distorções na esfera sócio-económica e de comportamentos impeditivos de uma salutar concorrência e de uma competitividade criativa. E esta competição é decisiva no contexto da globalização, seja com vista a facilitar a mobilidade de bens e serviços, ou das pessoas e ideias. Sem ela não haverá lugar ao crescimento, ao progresso e ao desenvolvimento económico-social. Claro que isto não elimina a importância da repartição do rendimento no processo de progresso e melhoria das condições de vida, mas põe em evidência a indispensabilidade do crescimento económico, enquanto fator determinante dos fins a atingir. Este é um ponto essencial a ter em conta na formulação da política em geral e das políticas públicas em particular.

Ora como todos bem sabemos não pode haver crescimento (sustentável) sem confiança dos agentes económicos no sistema político e suas instituições. E todos nós estamos certamente bem conscientes, também, das limitações quer de umas quer de outras, entre nós. Pondo para já de lado as questões relacionadas com as deficiências do sistema político, que estão, aliás, na origem do Manifesto «Por Uma Democracia de Qualidade – e na base dos artigos que semanalmente vêm sendo publicados neste jornal sobre esta temática – são conhecidas as insuficiências e má qualidade das instituições em Portugal. Não só de natureza estritamente pública, mas igualmente de supervisão, reguladoras, empresariais, cooperativas, etc., sem esquecer as de natureza judicial, todas elas atingindo níveis de ineficiência que deveriam ser motivo de repúdio e vergonha por parte dos responsáveis políticos, tal como aliás sucede já com uma grande parte (maioria?) dos cidadãos.

Dito isto, deveremos começar por não esquecer os ensinamentos contidos nessa obra fundamental da autoria de D. Acemoglu e J. Robinson. «Porque Falham as Nações». São as instituições políticas e económicas que estão subjacentes ao sucesso (ou insucesso) económico. São as sociedades que conseguem organizar-se por forma a criar incentivos e compensar a inovação, assim permitindo a todos participar nas oportunidades económicas

que daí resultam e simultaneamente garantir que o sucesso e o progresso daí emergentes se torna sustentável, através de uma governança responsável (accountable), capaz de dar resposta aos anseios da grande maioria dos cidadãos, que triunfam; caso contrário o seu falhanço é inexorável. Quão longe estamos em Portugal de alcançar este desiderato? Queremos nós continuar a ignorá-lo?

Sem isto também não será possível formular políticas públicas apropriadas e portadoras de futuro, uma vez que há que pôr cobro às distorções resultantes de interesses mesquinhos e «lobbies» de compadrio, e apostar decisivamente em políticas que promovam o investimento eficiente e de qualidade que está subjacente ao progresso; nomeadamente em pessoas (capital humano) e locais de trabalho que garantam a qualidade de vida e a dignidade dos cidadãos.

Abandonemos pois as visões parciais que resumem tudo a «slogans» e fazem depender tudo de medidas pontuais, que já provaram a sua incapacidade para resolver os problemas das sociedades contemporâneas, sejam elas as que põem ênfase na contenção de défices nas contas públicas, na privatização, na eficácia dos mercados, na liberalização do mercado do trabalho, etc., sem ter em consideração uma visão integrada dos problemas, que confira dimensão humana e de justiça à solução. Só por essa via conseguiremos enfrentar os populismos e pôr cobro à demagogia!

# O ORÁCULO DO LAVRADIO\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Uma democracia de qualidade exige que os governos apliquem de forma criteriosa os recursos escassos de que dispõem. E, mais ainda, quando se trata de um país muito endividado e com uma carga fiscal absurda, como Portugal, os governos têm que eliminar o investimento em infraestruturas redundantes, que representam injustificados custos de oportunidade face a melhores alternativas, para além de criar capacidades excedentárias não produtivas e exigir outras complementares.

Exemplo óbvio de infraestrutura redundante é o Terminal Portuário do Barreiro, investimento de 800 milhões de euros, cuja construção a Ministra do Mar vem garantindo que «será mesmo uma realidade...».

Pensam muitas das mais representativas e independentes entidades portuguesas como, mero exemplo, a Ordem dos Engenheiros que, havendo Sines, a prioridade seria o desenvolvimento daquele porto. E o mesmo refere a Universidade Católica do Porto. Estas, entre outras, foram entidades que, pensando e estudando o tema, se pronunciaram contra um investimento redundante, considerando-o «*inútil*», ou «*um desperdício de recursos*» ou um exemplo de «*mau investimento público*». Não são ouvidos.

Sócrates, o filósofo, que pensava e era um sábio, foi ridicularizado por Aristófanes e acusado de andar nas nuvens, na comédia com esse mesmo nome. E, pior ainda, foi condenado à cicuta. O mesmo, com a exceção da cicuta, está a acontecer a quem se atreve a pensar fora da geringonça, quanto mais não seja por atentar aos *afetos*. Na política, então, a completa ausência do ónus de pensar tornou-se o modo natural de vida e fonte de generosos proveitos. O sábio dos novos tempos não pensa, repousa num

---

\* Publicado em 25 de janeiro de 2017.

qualquer oráculo escolhido a preceito e acaba, ele sim, por decidir pairando nas nuvens.

Também eu, por aproximação ao tempo novo, decidi consultar um competente Oráculo, o do Lavradio, que me deu os argumentos bastantes para confirmar o Barreiro como o melhor sítio para construir um magnífico e excitante Terminal Portuário.

O primeiro argumento é tecnológico: não se pode desperdiçar a oportunidade de se constituir um cluster na área do exercício das dragagens, bem como no da reciclagem e enriquecimento das lamas, tarefa geradora de emprego permanente devido à constante acumulação daquela preciosa matéria-prima.

O segundo é económico: o dinheiro vai ser predominantemente gasto em importações ou nas remunerações dos trabalhadores imigrantes e assim estamos a ajudar os outros países a sair da crise. E quanto mais depressa eles saírem, mais depressa nós entramos em crescimento.

O terceiro é ético: o TPB é instrumento essencial para dar o conteúdo justo à distribuição da riqueza nas Parcerias Público Privadas, em que o primeiro P define a natureza do negócio (parceria), o segundo P quem arca com os custos e os riscos (público), e o terceiro P quem fica com o benefício (privada).

O quarto é desenvolvimentista: como não é justo que as mercadorias fiquem enalhadas no Barreiro, o TPB obrigará a novas pontes, novas autoestradas, novas linhas de caminho de ferro, novos comboios, novas PPPs, reforçando o argumento antecedente.

O quinto é de oportunidade: se não se construir já o TPB, prejudica-se a sua construção para todo o sempre, dado o risco de transformar o local numa plataforma ecológica fluvial para abrigar no litoral os excedentes dos lincs da Malcata.

O sexto é diplomático: o TPB é o complemento natural do porto seco de Badajoz, com as sinergias a potenciarem-se num futuro canal de ligação, ficando os nossos vizinhos reconhecidos por mais um acesso ao mar. Ao mesmo tempo, promove-se uma benéfica concorrência entre a ferrovia e o transporte fluvial.

O sétimo visa a defesa da concorrência: o TPB impede que o porto de Sines se torne dominante, com as consequências nefastas daí advenientes, nomeadamente em termos de domínio monopolista de Singapura na Europa.

O oitavo é político: o TPB seria um porto para durar cem anos, o que retiraria a outros governos a oportunidade de construir outro na foz do Tranção daqui a meia dúzia de anos!...

O nono é técnico: só o TPB, dada a natureza do acesso, permite o exercício pleno dos «skills» e virtualidades da pilotagem, o que não acontece em Sines, de acesso demasiado fácil para as artes da navegação.

O décimo, e definitivo, é religioso: se ministros da geringonça dizem que o TPB é investimento estratégico, se não acreditarmos na geringonça em quem é que podemos ter fé?

PS: Averigui agora que, por coincidência, a geringonça recorreu também à Pitonisa do Lavradio para fundamentar o investimento. Estou pois no caminho dos sábios. Um oráculo amigo é a solução, substituindo o mero pensar que, para além de dar trabalho, pode levar à cicuta, como aconteceu com o grego. Livra!...

E assim vamos nesta democracia, cuja aferição de qualidade deixo aos leitores.

# O DESAFIO DE DONALD TRUMP\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

A eleição e a tomada de posse de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos, bem como as suas primeiras semanas de governo, estão a provocar um enorme alvoroço em todo o mundo e os governantes, os comentadores e os meios de comunicação do planeta já afirmaram quase tudo e o seu contrário acerca da influência global das decisões do novo Presidente. O que resulta, infelizmente, de se olhar bastante mais para a personalidade controversa deste empresário feito presidente do que para a qualidade das democracias e dos governos para resistir às previsíveis ameaças, bem como para a necessidade de instituições que governem a globalização. De facto, o sucesso de Trump é o resultado da fraqueza da maioria dos governantes do nosso tempo para responder de forma adequada às necessidades e aos anseios dos cidadãos, bem como o vazio de poder, nomeadamente do poder de decisão, das democracias.

Não duvido de que, como Presidente do país mais poderoso do mundo, Donald Trump seja um homem perigoso, nomeadamente no plano militar, mas duvido que a confusão que se está a deixar criar como resultado da governação fraca e populista das principais democracias seja a melhor forma de lidar com o assunto. Por isso, as reações e as preocupações da opinião pública mundial se dirigem principalmente para as questões do folclore comunicacional de Donald Trump, nos temas sociais relativamente menos importantes, como a imigração ou o clima, onde cada país é livre de seguir as suas próprias convicções, temas em que as instituições americanas são por si só suficientemente fortes para corrigir quaisquer desvarios. Ao mesmo tempo estão a deixar sem resposta os desafios em que Donald

---

\* Publicado em 8 de fevereiro de 2017.

Trump pode ser realmente perigoso, como o equilíbrio geoestratégico ou a liberdade de comércio.

Resulta assim que os diferentes governos dos países democráticos, nomeadamente da União Europeia, terão toda a vantagem em concentrar a sua atenção nas alterações económicas e principalmente militares que o novo Presidente norte americano possa introduzir na governação global. E nesse domínio as posições de Donald Trump são relativamente claras: admira os fortes e detesta os que considera fracos, como é o caso, por exemplo, da União Europeia. Por isso os seus aliados naturais são os países militarmente mais fortes – Rússia, Inglaterra, Israel e, possivelmente, a Turquia – relações que utilizará para isolar, económica e militarmente, a China, o seu inimigo principal.

Penso que não será suficientemente louco para desejar a guerra, mas acredito que utilizará uma maior projeção do poder militar norte americano do que aconteceu no passado mais recente, para obter efeitos favoráveis na economia e, porventura, no terrorismo. Afastar-se-á portanto da tradição dos Estados Unidos de contenção e de intervenção militar destinada à defesa das democracias, o que torna a NATO numa questão central da nova presidência, nomeadamente para a Europa, onde os partidos radicais de esquerda deveriam repensar as suas posições, tornadas agora mais difíceis de justificar.

Na economia, as propostas contraditórias de Donald Trump não se comparam com a realidade económica dos próprios Estados Unidos, nem possibilitam alterações atingíveis pela negociação com os outros países, sendo que em grande parte as suas ideias vão em sentido contrário à evolução económica mundial. Por isso, assistiremos certamente a muitas decisões unilaterais, nomeadamente em setores limitados, como na energia e na indústria mais tradicional, ou a sua presidência seria rapidamente um enorme fracasso.

É previsível que o novo Presidente vá ter algumas dificuldades internas e também externas e entre estas a Rússia de Putin não vai ser um parceiro fácil, restando saber que cedências serão feitas do lado americano, cedências que podem ser perigosas, em particular para a Europa. No plano interno os meios de comunicação serão um problema permanente para Trump e não vejo que as redes sociais constituam um instrumento suficientemente for-



te e duradouro para superar essa dificuldade, em particular quando passar a primeira fase de encantamento de muitos americanos. Também os novos setores da indústria avançada e dos serviços serão um obstáculo acrescido, porque não acredito que a nova política protecionista anunciada para a economia americana possa contrariar a importância das tecnologias americanas nas suas relações com o exterior sem uma enorme controvérsia interna e também porque as suas políticas neste campo da economia permitem uma maior resistência dos outros países em todo o mundo.

A grande incógnita nesta equação é a forma como a China reagirá em presença de alterações da política externa americana, económica e militar, que contrarie os interesses chineses no mundo e a sua estratégia longamente delineada. Neste ponto, não posso deixar de recordar a tese chinesa de que a China é um país suficientemente grande e populoso para poder sobreviver a uma guerra nuclear. Não é provável, mas todos sabemos como na história dos povos o improvável se torna subitamente real.

Em resumo, não tenho dúvida dos perigos, mas também das oportunidades, gerados pela chegada de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos. Por isso, em vista das fragilidades e dos vícios dos governos democráticos um pouco por todo o mundo, confio principalmente no povo americano e na qualidade das suas instituições democráticas para controlar o que de mal possa resultar desta nova presidência, com base na convicção de que é pela qualidade da democracia que melhor poderemos manter a paz e vencer as crises. Convicção que, no plano nacional, está inscrita no Manifesto por «Uma Democracia de Qualidade».

# **VAI A SOCIEDADE CIVIL PERMITIR A CONTINUAÇÃO DESTA TRAGÉDIA POLITICO-BANCÁRIA SEM ASSUMIR O CONTROLO DA SITUAÇÃO?\***

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

A promiscuidade entre vários banqueiros e políticos portugueses tem vindo a pesar e vai pesar muito no futuro na débil situação económica dos portugueses. O que se passou com os casos BPN, BPP, Banif e outros foi absolutamente inaceitável.

O que se vive agora com a Caixa Geral de Depósitos e com o Novo Banco é gravíssimo e intolerável. No caso da Caixa os portugueses vão ser chamados a colocar 4.000M€ para alimentarem aquilo que, em grande parte, foram as jogadas entre o poder político e o poder económico. Tivemos, no início de janeiro, o Prof. Luís Campos e Cunha, um grande profissional e pessoa de grande caráter, a explicar na Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia da República o que se passou enquanto foi Ministro das Finanças de José Sócrates.

Logo vieram os políticos afetados, e bem conhecidos de todos, aliás, dizer que não tinha sido nada como o Prof. Luís Campos e Cunha tinha declarado!

No caso da venda do Novo Banco a situação também está bem complicada. O presumível comprador pede garantias do Estado Português para negócios de reembolso duvidoso feitos entre banqueiros, políticos e empresários. Agora fala-se em partilhas de risco.

Porque terão os portugueses que vivem em situação económica já difícil ser chamados a pagar por negócios que encheram as elites de dinheiro? Vai a Sociedade Civil aceitar esta situação de ânimo leve?

---

\* Publicado em 15 de fevereiro de 2017.

O que a Sociedade Civil tem de fazer, porque isso é da sua inteira responsabilidade, é melhorar a qualidade da classe política portuguesa. Essa é a gênese da solução dos nossos gravíssimos problemas. E já se vai fazendo tarde, e quanto mais tarde mais se sofrerá e mais custará fazer.

Obtém-se uma melhor classe política alterando o Sistema Eleitoral Português para a Assembleia da República, pois o nosso está completamente caduco.

Sistemas como o usado em Portugal são pouco usuais e têm aspetos muito negativos, nomeadamente os seguintes:

- Listas de deputados elaboradas exclusivamente pelos diretórios dos partidos políticos;
- Impossibilidade de os eleitores avaliarem os candidatos, não permitindo a exclusão de uns e uma melhoria do posicionamento de outros nas listas, facilitando assim a entrada destes no hemiciclo;
- Listagens estabelecidas, portanto, com muitos seguidores em exclusivo dos líderes partidários e, ainda pior, com candidatos escolhidos com base em critérios muito duvidosos.

É para mim e para muitos bem claro que com uma Lei Eleitoral como a nossa o regime terá dificuldade em equilibrar-se. Compete, neste momento, à Sociedade Civil dar sinais claros sobre o que espera dos partidos políticos nesta matéria.

Em minha opinião espera-se agora que a Constituição e a Lei Eleitoral permitam que os cidadãos escolham, de forma muito mais profunda e completa, os seus representantes. Tal como já é prática em muitos outros países, também em Portugal seria fácil implementar-se um sistema eleitoral, em que, a título de exemplo, se apresenta um modelo já estudado para o nosso país, no qual:

- Existem círculos uninominais, por exemplo uns 115 ao longo do Continente, onde, como o nome indica, apenas seria escolhido o candidato mais votado e para os quais deveriam ser aceites candidatos independentes das estruturas partidárias. A estes círculos adicionar-se-ia o círculo nacional, com aproximadamente 100 candidatos, com a possibilidade de avaliação destes pelos eleitores como critério

de acesso ao hemiciclo, tal como acima mencionei. A estes acrescentam ainda os círculos da Madeira, Açores e Emigração.

É de enorme importância que para os círculos uninominais se possam apresentar candidatos independentes, completamente desligados das estruturas partidárias, também como já referido.

Com este sistema corrigiríamos falhas democráticas que nos têm afetado muito negativamente, e iríamos de forma muito mais motivada e profunda dar passos certos na resolução de, entre outros, os seguintes processos/problemas:

- O Sistema de Financiamento dos Partidos Políticos;
- O nosso Sistema Judicial;
- O paupérrimo desenvolvimento da nossa Economia;
- Os problemas vigentes da Banca Pública e Banca Privada.

Cada uma das gravíssimas tragédias acima listadas contribuem, de forma muito importante, para a redução dos rendimentos das Famílias Portuguesas. Seria, portanto, natural que todos nos movimentássemos para tentarmos terminar com toda esta degradação democrática.

Sou dos muitos que acreditam que com uma Assembleia da República verdadeiramente democrática estaria lançada a génese da resolução dos complicados problemas que nos afetam.

# OS DELÍRIOS PERIGOSOS E A BANCA\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

A política é muitas vezes feita de discursos retóricos que se destinam a influenciar a perceção que os eleitores têm da realidade, a assim determinar os seus votos.

Por outro lado, a Banca está naquela fronteira escorregadia em que escolhe «a quem se empresta dinheiro e quanto», sendo por isso muito grande a tentação de alguns políticos se servirem da Banca para poderem «manipular a realidade a seu belo prazer».

Em Portugal neste momento as questões da gestão mediática do défice e da dívida pública têm muito mais a ver com o comportamento da Banca do que transparece para a opinião pública.

No passado dia 27 de janeiro, António Costa anunciou no Parlamento que «a Dívida Pública Líquida» (DPL) diminuía 1% em 2016.

Mas os números oficiais do Banco de Portugal publicados a 1 de fevereiro revelaram que a DPL aumentou 5,5 mil milhões em 2016. Ou seja, a DPL aumentou de facto 3,1% em 2016, desmentindo assim claramente as declarações de António Costa no Parlamento.

Este aumento da DPL em 2016 é a principal razão pela qual os juros a 10 anos da Dívida Pública têm estado a subir nos mercados, encontrando-se já bastante acima dos 4% o que reforça a ameaça sobre a sustentabilidade da dívida e a conseqüente solidez futura da Banca, dado que esta tem em carteira uma parte apreciável da Dívida Pública portuguesa.

Ora tendo a geringonça decidido basear no aumento do consumo a redução do défice público, partindo do princípio que quanto mais produtos forem comprados mais IVA se cobra, quanto mais combustíveis se vende-

---

\* Publicado em 22 de fevereiro de 2017.

rem mais ISP se paga, quanto mais veículos se transacionarem mais ISV vai ter aos cofres do Estado, a Banca tem estado a ser chamada a alimentar este «delírio perigoso».

Como? Pois financiando quem consome para que compre mais e já, deixando para mais tarde o «momento da verdade» em que será preciso pagar os empréstimos à Banca.

Também nas empresas, a pressão política vai no sentido de «não as deixar cair» mesmo quando estas estão com rentabilidades insuficientes para o serviço das respetivas dívidas.

Aumentar os plafonds de crédito às empresas em dificuldades é, na ótica dos políticos, sempre melhor que aumentar o desemprego e reduzir o consumo, esse manancial de impostos indiretos que alimenta o Orçamento de Estado.

É que a Banca quando gerida irresponsavelmente é uma entidade especial: pode emprestar de forma laxista e assim criar artificialmente, tanto nas pessoas como nas empresas, uma sensação de bem estar que será paga no futuro com grossos prejuízos, as tais imparidades, que vão à Dívida Pública e que até agora têm sido pagas pelos contribuintes.

Só que, paradoxalmente, a Banca portuguesa se quiser sobreviver, e o Governo sublinha sempre que a estabilidade financeira é uma das suas grandes prioridades, tem que atuar de forma exatamente oposta à que o governo pretende, e que é continuar a alimentar artificialmente um consumismo desenfreado.

O futuro próximo da Caixa Geral de Depósitos é o exemplo mais acabado desta perigosa esquizofrenia.

Como acaba de se saber, a Caixa e o Governo comprometeram-se com o BCE a aumentarem os spread e as comissões bancárias, a serem muito mais exigentes nos créditos a conceder e a não terem contemplações para com os devedores que provocaram as gigantescas imparidades que o laxismo creditício passado provocou nas contas do banco público.

E compreende-se bem porquê!

Para aceitar o caráter «de mercado» do plano de recapitalização da Caixa, o BCE exigiu que este incluía 1.000 milhões de euros de obrigações

subordinadas vendidas «no mercado», sem qualquer tipo de garantia dada pelo Estado.

Por outras palavras, quem comprar estas obrigações sabe claramente que se as coisas correrem mal na Caixa, então vai perder todo o seu dinheiro. Sendo que se espera também que o BCE não autorize que estas obrigações venham a ser subscritas pelas empresas do chamado «capitalismo decretino» que pululam na nossa praça, nem por «entidades subordinadas ao próprio Estado»...

Assim, a Caixa para conseguir vender «no mercado» os tais 1.000 milhões de euros de obrigações terá que desenvolver uma estratégia de gestão bancária que vai frontalmente contra o interesse político de consumismo fácil em que o Governo, que também aprovou as condições de recapitalização da Caixa, quer continuar a basear a sua política económica.

Trata-se pois duma «perigosa contradição insanável de termos».

E por isso aqui deixo ao Dr. Paulo Macedo os desejos sinceros para que tenha sucesso, e que não lhe falte a coragem para resistir às terríveis pressões que inevitavelmente sobre ele vão cair.

É que uma Democracia de Qualidade em Portugal vai depender muito da qualidade e da competência com que a nova Administração da Caixa vai agora desempenhar o seu cargo.

# ELEIÇÕES JUSTAS, ELEIÇÕES VERDADEIRAS\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Quando um dia se fizer a história de como chegámos ao pântano em que nos atolámos, o sistema eleitoral figurará como circunstância principal. A forma como o sistema partidário, nos partidos de poder, se apoderou do sistema proporcional e aprendeu a manipulá-lo, constitui o contexto dos males que cresceram e da incapacidade para os vencer. Caciquismo, interesses de negócios e doentia tribalização, favoreceram a consolidação de oligarquias cristalizadas ou tiranetes que tudo foram submetendo sob aparência democrática. Capturados os partidos, é fácil capturar a democracia pelo poder na formação das listas. Chegadas as eleições, o povo vota entre partidos, não representantes. Ou seja, o povo não escolhe, carimba.

Assim caminhámos de eleição em eleição até à *troika* final, no meio da corrupção endémica no sistema público e no sistema financeiro. Ainda aí estamos, dançando à beira do precipício. Só sairemos de vez, se, além de sanear o sistema, o reformarmos para não voltar às rotinas do desastre.

A maioria já se deu conta. Ouvimos a rua. Vemos a abstenção. Os portugueses votam com os pés: afastam-se das urnas.

É urgente passar do tempo do descrédito ao tempo da mudança. No Manifesto Por uma Democracia de Qualidade, cremos que é aqui que estamos. Há que mobilizar para um novo desenho do sistema eleitoral que devolva poder à cidadania, reponha a confiança e salve a democracia. Importa vencer fantasmas e falsidades que as oligarquias instaladas usam para confundir as pessoas e prolongar a captura.

---

\* Publicado em 1 de março de 2017.



O sistema que defendo, no quadro da Constituição, é um sistema proporcional inspirado no modelo alemão, mas melhorado – um sistema misto, que, na minha proposta, teria círculos eleitorais de três níveis: círculos uninominais de base, círculos plurinominais regionais e um círculo nacional, também plurinominal.

É essencial desmistificar o «papão» dos círculos uninominais num sistema que é misto. Há quem reaja de forma epidérmica, sem pensar sequer, atacando-os como se o sistema fosse uninominal e maioritário. Não é assim: o sistema mantém-se proporcional e até melhor e mais justo do que temos hoje. Nos sistemas mistos, os círculos uninominais cumprem tão-só a função de assegurar a efetiva representatividade dos deputados, quer naqueles que são individualmente eleitos, quer no efeito político democrático que essa maré tem na formação das listas plurinominais regionais. Os círculos uninominais não decidem a composição parlamentar: a repartição dos mandatos na Assembleia faz-se rigorosamente de acordo com as percentagens das listas nos círculos regionais.

Imaginemos uma área regional a que coubessem 20 deputados. Será subdividida pela metade, em 10 círculos uninominais. Cada eleitor vota para 1 deputado no círculo uninominal e para o partido no círculo regional, plurinominal, com listas de 10 deputados. Se um partido tem 20%, teria direito a 4 deputados dos 20 da região: se elegeu 2 uninominais, vai buscar mais 2 à lista; se não elegeu nenhum uninominal, vai buscar os 4 à lista; se elegeu 5 uninominais, já não vai buscar nenhum à lista e guarda esse mais 1 eleito diretamente, chamado deputado supranumerário.

Os círculos regionais, com apuramento proporcional e listas plurinominais, continuam a ser, como temos hoje, a coluna vertebral da eleição, definindo a justa representação do país, sem truques, nem manipulações. Mas recuperam a sua saúde. A articulação com os círculos uninominais, no seu interior, devolve-lhes respiração e autenticidade, contrariando a captura por aparelhismos e amiguismos.

O círculo nacional não existe no sistema alemão. Permitido pela nossa Constituição, vejo-o como modo adicional de garantir representação proporcional ainda mais rigorosa, à semelhança do círculo regional introduzido

nas eleições açorianas desde a reforma de 2006. Tem efeito compensatório, corrigindo eventuais insuficiências na repartição de mandatos nos patamares inferiores. É um círculo virtual, no sentido de que não se vota para ele; os seus resultados são a soma das votações, por partido, nos círculos regionais. E, na minha tese, seria duplamente virtual, no sentido de que, embora plurinomial, esse círculo não teria listas.

Como atribuir os mandatos do círculo nacional? Imaginemos que lhe caberia distribuir 20 mandatos. Atribuídos os mandatos da distribuição regional, uninominais incluídos, verifica-se que, considerado o globo da votação nacional, o partido A está em débito de 3, o B em débito de 5, o C em débito de 4, os D e E em débito de 2 e que há ainda quatro com direito a eleger 1 cada. Estes mandatos serão atribuídos aos mais votados não eleitos das respetivas listas regionais, dando-se preferência aos círculos em que esse partido ainda não elegera deputados. Vantagens deste sistema? Primeiro, evitar que o círculo nacional se torne na *limousine* onde viajam «deputados de luxo» – todos os eleitos têm de ter base e provir das listas regionais. Segundo, premiar o território.

Temos sido burlados na ideia de o nosso sistema assegurar boa representação. Não é verdade. Na Alemanha, partido que não alcance 5% dos votos não elege para o *Bundestag*. Em Portugal, esta regra seria inconstitucional – e ainda bem. Mas, na prática, o nosso sistema é muito pior, em larga parte do território, por mero efeito matemático. Em Portalegre, que elege 2 deputados, partido que não tenha, pelo menos, 30% não elege ninguém. Em Bragança, Beja ou Évora, com 3 deputados cada, só com um mínimo de 25% se elege alguém. Em Castelo Branco e Guarda, com 4 deputados, ou nos Açores e Vila Real, com 5, ou na Madeira e Vila Real, com 6 deputados, quem não consiga respetivamente 20%, ou 15%, ou 11% é quase certo que fica a ver navios: votos para o lixo. E há outro efeito negativo, que a experiência confirma: por razões sociológicas ou de peso relativo, aqueles que são eleitos acima desse limiar elevado são, predominantemente, das capitais ou impostos pelos diretórios, sem palavra a dizer pelo eleitor. Ou seja, também a representação territorial é afunilada.

O sistema que temos desenvolvido no Manifesto Por uma Democracia de Qualidade – um sistema proporcional com articulação justa entre círculos uninominais, círculos regionais e círculo nacional – repõe a justa e verdadeira representação democrática sob três ângulos: dos cidadãos, do território, das correntes políticas. É o que assegurará o reencontro da democracia com a cidadania e a salvação nacional em liberdade.

Quanto mais poder efetivo tiverem os eleitores, melhor funcionarão os partidos e mais arredaremos essa hidra que é a corrupção. Porquê? É simples. Afastamos o poder de captura.

# LÍNGUA DE TRAJOS\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

«Quando a esmola é grande, o pobre desconfia». Luto há anos pela causa do Português como língua internacional, um dos nossos principais recursos estratégicos. Despertou-me a atenção, faz hoje um mês, o *Diário da República* trazer não uma, mas duas Resoluções da Assembleia da República sobre Língua Portuguesa. Uma, Resolução n.º 16/2007, «Recomenda ao Governo uma política ativa, eficaz e global de defesa e projeção da Língua Portuguesa». Outra, Resolução n.º 17/2007, «Recomenda ao Governo medidas para a internacionalização da Língua Portuguesa e o desenvolvimento da rede do Ensino Português no Estrangeiro». Despertado pela abundância, vi ter-me escapado, na véspera, 7 de fevereiro, a Resolução n.º 15/2007, que «Recomenda ao Governo que melhore o acesso aos cursos do Ensino de Português no Estrangeiro e promova a sua qualidade pedagógica».

Deslumbrado com a paixão parlamentar, fui investigar. A prolífica produção era fruto de projetos, respetivamente, do CDS, do PSD e do PS – daí, serem três. Não havendo efeméride a assinalar, nem facto político aparente, estranhei a intensidade da coisa. Escavei um pouco. E verifiquei tratar-se de acontecimento mais prosaico. Por isso, não teve projeção; e, apesar do vigor, «3-Resoluções-3», ninguém glosou o acontecimento, nem cavalgou uma nova política que pudesse haver. Os três textos serviram apenas de resposta política a projetos de lei do PCP e do BE que queriam conceder benefícios ao ensino de Português no estrangeiro: eliminação de propinas, gratuidade dos manuais, redução de alunos por turma.

Nas praxes parlamentares, gerou-se este costume de partidos que vão rejeitar uma iniciativa de outro apresentarem projetos de Resolução, sem efe-

---

\* Publicado em 8 de março de 2017.

tividade jurídica, a fim de não ficarem mal na fotografia. Assim foi: os projetos de PCP e BE deram entrada em junho; o do PS, em novembro, quando o destino daqueles já estaria marcado; e os de PSD e CDS, em fim de dezembro, para balizarem o discurso em cima da hora de votar. Cumpriu-se o ritual: a 6 de janeiro, foram chumbados os primeiros e aprovados os segundos, que, na forma de Resoluções, alcançaram, em fevereiro, a suprema glória do *Diário da República*.

O texto das Resoluções é bom. O problema, infelizmente, é não poder ser levado a sério. A nossa língua terá sido usada como bola-de-trapos de um bate-boca parlamentar. Na democracia sem qualidade em que vivemos, é assim: as Resoluções foram cancela, desvio de outras ideias.

Se estivéssemos numa democracia de qualidade, as Resoluções valeriam pelo seu valor facial. Não teríamos três ao molho, mas uma, que tudo condensaria. E a Assembleia estaria agora empenhada em fazer acolher e bem seguir a orientação fixada. Se estivéssemos numa democracia de qualidade, podíamos acreditar que os deputados que propuseram acreditavam e lutariam para o tornar realidade. Podíamos confiar que, ao exigir «tornar a Língua Portuguesa uma das línguas oficiais da Organização das Nações Unidas», velariam, ao menos, por defender o Português enquanto língua oficial da União Europeia.

Só podemos ter dúvidas, para dizer o menos. Os três partidos que propuseram estas três Resoluções bonitinhas – PSD, PS e CDS – são os mesmos três partidos comprometidos nos dois regimes europeus mais lesivos da nossa língua e seu estatuto. O BE também borrou, em parte, a pintura, no segundo desses regimes. O PCP, que eu saiba, é o único com registo sem mancha.

No fim de 1993, Bruxelas aprovou o Regulamento (CE) n.º 40/94 do Conselho, sobre a marca comunitária. Este «regime de Alicante» – assim conhecido por o organismo europeu para as marcas, Instituto de Harmonização do Mercado Interno, ter sede em Alicante – foi a primeira grande machadada europeia na nossa língua. Dispõe que «as línguas [elegíveis para o processo] são o alemão, o espanhol, o francês, o inglês e o italiano» – o Português, terceira língua europeia global, não cabe dentro das cinco eleitas... Excluído! O Regulamento já foi revisto, em 2009 e 2015. Nenhum dos partidos portugueses no poder mexeu nisto.

Recentemente, houve «dossier» mais sério. É uma matéria semelhante às marcas, mas pior, porque, nas patentes, a exclusão da nossa língua desqualifica-a gravemente como língua de ciência e tecnologia e desvaloriza-a no panorama das línguas globais. Em 2011, foi feita uma golpada miserável: o Conselho adotou a Decisão 2011/167/UE, para permitir, ilegalmente, uma «cooperação reforçada» na área da patente unitária, impondo um regime linguístico violador dos Tratados, sob a aparência de os não violar. Portugal votou a favor – contra si próprio. No «regime de Munique» (onde é a sede do Instituto Europeu de Patentes), as línguas consagradas são três: alemão, francês e inglês. A terceira língua europeia global não cabe nas três eleitas.

O processo seguiria: o Regulamento (UE) n.º 1257/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2012; e, assinado em Bruxelas a 19 de fevereiro de 2013, o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes. Foi aprovado pela Assembleia da República em abril de 2015 e ratificado pelo Presidente da República em agosto. Votei contra; e lutei por que o Presidente deixasse o assunto para o sucessor – não havia pressa. Nada a fazer.

Em batalhas fundamentais para a nossa Língua no quadro europeu, os nossos governantes não estiveram à altura – apesar dos Tratados e até contra estes. Ao dizer «governantes», abranjo Governos, Presidentes da República, Assembleias da República e representações no Parlamento Europeu, à exceção de vozes minoritárias. O problema nem é tanto a Europa decidir contra nós; é nós votarmos com o resto da Europa contra nós. Isso é que mostra que não prestamos.

Decidi não continuar deputado, não me candidatar. Em 2011, o CDS batera-se, comigo, valentemente contra este último atentado ao estatuto europeu da língua. Apresentámos propostas, liderámos o debate, com a companhia do PCP. Perdemos, com a razão do nosso lado, apenas porque PS e PSD se juntaram, tal como anos antes nas marcas. Formado, porém, um Governo PSD/CDS e atribuídos os Negócios Estrangeiros a Paulo Portas, líder do CDS, cabendo também ao CDS os Assuntos Europeus, pensei que o «dossier» seria revisto, revertido ou adiado. Não. Sem debate, nem informação, a alta direção do CDS enfileirou no cortejo e fez os deputados carimbar, quando chegou o tempo do voto parlamentar.

Essa é a questão que as três novas Resoluções nos colocam: são mesmo novas? São para levar a sério? Os três partidos autores tiveram um rebate de consciência portuguesa? PS, PSD e CDS vão reverter os erros feitos na União Europeia e ser plenamente consequentes com «a afirmação da nossa Língua enquanto língua de trabalho nas grandes organizações multilaterais»? Era bom.

# REPRESENTATIVIDADE E *ACCOUNTABILITY*\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

São bem conhecidos os inúmeros problemas que ensombram a sociedade e o desenvolvimento económico do País. Para já não falar na ausência de uma visão consensual para o País e de uma estratégia que lhe sirva de guia, são por demais evidentes as consequências nefastas de um sistema parlamentar de Partidos, quando capturado pelas lideranças destes e dos interesses que as suportam. É um tal sistema eleitoral, baseado em listas partidárias que impossibilita candidaturas e eleição de cidadãos independentes, que faz com que ele surja como não representativo das aspirações e sentir dos portugueses e a causa determinante do mal-estar vigente.

Daí, também, o desinteresse crescente de grande parte da população, e em particular da classe média, pelo processo eleitoral e ainda mais pela política. A abstenção é crescente, atingindo níveis que nos permitem legitimamente interrogar-mo-nos sobre a representatividade de quem nos governa, tanto mais que se vive num contexto em que a guerrilha partidária substituiu a prática política da convivência democrática. A questão central para uma democracia de qualidade pode assim resumir-se a uma questão política de representatividade e «*accountability*». Sem isso não existirão as condições mínimas que permitam assegurar uma governação eficaz; i.e. em que as reformas necessárias à resolução dos problemas prementes com vista ao desenvolvimento sustentável do País possam ocorrer, e dar lugar a uma análise criteriosa das mesmas, concomitantemente com um escrutínio público do seu mérito e justificação.

É este o contexto e o caldo de cultura que explica e é responsável pelos problemas com que nos debatemos há décadas e que se traduzem numa

---

\* Publicado em 15 de março de 2017.



prática estagnação económica, e em que se destacam: uma justiça lenta e ineficaz; uma administração pública burocrática e inapta para fazer face aos problemas decorrentes da necessária modernização do País; uma fiscalidade asfixiante, desencorajadora da poupança e do financiamento com recurso a capitais próprios; uma economia carente de dinamismo, já que pouco empreendedora e inovadora e muito dependente de rendas e subsídios; enfim, uma sociedade civil sem vigor e largamente resignada. Em suma, um País onde a falta de «accountability» (i.e., representatividade e escrutínio) faz dele um País pouco estimulante para se viver, de tal modo que muitos dos mais aptos, qualificados e ousados o abandonam.

Apesar de tudo isto ser igualmente sabido e não terem faltado estudos, reflexões de todas as matizes, bem como manifestos alertando e pugnando por alterações conducentes a reformas tidas por essenciais ou mesmo básicas, a situação persiste, praticamente imutável, porque o processo decisional está prisioneiro de interesses individuais e de grupo, e os mecanismos de regulação, supervisão e controlo vivem em total promiscuidade com os interesses que servem. Em face disto, os cidadãos olham para o lado, impotentes e resignados como se tal não lhes dissesse respeito, à espera de um D. Sebastião ou de um milagre. Em suma, o grau de escrutínio da sociedade sobre todo este processo é diminuto ou inexistente.

Impõe-se, pois, alterar este estado de coisas e vencer a ignorância que lhe está subjacente, nomeadamente por parte dos cidadãos, tanto quanto possível organizados e com base em iniciativas conducentes a propostas de solução para os diferentes problemas, devidamente fundamentadas em termos das suas vantagens, benefícios e custos.

Em particular, os cidadãos têm de se mobilizar e pressionar os Partidos políticos no sentido de tornar possível a existência de candidaturas independentes dos mesmos, nas eleições para a AR, embora devidamente enquadradas institucionalmente, por forma a assegurar uma representatividade mais consentânea com as suas aspirações e interesses. Terão igualmente de abandonar a atitude passiva de esperar que outros proponham e desencadeiem as reformas de que o País carece, e de se consciencializar de que os bloqueios existentes só poderão ser vencidos com a mobilização e participação esclare-

cida e empenhada de todos, como forma de vencer os interesses instalados, em coluio com os atuais Partidos e práticas políticas.

A ignorância e o alheamento das decisões que a todos interessam e da forma como são tomadas, são atitudes perniciosas que a todos afetam e não permitem o desbloquear da situação com que há muito nos debatemos. É vital tornar Portugal não só o país de Sol, acolhedor e de boa comida onde é agradável viver, como igualmente o país onde o funcionamento dos órgãos do Estado e demais instituições relevantes, propiciam um clima estimulante para o progresso económico e social, suscetível de conduzir aos níveis de solidariedade e desenvolvimento porque todos nós há muito ansiamos. Mãos à obra....!!

# OS MITOS QUE NOS VÃO PERDENDO\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Fantásticos, educativos ou perniciosos, os mitos acompanham a humanidade. E bem nocivos são os mitos portugueses, propalados na palavra dos políticos, na pena dos comentadores e analistas, nas rádios, nos jornais e nas televisões. Repetem-se e reproduzem-se, tal como os deuses da antiga Grécia. E, em termos de deus maior, substituímos Zeus pelo Estado e ao Estado oferecemos hinos, louvores, produtos e sacrifícios.

Um primeiro mito é a liberdade de empreender e de investir. Diz-se que há, mas não há. Continuamos a viver num verdadeiro *condicionamento industrial*, reflexo de um Estado tentacular que se expressa através de um número infinito de autorizações que constriam vontades e impede o desenvolvimento. Condicionamento diferente, mas não menos danoso do que o da Lei de 1952, que visava a regulação do investimento. A prática está tão consagrada que, quando o licenciamento é rápido, em vez de se louvar a diligência, logo surge a acusação de suspeita ou de corrupção a quem interveio na autorização. A liberdade de empreender e investir é um mito em Portugal.

Um segundo mito é a *tragédia* das falências. Em Portugal, as empresas nascem e vivem, mas, contra a lei natural, raramente morrem. O número de empresas em processo de falência é exíguo comparado com outros países. Ao contrário do mito instalado, uma falência não é uma *tragédia*, mas parte integrante do processo de regeneração da economia. E uma falência retardada não salva o bem social das instalações que se vão degradando, dos equipamentos que são roubados ou se tornam inúteis, ou dos clientes, fornecedores e trabalhadores. Parente próximo é o mito do apoio público à reestruturação das empresas inviáveis. Um protecionismo que se materializa de

---

\* Publicado em 22 de março de 2017.

múltiplas formas, até na utilização abusiva de veículos de financiamento destinados a outros fins, distorcendo a concorrência e contrariando a existência de um tecido económico sólido, pressuposto de uma economia competitiva.

Um terceiro mito é a ecologia radical, que destrói projetos económica e até ambientalmente interessantes. Como a argumentação tão *densa* como a que adivinha uma gravura no sítio de qualquer barragem, ou a que inventa uma duna no sítio de qualquer urbanização, ou a que antevê o rato ibérico no sítio de qualquer projeto industrial. Um mito que permanentemente coloca qualquer Governo e cada cidadão em suspeita de atentar contra uma ordem definida por uns tantos autoarvorados em guardiães do vício e da virtude.

Um quarto mito é a equiparação de puros gastos em investigação a investimento produtivo. Muitas das verbas significativas que o estado atribui para a investigação são pura perda, não constituem investimento, nem trazem qualquer retorno, social ou económico. Até na área da própria investigação tecnológica. As despesas em investigação tecnológica são investimento se se concretizarem em inovação, vista como criação de novos produtos e serviços aptos a serem comercializados, pois só esses geram produção, emprego e desenvolvimento. O que se exige é uma investigação que crie produtos e mercados e não uma investigação a gosto ou visando meros objetivos particulares do investigador ou do laboratório estatal. O exíguo número de patentes registadas e, sobretudo, o escasso número de novos produtos criados em Portugal demonstra que este último é o tipo de investigação que predominantemente se faz neste país. Desperdício, não investimento.

Um quinto mito é o do estado produtor. Portugal não cresce devido essencialmente às erradas políticas públicas. De responsabilidade dos governos, mas diariamente justificadas graças à opinião publicada dos *grandes* economistas e analistas arregimentados. São eles que sustentam e dão suporte teórico a um estado produtor, aos gastos em bens não transacionáveis, ao aumento dos impostos, ao endividamento a todo o custo, e aviltam a ideia de um estado mais eficiente, regulador e fiscalizador. Pregam a escola pública em vez de defenderem um ensino de qualidade, clamam pela saúde pública, em vez de exigirem bons cuidados de saúde. Também por causa deles paga-

mos em duplicado, a escola pública e o ensino privado dos filhos, a saúde pública e o seguro de saúde, o sistema de justiça e a arbitragem privada.

Os mitos servem a classe político-burocrática instalada que, por sua vez, os sustenta e dinamiza, pois lhe trazem retorno garantido nas eleições. Só a exigência dos cidadãos na alteração das leis eleitorais poderá levar a mudanças na *nomenklatura* existente e eliminar os mitos que suportam políticas tão perversas e negativas para o crescimento da economia e o bem-estar social.

# FACILIDADE OU EXIGÊNCIA? EIS A QUESTÃO\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

O Governo, o Presidente da República e a maioria dos comentadores dos jornais e das televisões regozijam-se com o estado do País e acreditam que os portugueses estão a viver melhor, que as contas públicas estão no caminho certo, que a dívida está controlada, que o défice vive mínimos históricos e assim vai continuar para satisfação da União Europeia, além de que a paz social veio para ficar. Suponho, portanto, que os portugueses andam felizes e contentes, seja porque já se habituaram à pobreza, seja porque desistiram de lutar por uma vida melhor, seja porque emigraram.

Este é o estado da governação em Portugal e num tempo de grandes mudanças por todo o mundo, os nossos dirigentes tratam do contentamento e da felicidade dos portugueses, entre afetos e selfies. Para quê portanto duvidar do Presidente da República e do Primeiro Ministro, ou de tantos académicos e politólogos que os portugueses leem, ouvem e veem diariamente?

Para completar a bem aventurança, até um senhor holandês resolveu contribuir para o peditório de um raro momento de unidade nacional, ao considerar que os portugueses se andam a dedicar excessivamente ao vinho, ao sexo e a gastos sumptuários, desatenção que lhe custou a exigência de demissão, ainda que ele tenha apenas expressado, com uma notável ausência de diplomacia, aquilo que os países do Norte e do centro da Europa pensam e, já agora, pensam os nossos credores, que, com regularidade, se expressam ao nível dos juros que pagamos. O que se deve certamente a um erro de perceção mútua.

Claro que não é a primeira vez que vivemos contentes. Já aconteceu quando éramos os bons alunos europeus no tempo de Cavaco Silva, ou go-

---

\* Publicado em 5 de abril de 2017.

závamos a economia de sucesso de António Guterres, bem como durante as vitórias delirantes de José Sócrates. Foram tempos em que, com alguns outros miserabilistas, me queixei da ausência de uma estratégia nacional para o desenvolvimento (1), do excesso de obras públicas, da economia de bens não transacionáveis, das exportações insuficientes e do omnipresente regime político do compadrio, além de um Estado ineficiente e caro, utilizado como máquina de voto dos partidos.

Nada de novo portanto. Agora apenas temos a adição da geringonça, uma dívida um pouco maior e mais impostos e taxas, quanto ao resto, continua tudo na mesma. Para justificar as estatísticas que nos colocam no fim da tabela europeia, temos a crise internacional de 2008, a senhora Merkel, o ministro das Finanças alemão e, sorte nossa, o holandês voador. Além disso, o Governo tem agora na Assembleia da República um apoio muito mais diversificado do que no passado, mas também muito mais eclético: coexistem na governação partidos com diferentes opções quanto à União Europeia e à NATO, que governam em diálogo frequente sobre privatizar ou nacionalizar, aumentar os salários ou o investimento, dar prioridade ao mercado interno ou às exportações, reduzir o défice ou gastar um pouco mais em investimentos tão importantes e rentáveis como o porto do Barreiro ou árvores em vez de carros no centro de Lisboa.

Portugal, depois de ter espatifado, sem estratégia e sem critério, muitos milhares de milhões de euros de ajudas da União Europeia ao desenvolvimento e modernização do País, tem agora no poder partidos que advogam a saída do euro e da União Europeia, mas sem explicação do que fazer a seguir, porventura seguir as pisadas da Venezuela. Nesse processo, infernizam a política e a economia portuguesas e corroem qualquer simulacro de sentido de orientação que o Governo de António Costa possa ter. A realização de um referendo sobre o assunto tornou-se, por esse motivo, uma necessidade nacional, para acabar de vez com a dúvida e reforçar a nossa participação na União Europeia e no euro, ainda que com outro nível e maior exigência.

Neste contexto de grande felicidade nacional, continuo a defender para Portugal o que sempre defendi: (1) reforma do sistema político e das leis eleitorais, como previsto no «Manifesto por uma Democracia de Qualidade»;

definição de uma estratégia Euro Atlântica de médio prazo e um modelo económico consequente e exportador; atrair o investimento estrangeiro de empresas integradoras que nos tragam mercados, usando as vantagens logísticas da nossa localização no centro do Ocidente e beneficiando, através do *transshipment* em Sines, de ligações rápidas e baratas de mercadorias com todos os continentes; definir como o principal objetivo económico aumentar as exportações para um mínimo de 60% do PIB e trabalhar nesse sentido com os empresários portugueses; reduzir substancialmente o IRC; reformar e profissionalizar a Administração Pública e a criação de uma verdadeira escola de administração; fazer passar pelo crivo da Assembleia da República, em sessões públicas, as nomeações para altos cargos do Estado, com base em critérios profissionais e de seriedade; acabar com a pobreza e a ignorância numa geração através de um novo modelo de ensino pré-escolar com alimentação e transporte, destinado às crianças das famílias mais pobres; na educação, continuidade de políticas e exigência e exigência e exigência, com prioridade às ciências em geral e às engenharias em particular.

A felicidade dos povos, como podemos aprender com os nórdicos ou com os irlandeses, não compreende a mentira e a cultura da facilidade como modelo de governação. É o resultado do trabalho consequente, da verdade na relação entre os governantes e a sociedade e da exigência em todos os planos: político, económico e social. Porque não existe justiça social sem eficiência económica, apenas os governantes com essa cultura de rigor e de verdade podem realizar as transformações que dão acesso ao progresso dos povos.

(Sobre o tema da estratégia, escrevi o livro «Uma Estratégia para Portugal».)



# **A SOCIEDADE CIVIL TEM DE ASSUMIR DE VEZ AS SUAS RESPONSABILIDADES\***

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

No meu último Artigo, há precisamente oito semanas, coloquei a seguinte questão «Vai a Sociedade Civil permitir a continuação desta tragédia politico-bancária sem assumir o controlo da situação?»

Fi-lo com toda a propriedade porque de lá para cá a situação só se tem vindo a agravar. A venda do Novo Banco foi feita de tal forma que não augura nada de bom. O problema da Caixa Geral de Depósitos – o verdadeiro banco do Poder PS-PSD-CDS – será quando os portugueses tiverem de injetar os tais 4.000 M€. Bem pertinente também a pergunta: Porque esconde a classe política a lista de imparidades da Caixa Geral de Depósitos aos acionistas, que somos todos nós, para além de se quererem proteger a si próprios?

Agora aparece o caso Montepio, que pode ser de tal forma grave, que até o Ministro das Finanças do atual Governo nem quer falar dele, aumentando significativamente o nível de especulação. A estes casos temos de acrescentar os problemas gravíssimos do BPN, BPP, Banif e as ajudas a uns quantos outros. Penso que, nos casos verdadeiramente graves, as soluções encontradas foram de cariz mais político do que económico.

Se a Sociedade Civil considera que o seu nível de remuneração líquida é baixo, então tem de assumir de vez as suas responsabilidades e atuar rapidamente.

Necessitamos de um corte no forte cordão umbilical entre o poder político e o poder económico neste país, que só obteremos se conseguirmos uma melhoria significativa da nossa classe política e isso consegue-se se os

---

\* Publicado em 12 de abril de 2017.

eleitos para a Assembleia da República forem escolhidos por processos completamente democráticos, que os de hoje não são. Se não vejamos:

- As Listas de deputados são elaboradas exclusivamente pelos diretórios dos partidos, não existindo hoje a possibilidade dos eleitores avaliarem os candidatos, para excluïrem uns e permitirem a melhoria do posicionamento de outros nas listas, ou seja, listagens estabelecidas com cariz absolutamente ditatorial. Listagens estabelecidas obviamente com muitos seguidores dos líderes partidários e escolhidos muitas vezes com base em critérios extremamente duvidosos.

Compete neste momento à Sociedade Civil, para que não continue constantemente a queixar-se das consequências do que não faz, dar sinais claros aos partidos e aos políticos sobre o que espera deles nesta importante matéria.

Em minha opinião espera-se agora que a Constituição e a Lei Eleitoral permitam que os cidadãos escolham, de forma muito mais profunda e completa, os seus representantes. Tal como já é prática em muitos outros países, também em Portugal seria fácil implementar um sistema eleitoral, em que, a título de exemplo, se apresenta um modelo já estudado para o nosso país, no qual:

Existissem círculos uninominais, por exemplo uns 115 ao longo do Continente, onde, como o nome indica, apenas seria escolhido o candidato mais votado e para os quais deveriam ser aceites candidatos independentes das estruturas partidárias. A estes círculos adicionar-se-ia o círculo nacional, com aproximadamente 100 candidatos, com a possibilidade de avaliação destes pelos eleitores como critério de acesso ao hemicycle, tal como acima mencionei. A estes acresceriam ainda os círculos da Madeira, Açores e Emigração.

É de enorme importância que nos círculos uninominais se possam apresentar candidatos independentes e completamente desligados das estruturas partidárias. Quisessem os partidos aumentar o número de deputados na Assembleia da República, que trabalhassem também a nível local (e não só a nível distrital) para obterem aí os melhores candidatos. Dá trabalho mas seria muito bom para a nossa Democracia.

Com este novo sistema corrigiríamos falhas democráticas que nos têm afetado muito negativamente e iríamos, de forma muito mais profunda, dar passos certos na resolução de, entre outros, os seguintes problemas/processos:

- O Sistema de Financiamento dos Partidos Políticos;
- O Sistema Judicial;
- O paupérrimo desenvolvimento da Economia;
- Os problemas vigentes na Banca Pública e Banca Privada.

Cada um dos gravíssimos problemas acima mencionados contribuem de forma muito intensa para a redução dos rendimentos das Famílias portuguesas. Será, portanto, natural que todos nós nos movimentemos para terminar com aquilo que é uma grave degradação democrática.

Sou dos muitos que acreditam que com uma Assembleia da República verdadeiramente democrática estaria lançada a génese da resolução dos complicados problemas que nos afetam.

# **INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PORTUGAL: SUCESSO OU DESASTRE?\***

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

Um dos maiores erros estratégicos cometidos pelos dirigentes do nosso país foi o não terem percebido que só a competitividade das empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis era capaz de garantir a participação de Portugal na Zona Euro. E agora parece não entenderem que é a competitividade das empresas que garante a solidez do setor financeiro, e que não é a injeção de dinheiro pela banca nas empresas que assegura essa competitividade. Por isso é fundamental sublinhar que a Inovação Tecnológica empresarialmente competitiva é essencial para garantir a prosperidade económica e a coesão social.

Existe em muitos setores da opinião pública uma perigosa confusão entre o que é Investigação Científica e Inovação Tecnológica.

A Investigação Científica visa alargar o conhecimento científico, mas não tem de per si objetivos económicos ou empresariais. Já a Inovação Tecnológica tem que criar as condições que permitam produzir bens e serviços que sejam apetecíveis no mercado global. Quanto maior for a procura dos bens produzidos em território nacional, maior será a remuneração dos trabalhadores que forem capazes de assegurar essa diferenciação pela qualidade.

Em Portugal houve um grande aumento do número de doutorados entre 1999, em que totalizavam 8725, e 2011 em que atingiram 26 175. Mas lamentavelmente, deste total de 26 175 doutorados em 2011 apenas 709, ou seja 2,7%, tinham alguma atividade formal nas empresas.

Temos pois um panorama confrangedor, em termos de contributo para a capacidade tecnológica das empresas. Sublinhe-se que a AdI – Agência de

---

\* Publicado em 19 de abril de 2017.

Inovação, foi criada já há mais de 20 anos para coordenar as atuações de dois Ministérios: o da Ciência/Ensino Superior e o da Economia. Ou seja, para pôr em contacto dois «mundos paralelos», o das empresas com o qual o Ministério da Economia se relaciona, e o da Ciência/Ensino Superior que o Ministério da Ciência/Ensino Superior financia com os dinheiros do Orçamento de Estado, o que quer dizer de todos nós, contribuintes.

Os 97,3% de doutorados com vínculo exclusivo ao Estado pressupõem um certo receio de trabalharem nas empresas, para além obviamente duma falta de atrativos que as empresas oferecem aos doutorados. E porque acontecerá este estranho fenómeno?

Da minha experiência de mais de quatro décadas de trabalho em Inovação Tecnológica julgo que falta sedimentar em Portugal competências específicas em termos de gestão da Inovação Tecnológica, que conduzem aos designados CTO – *Chief Technological Officers*. Gerir doutorados num quadro empresarial, não é fácil! E em Portugal praticamente não há formações académicas neste âmbito, ao contrário do que acontece em países que há muito «casaram» a inovação tecnológica e a gestão estratégica, como é o caso dos Estados Unidos da América, da Alemanha e do Japão. E muitos doutorados acabam por preferir o «conforto» que o trabalhar para o Estado lhes confere, aos riscos e à instabilidade que trabalhar em empresas sujeitas à competição global parece proporcionar.

Só assim se pode entender a pressão para obterem Bolsas de Pós-Doutoramento, dadas pelo Estado a milhares de doutorados que assim permanecem fora da realidade empresarial, não dando qualquer contributo direto para a prosperidade económica e o bem estar social da nação no seu conjunto. E drama maior ainda, seria converter estes «Bolseiros pós-doc» em funcionários públicos de pleno direito, como alguns setores da atual maioria parlamentar pretendem fazer. Seria aumentar a despesa pública apenas para garantir que as empresas iriam definir à míngua de quadros altamente qualificados, que ficariam no Estado à custa dos impostos que elas próprias pagam!

É pois urgente quebrar este círculo vicioso que só leva ao desastre: o Estado patrocina doutoramentos que depois levam os doutorados a trabalharem esmagadoramente para o próprio Estado.

É óbvio que, para isso, as políticas públicas têm que atuar em dois planos complementares:

- a) Fomentar os temas de doutoramento nas áreas de Ciência e Tecnologia que sejam relevantes para as atividades das empresas.

Uma das formas mais eficazes de articular competências tecnológicas com as prioridades estratégicas empresariais são as BDE – Bolsas de Doutoramento Empresarial, que deviam ser uma prioridade da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e em que os temas das teses de doutoramento têm que ser escolhidos pelas empresas onde irá ter lugar o trabalho experimental e que são orientadas em simultâneo por um orientador académico e por outro empresarial.

- b) Promover os incentivos às empresas para recrutarem doutorados e os inserirem na respetiva estratégia empresarial.

Neste sentido, considera-se prioritário que seja retomado um Programa de Inserção de Doutorados nas empresas, semelhante àquele que foi incompreensivelmente descontinuado em 2006, e pela qual a então AdI (a Agência de Inovação entretanto substituída pela Agência Nacional de Inovação) suportava o custo de 50% dos vencimentos dos três primeiros anos de trabalho efetivo de doutorados contratados pela primeira vez para trabalhar nas empresas.

Beneficiando do Programa Portugal 2020, este é o momento ideal para definir como objetivo estratégico para 2020 que 10% dos doutorados tenham nesse ano vínculo laboral a empresas. Esses 3000 doutorados, devidamente enquadrados nos desafios, nas oportunidades, nas ameaças, mas sobretudo no fascínio de poderem usar a inovação tecnológica ao serviço da sociedade, serão a garantia de que Portugal terá todas as condições para ter sucesso como parte integrante da Zona Euro.

Esse é um objetivo primordial que uma Democracia de Qualidade tem de alcançar para Portugal.

# MOAR – A MÃE DE TODAS AS REFORMAS\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Escrevo no dia 25 de Abril, cujo primeiro D foi «democratizar». 43 anos depois, como estamos? Como estamos quanto a qualidade da democracia?

Estamos mal, muito mal mesmo. A cada eleição que passa, são os eleitores que no-lo dizem; abstêm-se de modo crescente. Nas últimas autárquicas, em 2013, faltaram às urnas 47,4% dos eleitores. Nas europeias, em 2014, falharam 66,2%. Nas regionais da Madeira e dos Açores, em 2015 e 2016, respetivamente 50,3% e 59,2% não quiseram saber. Nas legislativas, em 2015, foram 44,1% os que viraram costas. E nas presidenciais, em 2016, 51,3% não foram votar. São números altíssimos. E pior do que o valor absoluto é o facto de piorarem de eleição em eleição, isto é, normalmente a abstenção tem aumentado em contínuo face à eleição homóloga anterior.

O problema está diagnosticado há muito. Radica na forma como os partidos dominantes evoluíram, num contínuo declínio para sistemas fechados, impondo as suas escolhas. Os aparelhos, submetidos ao domínio de diretórios e caciques, trancam a formação das listas, ditando candidatos por modos que estimulam o servilismo. Desenvolvem processos políticos que inabilitam qualquer mandato representativo e degradam os partidos. Um quadro que gerou descrédito crescente, contaminou toda a política e provocou contágio geral a todas as eleições.

Neste sistema de «democracia» autocrática em que decaímos, com obscuros centros de poder pré-definidos, o perfil do candidato favorito inspira-se no modelo do Prof. Karamba, um candidato multimodal, deputado tutti-fruti, mandatário para todas as opções. Podemos escolher o grande mestre de astrologia internacional, Professor Jelani, mestre em amor, negócios, im-

---

\* Publicado em 26 de abril de 2017.

potência sexual, exame, jogo, espirituais, alcoolismo, droga, maus-olhados, inveja, prender e desviar, etc... que afasta e aproxima pessoas amadas, lê a sorte, dá previsão da vida e do futuro pelo bom espírito e forte talismã. Ou, se não nos inspirar confiança, temos antes a opção do Prof. Karim Issa, ilustre espiritualista e cientista, reputado por lidar com problemas de amor, insucessos, depressões, negócios, injustiças, casamento, impotência sexual, maus-olhados, doenças espirituais, sorte nas candidaturas, desporto, exames e proteção contra perigos como acidentes em todas as circunstâncias, aproxima e afasta pessoas amadas, com rapidez total, sendo certo que, se quer prender uma vida nova e pôr fim a tudo o que o preocupa, não perca tempo, contacte o Prof. Karim Issa e ele tratará o seu problema com eficácia e honestidade, faz emagrecer ou engordar, consulta à distância e pessoalmente. Também há escolhas no género feminino, num vasto leque de tarólogas, videntes e leitoras de sinas, especialmente requisitadas nestes tempos exigentes em que a arte das previsões tudo dita e comanda. O essencial para o sistema é que o candidato seja versátil e ágil, maleável e dócil, habilidoso e ajustável, imaginoso na palavra, disciplinado no sentido de obediente – e bom altifalante, nunca voz de si mesmo.

O diagnóstico está feito. A evidência cansa de tão repetida. A solução está no caminho que propusemos no Manifesto Por Uma Democracia de Qualidade: reformar o sistema eleitoral, devolvendo a democracia à cidadania.

Esta é a reforma fundamental que temos de empreender. É a «*MOAR – the Mother of All Reforms*», isto é, a Mãe de Todas as Reformas. Não faremos todas as demais reformas de que necessitamos, enquanto não começarmos por aí. Um sistema eleitoral misto, como já descrevi nestas páginas, com rigorosa proporcionalidade, mas articulando listas plurinominais, alguns círculos uninominais e um círculo nacional, é a única forma de restituir autenticidade à democracia e autoridade à representação da cidadania. Sem esta respiração genuína entre a sociedade e a política, não conseguiremos melhorar e avançar. Continuaremos condenados ao teatrinho que nos entretém e afunda, enquanto os centros que capturam o sistema tudo comandam e bloqueiam.

A pregação e insistência do Manifesto vai fazendo o seu caminho, apesar das resistências e mesmo quando não nos citam.



Há poucos dias, um quadro do Partido Socialista, Daniel Adrião, intervindo num artigo e em entrevista, saudou terem «surgido nos últimos anos em Portugal várias iniciativas e movimentos com o propósito de responder a este grave problema, lutando por mudanças no sistema político.» Mas, chamando a atenção para que «a forma mais eficaz de fazer essa pressão é dentro do próprio sistema político, designadamente através dos partidos que o integram», divulgava o «movimento “Resgatar a Democracia”, criado no âmbito do Partido Socialista e que se tem batido por uma profunda reforma do sistema político, quer a montante, no âmbito partidário, quer a jusante, no sistema de representação política, (...) propondo uma reforma (...) que garanta que são os cidadãos (e não os diretórios partidários) a escolher os deputados que os vão representar na Assembleia da República.» Bingo!

A 2 de abril, foi Luís Marques Mendes, no seu espaço na SIC, a perguntar «O que devia mudar?» e defender, pela primeira vez, a reforma do sistema eleitoral. E apoiou estas ideias: «Devíamos ter círculos uninominais (um círculo, um deputado), compensados com um círculo nacional (exemplo alemão); os cidadãos escolhiam o seu deputado, como escolhem o seu Presidente de Câmara. Votava-se mais em pessoas e não só em partidos. Era mais responsabilizante. A escolha dos partidos tinha de ser mais exigente – escolher os melhores, mais prestigiados e credíveis.» Bingo!

E, a 7 de abril, na Gulbenkian, na apresentação do segundo volume da sua biografia oficial, o ex-Presidente da República Jorge Sampaio ocupou-se dos nossos temas. Lemos na imprensa: «Jorge Sampaio fez uma intervenção no final em que revelou algumas “inquietações”, como a má utilização de dinheiros públicos e o financiamento partidário ou a necessidade de recalibragem dos sistemas eleitorais, de forma a garantir novas formas de representatividade dos cidadãos.» Exatamente os dois temas do Manifesto Por Uma Democracia de Qualidade, sem tirar nem pôr. Bingo!

Caso talvez para dizer: haja esperança! Não chega. É preciso haver vontade. O caminho vai sendo aberto e, creio, a cidadania acabará por vencer. Quem gosta de estar submetido? Quem gosta de ser manietado? Ninguém. Com solução à vista e à porta, a porta será aberta.

# AS JOTAS E OS PONTOS NOS II\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Os jotas – usualmente tratados como «jotinhas», e não por carinho – são tema frequente. É comum apontar-se-lhes todos os males do mundo, elegendo-os como tema de caricatura, associados aos «*jobs for the boys*» ou «*for the girls*». A primeira pergunta que nos devemos colocar – os jotas também – é o que se passou para que as juventudes partidárias passassem a ser percebidas, em linguagem tecnocrática, não como um «*asset*», mas uma «*liability*», isto é, passivo, em vez de ativo. E a segunda pergunta é se as Jotas são, hoje, fator de renovação do sistema político, se são ou podem ser um motor de esperança; ou são antes fator de ceticismo, alimentando a ideia de o sistema não ter conserto.

O problema das Jotas pertence sobretudo às Juventude Social Democrata (do PSD), Juventude Socialista (da JS) e Juventude Popular (do CDS), as Jotas dos «partidos do poder», os que mais longamente estiveram no governo. As questões que afetem a JCP são de outra natureza. E o Bloco, mais recente, faz até gala em afirmar: «nós não temos Jota» – traduzindo o desprestígio que foi ferindo as organizações de juventude.

Há dias, num trabalho na revista do «Público», a síntese de abertura era esta: «As juventudes partidárias são hoje mais pragmáticas do que ideológica» – embora, curiosamente, o texto desenvolvesse muito o contrário, o trabalho ideológico das Jotas. Mas a jornalista apreendeu aquela verdade por detrás da aparência. E, se for assim, se forem «pragmáticas» e não «ideológicas» ou «doutrinárias», as Jotas de pouco servem: não mobilizam por ideias, sonhos, valores, ideais. Não sendo ideológicas, tornaram-se mero veículo e eco reprodutor da vulgar «ideologia do poder», o mal do tempo, o veneno que trouxe o sistema à podridão.

---

\* Publicado em 3 de maio de 2017.

Houve, com o decurso dos anos, uma quebra sensível da militância. Se nos anos da Revolução e seguintes, o sentido da emergência cívica puxava quase todos os jovens para a ação política, hoje não é de todo assim. A normalização produziu um arrefecimento e os jovens passaram a olhar mais para as suas carreiras profissionais, a cuidar das suas vidas e interesses pessoais. O pior foi a ideia que se foi gerando entre os jovens, a cada fornada, a cada geração, de que os poucos atraídos pela política também estarem a tratar das carreiras e a cuidar das suas vidas e interesses. Se não havia neles um ideal vibrante que os exaltasse, se não irradiavam genuína convicção desinteressada, onde tinham, na verdade, a paixão?

Por isso, muitos jovens que, além do crescimento profissional, queriam dar largas a interesses sociais e cívicos foram canalizando – e bem – a sua generosidade para outro tipo de movimentos que não as juventudes partidárias. Estas desenvolveram tiques sem sentido útil, que as tornaram alvo de crítica nas suas próprias gerações. Desenvolveram um «sindicalismo jovem», que é, na essência, um modelo estúpido de sindicalismo. Enquanto a pobreza, a exploração, a desigualdade, onde existem, carecem de luta e organização para serem vencidas, a juventude não precisa disso: passa com a idade. As necessidades e os desafios postos pela juventude são de outra natureza e reclamam outra dinâmica. As Jotas têm, em geral, os 30 anos como limite de idade, o que é demasiado elevado – algumas chegaram a tê-lo nos 35 anos. Ora, a ideia de um «jovem sénior» é mais próxima do ridículo que da seriedade.

O problema maior nesta evolução perversa foi a relação das Jotas com o poder. Acabaram por tornar-se prolongamento dos vícios do sistema, em vez de reserva crítica e fonte de renovação. Cada uma tem a sua história; e os casos de estudo mais interessante são obviamente a JSD e a JS, com larga intimidade e promíscuo convívio com o poder, as estruturas da Administração Pública, os gabinetes e os fundos comunitários. Provaram, em abundância, do cálice do veneno.

Mas, também na esfera que me foi próxima, a JC, hoje JP, pude observar a evolução. Creio que o fator de distorção esteve nos Protocolos CDS/JC, que deram aos «jovens» vários «direitos» de poder interno, conferiram 10% dos

colégios eleitorais do CDS à Jota e, entre outras metas de carreira, alimentaram a ideia de o Presidente da JP ter «direito» a ser deputado. Não está mal que os jovens sejam deputados; está muito bem que o sejam, se têm gosto precoce, jeito e talento para isso. Mas não devem precisar de ser Presidentes da Jota – são-no, porque são bons. Noutras palavras, são-no porque são jovens talentosos do partido, e não da Jota; não sujeitam, não subvertem, não instrumentalizam a Jota ao serviço dessa ambição.

Também a quota eleitoral de 10% tornou-se mais servidão do que poder: um instrumento servil em manobras eleitorais internas ou batotas dos caciques. Mesmo numa juventude fora do poder – como, na maior parte do tempo, a JC/ JP – a dinâmica foi muito semelhante à que íamos lendo nos jornais sobre as JSD e JS. Também a JP se tornou arena de lutas pelo «poder», recorrendo a processos pouco idóneos: a conquista do «poder» era essencial ao acesso à miragem dos magros cargos. O partido sénior olhava com condescendência para os truques e desvios «democráticos»: «São rapaziadas, hão de crescer.» Mas muitos dos mais velhos eram, eles próprios, os mestres da batota, instrumentalizando a quota dos 10% para seu apoio ou industriando os jovens noutros mecanismos de domínio. E os mais novos, crescendo assim, consolidaram uma cultura doente: aparelhística, caciquista e de teia, que replicavam e refinavam, ao acederem, mais velhos, ao governo dos partidos.

O declínio fez-se assim. Só afastando as Jotas, enquanto tal, do exercício e ambição do poder, as recuperaremos para a função de renovação e refrescamento do sistema político. Os jovens são muito bem-vindos aos partidos. E quem quer intervir, deve fazê-lo logo. Mas nos partidos diretamente, não a cavalo das Jotas.

Portugal tem um problema sério com o sistema eleitoral. As Jotas são capazes de agarrar essa bandeira e forçar a reforma? Façam-no. São capazes de encontrar deputados que tenham liberdade suficiente para ser pontas de lança dessa mudança crucial?

Já percebemos que nos querem esconder as imparidades da Caixa. As Jotas são livres para impor o seu esclarecimento público e de quem foram os responsáveis? Vamos a isso.

Andamos a brincar com a dívida, que pesa brutalmente sobre o futuro. As Jotas são capazes de fazer produzir um relatório objetivo e um inventário sério, com um caminho rigoroso e exigente a prosseguir? Um manifesto de geração. Ou vão colaborar no contínuo ruminar da mentira?

Assistimos a um recuo brutal no valor da liberdade de ensino, abandonado até por quem se pensava defendê-la, o CDS. As Jotas, que não são escravas do Estado, são capazes de assumir o combate ideológico pela Liberdade e de afirmar uma alternativa com alto valor social?

Vai passar mais uma geração sem estruturar a Descentralização? As Jotas vão continuar a colaborar na centralização e a assistir, basbaques, à desertificação de boa parte do território?

Nestas e noutras questões, as Jotas deviam ser capazes de pôr os pontos nos iis, interpretando-as e animando-as. Para isso, precisam de ser livres. Livres do poder que as amarrou.

Só assim recuperarão a imagem, a genialidade e o brilho da política.

# ACABAR COM OS RICOS... OU COM OS POBRES?\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

Numa suposta conversa havida entre Otelo Saraiva de Carvalho e Olof Palme, no pós-25 de Abril, o primeiro teria dito ao segundo que o que se pretendia nessa época em Portugal seria acabar com os ricos, ao que Olof Palme terá retornado, com alguma piada, que na Suécia se pretendia precisamente o contrário: acabar com os pobres! A pretensa opção entre acabar com os ricos ou acabar com os pobres nunca terá tido entre nós um grau de pertinência comparável ao que se regista no momento atual.

No momento atual, a narrativa de austeridade que caracterizou a governação em anos transatos foi mais recentemente substituída por uma outra de otimismo algo exagerado, que esquece as múltiplas reformas que urge implementar para atingir o nível de crescimento/desenvolvimento que os portugueses ambicionam. Não se pretende com isto dizer que não tenhamos vindo a assistir a desenvolvimentos positivos nos últimos trimestres, portadores de alguma esperança para os tempos que se avizinham. Em particular, a redução do défice orçamental das administrações públicas no ano findo, suscetível de conduzir à saída do país do Procedimento por Déficit Excessivo, bem como um crescimento do PIB para além das expectativas, com redução da taxa de desemprego, são aspetos positivos que importa assinalar e valorizar. Mas importa igualmente reconhecer que continuamos a gerir o curto-prazo na base da conjuntura económica... descurando largamente o longo-prazo. Com efeito, não só a austeridade permanece, embora em menor grau e sobre formas diversas, como as reformas que o país reconhecidamente carece para conseguir a credibilidade necessária a um desenvolvimento sustentável, continuam por fazer. É isto que urge reconhecer!

---

\* Publicado em 10 de maio de 2017.

Acresce que um tal otimismo não se afigura legítimo num contexto em que raramente as condições externas foram tão favoráveis à concretização das reformas indispensáveis, e quando o desempenho de outros países do nosso espaço geográfico (nomeadamente a Espanha e a Irlanda) suplantam largamente o que estamos a conseguir; e isto aplica-se tanto em termos de crescimento e taxas de juro no financiamento externo, como na confiança decorrente das expectativas resultantes das políticas prosseguidas.

Entre os problemas já identificados que urge resolver, realçamos o da representatividade do poder político, como fonte de legitimidade democrática. É patente o afastamento dos cidadãos dos Partidos e seu crescente desencanto com a governação e a política. Assim sendo, a reforma do sistema eleitoral surge como indispensável, por forma a permitir uma intervenção mais direta e pessoal dos eleitores na escolha dos seus representantes. Como é sabido, o sistema eleitoral encontra-se capturado pelas lideranças partidárias, não permitindo que pessoas independentes se possam candidatar em representação dos muitos descontentes com o atual sistema.

Para além desta reforma básica, importa não continuar a adiar as reformas urgentes e em larga medida já concensualizadas como imprescindíveis ao país. Entre outras são de referir: a da justiça, a da orgânica, competências e funcionamento das instituições reguladoras e da administração pública em geral, a da melhoria da «governance» das empresas públicas e as respeitantes aos domínios da formação profissional/educação, bem como da saúde e da segurança social.

No fundo e em particular há que não perder de vista que a finalidade última das reformas a empreender consiste em promover o crescimento sustentável da economia, com base no investimento produtivo, na inovação e progresso tecnológico, por forma a assegurar a competitividade e a exportabilidade do output gerado, como vias de assegurar o aumento do nível de vida e bem-estar da população. Igualmente presente deve estar a preocupação com a redução das desigualdades, por via de uma repartição mais equitativa do rendimento. Tal implica a existência e o fortalecimento de uma «classe média», com capacidade e motivação para poupar e contribuir para o processo de crescimento e desenvolvimento do país.

Em conclusão, são necessárias políticas para acabar com os pobres... mas não com os ricos! Numa sociedade democrática são precisos «ricos» com capacidade para gerar poupança e assim poderem contribuir para a grandeza e enriquecimento do país. O problema é, pois, eminentemente político e de políticas. Frequentemente culpam-se os economistas pelos insucessos do desempenho económico que se registam e ilustram-se estes com os falhanços das suas previsões. Esquecem-se, assim, os pressupostos em que estas foram feitas, e a ausência de implementação das medidas que eram supostas servirem-lhe de suporte.

Na prática, a responsabilidade pelos insucessos registados não cabe fundamentalmente aos economistas, mas aos políticos e às políticas que prosseguem, as quais frequentemente não são compatíveis com a credibilidade que gera confiança. Talvez isto explique também a interrogação que vem sendo feita do porquê da persistência na classificação de «lixo» como «rating» da nossa dívida, apesar das melhorias que se vêm registando em vários indicadores da economia nacional. A resposta está em que sem uma forte determinação e empenhamento na prossecução das reformas consideradas urgentes, os potenciais investidores na economia portuguesa permanecerão céticos quanto à solidez do nosso desenvolvimento futuro e continuarão a canalizar para outras paragens mais promissoras os seus recursos e energias!!



# MITOS E OBSTÁCULOS\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

O país tem vivido de mitos, de tal modo assimilados que já são tomados como realidade. Eles servem a classe político-burocrática instalada que os sustenta e dinamiza, pois lhe trazem retorno eleitoral assegurado.

Mito é pensar-se que o Ministério das Finanças é o Ministério das Finanças do país, quando geralmente tem sido apenas o Ministério das Finanças das Administrações Públicas, ou até só de algumas, ou unicamente do setor público estatal. Para melhor servir tal objetivo, o Ministério das Finanças tornou-se tentacular, comandando ou influenciando cada vez mais áreas, acentuando a prevalência do Estado na esfera económica, e subordinando a economia real à lógica das administrações públicas e do calendário eleitoral. Prova é a política fiscal, concebida ao exclusivo serviço do Estado e ao arrepio da economia, ou a política orçamental, ao serviço dos interesses das burocracias instaladas e dos partidos do poder. O Ministério das Finanças, salvo honrosas exceções ou mercê de imposição externa, tem-se constituído como o grande patrono dos interesses burocráticos e partidários, prodigalizando-lhes o dinheiro que retira à economia, ao investimento, à formação e reorganização empresariais, e assim à produtividade e inovação.

Segregar do Ministério das Finanças muitas das funções que detém seria o melhor símbolo de autonomia da economia real (e do Ministério da Economia...) face às finanças públicas.

Também o mito eólico leva as pessoas a acreditar, já sem questionar, que o vento tornaria, por si, a energia mais barata. O mito fez esquecer que se tratava, e trata, de uma indústria de capital intensivo e de tecnologias que nem sequer dominamos, que levou a investimentos desproporcionados, exigindo

---

\* Publicado em 17 de maio de 2017.

outros complementares nas fontes tradicionais que compensem a intermitência do vento, gerando dessa forma custos injustificados. O mito fez aceitar uma política energética cara, altamente lesiva dos interesses dos cidadãos e das empresas, afetando a economia familiar e a competitividade empresarial.

Outros mitos estão presentes na sociedade portuguesa. O mito da liberdade de empreender e investir, que não existe, sujeita a condicionamentos de toda a ordem, o mito da ecologia radical que mais não faz que destruir projetos económica e ambientalmente interessantes, o mito do Estado produtor, que destrói a ideia de um Estado eficiente, regulador e fiscalizador, o mito da tragédia das falências e da bondade do apoio do estado a empresas em dificuldade, que impede o rejuvenescimento do tecido produtivo.

Tais mitos traduzem-se em obstáculos ao desenvolvimento, porque geram uma cultura que vê no Estado a solução dos problemas e o agente do progresso, logo uma cultura de aversão ao risco, de antiempreendedorismo e de desconfiança face à globalização, inibidora de vontades e de projetos. Como estimulam a mentalidade conservadora da Administração Pública e a resistência à mudança, traduzidas num acentuar do seu poder burocrático, gerador de corrupção, e inibindo uma concorrência sã, pilar da economia de mercado.

Se os antigos gregos viam a mitologia como forma de educação que indicava o caminho, distinguindo as diversas categorias de deuses e heróis, insólito é que os portugueses ainda aceitem acriticamente toda a mitologia que a *nomenklatura* política, perpetuada pelo sistema eleitoral, lhes vai incutindo.

Zeus ofereceu à sua filha Pandora uma caixa de cobre, mas ordenou-lhe que nunca a abrisse. Mesmo avisada de que nunca deveria ter aceite presentes dos deuses (e eu diria, nós, do Estado...), não resistiu a abri-la. Dela saíram todos os males do mundo, sofrimento, pobreza, velhice, doença... Desesperada, Pandora tentou fechar a caixa, mas era tarde. E então espreitou lá para dentro. E viu que uma estrelinha ainda lá tinha ficado, muito escondida, mas bem reluzente. Era a esperança!...

Possa também o projeto Por Uma Democracia de Qualidade alimentar essa esperança, de um novo processo eleitoral que leve a uma nova classe política não sustentada pelos mitos, de cabeça limpa, disposta a remover os obstáculos ao nosso desenvolvimento.

# O SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

As ideias e as propostas que os subscritores do Manifesto por «Uma Democracia de Qualidade» têm defendido, acabam de receber um apoio qualificado num importante ensaio do professor Manuel Braga da Cruz: «O sistema político português». Trata-se de um ensaio de grande lucidez e atualidade, escrito numa linguagem clara, que nada deixa de fora da história do nosso regime político após o 25 de Abril, dos seus vícios e dos interesses que ao longo dos anos se têm escondido no conservadorismo de leis feitas por conveniência e pela promiscuidade com o Estado, ao ponto do autor escrever que «São hoje notórios os sinais de degradação do nosso sistema democrático representativo.» Para demonstrar a afirmação o autor dá dados: «o número de jovens portugueses que considerava que a democracia funcionava bem desceu, de 2007 para 2015, de cerca de 33% para 17,3%. O número de jovens que participavam em partidos desceu, nesses mesmos anos, de 13,6% para 3,7% e os que participavam em sindicatos decresceu de 12,1% para 3,6%».

O professor Manuel Braga da Cruz explica ainda algo de essencial e hoje muito esquecido: «Os partidos saíram reforçados da transição constitucional, mormente com a desmilitarização da vida política e com a redução dos poderes do Presidente da República, na primeira revisão da Constituição de 1976. O afastamento dos militares da cena política e o seu regresso aos quartéis, a reeleição civil do Presidente Eanes e o seu abandono da chefia do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a extinção do Conselho da Revolução e a sua substituição por órgãos civis, tornaram os partidos nos grandes e exclusivos atores da vida política nacional». E mais à frente: «Os partidos detêm o monopólio da representação política e controlam ferrea-

---

\* Publicado em 31 de maio de 2017.

mente o acesso ao parlamento, através do sistema eleitoral de lista fechada». Ou ainda: «Os partidos arriscam-se a representar não o melhor mas o pior da sociedade. Muitos dos melhores afastam-se da política e dos partidos, com a consequente debilitação das lideranças:»

Tal como nós, aconselha a reforma das leis eleitorais, através de círculos uninominais e de um círculo nacional, (refere aqui o sistema alemão), e preconiza um equilíbrio virtuoso entre governabilidade e representatividade, porque hoje, diz ele: «A unidade básica do parlamento português não é o deputado mas o partido. O parlamento é uma câmara de partidos». Esclarecendo a seguir: «Os grupos parlamentares são mais um órgão do partido no parlamento do que o inverso: um instrumento do parlamento no partido.»

Parece evidente que, depois do período revolucionário em que o poder militar limitou de alguma forma o poder dos partidos políticos, a generosa intenção então existente de democratização do regime foi aproveitada para dotar os partidos de todo o poder, o que fizeram tomando conta do aparelho do Estado em todas as suas dimensões. São os partidos que designam membros do Conselho de Estado, do Tribunal Constitucional, do Conselho Superior da Magistratura, o Procurador Geral da República, a administração do Banco de Portugal e de todas as empresas públicas. Além disso, a conhecida promiscuidade entre os partidos e o mundo dos negócios faz com que, mesmo em empresas privadas, como é o caso da EDP, os partidos mantenham ex-governantes e militantes seus em lugares de direção, solução promovida ou aceite pelos acionistas como a forma útil de manterem os favores do Estado que representam milhares de milhões de euros anualmente.

Finalmente, como escreve o Professor Braga da Cruz: «Os Gabinetes de Estudo e Planeamento, que asseguravam a reflexão do Estado sobre si e sobre as suas estratégias sectoriais, foram encerrados ou desvalorizados. E acabaram a ser substituídos por *outsourcing* de gabinetes de projetos ou de advocacia que não têm, nem podem ter, visão de Estado e do interesse público».

A publicação em livro do ensaio «O sistema político português» do Professor Manuel Braga da Cruz, representa um excelente serviço prestado à democratização do regime e à luta dos signatários do «Manifesto por uma Democracia de Qualidade».

# CÍRCULOS UNINOMINAIS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS — UMA NECESSIDADE PREMENTE\*

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

O ex-Candidato à Presidência da República Henrique Neto fez importantes referências no seu Artigo desta coluna na semana passada, à obra de Manuel Braga da Cruz «O sistema político português», da iniciativa da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Trata-se de facto de um livro de grande importância, cuja leitura é indispensável e é um apoio importante à tese de necessidade urgente de uma reforma do sistema eleitoral, que preveja círculos uninominais para a eleição dos Deputados para a Assembleia da República. Aliás, a nossa Constituição já o permite desde que António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa proporcionaram a revisão de 1997, ou seja há já vinte anos...! E os dois sabiam certamente o que estavam a fazer.

A introdução de círculos uninominais é um princípio que os subscritores do Manifesto «Por uma Democracia de Qualidade» defendem ativamente desde 2014.

Aproveito para lembrar os leitores que, sistemas eleitorais com círculos uninominais não são sistemas não testados, bem pelo contrário, França, Inglaterra, Irlanda, Dinamarca, Alemanha, Suécia e muitos outros já utilizam sistemas eleitorais com esses círculos, como forma imprescindível de aproximarem os eleitos dos seus eleitores, há muitos anos.

O que não é nada normal, e é mesmo vergonhoso, é assistirmos em Portugal ao aumento da abstenção nas eleições dos Deputados para a Assembleia da República: 8,34%, em 1975, 44,14%, em 2015 e permitirmos que se mantenha a forma ditatorial, como os diretórios dos partidos procedem à escolha de todos os Deputados que constituem a Assembleia Legislativa da

---

\* Publicado em 7 de junho de 2017.

nossa República. É, aliás, uma forma que interessa a muitos políticos, mas que não interessa, seguramente, à Sociedade Civil, porque, como se vê pelo nível de abstenção, não se sente adequadamente representada.

Os partidos deviam ser responsabilizados pela Sociedade Civil por não estarem a defender os interesses da Nação. Porque continuam a insistir em não aceitar a concorrência de candidatos independentes das suas estruturas, para que em candidaturas espontâneas, se possam candidatar a Deputados?

A situação vai ao extremo de ainda há uma semana o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, segundo a comunicação social, ter-se-á manifestado contra a criação de círculos uninominais em Portugal, considerando que «tal sistema podia criar uma hipermegageringonça». Hipermegageringonça quando existiria sempre um círculo nacional de compensação de uns 100 Deputados?

Os partidos tendem em não gostar de círculos uninominais porque teriam de arregaçar as mangas para se dedicarem à escolha do melhor candidato a Deputado em cada um dos por exemplo 115 círculos uninominais no Continente. Isso obriga a conhecer muito bem os candidatos e os desejos das populações em cada um desses círculos uninominais, porque em cada um deles só o candidato mais votado entrará no hemiciclo. E isso é obviamente uma ameaça de monta para fracos candidatos. Mas porquê o termo hipermegageringonça? Nascerá de alguma situação traumática?

Defende ainda Luís Montenegro a redução do número de Deputados da Assembleia da República. O PSD tem falado numa redução de 50. Um grande erro, quanto a mim, porque tal medida vai prejudicar os pequenos partidos, beneficiando grandes tal como o PSD. Não me parece que seja uma boa proposta de início de negociações, que, aliás, não me parece que esteja minimamente interessado em encetar.

Acho ridículo que os líderes partidários não tenham ainda compreendido que o primeiro ou os primeiros partidos a apoiarem a implementação dos círculos uninominais e a defenderem a apresentação de candidatos independentes das estruturas partidárias às eleições legislativas serão os que terão mais a ganhar em termos de apoio popular em sede de atos eleitorais.

Considero que se os partidos não efetuarem atempadamente a reforma do sistema Eleitoral outras alternativas de poder político aparecerão, porque não acredito que a passividade da Sociedade Civil portuguesa se mantenha e não procure outras soluções, afastando do poder estes políticos que apoiam uma democracia por eles controlada de forma ditatorial.

Até quando a situação se vai manter, não se sabe. Só sabemos que a nossa não para de se deteriorar!

# A PERVERSÃO DA ELETRICIDADE\*

Por **Clemente Pedro Nunes**

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico

Uma Democracia de Qualidade tem como objetivo eleger políticos sérios que exerçam os seus cargos com competência e ao serviço dos cidadãos.

No caso da política energética portuguesa, o objetivo prioritário é o de se conseguir uma base energética que fomente o emprego na economia, e em especial nos setores transacionáveis.

Ora, em Portugal durante o mandato de José Sócrates criou-se em 2007 um sistema elétrico monstruoso, pela inclusão simultânea de duas componentes legais:

- a) Promoveu-se a instalação de 5.600 MW de potência eólica intermitente, toda ela protegida legalmente por tarifas «feed-in»;
- b) Manteve-se em vigor, e nalguns casos reforçou-se, os CMEC que eram destinados a «proteger do mercado» as receitas de exploração das centrais que anteriormente serviam de base à produção elétrica.

As tarifas feed-in garantem, por Lei, duas vantagens fundamentais aos produtores de eletricidade de origem eólica intermitente;

- Um preço garantido, muito acima do preço de mercado, e asseguram esse preço mesmo que não haja consumo no momento da produção;
- Prioridade à energia eólica produzida de forma intermitente, em termos de entrada na rede, afastando assim outras fontes de energia que estejam disponíveis nesse momento e a preços muito mais baixos.

E quem paga, por Lei, estas proteções é o conjunto de todos os consumidores de eletricidade em Portugal.

---

\* Publicado em 14 de junho de 2017.



Para melhor se perceber o absurdo deste quadro legal, vejamos dois exemplos:

- Consideremos que a Central de Sines se encontra a fornecer eletricidade ao sistema a 35 Euros/MWh mas que surge entretanto um aumento de vento que introduz no sistema 1.000 MW de potência que beneficia dum preço garantido de 100 Euros/MWh. Então o sistema tem que comprar esta eletricidade, deixando de comprar a que estava disponível mais barata.

O que significa que em cada hora esta substituição provoca um sobre-custo de 65.000 Euros, ou seja, um custo adicional de 1,6 milhões de Euros por dia...

Só que os prejuízos que esta descida de produção provoca na Central de Sines também serão pagos pelos consumidores, dado que esta Central está protegida por um CMEC que visa exatamente eliminar estes impactos negativos na respetiva exploração.

O segundo exemplo da irracionalidade económica deriva de que se num dado momento houver excesso de produção eólica, e o sistema elétrico português não a puder absorver, ela poderá ser exportada para Espanha.

Só que aqui o produtor eólico já está pago pelos referidos 100 Euros/MWh que a Lei lhe garante, à custa dos consumidores portugueses que neste caso não vão consumir essa eletricidade, que depois pode ser vendida a consumidores espanhóis a preços de mercado, como o MIBEL prevê.

O que significa que os consumidores espanhóis podem depois pagar a apenas 5 Euros/MWh esta eletricidade que já tinha sido paga aos produtores eólicos por 100 Euros/MWh.

É este cocktail explosivo, derivado das limitações tecnológicas da intermitência eólica e dum quadro legal absurdo, que também originou a famosa Dívida Tarifária, que continua a atingir quase 5.000 milhões de Euros.

Como é possível o consumidor pagar a eletricidade tão cara e ser-lhe atribuída em cima disso a responsabilidade por uma Dívida Tarifária?

Porque os sobrecustos deste sistema monstruoso são de tal forma elevados que em vários anos os responsáveis optaram, por razões políticas, por

não fazer pagar todos esses custos nesse mesmo ano, e em vez disso diferi-los para serem pagos em vários anos futuros.

Só que, com estas regras os sobrecustos continuam a ser tão altos que a Dívida Tarifária permanece, apesar das tarifas serem tão elevadas.

É como se tivesse criado uma perversão para evitar que a eletricidade produzida em Portugal possa ser usada para criar empregos no nosso país.

E o que se pode fazer para se atenuar este desastre?

Em primeiro lugar acabar em absoluto com a atribuição de tarifas feed-in a quaisquer tipos de novos produtores, para que o problema não aumente ainda mais.

Em segundo lugar renegociar as tarifas feed-in e os CMEC ou, pelo menos, não criar mais qualquer tipo de CMEC, que assim se extinguirão a prazo, começando já em finais deste ano com o CMEC da Central de Sines que, ao passar a mercado, será um contributo para reduzir as tarifas.

E em terceiro lugar pressionar a Europa, juntamente com Espanha, para que as interligações Península Ibérica/França sejam reforçadas, e assim se possa vender eletricidade quando ela for cá excedentária, ou comprar em França quando ela for mais barata do que na Península Ibérica, melhorando assim o custo da base energética em Portugal.

Eis pois um excelente objetivo a alcançar por uma Democracia de Qualidade em Portugal.

# A CAPTURA PELO CARTEIRISTA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Temos denunciado nesta coluna o mau funcionamento do sistema político e da representação parlamentar, às vezes com casos-tipo mais chocantes.

Uma das questões é alienação dos deputados, arredados de problemas ou privados do exame prévio cuidadoso das decisões. Foi, em 2014, a «eutanásia social», na expressão de Bagão Félix: a proibição de os reformados trabalharem mesmo sem remuneração, um caso que contei no prefácio da 1.<sup>a</sup> edição do Manifesto Por uma Democracia de Qualidade. Ou, também de 2014, a proibição manhosa de os casais, em atraso, se apresentarem, como habitualmente, à tributação conjunta em IRS – o «caso do Zé Augusto», que aqui relatei: milhares de contribuintes, de recursos médios, com o imposto brutalmente agravado em milhares de euros, em 2016. Interveio o Provedor de Justiça e a lei foi revista.

Há casos de grande gravidade, todavia, em que a reação não soa, nem prevalece. Está um na ordem do dia: os CMEC, tão longamente badalados, quanto sobreviventes.

O cidadão comum tem dificuldade em saber o que são CMEC. Se o leitor, nas suas cogitações, pensar que um «C» significa «captura» e o outro «C» significa «carteirista», não andarão longe da verdade. O esquema, engendrado em 2004 e posto em marcha em 2007, significa «Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual»; mas o leitor revelaria faro e argúcia, se, ao querer adivinhar, pensasse em «Captura Metódica pelo Esquema do Carteirista».

O esquema consiste num laborioso enredo técnico, impenetrável aos pagantes e muito difícil de entender a quem não seja especialista ou lhe dedique horas de estudo. Ouvindo as explicações, a nossa alma divide-se en-

---

\* Publicado em 21 de junho de 2017.

tre, para um lado, admiração gulosa e, para outro, indignação irada por se ter construído um novo normativo que, através da articulação entre uma dada engenharia de produção e um sistema de tarifas garantidas, assegura para os lucros de alguns uma arca do tesouro alimentada em contínuo por um moedeiro bem lubrificado. E onde liga o moedeiro? Aos nossos bolsos, aos bolsos dos consumidores de eletricidade.

São essas as engenhosas «rendas» não só «excessivas», mas ilegais à luz do Direito Comunitário: um *pick pocket*, que, sacando 5 euros aqui e 53 acolí, mais 29 euros ali e outros 44 acolá, consoante o nível dos consumos domésticos ou empresariais, alimenta, em todos os meses de todos os anos, uma torrente de milhões que vai parar aos bolsos de alguns. Os CMEC são milhões de porquinhos-mealheiro (os consumidores) a encher, por decreto, o gordíssimo cofre do Tio Patinhas. Benefício público? Zero. Ou questionável. Além disso, impedem a economia de funcionar.

Este esquema de privilégio nunca deveria ter começado – e devia ter acabado há muito. Faço parte de um grupo de portugueses (nos bancos do meio, pois não tenho habilitações técnicas especializadas) que já há alguns anos luta politicamente contra os CMEC. Cremos que são ilegais. E, antes disso e além disso, são gravíssimo erro de política económica e de política energética, que fere as famílias, penaliza as empresas, atinge a nossa economia e a competitividade.

Nunca conseguimos o apoio suficiente para vencer. Sofre-se segregação. E houve quem pagasse mais o preço da verdade: o secretário de Estado Henrique Gomes, a quem presto homenagem, afastado porque queria ir mais longe mais depressa. Os pólos de captura do sistema são muito poderosos, sobretudo quando há muitos milhões em jogo, hábeis a chegar a muito lado de várias formas, incluindo à comunicação social. Não digo necessariamente corrupção – chega, muitas vezes, o poder encantatório dos milhões ou a teia das redes de poder. Há espíritos que se deslumbram com facilidade. Há dependências que se criam, pela publicidade e por mecenatos. E há a sábia máxima dos prudentes: «viver não custa, o que custa é saber viver».

Em maio de 2013, organizei, para alguns colegas deputados no CDS, um seminário com excelentes especialistas na matéria. O seminário sucedeu

a um outro, realizado em abril, onde tinha estado António Mexia e a sua equipa. O seminário de maio, contra as rendas ilegais, foi um contraditório arrasador. A explicação e a prova dos abusos e efeitos nefastos foram tão flagrantes, que lembro não terem ficado dúvidas sobre o imperativo de acabar com isso. Pois bem... não se passou nada. A questão foi explicada a deputados do Parlamento Europeu – também nada se passou. As altas esferas, os centros de decisão, aplicaram ao assunto o triturador habitual e a questão continuou dormente, para não dizer morta. Debate para uma decisão coletiva? Nem um. Tudo rola nos gabinetes, nos corredores, nos restaurantes, nos telemóveis – isto é, nos terrenos favoráveis aos mecanismos de captura.

A *troika* colocou repetidamente nos memorandos e relatórios esta exigência: «*Tomar medidas de modo a limitar os sobrecustos associados à produção de eletricidade em regime ordinário, nomeadamente através da renegociação ou de revisão em baixa dos custos de manutenção do equilíbrio contratual (CMEC) paga a produtores do regime ordinário.*» Quase nada se passou. O *lobby* que vive disto tem conseguido resistir à própria *troika*. Podemos chamar-lhe o LDT: o *Lobby* Disto Tudo.

Agora, face à ressonância de um caso judiciário, foi convocada a voz grossa dos «chineses». Sabe-se que, embrulhado com o deslumbre alcunhado de «diplomacia económica», a compra da EDP e da REN pelos chineses foi, nos corredores, um dos argumentos mais servis para manter o *status quo*. Compreendo que os chineses possam estar inquietos se lhes tivessem vendido gato por lebre. Mas, aí, teriam de pedir contas a quem, começando pelos órgãos da empresa, lhes tivesse garantido que o Direito Comunitário é para violar, lhes tivesse escondido a controvérsia já existente, lhes tivesse dito que um esquema lesivo da economia nacional poderia manter-se eternamente, ou lhes asseverasse que, em Portugal, o Direito e a política democrática estão submetidos ao poder do dinheiro. O que não podem continuar a ser é os portugueses, os consumidores de eletricidade, a pagar os custos de mais um logro.

Tenho verificado que as maiorias, fossem as do PS, fossem de PSD e CDS, nunca resolveram o problema. Caíram nos mecanismos de captura e, muitas vezes, participam neles. Por isso, defendo a reforma do sistema elei-

toral: nos CMEC, a informação técnica disponível já é tanta que bastariam 3 ou 4 deputados com pelo na venta e independência pessoal e política para arrasar esta manipulação no prazo máximo de 2 a 3 anos. Se tivéssemos um sistema eleitoral misto à alemã, conjugando círculos uninominais e plurinominais, o eco daquele seminário de maio de 2013 não teria desfalecido. Os deputados não seriam manietados ou condicionados. E, se quisessem agarrar essa luta, ninguém os poderia parar, com o que os partidos também ganhariam. Os partidos ganham com deputados assertivos, que enfrentam problemas, interpretam causas, animam questões; não ganham nada com os que vestem o bibe dos poderosos e dos endinheirados.

# CUSTOS DAS NÃO-REFORMAS\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

A despeito de múltiplas controvérsias e polémicas ideológicas, não será fácil encontrar hoje um economista que não subscreva a ideia de que sem reformas estruturais significativas não será possível Portugal ultrapassar as crises periódicas que têm caracterizado o pós-25 de Abril – e em particular as últimas duas décadas – por forma a encontrar o rumo que lhe permita alcançar a modernização e as transformações necessárias, tendo em vista o progresso e a melhoria do bem-estar coletivo.

Esta é hoje uma visão de tal forma consensual, que a opinião pública já integrou essa necessidade como condição indispensável ao desenvolvimento sustentável do País. Por ela vem reclamando cada vez mais, a ponto da sua concretização ser causa do crescente descrédito que nutre pelo processo político em geral e pela grande maioria dos políticos em particular.

Com efeito, é importante ter presente que a retoma a que vimos assistindo nos últimos 2-3 anos, é fraca e dificilmente sustentável, em particular tendo em conta os níveis de endividamento privados e público. Aliás ela surge na sequência dos choques resultantes da crise financeira global (2008) e da do euro (2010), sendo certo que outros países europeus e nossos concorrentes diretos evidenciam maior resiliência e melhor desempenho. Deste modo, sem um crescimento mais robusto do PIB e dos fatores que o determinam não será possível ultrapassar as crises cíclicas com que vimos sendo confrontados. Esta é uma constatação a que os políticos não conseguirão escapar e que exige capacidade, competência e empenhamento para ser enfrentada. Dela dependerá a credibilidade e confiança na governação e concomitante qualidade e melhoria das condições de vida dos portugueses.

---

\* Publicado em 5 de julho de 2017.

Mas o que está verdadeiramente em causa quando falamos de reformas? O termo tem sido de tal forma utilizado e banalizado que necessita de clarificação. Ora por reformas estruturais pretende-se significar aquelas que verdadeiramente determinam a forma de funcionamento da economia, influenciando-a no sentido estrategicamente pré-definido como desejável. Isto é totalmente distinto do que sucede no tipo de «navegação à vista», em que a atuação visa corrigir uma trajetória não desejada, mas sem verdadeira clarificação do rumo prosseguido.

Neste contexto importa assim reconhecer que o objetivo primordial a prosseguir é o do crescimento do PIB, assegurando simultaneamente a competitividade, o que implica políticas visando melhoria na produtividade dos fatores trabalho e capital e suas determinantes, nomeadamente inovação e condições de financiamento. Deste modo, tudo quanto possam ser práticas políticas não consentâneas com a prossecução mais eficaz do objetivo, terão de considerar-se como custos inerentes às mesmas, decorrentes da não adoção das soluções mais adequadas: é tipicamente o caso das não-reformas.

Em termos mais concretos importa assim reconhecer que constituem custos do nosso processo político, entre outros, a ausência de reformas nos seguintes domínios:

1. Sistema eleitoral, por forma a retirar o monopólio dos Partidos na elaboração das listas de candidatos à AR, assim permitindo uma representatividade mais consentânea com as aspirações e interesses dos cidadãos e possibilitando um melhor escrutínio público, com vista a que o interesse nacional seja assegurado;
2. Sistema judicial, por forma a torná-lo mais celere, mais «accountable» e eficaz;
3. Sistema regulador, dotando-o de efetiva independência e «accountability», por forma a permitir que atue de forma responsável no momento oportuno, eliminando «falhas de mercado» e custos associados. Só assim poderá ser assegurada a concorrência, por forma a eliminar desperdício e evitar práticas de favorecimento. Em particular, o caso das «rendas excessivas» no setor da energia e das parce-



- rias público-privadas terá de ser criteriosamente revisto, assim contribuindo para a redução da despesa pública e para a indispensável reforma do sistema fiscal.
4. Sistema bancário, tendo em vista assegurar uma reconfiguração do mesmo que possibilite que o seu funcionamento tenha em conta os interesses nacionais, seja eficaz e contribua para o crescimento potencial da economia. Especial atenção deverá ser dada ao crédito mal-parado, por forma a que ele não seja objeto de tratamento especulativo e fator de agravamento da necessária capitalização bancária.
  5. Sistema educativo, por forma a dotá-lo de maior relevância e eficácia, nomeadamente na sua vertente profissional, à semelhança do que sucede noutros países, nomeadamente na Alemanha.
  6. Sistema de infraestruturas, tendo em conta as suas reais prioridades, potencialidades e necessidades. Em particular urgem decisões sobre a rede ferroviária, sua modernização, compatibilização e integração nas redes europeias, bem como sobre a expansão do porto de Sines.
  7. Segurança Social, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade no longo prazo, mas tendo igualmente em conta as diferentes situações contributivas dos seus beneficiários.
  8. Administração pública, tornando-a mais eficiente e célere, através da desburocratização e da motivação e empenhamento dos seus agentes. Neste contexto afigura-se relevante a responsabilização e motivação destes, com revisão das carreiras e de vencimentos, tendo em vista o aumento efetivo da produtividade.
  9. Sistema de saúde, com vista à eliminação de desperdício, maior eficiência e eficácia. Neste âmbito é importante ter em conta as conclusões do estudo patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian, bem como a necessidade de revisão de carreiras, vencimentos e incompatibilidades, por forma a dotar o sistema de maior transparência e produtividade.
  10. Descentralização e ordenamento do território, com vista a potenciar as reais possibilidades do País, de forma eficaz e ponteciadora da coesão social.

Não é este o local, obviamente, para justificar e aprofundar a forma de concretizar este conjunto de reformas. Essa é uma tarefa para uma equipa de especialistas. Fica aqui tão só mais um alerta para a sua premência, uma vez que medidas avulsas e não inseridas numa perspetiva reformista e bem articulada dificilmente poderão fornecer uma base credível para promoção do investimento. Esperemos que os responsáveis pela prossecução do desígnio nacional assim o considerem também.

# SOLUÇÃO: UMA DEMOCRACIA DE QUALIDADE\*

Por **Henrique Neto**

Empresário

Os tristes acontecimentos das últimas três semanas, desde os fogos de Pedrogão Grande ao roubo de armas dos paióis de Tancos, passando pelos casos da divulgação antecipada do ponto de exame de português e da Galp-gate, bem como as notícias semanais de acusações por corrupção de políticos e de funcionários, mostra à evidência as razões do Manifesto para uma Democracia de Qualidade. De facto, é no excesso de concentração de todo o poder nos partidos políticos, com o equivalente controlo exercido pelo Estado sobre as instituições da sociedade, que deveremos procurar a explicação para todos estes acontecimentos.

No caso de Pedrogão Grande foi evidente a ausência de capacidade de comando que permitiu que o combate ao incêndio tivesse precedência relativamente à evacuação das populações em perigo, o que provocou a imensa tragédia que nos envergonhará para sempre. No caso de Tancos, a longa e humilhante desvalorização das Forças Armadas pelo poder político, nomeadamente com a menorização do fator competência relativamente à conveniência partidária na escolha das chefias militares, abriu a porta à degradação do serviço que permitiu o que agora aconteceu. O que não serve de justificação, mas que dá para compreender que o prestígio da instituição Forças Armadas não pode ser confiado aos desprestigiados partidos políticos portugueses.

Entendamo-nos, há muito que não vivemos num verdadeiro regime democrático, do povo e para o povo, e há muito que a Assembleia da República, sede da democracia, deixou de representar todos os portugueses, seja os que não votam, seja os que votando não se revêm na ação e na inação dos deputados escolhidos pelos líderes partidários. Deputados que não fiscalizam os

---

\* Publicado em 19 de julho de 2017.

governos e que nunca se preocuparam com as questões que mais interessam aos portugueses, como as que agora debatemos, desde o SIRESP às condições de trabalho e de comando dos bombeiros, dos recursos das Forças Armadas à sua desvalorização, da floresta ao vazio humano e económico do interior.

Há anos que existe um largo consenso na sociedade sobre a necessidade de organizar a floresta, de mapear a propriedade rural, de proceder ao emparcelamento da propriedade com a devida compensação aos proprietários que não tenham a suficiente capacidade económica para proceder à sua exploração, de repensar as espécies a desenvolver de forma a tornar a sua existência não só económica mas também ao abrigo de incêndios generalizados. A questão é agora a de saber o que foi feito pelos governos e pelo Parlamento sobre tudo isso? Negócios, muitos negócios: no SIRESP, nos Kamov, nos aviões alugados, nas rendas pagas a empresas com relações privilegiadas com os partidos.

A base de Tancos há anos que não tem as condições mínimas de segurança, a videovigilância está desativada, as torres de vigia não têm vigilantes, a rede que circunda a base haveria de ser consertada um dia e os militares da ronda não têm munições para a sua própria defesa. Nada de grave portanto, já que o Primeiro Ministro sabe que as armas roubadas não serão usadas por terroristas ou quaisquer máfias mal intencionadas.

Noutros países, com regimes democráticos credíveis, os bombeiros e as polícias, tal como os militares, são sujeitos a inspeções periódicas, fazem exercícios regulares para demonstrar aos seus superiores a sua competência e prontidão em situações extremas e tão próximas da realidade quanto possível, os acidentes são tentativamente previstos e, se necessário, combatidos com eficácia. Em Portugal, basta a ministra da Administração Interna chorar e o Ministro da Defesa assegurar que não sabia de nada, para que o Primeiro Ministro lhes renove a sua confiança, porque obviamente o que está em causa não é a vida e a segurança dos portugueses, mas a sobrevivência do partido, ou partidos, no poder.

Os signatários do Manifesto por uma Democracia de Qualidade tinham razão quando há anos defenderam publicamente que a raiz da má governação em Portugal residia nos partidos políticos e na forma como estes con-

dicionam o acesso ao poder político, seja no acesso à Assembleia da República, seja nas autarquias, seja aos diferentes órgãos do Estado. Mas não só, também a forma como esterilizam a independência das instituições, desde as Forças Armadas, as associações empresariais e até a própria Igreja, cada vez mais limitada a ser o complemento dos serviços sociais do Estado, atividade da maior relevância, mas que não deveria excluir a liberdade de opinião, a exemplo, aliás, do Papa Francisco.

Não será portanto necessário ser profeta para prever que os acidentes que agora estão a ser tão debatidos na sociedade portuguesa, continuarão a acontecer. Pelo menos, enquanto os portugueses não puderem escolher, um a um, os seus representantes, em plena consciência e liberdade, porque essa é a base de qualquer democracia moderna. É na qualidade e na verdade dessa escolha que reside a melhoria do nível de exigência dos cidadãos perante os seus eleitos e a representatividade, a qualidade e a disciplina das instituições.

# **A SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA É INDUBITAVELMENTE A RESPONSÁVEL PELO NÍVEL DE QUALIDADE DA NOSSA DEMOCRACIA\***

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

A qualidade da Democracia em Portugal está a afetar negativa e gravemente a vida dos cidadãos. Apercebi-me dessa evolução inaceitável, mas nunca pensei que as consequências fossem tão gravosas. Atualmente estão, infelizmente, bem à vista.

Dessa evolução fez e faz parte, entre muitos outros aspetos, a não efetivação da Reforma do Estado por um lado e por outro o facto que sucessivos governos tivessem vindo a depauperar o Estado de recursos técnicos absolutamente imprescindíveis. Conforme as áreas de atuação, optaram, posteriormente, por duas vias: subcontratar as tarefas a profissionais caríssimos e muitas vezes não preparados ou pura e simplesmente permitir que o Estado deixasse de efetuar as tarefas a que está obrigado por Lei.

Não posso esquecer o incêndio que deflagrou há cinco semanas em Escalos Fundeiros. Muito lamento as mortes de tantos inocentes e, para as suas Famílias, vão neste momento os meus pensamentos. Este grave acidente deveria fazer a Sociedade Civil compreender as lacunas existentes na classe dirigente deste país e atuar com rapidez, pois cidadãos inocentes morreram porque o Estado não conseguiu garantir a sua segurança. O problema não residiu nos operacionais no terreno, mas na sua falta, na falta de instruções para que atuassem corretamente e ainda na falta de resposta inqualificável aos inúmeros apelos feitos por cidadãos em pânico.

Onde estavam os sistemas de reserva para atuarem se, em caso de emergência, os sistemas da primeira linha falhassem?

---

\* Publicado em 26 de julho de 2017.

Anseio pelas conclusões da investigação do Ministério Público à ocorrência, e desejo fortemente que também faça uma investigação separada e detalhada à compra do sistema SIRESP. Quanto custariam os equipamentos concorrentes? Comprou-se um equipamento «específico» ou comprou-se um «standard» já testado? Devemos também exigir informações ao Ministério Público sobre esta matéria. Três governos envolvidos e o preço da adjudicação do SIRESP quase sempre a subir, não augura nada de bom.

O nosso país necessita urgentemente de uma Reforma do Estado feita pelo poder político, mas eficazmente apoiada em técnicos com muita experiência e profundamente conhecedores das várias áreas sob escrutínio. Assiste-se em Portugal a tomadas de posição da classe política que se percebe de imediato que estão assentes em conceitos de vária ordem, mas onde faltam as considerações de cariz técnico profundo e independente. Quando a classe política quer proceder a alterações faz muitas vezes referência à Diretiva de Serviços ou ao Simplex ou a outros conceitos que mais não são do que meios para atingirem outros fins não mencionados. E avançam muitas vezes sem sequer ouvir quem na Administração Pública tem profundos conhecimentos dos estrangulamentos e das necessidades.

Em áreas que tenho muita experiência – como por exemplo certificação/inspeção sei que SIMPLEX em excesso resulta em grande e grave COMPLEXidade para toda a Sociedade Civil.

Sou membro da Direção da CERTIEL-Associação Certificadora de Instalações Elétricas, associação privada de utilidade pública e sem fins lucrativos, e escrevo hoje para os leitores sobre um outro assunto que também tem a ver com Democracia de Qualidade, incêndios e mortes.

Peço que vejam a sequência da legislação publicada, por dois governos, relativa à realização de um concurso público para se escolher uma Associação Certificadora de Instalações Elétricas:

- Portaria 325/2015 de 2 de outubro 2015. Prevê a realização do processo concursal até 31/12/2015 para a escolha de Associação Certificadora. Nota: Concurso não realizado!
- Portaria 27B de 16 de fevereiro de 2016. Prevê a realização do concurso até 31 de março 2016. Nota: Concurso não realizado!!

- Portaria 27A de 20 de abril de 2016. Prevê a realização do concurso até 31 de dezembro de 2016. Nota: Concurso não realizado!!! A perspectiva de realização do concurso foi-nos confirmada pelo Sr. Secretário de Estado de Energia em reunião em junho de 2016.

Sem mais informações prestadas à CERTIEL, o Sr. Ministro da Economia anunciou, no seguimento do Conselho de Ministros de 11 de maio 2017, que as atividades da CERTIEL seriam passadas para uma entidade pública em 1 de janeiro de 2018. De forma não oficial, porque de forma oficial nada conseguimos obter até este momento, já recebemos texto de um Decreto-Lei em que se preconizam alterações muito graves para os cidadãos. Este é um exemplo claro de Democracia de muito baixa qualidade.

Só a Sociedade Civil e o nosso Presidente da República podem trabalhar para se pôr termo a situações destas. Os partidos políticos e os governantes fogem disso como o diabo da cruz.

Veremos também se os Deputados da Nação estão atentos a esta situação e se decidem aplicar o Artigo 169.º da Constituição-Apreciação parlamentar de atos legislativos, pedindo a apreciação parlamentar, caso o Decreto-Lei a ser publicado venha a eliminar a necessidade de inspeção e de validação do projeto das instalações elétricas. A ser assim os cidadãos poderão deixar de ter disponível um modelo, que tem dado provas ao longo dos últimos vinte anos, na garantia da segurança das instalações elétricas para os seus utilizadores, que estão indefesos perante a utilização nestas de uma tensão elétrica mortal de 230 V, que não pode ser alterada. Esta possibilidade resulta do facto de, à luz da informação que possuímos, um significativo número (70%) de projetos elétricos avaliados nos organismos que efetuam essa verificação, não estarem em condições de serem aprovados numa primeira fase, o que só vem confirmar a importância de manter o controlo sobre esta atividade. A saber ainda, que mais do que 60% dos incidentes de origem elétrica em 2016 ocorreram em edifícios de utilização doméstica ou similar, onde, segundo informações não oficialmente recolhidas, se apontaria para que no futuro, estas instalações fossem dispensadas em larga medida de uma inspeção prévia à sua ligação.

As minhas motivações são duas, mas bem importantes: Que se continue a garantir a segurança das instalações elétricas em Portugal, de uma forma



exigente e absolutamente independente, que a solução encontrada defenda o conhecimento e a experiência acumulados, que a perderem-se, considero, seria um retrocesso muito prejudicial para o nosso país.

Tivéssemos nós uma Lei Eleitoral para a Assembleia da República baseada nos princípios defendidos pelo Manifesto «Por uma Democracia de Qualidade» e com candidatos independentes das estruturas partidárias a poderem apresentar-se às eleições nos círculos uninominais e, seguramente, assuntos de grande importância para o país como estes, seriam debatidos na Assembleia da República com uma grande profundidade o que não se verifica hoje em dia.

# HIPER-MEGA-GERINGONÇA, UMA OVA!\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Nas jornadas parlamentares do PSD, em fim de maio, a reforma do sistema político e eleitoral foi um tema em debate. Boa escolha, maus os ecos.

Um dos mais sonoros foi a afirmação do deputado Luís Montenegro, ainda líder parlamentar, a denegrir um sistema misto que, garantindo a proporcionalidade da representação parlamentar, contivesse círculos uninominais, em que os eleitores escolhessem diretamente o seu deputado. Fustigou Montenegro: «*É impossível governar Portugal com 100 deputados «limianos». Isso parecerá não uma geringonça, mas uma “hipermega-geringonça”.*»

O sistema eleitoral misto, designado também «representação proporcional personalizada», é o que vigora na Alemanha desde o pós-guerra, com grande sucesso e excelentes resultados na ótica da qualidade da democracia. É o sistema que facilitou a integração política de toda a Alemanha após a queda do muro e a reunificação, garantindo, com grande plasticidade, a evolução do sistema partidário, sem sobressaltos. Com metade dos deputados eleitos de modo uninominal e a outra metade em listas plurinominais, existe sempre um *Bundestag* rigorosamente proporcional, com justa representação das correntes políticas, dos cidadãos e do território. Não há «limianos», uma das mistificações mais tolas do nosso debate político, superficial e leviano. É o sistema que tem assegurado a tranquila governabilidade do país desde o final dos anos 1940; enquadrou a reconstrução da Alemanha e um invejável grau de desenvolvimento; fomenta o diálogo e a concertação política, tendo, ao longo de sete décadas de boas provas, gerado, democraticamente, ora maiorias de sentido diferente, ora coligações interpartidárias de diversos matizes. É um dos pilares da grande maturidade e solidez política da Alemanha.

---

\* Publicado em 2 de agosto de 2017.

Vamos poder seguir de novo essa realidade a funcionar nas eleições alemãs de 24 de setembro próximo. Nada como ver.

A única crítica que o sistema alemão merece é a cláusula barreira de 5%: nenhum partido pode eleger deputados, se não tiver um mínimo de 5% – e algumas vezes, na verdade, partidos historicamente importantes, como os liberais do FDP, ficaram arredados do *Bundestag* por causa desse travão. Ainda assim, o sistema partidário alemão não é concentrado: tem cinco a sete partidos representados no *Bundestag*, como nós; e uma proporcionalidade de assentos parlamentares frequentemente mais próxima da proporcionalidade da votação do que na nossa Assembleia.

Essa regra dos 5%, porém, é inconstitucional e inaplicável em Portugal. Na Associação Por uma Democracia de Qualidade, chamamos mesmo a atenção para que, em Portugal, por via da matemática, é pior: em Portalegre, por exemplo, quem não tiver 30% não elege ninguém; e vários círculos há em que é preciso mais de 15%, ou 20%, ou 25%, para eleger 1 deputado. Por isso, na linha do Manifesto Por uma Democracia de Qualidade, defendemos que, além de uma reformulação dos círculos territoriais, haja, no topo do sistema, um círculo nacional de compensação, que corrija, de forma ainda mais justa, as distorções que possam ter sobejado do escrutínio uninominal/plurinominal no patamar territorial (distrital/regional). Ou seja, defendemos um sistema de tipo alemão, melhorado.

Tudo isto é possível no quadro constitucional. Podemos até dizer que a Constituição aponta para aí, pois a Constituição não abre portas para continuarem trancadas. Em 1989, a revisão constitucional permitiu a criação de um círculo nacional – ficou tudo na mesma. Há 28 anos! Em 1997, além do círculo nacional, a revisão constitucional permitiu «*a existência de círculos plurinominais e uninominais, [em] complementaridade, por forma a assegurar o sistema de representação proporcional*» – e tudo na mesma ficou. Há 20 anos!

Ou seja: o sistema que tanto choca o deputado Luís Montenegro é nada mais, nada menos do que o modelo constitucional por cumprir – basta ler o artigo 149.º da Constituição. E o mais curioso é que o PSD já o defendeu, havendo apenas a lastimar que o metesse no lixo, em vez de aperfeiçoar ideias e convergir com outros para a reforma necessária. Luís Montenegro criticava

a ideia de Rui Oliveira e Costa, convidado às jornadas parlamentares, o qual defende um círculo nacional com lista plurinominal de 100 deputados e, no Continente, 100 círculos uninominais. Ora, em 16 de março de 1998, o PSD apresentou, na Assembleia da República, na esteira imediata da revisão constitucional de 1997, o Projeto de Lei n.º 509/VII, que propunha um círculo nacional com 85 deputados e, no Continente, 85 círculos uninominais. Exatamente a mesma coisa! A única diferença está no número, pois Oliveira e Costa aponta para uma Assembleia com 215 deputados e o PSD queria-a com 184.

O modelo de reforma é por aí. E um líder parlamentar não pode ignorar ou caricaturar a história do seu partido. Quem eram os hereges PSD que, ao subscrever o Projeto n.º 509/VII, propunham um quadro perpétuo de «hiper-mega-geringonça»? Leiam com atenção por favor os «limianos»: Luís Marques Mendes, Luís Marques Guedes, Carlos Encarnação, Barbosa de Melo, Carlos Coelho e Manuela Ferreira Leite – tudo figuras de peso, incluindo dois ex-líderes. E Guilherme Silva chegou a defender, nos debates, círculos uninominais também nas Regiões Autónomas. E esta, hein?

Deplorável é que este projeto, assim como a proposta de lei do Governo, ficasse pelo caminho, numa das mais funestas sessões parlamentares da nossa história democrática: a sessão plenária de 23 de abril de 1998. Aí morreu a ansiada reforma eleitoral. Morreu de morte macaca, como diz o povo. Morreu por desconversa intencional. Morreu pela obsessão da redução brutal do número de deputados. Morreu por fingimento, sabotando. Foi um debate na generalidade que matou uma reforma fundamental. Uma discussão para envergonhar os desconversadores de serviço, que fizeram Portugal perder mais 20 anos.

Nas mesmas jornadas, o deputado Carlos Abreu Amorim também manifestou reservas, na linha de Montenegro, dizendo «ter muitas dúvidas de que, com deputados eleitos por este sistema, o Governo PSD/CDS tivesse conseguido ultrapassar os «anos de chumbo» da *troika*.» Está a ver mal. A realidade é diferente. Na Alemanha, está lá Schäuble; e, bem antes, Schroeder pôde fazer todas as reformas imperiosas, logo a seguir à reunificação. Se tivéssemos um sistema eleitoral assim, verdadeiramente representativo e com deputados personalizados, provavelmente nunca teríamos tido a *troika* –

não teria sido precisa. Não teríamos chegado ao precipício da falência, nem teríamos caído no pântano de corrupção em que nos atolámos e nos rouba a dignidade, o ânimo e as poupanças. Problema real é o nosso decadente hipermega-pântano, onde tudo amocha e que engole tudo, nada representa, ninguém acredita.

Como o meu colega Fernando Teixeira Mendes já criticou nestas páginas há algumas semanas, não há «hipermega-geringonça» de espécie alguma. Pelo contrário, o que haveria seria uma alameda de refrescamento, amadurecimento, recuperação e revitalização da democracia, devolvida à vontade e à escolha dos cidadãos. Temos mesmo de começar a construir a agenda da IV República. Portugal não pode continuar adiado.

# TEATRO POLÍTICO EM MODO DE PANTOMINA\*

Por **Antônio Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Vivemos numa democracia sem qualidade. No teatro parlamentar, a representação ultrapassou a normal divergência partidária, e o palco tornou-se o lugar da mais insuportável e deseducativa violência verbal. Bons de um lado, maus de outro, numa linguagem de ódio, como se a coexistência de diferentes vias políticas não fosse a essência da democracia.

Mas neste grande teatro de uma democracia sem qualidade, é a geringonça que monta as grandes encenações. Modernizou a picareta falante transmigrada de um seu ilustre avatar, aumentou-lhe potência e cobertura, e colocou-a a funcionar em vários canais estereofônicos que propagam, alto e longe, a voz e o grito da nova e vasta sorte de artistas ilusionistas, contorcionistas e prestidigitadores que ocuparam o palco, tomaram-no como seu, e dele querem fazer modo de vida.

Pedrogão foi tragédia bem real, mais de sessenta pessoas queimadas vivas. Em vez de respeito e assunção de responsabilidades, repetem-se as encenações alternativas. A Diretora de cena chorou publicamente no palco da tragédia, porventura como forma de melhor coordenação e comando do tablado. De onde, cercado de fogo, logo o encenador se afastou para férias, saindo de mansinho pela esquerda baixa, e deixando à boca do palco os principais personagens em tumultuosos diálogos homicidas, atribuindo uns aos outros as culpas da tragédia. No fim, mutuamente inocentados, responsabilizaram as forças da natureza, a trovoadas seca, o aquecimento global, o raio da árvore, o *downburst* e a própria estrada, os deuses, como na tragédia grega, contra quem até seria perigoso lutar. E assim apaziguados, fora das vistas do palco, no recato dos camarins, os farsantes maiores

---

\* Publicado em 23 de agosto de 2017.

da geringonça resolveram fazer uma sondagem à popularidade das suas representações!...

E, já em pós-cena, subidas e descidas as cortinas dos alegados responsáveis, o encenador-mor auto iliba-se, e a toda a sua companhia, apresentando à plateia o operador de telecomunicações como o grande culpado.

Numa outra encenação em que, num primeiro ato, os comediantes penosamente filosofavam sobre as causas e conseqüências do assalto ao principal forte das munições do país, a trama foi radicalmente alterada pelo encenador, mal regressado de férias. E o episódio transformou-se num hino aos heróis que despejaram gratuitamente o forte do material sem serventia, poupando incómodos à tropa e despesas de abate ao país. O forte era mera concentração de lixo e obviamente não se assaltam caixotes de lixo. No apoteótico coro final, Tancos nunca existiu, nem sequer no mapa, fim da peça. E o encenador foi publicamente louvado pelo seu contrarregra parlamentar, como *um criativo que colocou o problema que havia acontecido em Tancos no seu devido lugar...»*.

Na encenação educativa, os alunos representam e passam de ato para ato sem saber qualquer das suas falas, e a peça é apresentada como mais um êxito de real fantochada.

Entretanto, o coro anuncia, solene, a chegada definitiva à ribalta de todos os figurantes ocasionais e auxiliares dos bastidores, estagiários, bolseiros e investigadores de cena. Os espectadores pagarão os cachets.

No enredo da economia, com o inevitável fracasso do tão aclamado programa alternativo, encenador e coro fazem como o cuco, cantando alegremente êxitos nos ninhos alheios que usurparam e para os quais em nada contribuíram. Com o hino repetitivo a subir de tom a cada momento.

Quando a peça não corresponde ao cartaz, o encenador-mor faz entrar em cena a trupe malabarista a entreter os espectadores, que vão aplaudindo gato por lebre, mal pensando serem eles mais uma vez os bombos que dão vida à representação e sem os quais não haveria pantomina.

Se fosse honesta peça de teatro, a geringonça poderia ser uma comédia, mas a trama é tão medíocre que se vem tornando numa palhaçada. E quem se fica a rir são os comediantes, jovens boys e velhos farsantes semeadores

de ilusões, e não os espectadores que, além de pagar, acabam por ser os bobos da festa.

De farsa a comédia, de comédia a drama, de drama a tragédia, de tragédia a palhaçada, eis a representação da geringonça. Esgotando-se no mau teatro e na retórica vã, deixou de lado a função primordial de assegurar a defesa e bem-estar dos cidadãos.

Caído o pano, nada fica para além da ribalta escurecida, buraco negro, símbolo de um Estado geringônico que semeia ilusões para tudo absorver, mas que desaparece quando mais dele se necessita.

Sem uma reforma eleitoral, persistirá esta democracia da pior qualidade. Lamentavelmente, há quem a aplauda.



# UM PAÍS SEM ESCRUTÍNIO PÚBLICO\*

Por **José António Girão**

Professor da FE/UNL

É sabido que a saúde de uma democracia assenta em larga medida na natureza, qualidade e estabilidade das instituições que a enquadram. De há muito que diversos autores e organizações internacionais vêm pondo em destaque o papel decisivo que as instituições desempenham no processo de progressiva melhoria e sustentabilidade do desenvolvimento económico-social (v.g. «*Why Nations Fail*» de D. Acemoglu e J. A. Robinson). Daqui decorre como corolário a importância de um rigoroso escrutínio da qualidade e vitalidade das instituições nacionais, incluindo a natureza das interligações que entre elas se estabelecem, como forma de assegurar a sua eficácia, enquanto suportes da democracia. Mas como levar a cabo esse escrutínio essencial?

Como seria de esperar, a própria essência da democracia levou a que esta se tenha dotado de instituições destinadas a garantir que o processo de decisão subjacente à governação é não só consentâneo com os interesses dos cidadãos, como também com a necessidade de as mesmas se vigiarem e controlarem mutuamente, num exercício de «*checks & balances*», que assegurem não só a representatividade das opções feitas, mas também que nelas os cidadãos maioritariamente se revêm.

É neste contexto que surgem os designados órgãos de soberania (PR, AR, governo e Justiça) com poderes e atribuições distintos, mas também os diferentes órgãos reguladores (sectoriais), fiscalizadores (Tribunal de Contas, Conselho de Finanças Públicas, etc.) e de Concertação Social. É, pois, vital que cada um destes organismos formais da democracia exerça as suas funções de forma competente, independente e responsável, sem interferência

---

\* Publicado em 30 de agosto de 2017.

nas competências dos demais, mas numa postura de vigilância recíproca, em prole do bem comum.

No entanto, uma sociedade democrática requer que para além das instituições formais que a integram existam outras, tais como as de cidadania e parceria social, os *«think-tanks»*, etc., cujo objetivo é o de contribuir igualmente para a vitalidade da democracia, através da discussão fundamentada da governação, enquanto escrutínio da prática política e do processo conducente à tomada de decisões, incluindo a sua transparência e o grau de satisfação a que conduz.

Ora, como todos podemos constatar diariamente, este desiderato está longe de corresponder ao ambiente vivido em Portugal. O que não é novo. De facto, de há muito que se vem sentindo, e se encontra documentado, o desfasamento entre a prática política e os resultados da governação, face às expectativas e anseios dos cidadãos. É ele que é responsável pelo progressivo desinteresse destes pela política e pela causa pública em geral. Individualismo e populismo são as consequências mais visíveis de um tal percurso.

Contudo, a dimensão do referido desfasamento e os factos que o acompanham são de molde a impor que todos nos interroguemos sobre se estaremos a viver no contexto de um Estado verdadeiramente democrático, ou apenas formalmente democrático, porque assente no resultado de eleições livres de base constitucional.

Com efeito, não são só os casos mediáticos no âmbito da justiça, associados a comportamentos que no mínimo terão de ser considerados de menos éticos, envolvendo figuras do Estado – que vão desde um ex-primeiro-ministro, a ex-membros do governo e outros governantes autárquicos e da alta administração pública –, mas também empresários e gestores de empresas relevantes e cotadas na Bolsa, que se arrastam perante a opinião pública sem julgamento oficial, mas acarretando desprestígio (e na prática, implícita condenação). Porém, mais recentemente assistimos a uma outra dimensão da implosão do Estado, resultante de, em face de crises, evidenciar que não tem capacidade para prever e assegurar o normal funcionamento do país, ou então fazê-lo de forma ineficiente, revelando inúmeras fraquezas. As tragédias recentemente registadas e relacionadas com os fogos e a queda de árvores,

bem como o roubo de armas e destruição de empresas relevantes, em óbvios jogos de poder, são um claro testemunho da incapacidade e ineficácia do Estado em assegurar o bem comum e a defesa dos cidadãos. Acresce a tudo isto a imagem de descrédito dos governantes e demais responsáveis, ao não assumirem claramente os factos evidentes e de generalizado conhecimento público. Não admira, assim, que o desprestígio da governação e dos políticos tenha chegado ao ponto a que chegou!

É claro que o triste resultado que constatamos é também em larga medida resultante do excesso de confiança que todos nós depositamos no sistema político e na governação, quanto à sua capacidade para enfrentar e resolver problemas estruturais. Com efeito, ele resulta igualmente de um excesso de confiança nos talentos das elites, resultantes de acreditarmos que as melhorias são óbvias e só não ocorrem porque são incompetentes ou ideólogos facciosos os que nos governam. Ambas as visões ignoram os limites da governação, face à dimensão das ambições de todos nós, e em particular que os *«trade-offs»* excedem o número de problemas a resolver. Daí que o sistema não tenha uma solução única e óbvia, o que implica uma realidade bem mais complexa: impede o sonho... mas exige esperança.

De tudo o que precede decorre a importância de um escrutínio criterioso da governação por parte dos cidadãos, mas igualmente de reflexão e de diálogo. Só assim será viável alcançar maior compatibilidade entre o bem comum e os conflitos que decorrem dos interesses de grupo, e conseguir-se a resolução satisfatória dos problemas, assim se evitando a polarização. Tal não é sempre fácil, nomeadamente num país em que a cunha, o compadrio e a dependência do Estado são ancestrais e notórias, e onde tanto a esquerda como a direita se comprazem em críticas recíprocas e se mostram incapazes de conseguir a resolução dos problemas que nos afetam, incluindo a necessária emergência de uma pujante classe média. Esta basicamente anseia por emprego, segurança e melhores perspetivas de vida. É este o desafio que se coloca a um centro reformista e para o qual um escrutínio efetivo por parte de uma cidadania vigorosa e esclarecida muito poderá fazer. Atuemos, então, por forma a conseguirmos ultrapassar as nossas debilidades. Ação em vez de lamentos. É urgente...

# **O PAÍS ESTÁ DO AVESSE E SE A SOCIEDADE CIVIL NÃO ATUAR COM FIRMEZA PARA AÍ CAMINHARÁ TAMBÉM\***

Por **Fernando Teixeira Mendes**

Gestor de empresas

A falta de qualidade da democracia em Portugal está a afetar negativa e gravemente a vida dos cidadãos.

Os vários governos continuam a depauperar o Estado de recursos técnicos imprescindíveis, sem que uma verdadeira Reforma do Estado seja feita e permita que os sistemas por si geridos o sejam de forma eficaz.

No meu último Artigo escrevi sobre os incêndios que devastaram o país provocando imensos mortos. Volto a escrever, porque não podemos aceitar o teatro que o governo nos tem obrigado a assistir para tentar evitar que os seus sejam responsabilizados politicamente. E assiste-se a tudo. Até a uma mudança abrupta na cadeia de comando da Proteção Civil com mudanças de impacto em abril, que muitos ligam a um avanço da estrutura do PS naquela importante organização. Eventuais conflitos de interesse devem ser bem averiguados em toda essa unidade de comando. Confessaram-me bombeiros que frequentemente estão perante incêndios, que se anteveem de grandes proporções e não atuam porque precisam de ter autorização da Proteção Civil...

Já procurei documentos onde estejam listados os potenciais negócios ligados aos incêndios e à sua extinção. Podem existir, mas ainda não encontrei nenhum suficientemente completo. Seria um documento muito importante para se conseguir compreender a problemática e atacar o problema de forma muito séria e completa.

---

\* Publicado em 13 de setembro de 2017.

Continuamos à espera da atuação do Ministério Público relativamente à aquisição do SIRESP, bem como sobre a atuação de todas as forças de segurança no incêndio de Pedrógão Grande.

Volto a escrever também sobre outra área que conheço bem: a das certificações de instalações elétricas em que o Decreto-Lei 96/2017, publicado em 10 de agosto passado, isenta de inspeções as instalações mais pequenas e passa as atribuições da CERTIEL-Associação Certificadora de Instalações Elétricas para a Direção Geral de Energia e Geologia. Isto depois de serem publicadas Portarias, ao longo de dois anos, anunciando um Concurso Público para escolha de uma Entidade Certificadora, o que nunca se veio a verificar.

As consequências da aplicação do Decreto-Lei 96/2017 vão ser graves para as populações. Pergunto-me: porque é que, em termos de segurança das instalações elétricas, aqueles que têm casas pequenas não são tratados da mesma maneira daqueles que têm casas grandes? Não se trata de uma discriminação inaceitável para os de menos posses, quando todos lidam com a eletricidade que pode produzir incêndios, sendo que todos usam uma tensão mortal de 230 V e com potências de curto-circuito também de igual valor para todos?

A gênese dos problemas acima mencionados é a mesma do aumento da abstenção que se vem verificando nas eleições dos Deputados para a Assembleia da República: 8,34%, em 1975, 44,14%, em 2015, ou seja, a nossa Lei Eleitoral, que permite que se mantenha a forma ditatorial como os diretórios dos partidos procedem à escolha dos Deputados que constituem a Assembleia Legislativa da nossa República. É, aliás, uma forma que interessa a muitos políticos, mas que não interessa, seguramente, à Sociedade Civil que não se sente aí adequadamente representada.

Os partidos deviam ser responsabilizados pela Sociedade Civil por não estarem a defender os interesses da Nação. Continuam a insistir em não aceitar a concorrência de candidatos independentes das suas estruturas, para que em candidaturas espontâneas, se possam candidatar a Deputados, submetendo-se ao escrutínio dos Eleitores.

Os partidos não gostam de círculos uninominais porque teriam de arregaçar as mangas para se dedicarem à escolha do melhor candidato a Deputa-

do em cada um dos círculos uninominais. Isso obrigá-los-ia a conhecer muito bem os candidatos e os desejos das populações, já que em cada um desses círculos, só o candidato mais votado entra no hemiciclo. E isso é obviamente uma ameaça de monta para fracos candidatos.

Tivéssemos nós uma Lei Eleitoral para a Assembleia da República baseada nos princípios defendidos pelo Manifesto «Por uma Democracia para a Qualidade» e com candidatos independentes das estruturas partidárias a poderem apresentar-se às eleições nos círculos uninominais e, seguramente, assuntos de grande importância para o país como os que mencionei, seriam debatidos na Assembleia da República com uma grande profundidade, o que não se verifica hoje em dia.

# AGENDA PARA A IV REPÚBLICA\*

Por **José Ribeiro e Castro**

Jurista e Político

Depois do meu último artigo nesta série, perguntaram-me qual era «a agenda da IV República», ideia final do texto. É fácil. Basta olhar às questões fundamentais de que todos falam e ninguém trata. Três pilares – ou três alavancas, conforme o olhar – que se vão adiando sistematicamente. Somos um país encalhado.

A agenda da IV República são três reformas capitais: reforma eleitoral, reforma territorial, reforma do Estado. Quanto a falar delas, não são ideias novas. Ideia nova é querer fazê-las. E é ideia nova articulá-las e resolver nós estruturais do país.

Reforma eleitoral é devolver a democracia à cidadania. O propósito é reconstruir a confiança dos cidadãos, restaurar credibilidade no sistema político, dotar de responsabilidade o sistema e seus atores. Como se faz? Fácil: pôr a escolha dos deputados nas mãos dos eleitores, em vez de no arbítrio dos bastidores. As direções dos partidos continuarão a escolher, mas indicarão quem os eleitores deem sinal de preferir e não apenas favoritos e serventuários.

Temos um exemplo magnífico na Alemanha, cujas eleições foram no domingo passado. Eis um sistema – o melhor sistema da Europa – que é rigorosamente de representação proporcional, mas em que metade dos deputados são eleitos individualmente em círculos uninominais. Esta representação proporcional personalizada tem peculiaridades que não cabe pormenorizar. Essencialmente, cada alemão tem um voto duplo, em que pode escolher o seu deputado e o seu partido. O Parlamento é constituído de acordo com a proporção obtida na votação das listas partidárias – exatamente como cá. Mas metade dos deputados é eleita diretamente pela escolha individual dos

---

\* Publicado em 27 de setembro de 2017.

eleitores. Os candidatos nas listas são eleitos para completar a quota proporcional de lugares de cada partido além dos uninominais obtidos.

Este simples fator de escolha muda toda o espírito de indicação dos candidatos. E isso influencia também a formação das listas. A arbitrariedade e o capricho deixam de reinar. Há democracia, porque há cidadania também.

Ora, o facto de todos os deputados terem poder próprio – porque têm voz, rosto, prestígio, capital – reforça a colegialidade e devolve institucionalidade não só ao funcionamento político do Estado, mas aos partidos também. O sistema salva os partidos, porque lhes devolve razão de ser e funcionamento digno. Assim como nas eleições o cidadão volta a ser rei, nos partidos voltam as bases a ser senhor. A participação com decisão informada pode voltar a ser regra.

O avanço para este sistema é possível desde a revisão constitucional de 1997. Além disso, para maior garantia dos pequenos e médios partidos, defendo um círculo nacional com função de compensação. O sistema já realiza esse equilíbrio, mas o círculo nacional concluiria essa tarefa de justiça representativa. Este círculo é possível desde a revisão constitucional de 1989. Dizendo de outra forma: a III República anda encalhada há 20 e há 28 anos, respetivamente.

Reforma territorial é dotar o país da administração territorial que nos faz falta. Tradicionalmente tivemos sempre um patamar intermédio entre o local e o central: era o distrito; antes, a província; e, antes, a comarca. Agora, não temos nada. Anunciaram as regiões, mas nunca saíram do papel – foram diretamente para o cesto dos papéis.

Não há políticas territorialmente ajustadas, se não houver administração territorial. Este patamar intermédio, que destruímos, é simultaneamente o quadro para as unidades desconcentradas da Administração Central e o espaço descentralizado de instâncias autárquicas. O facto de o termos destruído, gerando um caos administrativo que contamina o próprio desenvolvimento das Áreas Metropolitanas, fragilizou boa parte do território do país. Em minha opinião – digo-o há muito – o imbróglio em que a «regionalização» degenerou e a desordem criada são grandes responsáveis pela desertificação, o agravamento de desigualdades, a perda de oportunidades. E o fracasso



continuado das políticas de forte componente territorial resulta deste vazio. O exemplo mais recente é de escândalo: a arrastada incapacidade face à praga dos incêndios.

O Estado está demasiado longe, o município não tem escala. Falta o patamar intermédio que esteja, ao mesmo tempo, suficientemente perto, suficientemente distante. Aqui, uma vez que a Constituição não foi cumprida, nem revista, a III República está encalhada há 41 anos.

Enfim, a coqueluche: a mais badalada e a mais frustrada. Somos um país falido, vivendo à beira do abismo. Estamos pendurados de *ratings*, com endividamento muito elevado. Batalhamos com o défice, não pelos tratados, mas por nossa saúde. Reforma do Estado é, para simplificar, conceber um modelo de Estado mais barato, ou dizendo melhor, ajustado à capacidade da economia e aos recursos financeiros e respondendo às responsabilidades sociais e de soberania. Só isso assegurará o sucesso duradouro do país e a sustentabilidade das políticas públicas.

É a reflexão coletiva mais importante que temos de fazer, pondo tudo em cima da mesa: aparelhos de segurança e defesa, justiça e diplomacia, administração local e territorial, sistemas sociais, administração central e entes autónomos, dimensão do pessoal político, desde autarquias e empresas municipais até gabinetes e assessorias, quadro e sistema de receitas. Sem essa reforma estruturada, continuaremos a resmungar: ora pelos cortes, ora por cativações. A qualquer desgraça que ocorra, gemeremos «falta de dinheiro»: na catástrofe dos fogos, no assalto de Tancos, num telhado em ruína... E, num outro dia qualquer, seja por novo desvario, seja por o BCE mudar de política, cairemos de novo ou no precipício, ou no colo doutra *troika*.

Extraordinário é o Parlamento ter aprovado, em 18 de janeiro de 2013, a Resolução da Assembleia da República n.º 4-A/2013, que constituiu a comissão eventual para a reforma do Estado. A oposição recusou integrá-la e boicotou; e a maioria renunciou ativá-la, quando em 2014 a *troika* partiu. A questão crucial ficou trancada na gaveta, mais uma vez adiada.

Aqui, costume medir o calendário pelo «discurso da tanga» em abril de 2002 – desde aí, ninguém pode dizer que ignora o problema. A III República encalhou-nos há 15 anos, pelo menos.

Reforma eleitoral, reforma territorial, reforma do Estado – eis a agenda para a IV República. As três reformas são fundamentais e coerentes entre si: democracia de cidadania; país coeso para todos; Estado forte, sustentado e sustentável. Todas se interligam. Por exemplo, a reforma do Estado, que é a mais substantiva, dificilmente se fará sem representação parlamentar genuína, com real presença da cidadania, isto é, sem a reforma política da Democracia de Qualidade.

Queremos continuar encalhados? Ou vamos reformar?

# O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO CORPORATIVO\*

Por **António Pinho Cardão**

Economista e Gestor

Passadas as eleições, vai começar no Parlamento o solene debate do Orçamento do Estado. Aliás, um debate pró-forma, já que, depois de aprovado, sofrerá tantos desvios, transferências e cativações, alterações ad-hoc ao sabor dos interesses de ocasião, que a sua execução acabará num retrato em que ninguém reconhecerá o original. O que, aliás, não preocupa ninguém, muito menos a nomenclatura política, que considera a prestação de contas pelo governo, traduzida na apresentação da Conta Geral do Estado no Parlamento, como assunto irrelevante, despachado burocraticamente em sumarríssimo debate. As questões do género, essas, sim, é que são importantes.

Entretanto, diversas corporações fazem-se ouvir no Ministério das Finanças, e a todas o Ministro dando resposta, o Orçamento deixa de ser do Estado, para ser o Orçamento do Estado Corporativo. De imediato apoiado pelos media que fomentam à exaustão análises corporativas para todos os gostos: a do funcionário sobre os aumentos salariais, a do sindicalista sobre os seus efeitos nas negociações dos acordos coletivos, a do deputado sobre os fundos afetos ao seu círculo, a do autarca, sobre as verbas que não recebe, a do burocrata, pelas magras dotações do seu serviço e pelas regalias que não obteve, a do defensor de mais Estado, pelo sempre *reduzido* e insuficiente aumento da despesa; e a do artista pelos escassos subsídios para a cultura, artes e cinema. E o investigador discute o «desinvestimento» na investigação, mas não diz uma palavra sobre o seu conteúdo ou sobre o número de patentes que produziu. Aliás, trabalhar para patentes seria degradar a investigação...

Durante dois meses ouviremos políticos, comentadores, grandes economistas e pensadores: uns irão analisar o Orçamento pelos objetivos que

---

\* Publicado em 11 de outubro de 2017.

prossegue, outros pelos meios que utiliza, uns tantos pela receita, mais outros pela despesa, e muitos pelo défice, esquecendo que este é um simples efeito e não uma causa.

O comentário refletirá apenas interesses parciais, sejam eles políticos, partidários e corporativos; e, tomando sempre cada um a parte pelo todo, o OE é bom, sofrível ou mau para o país consoante o seu problema pessoal é resolvido, considerado ou ignorado.

Os debates na rádio e na televisão, privilegiarão o espetáculo: convidam-se muitos, para que ninguém diga nada, porque o tempo é escasso, mas considera-se que o show resultou. E o serviço público fica tanto mais cumprido quanto se enfatiza que não tributar mais os mais ricos é um escândalo e um desaforo.

E os raros que tentam fazer uma análise compreensiva, séria e global do Orçamento são abafados pelo ruído geral.

Por isso, de tudo se fala, menos do essencial: como travar o aumento vertiginoso da dívida pública, apesar da fiscalidade asfixiante, e o nível insuportável da despesa pública que não se traduz em benefício sentido pelo cidadão e pela economia. Despesa estéril, que suporta tarefas em duplicado, atividades sem objeto conhecido ou útil, serviços em circuito fechado, que têm em meras prestações recíprocas redundantes a sua única razão de existir, e sustenta também os pedintes institucionais que, seguindo o aforismo e quem não chora não mama, viram no aconchego do Estado um rendoso modo de vida. São eles que, afinal, moldam o orçamento do estado corporativo que dizem ser do Estado de todos nós. E é esse Orçamento corporativo que tanto se discute que acaba por ser o espelho da democracia sem qualidade em que vivemos.

Só uma nova lei eleitoral que permita novas lideranças, na linha do Manifesto Por Uma Democracia de Qualidade, poderá avivar a esperança num verdadeiro Orçamento do Estado ao serviço de todos, proposto por um Ministro das Finanças que o seja de Portugal e não das Administrações Públicas e das corporações instaladas.



**SUBSCRITORES DO**  
**«MANIFESTO POR UMA DEMOCRACIA DE QUALIDADE»**

Afonso PEREIRA INÁCIO	José Miguel BETTENCOURT
Alberto CONDE MORENO	José RIBEIRO E CASTRO
Alcides AGUIAR	Luís ALVES MONTEIRO
António CARDOSO E CUNHA	Luís CABRAL DA SILVA
António José MOCHO	Luís CAMPOS E CUNHA
António PINHO CARDÃO	Luís Filipe PEREIRA
Carmen Madalena PIGNATELLI	Luís MIRA AMARAL
Carlos ALEGRIA	Manuel RAMALHETE
Clemente PEDRO NUNES	Manuel SOARES
Eduardo CORREIA	Manuela FERREIRA LEITE
Fernando BRITO SOARES	Margarida GONÇALVES NETO
Fernando TEIXEIRA MENDES	Margarida SILVA PEREIRA
Gustavo MESQUITA GUIMARÃES	Maria Perpétua ROCHA
Henrique GOMES	Mário RIBEIRO
Henrique NETO	Mário TOVAR JALLES
Isabel POTIER	Miguel SARMENTO
Joaquim BORGES GOUVEIA	Nuno ARAÚJO
Joaquim DELGADO	Patrick MONTEIRO DE BARROS
João COSTA PINTO	Paulo CARMONA
João de JESUS FERREIRA	Pedro REBELO DE SOUSA
João Luís MOTA CAMPOS	Pedro de SAMPAIO NUNES
Jorge GODINHO	Pedro SENA DA SILVA
José António GIRÃO	Rita CUNHA
José Manuel ROQUETTE	Rui Nuno BALEIRAS
José Maria SOUSA REGO	Rui PAIVA



## ÍNDICE

<b>Prefácio</b> .....	5
<b>Prefácio à 1.<sup>a</sup> edição</b> .....	11
<b>Manifesto – Por uma Democracia de Qualidade</b> .....	17
Reformas prioritárias do sistema político em Portugal	
O que será, que será? .....	33
<i>João Luís Mota Campos, 10 de dezembro de 2014</i>	
Portugal, os cidadãos e a política .....	35
<i>Clemente Pedro Nunes, 17 de dezembro de 2014</i>	
A democracia <i>ketchup</i> .....	37
<i>José Ribeiro e Castro, 24 de dezembro de 2014</i>	
Uma tarefa para a sociedade civil – I .....	39
<i>Fernando Teixeira Mendes, 31 de dezembro de 2014</i>	
O ano da tempestade perfeita .....	42
<i>Henrique Neto, 7 de janeiro de 2015</i>	
O nosso sistema político tornou-se um passivo? .....	44
<i>António Pinbo Cardão, 14 de janeiro de 2015</i>	
O seu voto conta – os falsos argumentos contra os uninominais .....	46
<i>José Ribeiro e Castro, 19 de janeiro de 2015</i>	



Subtilezas da crise . . . . .	51
<i>José António Girão, 21 de janeiro de 2015</i>	
Crise da política . . . . .	53
<i>Luís Campos e Cunba, 28 de janeiro de 2015</i>	
A crise do Estado-espetáculo . . . . .	55
<i>José Ribeiro e Castro, 18 de fevereiro de 2015</i>	
Os empresários, a economia e a democracia . . . . .	58
<i>Clemente Pedro Nunes, 25 de fevereiro de 2015</i>	
Uma tarefa para a sociedade civil – II . . . . .	60
<i>Fernando Teixeira Mendes, 4 de março de 2015</i>	
O sistema político e a estagnação económica . . . . .	62
<i>Henrique Neto, 11 de março de 2015</i>	
A mudança necessária: da oratória vã à ação eficaz . . . . .	65
<i>António Pinho Cardão, 18 de março de 2015</i>	
Partidos e partidocracia . . . . .	67
<i>José António Girão, 25 de março de 2015</i>	
A grande degenerescência . . . . .	70
<i>João Luís Mota Campos, 8 de abril de 2015</i>	
Os oligopólios e a qualidade da democracia . . . . .	74
<i>Clemente Pedro Nunes, 15 de abril de 2015</i>	
Cada cavadela, minhoca! . . . . .	76
<i>José Ribeiro e Castro, 22 de abril de 2015</i>	
Muitas tarefas para a sociedade civil . . . . .	79
<i>Fernando Teixeira Mendes, 29 de abril de 2015</i>	
Representantes do povo ou moínhos de orações . . . . .	81
<i>António Pinho Cardão, 13 de maio de 2015</i>	
Poder e Democracia . . . . .	83
<i>José António Girão, 20 de maio de 2015</i>	
Da gratidão e da esperança em política . . . . .	86
<i>João Luís Mota Campos, 10 de junho de 2015</i>	
A habitação, o Estado e a qualidade da democracia . . . . .	89
<i>Clemente Pedro Nunes, 17 de junho de 2015</i>	
O segredo da <i>troika</i> . . . . .	92
<i>José Ribeiro e Castro, 24 de junho de 2015</i>	
Tarefas cruciais para a sociedade civil . . . . .	95
<i>Fernando Teixeira Mendes, 1 de julho de 2015</i>	

Os sons que os políticos não escutam . . . . .	97
<i>António Pinho Cardão, 15 de julho de 2015</i>	
Um país bloqueado . . . . .	99
<i>José António Girão, 22 de julho de 2015</i>	
Ao deputado decente que foi excluído das listas . . . . .	102
<i>João Luís Mota Campos, 5 de agosto de 2015</i>	
A inovação tecnológica, o Estado e a economia portuguesa . . . . .	105
<i>Clemente Pedro Nunes, 12 de agosto de 2015</i>	
A décima garantia . . . . .	108
<i>José Ribeiro e Castro, 19 de agosto de 2015</i>	
Sistema eleitoral: tudo na mesma como a lesma? . . . . .	111
<i>José Ribeiro e Castro, 26 de agosto de 2015</i>	
Tarefas cruciais para a sociedade civil . . . . .	115
<i>Fernando Teixeira Mendes, 2 de setembro de 2015</i>	
Olhar o futuro – uma lição da Grécia antiga . . . . .	118
<i>António Pinho Cardão, 9 de setembro de 2015</i>	
A teoria da agência e a democracia de qualidade . . . . .	120
<i>Luís Mira Amaral, 16 de setembro de 2015</i>	
As infraestruturas logísticas e a qualidade da democracia . . . . .	122
<i>Clemente Pedro Nunes, 14 de outubro de 2015</i>	
Democracia faz-de-conta . . . . .	125
<i>José Ribeiro e Castro, 21 de outubro de 2015</i>	
Uma democracia em crise . . . . .	128
<i>Henrique Neto, 28 de outubro de 2015</i>	
A recuperação económica e o novo governo . . . . .	131
<i>Luís Mira Amaral, 4 de novembro de 2015</i>	
Chapelada parlamentar ou as esquerdas lavam mais branco . . . . .	133
<i>António Pinho Cardão, 11 de novembro de 2015</i>	
E o que fará agora a sociedade civil? . . . . .	135
<i>Fernando Teixeira Mendes, 25 de novembro de 2015</i>	
A iniciativa privada, a liberdade e a democracia . . . . .	137
<i>Clemente Pedro Nunes, 2 de dezembro de 2015</i>	
Onde está o Centro? . . . . .	140
<i>José António Girão, 9 de dezembro de 2015</i>	
A perversa fantasia da eleição do primeiro-ministro . . . . .	143
<i>José Ribeiro e Castro, 16 de dezembro de 2015</i>	

O alquimista . . . . .	146
<i>António Pinbo Cardão, 30 de dezembro de 2015</i>	
O imprescindível contributo do Presidente da República para a qualidade da nossa democracia . . . . .	148
<i>Fernando Teixeira Mendes, 13 de janeiro de 2016</i>	
As prioridades económicas de Portugal e a coesão social . . . . .	150
<i>Clemente Pedro Nunes, 20 de janeiro de 2016</i>	
Um país governado por meias-verdades . . . . .	153
<i>José António Girão, 27 de janeiro de 2016</i>	
A contaminação da indiferença . . . . .	156
<i>José Ribeiro e Castro, 3 de fevereiro de 2016</i>	
Os gregos (que não somos) e os troianos (que nos fizeram ser...) . . . .	159
<i>António Pinbo Cardão, 10 de fevereiro de 2016</i>	
A sociedade civil tem de atuar – as nossas pensões de reforma estão em perigo . . . . .	161
<i>Fernando Teixeira Mendes, 24 de fevereiro de 2016</i>	
As empresas, o fisco e o confisco . . . . .	164
<i>Clemente Pedro Nunes, 2 de março de 2016</i>	
Que Presidência teremos? . . . . .	167
<i>Henrique Neto, 9 de março de 2016</i>	
Um país do faz-de-conta . . . . .	169
<i>José António Girão, 16 de março de 2016</i>	
A geringonça e a caranguejola . . . . .	172
<i>José Ribeiro e Castro, 23 de março de 2016</i>	
A arte da mistificação . . . . .	175
<i>António Pinbo Cardão, 30 de março de 2016</i>	
Investimento público – mais do mesmo . . . . .	177
<i>Henrique Neto, 13 de abril de 2016</i>	
A sociedade civil tem de ser chamada a atuar . . . . .	179
<i>Fernando Teixeira Mendes, 20 de abril de 2016</i>	
O póquer, a política e as empresas . . . . .	182
<i>Clemente Pedro Nunes, 27 de abril de 2016</i>	
Uma crise de confiança . . . . .	185
<i>José António Girão, 4 de maio de 2016</i>	
Mais uma legislatura perdida . . . . .	188
<i>José Ribeiro e Castro, 11 de maio de 2016</i>	

Na geringonça, tanto truque e tanto engano, tanta retórica aborrecida... Onde pode acolher-se um fraco humano? . . . . .	191
<i>António Pinbo Cardão, 18 de maio de 2016</i>	
Por que é que o défice orçamental é inimigo de uma democracia de qualidade? . . . . .	193
<i>João Luís Mota Campos, 25 de maio de 2016</i>	
Vai a sociedade civil assistir a esta tragédia sem manifestar a sua vontade? . . . . .	196
<i>Fernando Teixeira Mendes, 8 de junho de 2016</i>	
Os empresários e a geringonça . . . . .	199
<i>Clemente Pedro Nunes, 15 de junho de 2016</i>	
Crescimento e confiança . . . . .	202
<i>José António Girão, 22 de junho de 2016</i>	
Quem tem medo dos círculos uninominais? . . . . .	205
<i>José Ribeiro e Castro, 29 de junho de 2016</i>	
A caverna da geringonça . . . . .	208
<i>António Pinbo Cardão, 6 de julho de 2016</i>	
O sucesso do futebol nacional e a crise democrática . . . . .	210
<i>Henrique Neto, 20 de julho de 2016</i>	
A reforma do sistema eleitoral, imprescindível para uma melhoria de Portugal . . . . .	212
<i>Fernando Teixeira Mendes, 27 de julho de 2016</i>	
A geringonça, o consumo e a banca . . . . .	215
<i>Clemente Pedro Nunes, 3 de agosto de 2016</i>	
Uma prova de confiança . . . . .	218
<i>José António Girão, 10 de agosto de 2016</i>	
Movimento Democrático . . . . .	221
<i>José Ribeiro e Castro, 17 de agosto de 2016</i>	
A geringonça e o <i>stick</i> de hóquei . . . . .	225
<i>António Pinbo Cardão, 24 de agosto de 2016</i>	
A reforma das leis eleitorais . . . . .	227
<i>Henrique Neto, 14 de setembro de 2016</i>	
O país que temos responsabilidade de mudar . . . . .	229
<i>Fernando Teixeira Mendes, 21 de setembro de 2016</i>	
As dívidas ao poder . . . . .	232
<i>Clemente Pedro Nunes, 28 de setembro de 2016</i>	

Outra cultura política . . . . .	235
<i>José Ribeiro e Castro, 5 de outubro de 2016</i>	
Uma pedrada no charco . . . . .	238
<i>José António Girão, 12 de outubro de 2016</i>	
O prior de São Bento e a abadessa prioresa . . . . .	242
<i>António Pinho Cardão, 19 de outubro de 2016</i>	
Sem concorrência é sempre fartar vilanagem . . . . .	244
<i>Fernando Teixeira Mendes, 9 de novembro de 2016</i>	
Não invistam em Portugal! . . . . .	247
<i>Clemente Pedro Nunes, 16 de novembro de 2016</i>	
É a despesa, estúpido! . . . . .	250
<i>José Ribeiro e Castro, 23 de novembro de 2016</i>	
Coerências de políticas . . . . .	254
<i>José António Girão, 30 de novembro de 2016</i>	
Lições da história: o teorema de Pitágoras e o sistema político	
português . . . . .	257
<i>António Pinho Cardão, 7 de dezembro de 2016</i>	
Os tarzans da inutilidade . . . . .	259
<i>João Luís Mota Campos, 16 de dezembro de 2016</i>	
Uma tarefa para todos: melhorarmos a qualidade da nossa classe	
política . . . . .	262
<i>Fernando Teixeira Mendes, 28 de dezembro de 2016</i>	
O assalto às PME e a estabilidade da banca . . . . .	265
<i>Clemente Pedro Nunes, 4 de janeiro de 2017</i>	
Legislar pela calada: o caso do Zé Augusto . . . . .	268
<i>José Ribeiro e Castro, 11 de janeiro de 2017</i>	
À procura de rumo factos e insuficiências . . . . .	272
<i>José António Girão, 18 de janeiro de 2017</i>	
O oráculo do Lavradio . . . . .	275
<i>António Pinho Cardão, 25 de janeiro de 2017</i>	
O desafio de Donald Trump . . . . .	278
<i>Henrique Neto, 8 de fevereiro de 2017</i>	
Vai a sociedade civil permitir a continuação desta tragédia	
politico-bancária sem assumir o controlo da situação? . . . . .	281
<i>Fernando Teixeira Mendes, 15 de fevereiro de 2017</i>	

Os delírios perigosos e a banca . . . . .	284
<i>Clemente Pedro Nunes, 22 de fevereiro de 2017</i>	
Eleições justas, eleições verdadeiras . . . . .	287
<i>José Ribeiro e Castro, 1 de março de 2017</i>	
Língua de trapos . . . . .	291
<i>José Ribeiro e Castro, 8 de março de 2017</i>	
Representatividade e <i>accountability</i> . . . . .	295
<i>José António Girão, 15 de março de 2017</i>	
Os mitos que nos vão perdendo . . . . .	298
<i>António Pinho Cardão, 22 de março de 2017</i>	
Facilidade ou exigência? Eis a questão . . . . .	301
<i>Henrique Neto, 5 de abril de 2017</i>	
A sociedade civil tem de assumir de vez as suas responsabilidades . . .	304
<i>Fernando Teixeira Mendes, 12 de abril de 2017</i>	
Inovação tecnológica em Portugal: sucesso ou desastre? . . . . .	307
<i>Clemente Pedro Nunes, 19 de abril de 2017</i>	
MOAR – a mãe de todas as reformas . . . . .	310
<i>José Ribeiro e Castro, 26 de abril de 2017</i>	
As Jotas e os pontos nos ii . . . . .	313
<i>José Ribeiro e Castro, 3 de maio de 2017</i>	
Acabar com os ricos... ou com os pobres? . . . . .	317
<i>José António Girão, 10 de maio de 2017</i>	
Mitos e obstáculos . . . . .	320
<i>António Pinho Cardão, 17 de maio de 2017</i>	
O sistema político português . . . . .	322
<i>Henrique Neto, 31 de maio de 2017</i>	
Círculos uninominais nas eleições legislativas – uma necessidade premente . . . . .	324
<i>Fernando Teixeira Mendes, 7 de junho de 2017</i>	
A perversão da eletricidade . . . . .	327
<i>Clemente Pedro Nunes, 14 de junho de 2017</i>	
A captura pelo carteirista . . . . .	330
<i>José Ribeiro e Castro, 21 de junho de 2017</i>	
Custo das não-reformas . . . . .	334
<i>José António Girão, 5 de julho de 2017</i>	

Solução: uma democracia de qualidade . . . . .	338
<i>Henrique Neto, 19 de julho de 2017</i>	
A sociedade civil portuguesa é indubitavelmente a responsável pelo nível de qualidade da nossa democracia . . . . .	341
<i>Fernando Teixeira Mendes, 26 de julho de 2017</i>	
Hiper-mega-geringonça, uma ova! . . . . .	345
<i>José Ribeiro e Castro, 2 de agosto de 2017</i>	
Teatro político em modo de pantomina . . . . .	349
<i>António Pinho Cardão, 23 de agosto de 2017</i>	
Um país sem escrutínio público . . . . .	352
<i>José António Girão, 30 de agosto de 2017</i>	
O país está do avesso e se a sociedade civil não atuar com firmeza para aí caminhará também . . . . .	355
<i>Fernando Teixeira Mendes, 13 de setembro de 2017</i>	
Agenda para a IV República . . . . .	358
<i>José Ribeiro e Castro, 27 de setembro de 2017</i>	
O Orçamento Geral do Estado Corporativo . . . . .	362
<i>António Pinho Cardão, 11 de outubro de 2017</i>	
<b>Subscritores do «Manifesto Por uma Democracia de Qualidade» . . .</b>	<b>365</b>
<b>Índice . . . . .</b>	<b>367</b>







Afonso PEREIRA INÁCIO  
Alberto CONDE MORENO  
Alcides AGUIAR  
António CARDOSO E CUNHA  
António José MOCHO  
António PINHO CARDÃO  
Carmen Madalena PIGNATELLI  
Carlos ALEGRIA  
Clemente PEDRO NUNES  
Eduardo CORREIA  
Fernando BRITO SOARES  
Fernando TEIXEIRA MENDES  
Gustavo MESQUITA GUIMARÃES  
Henrique GOMES  
Henrique NETO  
Isabel POTIER  
Joaquim BORGES GOUVEIA  
Joaquim DELGADO  
João COSTA PINTO  
João de JESUS FERREIRA  
João Luís MOTA CAMPOS  
Jorge GODINHO  
José António GIRÃO  
José Manuel ROQUETTE  
José Maria SOUSA REGO

José Miguel BETTENCOURT  
José RIBEIRO E CASTRO  
Luís ALVES MONTEIRO  
Luís CABRAL DA SILVA  
Luís CAMPOS E CUNHA  
Luís Filipe PEREIRA  
Luís MIRA AMARAL  
Manuel RAMALHETE  
Manuel SOARES  
Manuela FERREIRA LEITE  
Margarida GONÇALVES NETO  
Margarida SILVA PEREIRA  
Maria Perpétua ROCHA  
Mário RIBEIRO  
Mário TOVAR JALLES  
Miguel SARMENTO  
Nuno ARAÚJO  
Patrick MONTEIRO DE BARROS  
Paulo CARMONA  
Pedro REBELO DE SOUSA  
Pedro de SAMPAIO NUNES  
Pedro SENA DA SILVA  
Rita CUNHA  
Rui Nuno BALEIRAS  
Rui PAIVA

[www.principia.pt](http://www.principia.pt)

ISBN 978-989-8854-04-9



9 789898 854049